

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUZIA AMÉLIA FERREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: possibilidades e desafios
contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**

JUIZ DE FORA
2015

LUZIA AMÉLIA FERREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: possibilidades e desafios
contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Simões Bezerra

JUIZ DE FORA
2015

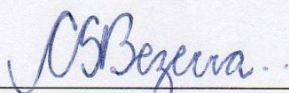
Luzia Amélia Ferreira

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 29 de maio de 2015

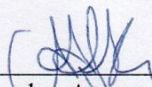
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cristina Simões Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP



Profa. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF

Aos assistentes sociais e lutadores do povo, pelas
lutas cotidianas em favor de novos tempos mais
humanos, mais justos, fraternos e solidários.

AGRADECIMENTOS

O meu olhar alcança o longe. Contemplo o território que me separa da concretização do meu desejo. O destino final que o olhar já reconhece como recompensa, aos pés se oferece como lonjura a ser vencida. Mas não há pressa que seja capaz de diminuir esta distância. Estamos sob a prevalência de uma imposição existencial, regra que ensina, que entre o ser real e o ser desejado, há o senhorio inevitável do tempo das esperas.

Pe. Fábio de Melo¹

À DEUS que em sua infinita bondade, preparou os caminhos para que eu trilhasse até esta chegada.

Ao Paulo César, companheiro de vida, de chegadas e de partidas, que soube compreender as ausências necessárias. Por torcer e celebrar comigo a cada conquista e por ansiar, assim como eu, esta vitória. Obrigada por ser presença que acolhe nos momentos de angústia e de alegria. A você, meu amor, minha gratidão.

À Madalena e Walter, meus pais, por todos os esforços realizados em função da minha formação pessoal e profissional. Sempre estiveram atentos às minhas necessidades, seja facilitando minha rotina diária com o convite: você que almoçar aqui hoje? Ou na atenção às pequenas coisas do dia-a-dia. Que Deus me permita viver longos anos na companhia de vocês. A vocês, todo meu amor, respeito e agradecimento.

Aos meus irmãos e familiares, pela convivência fraterna, própria de quem muito ama. Meu agradecimento carinhoso pela companhia, presença constante e incentivo para que eu prosseguisse. Obrigada pela torcida, de longe ou de perto, e por fazer de todas as pequenas conquistas, momentos de grandes comemorações.

À Cristina, querida orientadora, que ao me chamar de “Flor” ou de “Fiota” revelava uma ternura escondida na voz brava e forte. Que me fez retornar por caminhos já percorridos em minha trajetória. Com os seus ensinamentos aprendi a perceber o que poderia estar escondido em uma simples frase, ou que uma pequena análise faz uma grande diferença e ainda, que eu poderia escolher entre o simples ou o complexo, mas sabendo que o complexo é mais bonito, mas também, infinitamente mais trabalhoso, e que ambos (simples e complexo) exigem empenho e responsabilidade. Obrigada pelos ensinamentos constantes e por descortinar comigo um universo riquíssimo, mas escondido em meio aos escritos e

¹ Melo, Fábio de. Tempo de Esperas: o itinerário de um florescer humano. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. Os destaques deste texto são frases extraídas deste livro.

experiências de vida. Por me dar coragem e liberdade para escolher o melhor caminho e caminhar comigo.

À Alexandra, professora querida de todos os tempos. Agradeço pelos ensinamentos constantes, pelas sábias orientações em tempos de dúvidas e inquietações, pela serenidade no olhar e pelo sorriso que acolhe. Obrigada por me mostrar como a docência é um bonito caminho a ser percorrido de forma conjunta, definindo papéis e misturando aprendizados.

À Raquel, pelas valiosas e incansáveis contribuições à profissão através de suas obras e vivência cotidiana, apresentando o debate sobre o Serviço Social e a questão agrária, de maneira crítica e propositiva. Agradeço pelas ricas contribuições na qualificação e por completar a obra retornando para a defesa.

Ao PPGSS da FSS/UFJF, por meio dos professores, funcionários e coordenação, pela oportunidade de estudos e pelas inúmeras contribuições durante o curso de mestrado.

Aos profissionais da COOPTER, UNICAFES, CEDRO e MAB, que me possibilitaram um aprendizado e uma vivência que nenhuma escola poderia oferecer. Nestas organizações, aprendi, na vivência cotidiana, que assessorar tecnicamente consiste em, primeiro compreender, que a realidade dos sujeitos do campo é muito mais complexa e singular do que se possa imaginar e que não há razões para as barreiras artificiais que teoricamente são levantadas na academia.

Aos assistentes sociais Cristine Jaques Ribeiro, Daniel Barbosa dos Santos, Fabiana Guido Diogo, Juraildes Barreira Nunes, Karina Lima Duarte Neves Rocha, Laianna Rodrigues da Silva, Magaly Nunes de Gois, Maristela Dal Moro, Mauro João Porto, Rita Dicacia Felipe Camara e Sheyla Gomes de Almeida, por dividir conosco suas experiências e percepções acerca da profissão, apontando os desafios e os caminhos possíveis. E a todos aqueles que ousaram se enveredar por estes caminhos.

Sendo a amizade *um encontro de almas que se reverenciam* agradeço aos amigos queridos de perto ou de longe, pelos encontros, reencontros, e pelas oportunidades de fortalecer ainda mais os laços de irmandade.

Aos irmãos da Comunidade Resgate pelo sustento na fé e nas orações cotidianas. Local em que o viver em comunidade me desafia a avançar e me impulsiona a ir além.

Por fim, agradeço a todos que me possibilitaram compreender que *a simplicidade só é possível aos que ousaram trilhar os caminhos da maturidade.*

*O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.*

*Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro
explode em vôos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.*

*Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.*

*Mas o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa*

*a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa.*

Mauro Iasi

RESUMO

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

O debate sobre a relação entre Serviço Social e questão agrária é algo desafiador para a profissão no Brasil. Referenciados pela análise de autores do Serviço Social, podemos dizer que a relação entre esta profissão e a questão agrária tem pouca expressão no âmbito da formação e do exercício profissional, o que representa um desafio, visto que há pouca literatura específica produzida pelos estudiosos da área, o que o torna um tema com pouca expressividade na produção acadêmica do Serviço Social. Sendo assim, nosso objetivo geral neste trabalho foi aprofundar o debate acerca do Serviço Social, compreendendo a questão agrária como particularidade da questão social no capitalismo contemporâneo a partir da análise dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizados nos anos de 2004 a 2014 e das contribuições apresentadas por alguns profissionais que estão atuando ou já atuaram nesta área nos últimos 5 anos. A partir deste contexto geral, especificou-se o estudo da relação entre a questão agrária e o Serviço Social por meio da interface com a questão social; evidenciou-se o espaço agrário como campo potencial de inserção do assistente social e percebeu-se como os assistentes sociais que atuam na questão agrária, significam e valorizam seu exercício profissional. Esta dissertação, portanto, se destinará a apresentar elementos iniciais da relação estabelecida entre questão agrária, questão social e Serviço Social e as determinantes acerca do exercício profissional do assistente social na contemporaneidade.

PALAVRAS – CHAVE: Serviço Social, Questão Agrária, Questão Social e Exercício Profissional

ABSTRACT

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social.** 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

The debate about the relationship between social work and agrarian question is something challenging for the profession in Brazil. Referenced by the authors of the analysis of Social Work, we can say that the relationship between the profession and the agrarian question has little expression in professional training and practice, which is a challenge, since there is little specific literature produced by specialists, making it a theme with little expression in the academic production of Social Work. Thus, our overall aim of this study was to deepen the debate about the Social Work, comprising the agrarian question as a particularity of the social question in contemporary capitalism, based on the analysis of studies presented at Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS and Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS conducted in the years from 2004 to 2014 and the contributions presented by some professionals who are working or have worked in this field over the last five years. From this general framework, was specified the study of the relationship between the agrarian question and Social Work through the interface with the social question; showed up the agrarian space as a potential field for insertion of the social worker and it was realized how social workers who work with the agrarian question, mean and value their professional practice. This dissertation therefore will be dedicated to present the initial elements of the relationship between agrarian question, social question and social work and determinants regarding the professional practice of social workers nowadays.

KEYWORDS: Social Work, Agrarian Question, Social Question and Professional Practice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Espaços sócio-ocupacionais de maior inserção do assistente social na questão agrária	148
Gráfico 02 – Locais de atuação	177
Gráfico 03 – Evolução do número de trabalhos apresentados no sub - eixo questão agrária e demais identificados como de interesse para o estudo nos CBAS e ENPESS	197
Gráfico 04 - Análise da evolução dos CBAS 2004 -2014	204
Gráfico 05 - Análise da evolução dos ENPESS 2004 -2014	206
Gráfico 06 – Localização regional das instituições listadas nos artigos	219
Gráfico 07 – Tipos de artigos identificados	221
Gráfico 08 – Ano de graduação	235
Gráfico 09– Nível de escolaridade	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Identificação dos procedimentos técnico-operativos realizados pelos assistentes sociais conforme descrição dos questionários	170
Quadro 02 – Especificação das instituições as quais os profissionais estão vinculadas	213
Quadro 03 – Identificação dos grupos de pesquisa e áreas predominantes em 2014	215
Quadro 04 – Identificação dos grupos de pesquisa e áreas predominantes em 2015	216
Quadro 05: Demonstrativo numérico da análise dos artigos	223
Quadro 06 – Identificação dos autores mais utilizados no Serviço Social e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias.....	229

Quadro 07 – Identificação dos autores mais usados na economia política, sociologia rural e outros e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias	230
--	------------

Quadro 08 – Desafios apontados pelos profissionais	248
--	------------

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cargos ou funções exercidas pelos assistentes sociais na questão agrária – anterior e atual	179
---	------------

Tabela 02 – Relação das palavras-chave e quantidade de ocorrências nos artigos	211
--	------------

Tabela 03– Comparativo entre os grupos de pesquisa sobre questão agrária nos anos 2014 e 2015	214
---	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS- Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ADPRATO - Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins

AEFA - Associação de Apoio a Escola Família Agrícola de Porto Nacional

APA – TO - Alternativa para Pequena Agricultura no Estado do Tocantins

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BA - Bahia

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCAMA - Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CDHC - Centro de Direitos Humanos de Cristalândia

CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda.

CEDRUS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário

CEES – TO - Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Tocantins

CENATER - Central Nacional de Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural

CEP – Código de Ética Profissional

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMESOL - Conselho Municipal de Economia Solidária de Palmas

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica

CNATER - Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMSAÚDE - Comunidade de Desenvolvimento, Saúde e Educação de Porto Nacional

CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPTER - Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural

CPO/MAPA - Comissão de Produção Orgânica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DF – Distrito Federal

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

EFA - Escola Família Agrícola de Porto Nacional

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ES – Espírito Santo

ESS/UFRJ – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

FETAET - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Tocantins

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSS - Faculdade de Serviço Social

GTP's - Grupos Temáticos de Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV - Índice do Custo de Vida

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MA- Maranhão

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MG – Minas Gerais

MI- Ministério da Integração Nacional

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MPE - Ministério Público Estadual

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS - Ministério da Saúde

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PBSM - Plano Brasil Sem Miséria

PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDR – Plano de Desenvolvimento do Reassentamento

PE – Pernambuco

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PL - Projeto de Lei

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PR – Paraná

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar

PRONAGER - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RECID - Rede de Educação Cidadã

RJ – Rio de Janeiro

RN- Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAIP- Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SESAN- Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos
SP- São Paulo
STTRs - Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TO – Tocantins
UCPEL - Universidade Católica de Pelotas
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFAM - Universidade Federal da Amazônia
UFAs - Unidades de Formação Acadêmicas
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UHE Estreito - Usina Hidrelétrica de Estreito
UHE Lajeado - Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães
UHE São Salvador - Usina Hidrelétrica de São Salvador
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta
UNIR - Universidade Federal de Rondônia
UNIT - Universidade Tiradentes
UNITINS - Fundação Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO	31
1.1 A questão agrária – referenciando o conceito	32
1.2 O modo de produção capitalista	42
1.3 As particularidades do capitalismo contemporâneo no Brasil	54
1.4 A configuração do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro	65
CAPÍTULO II - AS INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA, A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL	85
2.1 Questão social – da gênese à contemporaneidade	86
2.2 O significado social da profissão na sociedade capitalista	94
2.3 Compreensão sobre a relação entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social	106
CAPÍTULO III - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA	124
3.1 Caracterização dos espaços sócio – ocupacionais do assistente social na questão agrária	136
3.2 As atividades e procedimentos realizados no exercício profissional do assistente social	159
3.3 Forma e condições de trabalho dos assistentes sociais nas manifestações da questão agrária	177
CAPÍTULO IV – A PRODUÇÃO TEÓRICA E AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS SOBRE SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE EVIDENCIADAS NOS CBAS E ENPES DA ÚLTIMA DÉCADA E NOS QUESTIONÁRIOS	

DE PESQUISA.....	194
4.1 – A análise dos trabalhos apresentados nos CBAS E ENPESS da última década (2004 a 2014)	195
4.1.1 A contextualização teórico – histórica dos CBAS e ENPESS e a sua relação com a realidade contemporânea	198
4.1.2 - A interpretação das respostas profissionais na contemporaneidade a partir das análises dos artigos dos CBAS e dos ENPESS	203
4.2 - Análise do exercício profissional do assistente social na questão agrária a partir dos questionários – a apreensão das respostas dos assistentes sociais	232
4.2.1 – Composição do perfil dos assistentes sociais que atuam direta ou indiretamente na questão agrária a partir dos questionários	233
4.2.2 – Apreensões sobre as respostas dos assistentes sociais que atuam direta ou diretamente na questão agrária a partir dos questionários	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
BIBLIOGRAFIA.....	257
ANEXOS E APENDICES.....	286

INTRODUÇÃO

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.
Marilda Yamamoto

Esta dissertação é apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. É resultado da sistematização dos diversos questionamentos e inquietações surgidas, ao longo da trajetória de exercício profissional da autora, com ações ligadas a assessoria técnica rural. Sendo assim, compreender a relação entre Serviço Social e questão agrária tornou-se o tema central que norteou os estudos que compõem esta dissertação.

Ao longo dos estudos e pesquisas realizadas, percebeu-se que a relação entre Serviço Social e questão agrária é algo desafiador para a profissão no Brasil. Na contemporaneidade, este se torna um tema a ser destacado, principalmente quando se compreende a questão agrária como uma particularidade da questão social.

Referenciados pela análise de autores do Serviço Social, podemos dizer que a relação entre esta profissão e a questão agrária tem pouca expressão no âmbito da formação e do exercício profissional, o que representa um desafio, visto que há pouca literatura específica produzida pelos estudiosos da área, ou seja, este se constitui em um tema complexo e que tem pouca expressividade na produção acadêmica do Serviço Social.

Sendo a relação entre Serviço Social e questão agrária um tema com pouca visibilidade pela categoria, isto o situa à margem dos demais assuntos debatidos pela profissão. Aliado a este fator, a realidade do campo no Brasil ainda é pouco abordada sob o ponto de vista da academia, e, por isso, se apresenta repleta de questões a serem desvendadas.

Netto e Sant`Ana (2004, p.3) reforçam a constatação apontada no parágrafo anterior e justificam a importância e necessidade que estudos sobre este tema representam ao considerar que “a produção científica no Serviço Social na área de questão agrária é essencial para a melhor compreensão das lutas de classe, que

aparecem em novos contornos, mais difíceis de serem identificadas em suas especificidades”. Estes estudos, segundo os referidos autores subsidiam reflexões e constroem práticas inovadoras, pois a questão agrária tem sido um espaço onde “a profissão é chamada a intervir, objetivando a efetivação do projeto ético - político para a conquista de uma nova realidade para as classes populares”.

Entende-se que o debate sobre o significado do exercício profissional do assistente social na questão agrária tende a oportunizar, de maneira diversa e singular, a ampliação da produção do conhecimento no Serviço Social. Por isto, quando o debate se torna mais amplo, muitos são os focos, pressupostos e paradigmas que podem ser analisados, o que se buscou configurar nesta dissertação.

Nosso objetivo geral neste trabalho foi aprofundar o debate acerca do Serviço Social, compreendendo a questão agrária como particularidade da questão social no capitalismo contemporâneo a partir da análise dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos de 2004 a 2014. A partir deste contexto geral, especificou-se o estudo da relação entre a questão agrária e o Serviço Social por meio da interface com a questão social; evidenciou-se o espaço agrário como campo potencial de inserção do assistente social e percebeu-se como os assistentes sociais que atuam na questão agrária significam e valorizam seu exercício profissional.

Para atender tal objetivo, a configuração teórica e metodológica deste estudo foi organizada a partir da fundamentação e conceituação sobre a questão agrária, a questão social, o Serviço Social e a interface presente entre estas categorias e a profissão. Para isto, apresentou-se um diálogo entre o pensamento crítico dos principais autores que tratam das referidas temáticas, o pensamento dos autores dos artigos apresentados nos CBAS e ENPESS da última década (2004 a 2014) e o relato de experiência de alguns dos profissionais que atuam nesta área e que responderam ao questionário que se encontra em anexo.

Sabemos que, pesquisa e produção de conhecimentos em Serviço Social, são elementos de suma importância e que estes são exercícios que possibilitam movimentos interessantes e instigantes, e que podem nos levar a percorrer caminhos diversos para que consigamos realizar as análises desejadas e necessárias ao processo de construção do saber. Sendo assim, dada à dinâmica e a dialeticidade da sociedade, a pesquisa

permanente e a produção de conhecimentos em Serviço Social se tornam essenciais para que os profissionais possam ressignificar sua prática na contemporaneidade.

A pesquisa realizada buscou construir uma discussão crítica sobre a relação estabelecida entre Serviço Social e questão agrária, proporcionando uma reflexão que contribuísse para o entendimento desta e para a construção de novos caminhos e possibilidades aos profissionais e alunos que atuam ou tem interesse pela área em destaque.

Para tal intento, o movimento analítico fundamentou-se a partir da teoria social de Marx e de sua tradição no Serviço Social, o que se justifica pelas considerações de Sant`Ana e Silva (2013, p.183), ao argumentarem que a teoria social de Marx não pode ser entendida como “um conjunto de conhecimentos e receitas científicas que, corretamente aplicadas, conduzem a determinado saber acadêmico-teórico que ocupa seu espaço e oferece sua contribuição” às ciências humanas e sociais aplicadas. Para estes autores, a teoria social de Marx não se trata, de um “receituário científico” direcionado à prática e “aos da prática”, forjado na mente genial dos estudiosos “por meio de um esforço teórico-intelectual, mentalmente produzido pelos que, munidos de um acúmulo de conhecimentos e de boas ideias, produzem estudos acadêmicos”.

A utilização do referencial teórico - analítico de base marxista se justifica ainda, no entendimento de que sua proposição está centrada na aproximação com a realidade e no reconhecimento de seu movimento, não tendo, portanto, a missão de esgotar o tema, mas sim, de contribuir para o debate e de se apropriar de sua concretude.

A discussão e análise deste tema à luz do rigor da ciência exigiram cuidados precisos na escolha dos procedimentos metodológicos e do referencial teórico que embasou a análise da documentação, dos questionários e dos demais referenciais bibliográficos utilizados. Ressalta-se, no entanto, que, em uma pesquisa, decorrem muitas questões, o que impossibilita definir com exatidão quais são os dados que serão necessários e suficientes para respondê-las.

A pesquisa bibliográfica permitiu a identificação do acúmulo teórico sobre o tema, ou seja, o que os estudiosos, em especial os do Serviço Social, estão refletindo e avançando sobre esta área. Este levantamento deu o suporte teórico necessário para a construção e percepção acerca do tema e das observações feitas na pesquisa teórico – documental e na análise dos questionários.

Na pesquisa teórico - documental, buscou-se analisar 04 Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, compreendidos entre os anos de 2004 a 2013, sendo estes o XI, XII, XIII e XIV CBAS e 06 Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, realizados entre os anos de 2004 a 2014, sendo estes o IX, X, XI, XII, XIII e XIV ENPESS.

Conforme evidenciado, para a realização da pesquisa teórico-documental por meio dos anais dos CBAS e ENPESS, foi definido o espaço temporal compreendido entre os anos de 2004 a 2014, considerando que uma década representa a possibilidade de ocorrência de mudanças significativas em nossa sociedade e que estas conseqüentemente se refletiram no interior das profissões, e evidentemente no Serviço Social.

Não por acaso, a escolha desta década (2004 a 2014) justificou-se pelas peculiaridades que influenciaram fortemente o Serviço Social tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional. Em se tratando de formação profissional, os debates acerca da revisão e adequação curricular iniciados no final da década de 1990, sob a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Lei de Diretrizes Curriculares do Serviço Social- ambos com documentos datados de 1996 – tiveram sua implementação nos anos 2000 e seguintes. Muitas escolas de Serviço Social do Brasil, a exemplo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) acumularam o debate e começaram a implementar efetivamente as mudanças curriculares a partir do ano de 2003.

Com relação ao exercício profissional, pode-se considerar que a partir dos anos 2000, como teremos a oportunidade de detalhar mais adiante, a ofensiva do capital e do agronegócio no Brasil representou um processo de acirramento da questão social e a intensificação da luta dos movimentos sociais contra a matriz produtiva capitalista, o que, conforme avaliamos, influenciou diretamente no Serviço Social.

Cumprido esclarecer que, comumente são utilizados diferentes termos para configurar o fazer profissional do assistente social, tais como: atuação profissional, prática profissional, intervenção profissional, trabalho profissional e exercício profissional. Neste estudo, definiu-se por utilizar a terminologia exercício profissional para caracterizar este fazer. Tal escolha justifica-se tendo em vista que é o termo utilizado tanto no Código de Ética Profissional, quanto na Lei de Regulamentação da Profissão - entendemos que estes instrumentos normativos, são a materialização do

Projeto Ético-Político profissional construído nos últimos 30 anos no seio da categoria e fruto de amplos debates, o que representa o entendimento e identificação da categoria acerca deste termo. Podemos também utilizar as considerações de Santos (2012), em que o exercício profissional aqui descrito diz respeito a concepção de que este “se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades”. (SANTOS et al, 2012, p.17).

Outro aspecto destacado foi o avanço do agronegócio. Em se tratando deste, particularmente nestes primeiros anos do século XXI, o mesmo se constitui como uma matriz produtiva que “vem se colocando como lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo” e como “eixo de expansão e acirramento do conflito capital x trabalho no campo”, conforme afirmação de Bezerra (2014, p.138). Sob a hegemonia do grande capital internacional, alicerçado pelo ideário neoliberal e apoiado pelo Estado, o agronegócio encontra as bases para sua manutenção e expansão como alternativa a superação da pobreza no campo. Torna-se claro que, o Brasil tem privilegiado um modelo de agricultura baseado no agronegócio, visto que, a grande produção e o surgimento de cadeias produtivas dominadas por grandes empresas transnacionais e destinadas ao monocultivo e à exportação se somaram ao abandono das políticas de proteção ao mercado agrícola nacional, por parte do governo.

Sendo assim, as inúmeras contradições que esta matriz produz, tais como: monocultura, contaminação pelo uso de agrotóxicos, concentração e centralização da terra, infertilidade do solo, doenças, desemprego, êxodo rural, aumento da população nas periferias, dentre outros, “reafirmam e atualizam a questão agrária como uma das manifestações da questão social” na contemporaneidade. (ibid., 2014, p.143).

Tal contexto descrito intensifica a ação dos movimentos sociais em torno da luta pela terra, tornando-a mais complexa, uma vez que estas lutas se ampliam, se renovam e apontam demandas que estabelecem uma interseção com o urbano e o ambiental. Assim, exigem “uma renovação também nos espaços de organização dos trabalhadores”, fazendo com que estes sujeitos percebam a “necessidade de se construir, em nível nacional e internacional, lutas que potencializem um programa alternativo, popular e camponês”. (ibid.).

Ao considerar a questão social como resultado da exploração do trabalho pelo capital e a existência da luta de classes na sociedade, o Serviço Social apresenta seu

claro posicionamento político. Como uma das profissões que trata diretamente das manifestações da questão social, o assistente social é chamado a dar respostas às demandas postas na sociedade.

Sendo assim, o interesse pela pesquisa e análise dos artigos que compõem os anais, a partir das pesquisas e relatos de experiências apresentadas nos CBAS e ENPESS, justifica-se, tendo em vista a pouca visibilidade no Serviço Social acerca do tema da questão agrária e as escassas publicações sobre o exercício profissional do assistente social neste espaço de atuação, conforme já ressaltado. A evidência do desconhecimento por parte da categoria reforçou a necessidade e importância deste trabalho, que fez a tentativa de explicitar e dar visibilidade à produção sobre o tema no Serviço Social.

Na ocasião da qualificação, apresentamos que os estudos realizados até então, apontavam que o tema da questão agrária ganhara maior destaque no Serviço Social a partir dos anos 2000, quando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) criou os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTP's), o que pôde ser confirmado pelo aprofundamento dos estudos e da sistematização e análises das pesquisas, conforme se verificará, a partir da leitura do conteúdo dos capítulos.

O referencial teórico, apresentado na qualificação, considerou três perspectivas teóricas, absolutamente interrelacionadas, sendo estas a questão agrária, a questão social e o Serviço Social. Esta fundamentação foi apresentada a partir de um diálogo entre o pensamento crítico dos principais autores que tratam das referidas temáticas. A partir do aprofundamento dos estudos e da pesquisa, a conceituação e a fundamentação teórica, foram enriquecidas com as contribuições dos autores dos artigos dos eventos estudados, como também dos assistentes sociais que responderam ao questionário.

A leitura e a interpretação dos artigos dos anais dos CBAS e ENPESS consistiram em um trabalho minucioso de verificação, apreensão e elaboração de conteúdos, o que tornou esta tarefa ainda mais enriquecedora. Associado a isto, a sistematização e análise de questionários respondidos pelos assistentes sociais, não apenas confirmou muitos dos elementos verificados nos artigos, como trouxe materialidade ao exercício profissional do assistente social na questão agrária.

Entende-se que estes, CBAS e ENPESS, são espaços privilegiados promovidos pela categoria profissional no Brasil e responsáveis pelo debate sobre as questões centrais que norteiam o universo da pesquisa, produção teórica e exercício profissional

do Serviço Social, o que se tornou espaço privilegiado para este estudo investigativo. Isto porque se percebe que, com grande frequência, os artigos dos anais destes eventos têm sido objetos de pesquisa e análise sobre o debate da profissão. Sem dúvida, o CBAS e o ENPESS se constituem como os eventos mais significativos da categoria e os mais importantes espaços de divulgação e socialização do conhecimento no Serviço Social².

Sobre a pesquisa qualitativa, partilha-se dos pressupostos de Minayo (1994, p.22), que a considera como um instrumento que responde a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Isto “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variável”.

Ainda sobre a pesquisa, tendo em vista os dados que foram observados definiu-se por utilizar também a pesquisa quantitativa. Para tanto, um importante caminho que foi trilhado baseou-se no que nos sugere Martinelli (2005, p. 10): “pesquisar na perspectiva qualitativa, e sempre em articulação com a pesquisa quantitativa” ou seja, “contemplar de modo pacientemente impaciente o que se pretende pesquisar”, exercitando “o olhar rigoroso, crítico, atento”, buscando “o desvendamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada”.

Como os Anais dos referidos eventos se constituem na apresentação de trabalhos, nas categorias de: comunicação oral, pôster e mesas coordenadas, definiu-se por utilizar como referência as comunicações orais, por estas se constituírem em materiais com maior densidade teórica e descrição em torno das temáticas. As comunicações orais selecionadas foram as que estavam organizadas nos eixos que se referiam à questão agrária. Verificou-se, no entanto, que, em alguns destes eventos, o eixo questão agrária ainda não era apresentado sob esta denominação, o que requereu maior empenho na verificação e identificação em que eixos estas comunicações se localizaram. Nestes casos, foram feitas buscas em todos os eixos do evento, a fim de

² Ressalta-se que na ocasião de definição quanto às fontes de pesquisa, foi realizada uma busca exaustiva de informações na internet, bem como no acervo bibliográfico da Faculdade de Serviço Social da UFJF e verificou-se a elaboração de muitos trabalhos (Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, artigos, dissertações, ensaios e outros) sobre a temática dos movimentos sociais e a ambiental, mas não se encontrou o mesmo sobre o Serviço Social e a questão agrária. Tal fato refletiu a necessidade e motivou ainda mais o interesse por realizar este estudo, tendo em vista a possibilidade de contribuição teórico – metodológica à profissão, nesta temática específica.

garantir a máxima localização dos artigos que continham o debate sobre a temática deste estudo.

O caminho metodológico percorrido para a realização das análises dos anais dos CBAS e ENPESS seguiu os seguintes passos: a) identificação dos artigos nos anais dos ENPESS e CBAS por meio de um formulário (Anexo I) que continha a descrição do eixo temático, do título do artigo, dos principais elementos de identificação do assunto abordado (resumo ou frases indicativas) e a identificação do autor (nome e instituição/localidade, contato, quando possível); b) preparação de outro formulário (Anexo II) mais detalhado para a transcrição dos elementos que seriam necessários para subsidiar as análises em relação aos artigos. Neste formulário foi possível, de forma bem abrangente, perceber a trajetória descritiva dos autores e sua identificação ou não com a temática pesquisada; c) Com relação a identificação dos artigos, partiu-se não apenas da contabilização de artigos inscritos no eixo temático, mas sim, a verificação daqueles que tinham no título uma sinalização da proximidade com a temática de interesse do estudo; d) em seguida, procedeu-se a análise dos materiais conforme os referenciais ou categorias analíticas definidas. Ressalta-se que optou-se em fazer um comparativo entre os anais dos ENPESS e dos CBAS somente naqueles em que os dois eventos aconteceram no mesmo ano. Sendo estes nos anos de 2004 e 2010, os demais documentos foram analisados em separado.

Estes referenciais e categorias analíticas serviram como base para a elaboração das tabelas, gráficos, quadros e demais formulações ao longo da dissertação e se referiram a: a) verificação da quantidade de trabalhos publicados sobre questão agrária, estabelecendo-se um comparativo entre a evolução ou não do período de análise que compreendeu a última década (2004 a 2014); b) a identificação do percentual de trabalhos sobre a questão agrária em comparação ao total de trabalhos aprovados nos eixos temáticos que evidenciavam a questão agrária; c) a observação sobre o nome do eixo temático, percebendo se este sofreu alteração ao longo dos anos de realização dos eventos ou se este foi mantido sob o mesmo nome. Nesta análise, importava ainda evidenciar o que a manutenção ou alteração do nome do eixo representava: se afirmação conceitual dos termos; se mudança e adequação da terminologia ao contexto contemporâneo, se houve incorporação de novos elementos; e se representava amadurecimento intelectual.

Outro referencial analítico foi a identificação dos principais autores citados, este dado possibilitou a percepção sobre quais as referências utilizadas pelos profissionais autores dos artigos, evidenciando suas perspectivas e parâmetros teórico – analíticos. Os principais temas ligados à questão agrária foram evidenciados através da verificação das palavras – chave citadas nos artigos e da quantidade de vezes que cada uma apareceu em relação ao total de artigos pesquisados.

Uma das categorias analíticas que se privilegiou na pesquisa foi à verificação da quantidade de trabalhos que retrataram sobre a intervenção do assistente social na questão agrária e destes a identificação do espaço sócio – ocupacional. Esta foi uma categoria relevante para este estudo, visto ser este um dos enfoques que se pretendeu evidenciar. Ao identificar o exercício profissional na questão agrária, procurou-se perceber como os profissionais que relataram sua experiência têm compreendido e respondido aos seguintes aspectos³: sobre realidade social e as contradições de classe; o compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários e com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social; qual posicionamento e proposições no campo das políticas sociais e quais as estratégias e instrumentos democráticos que estão sendo utilizados na intervenção relatada, tais como: democratização da informação, respeito ao posicionamento/decisão dos usuários; mobilização dos usuários para o acesso aos direitos sociais; indicação de programas, ações, projetos de intervenção; indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais, dentre outros.

Neste exercício teórico, percebeu-se que apenas a pesquisa teórico – documental não seria suficiente para que pudéssemos identificar as particularidades do exercício profissional e conseguir dar visibilidade as especificidades do trabalho que é realizado pelos assistentes sociais que estão inseridos neste espaço sócio ocupacional. Sendo assim, na busca por informações que pudessem configurar elementos mais específicos e qualitativos sobre o exercício profissional do assistente social na questão agrária, definiu-se por fazer a identificação de profissionais⁴ que atuaram recentemente ou estão atuando nesta área. Para isto, estes profissionais foram mapeados a partir de duas iniciativas, uma através do conhecimento da autora e da proximidade pela experiência de trabalho e outra, para que se pudesse ampliar a abrangência e diversidade de

³ Alguns destes aspectos estão identificados como as Referências teórico-metodológicas críticas e as referências ético-políticas e técnico-operativas críticas que foram analisadas por Eiras et al (2014).

⁴ Os profissionais envolvidos na pesquisa desta dissertação constituem-se como docentes, pesquisadores e assistentes sociais do campo prático.

experiências e manter a atualidade dos relatos, optou-se pela identificação de profissionais que tiveram trabalhos aprovados no último CBAS realizado em Águas de Lindóia – São Paulo em 2013. Esta constituiu-se em uma experiência significativa para o trabalho realizado, uma vez que confirmou e trouxe atualização às hipóteses levantadas através dos questionamentos apresentados neste estudo e das inúmeras inquietações que permeiam o ambiente de trabalho e de estudos da autora e dos diversos pesquisadores desta temática.

Quanto a primeira iniciativa, foram contatados os assistentes sociais mapeados pela mestranda no decorrer de seu exercício profissional, com base nos seguintes critérios: a) abrangência nacional, com pelo menos um profissional de cada região do país; b) experiência de atuação na área nos últimos 5 anos; c) diversidade de experiências e espaços sócio-ocupacionais; d) facilidade de contato para envio de correspondência via e-mail ou Skype. Na segunda iniciativa, foram especificados os profissionais que tiveram os artigos aprovados no eixo questão agrária, urbana e ambiental do XIV CBAS realizado em 2013. Optou-se por este evento, tendo em vista que foi o mais recente CBAS realizado no período da pesquisa e também por este ter um caráter mais geral, ou seja, não é específico apenas de relatos de pesquisa, mas podendo conter também descrições de experiências de exercício profissional na área de estudo.

Desta forma, definiu-se por realizar os questionários para assim conseguirmos fazer uma interlocução e triangulação, a partir do uso de múltiplos métodos - neste caso a pesquisa teórico – documental por meio dos anais dos CBAS e ENPESS, textos e fragmentos de livros e questionários - na análise de dados, e com isto garantir o rigor metodológico que a pesquisa exige.

Ressalta-se que o processo de questionário não permitiu o contato pessoal entre pesquisadora e pesquisados. Desta forma, as informações e os dados das análises são fiéis ao que foi escrito pelos assistentes sociais participantes deste estudo. É importante registrar que foi percebido um empenho e interesse por parte destes profissionais, pois estes não mediram esforços em responder aos questionamentos e detalhar as informações que foram imprescindíveis para a ampliação dos conhecimentos e de uma maior visibilidade sobre o tema em questão.

Cumpramos explicitar os procedimentos utilizados para a realização da coleta de dados através dos questionários, que assim descrevemos: a amostragem foi intencional,

ou seja, os entrevistados não foram definidos aleatoriamente, mas sim identificados por meio dos critérios já apresentados anteriormente. A definição da amostragem foi feita por meio da técnica da exaustão, ou seja, o envio de questionários a todos os indivíduos identificados como disponíveis.

Em se tratando da coleta de informações com os profissionais identificados para a pesquisa qualitativa a forma de abordagem foi via e-mail (Anexo III), em que se enviou um primeiro contato a fim de esclarecer sobre a pesquisa e verificar o interesse e disponibilidade em participar. A partir de uma resposta afirmativa dos profissionais, foi enviado um segundo e-mail (Anexo IV) contendo uma carta explicativa e um questionário com uma parte descritiva sobre seu perfil e experiências e outra com 15 perguntas dissertativas, o que possibilitava ao profissional maior liberdade em suas respostas.

Foram selecionados 10 “profissionais de campo” em quatro regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), os quais tiveram suas experiências em diferentes tipos de organizações sendo estas públicas, privadas, não governamentais, de assessoria técnica e de prestação de serviços.

Somaram-se 15 os demais profissionais relacionados a partir dos artigos do XIV CBAS (2013). Esta identificação dos profissionais foi realizada pelo nome constante no artigo e posterior especificação da busca por meio da pesquisa do currículo Lattes, em que foram verificados os e-mails para posterior contato. A identificação através do currículo Lattes foi importante visto que, em alguns artigos, os profissionais que apresentaram não eram assistentes sociais, o que inviabilizou a participação na pesquisa.

Sendo assim, do total de 25 profissionais selecionados e realizado contato, 18 responderam positivamente à consulta sobre a possibilidade de responder ao questionário e contribuir com a pesquisa do estudo em questão. Tendo em vista as respostas, em seguida foram enviados os questionários e estabelecido um prazo de 20 dias para o retorno das respostas dos mesmos. Finalizado o prazo 11 profissionais, devolveram o questionário preenchido, o que representou 61% do total de participantes na pesquisa.

Com o intuito de manter a fidelidade das informações e permitir maior liberdade na exposição dos dados, optou-se por não identificar as falas com os nomes dos sujeitos que responderam ao questionário, mas sim utilizarmos números, que corresponderam do Assistente Social 01 ao Assistente Social 11. No entanto, ainda que não seja feita a

identificação nominal, avaliou-se como extremamente importante apresentar os colaboradores deste estudo de forma geral, pois são profissionais que têm feito a diferença nesta área de atuação e têm contribuído sobremaneira, para a afirmação do Serviço Social enquanto profissão no Brasil e da questão agrária como espaço sócio – ocupacional possível e necessário, o que será abordado em capítulo específico.

Após as considerações formais sobre a elaboração da presente dissertação e a apresentação, em linhas gerais, do referencial teórico que lhe dá suporte, apresenta-se a estrutura da mesma que foi organizada a partir de quatro capítulos.

A questão agrária no capitalismo é o foco central descrito no Capítulo I. Neste capítulo, o enfoque partiu do entendimento e da configuração da questão agrária e do capitalismo como categorias que têm estreita relação em suas origens e constituições. Estas duas categorias são apresentadas a partir do embasamento teórico sobre a propriedade, a posse da terra e a luta de classes. Neste sentido, é que este estudo procurou situar a questão agrária como particularidade da questão social e como esta relação se configura no âmbito do Serviço Social na contemporaneidade.

No Capítulo II, privilegiou-se a abordagem sobre as interfaces estabelecidas entre a questão social, a questão agrária e o Serviço Social no contexto do capitalismo, tendo o espaço agrário como especificidade no cotidiano profissional do Serviço Social. Este capítulo procurou discorrer sobre a apreensão que se tem quanto a questão agrária como particularidade da questão social e, neste contexto, apresentar o significado social da profissão na sociedade capitalista, o entendimento da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e o projeto ético político profissional.

Em consonância com as questões analisadas nos capítulos anteriores, o Capítulo III enfoca os elementos necessários para a compreensão das particularidades do exercício profissional do assistente social nas manifestações da questão agrária. A análise do exercício profissional do assistente social, das demandas e suas particularidades na questão agrária e como tem sido os desafios ao Serviço Social neste campo são os principais itens abordados neste capítulo. Também neste capítulo, será apresentada a experiência de exercício profissional da autora com assentamentos de reforma agrária e reassentamentos de atingidos por barragens, como assessoria técnica por meio de uma cooperativa de prestação de serviços e posteriormente como consultoria para elaboração de Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) e Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Ao final de todo o arcabouço teórico que adensa este estudo, o Capítulo IV representou uma possibilidade ímpar de apresentar a pesquisa realizada em sua totalidade. Ressalta-se que a apresentação das análises da pesquisa ao longo dos capítulos foi a forma definida para a construção destes. No entanto, no exercício de apreensão e análise dos dados da pesquisa, percebeu-se uma riqueza e amplitude de detalhes que, mesmo com tantos enfoques destacados nos Capítulos I, II e III, estes não comportaram todo o conteúdo elaborado. Considera-se que esta pesquisa proporcionou a apreensão de especificidades e contribuições singulares ao debate, sendo assim, definiu-se por organizar os dados não descritos ao longo dos três capítulos anteriores, no Capítulo IV.

E, por último, nas considerações finais retoma-se o percurso realizado pelo trabalho e apresenta-se a síntese construída acerca do objeto, ora em análise, no sentido de explicitar de modo mais aprofundado sobre as percepções e considerações apreendidas por meio das leituras e das considerações dos sujeitos da pesquisa. No debruçar sobre a temática, com o zelo e o rigor científico que a pesquisa exigiu, foi possível ampliar a compreensão sobre as interfaces que são estabelecidas entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social, o que somos convidados a perceber na leitura desta dissertação.

CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO

A questão agrária no capitalismo possibilita um processo de estudo instigante, uma vez que demonstra a complexidade das situações históricas específicas que deram origem ao capitalismo e a questão agrária. A trajetória descritiva deste capítulo partiu do entendimento e da configuração da questão agrária e do capitalismo, tendo como elementos de análise a propriedade, a posse da terra e a luta de classes na contemporaneidade. E, tendo como viés analítico a relação questão agrária e capitalismo que, conforme iremos detalhar mais adiante, é que situamos a questão agrária como particularidade da questão social e estabelecemos uma construção teórica que apresenta as principais referências desta relação no âmbito do Serviço Social na contemporaneidade.

As construções teóricas terão como embasamento autores do Serviço Social e aqueles ligados à perspectiva crítica que são comumente referenciados na profissão. Ainda, conforme descrito na metodologia, definiu-se por apresentar as apreensões da pesquisa ao longo de todo o trabalho, a fim de que as percepções dos autores dos artigos e dos profissionais que responderam ao questionário pudessem ser evidenciadas conforme o campo ou espaço de análise em que foram contextualizadas.

Primeiramente serão apresentadas as principais construções e conceituações sobre a questão agrária para, em seguida, fundamentarmos a relação desta com o capitalismo. Este exercício teórico – descritivo será feito a partir do pensamento de diferentes autores. Por isto, cumpre ressaltar que estes apresentam diferenças e particularidades na análise da questão agrária, conforme será percebido ao longo da leitura deste estudo. Ou seja, os autores possuem graus de apropriação diferenciados tendo em vista os estudos e experiências empreendidos por cada um em seu contexto de inserção profissional.

Sendo assim, de um lado temos autores referência no debate da questão agrária, do capitalismo e alguns que fazem a relação com o Serviço Social e outras contribuições apresentadas pelos autores dos artigos dos Anais dos CBAS e ENPESS, dos assistentes sociais que responderam ao questionário de pesquisa e de outros autores encontrados em artigos disponíveis em revistas especializadas, a exemplo da Serviço Social e Sociedade.

Para a análise acerca da configuração da sociedade burguesa, na particularidade da questão agrária nos deteremos nas referências teóricas de Karl Marx (2005), Karl Kautsky (1968) e, mais contemporaneamente, Ellen Wood (1998), que apresentam um contexto de amplas discussões sobre a questão agrária no capitalismo e, particularmente, sobre o papel reservado à agricultura e ao campesinato nesse processo.

1.1 A questão agrária – referenciando o conceito

Partindo das análises de Stédile (2005), compreende-se que questão agrária é uma área do conhecimento que procura explicar como as sociedades, em um determinado período histórico, organizam o uso, a posse e a propriedade da terra. Este autor considera as muitas formas que o conceito questão agrária pode ser definido, quer seja pelo aspecto político, sociológico, geográfico, histórico ou jurídico, conforme explicitado na afirmação a seguir:

Na literatura **política**, o conceito "questão agrária" sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na **Sociologia**, o conceito "questão agrária" é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na **Geografia**, é comum a utilização da expressão "questão agrária" para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na **História**, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (ibid., p.15) (grifos nossos)

A partir desta conceituação elaborada por Stédile (2005), podemos apreender que a questão agrária contém, em seu interior, um “conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico”. (MENDONÇA, 2006, p. 78, apud. NAKATANI et. al, 2012, p. 214/5).

Cumpramos ressaltar que a questão agrária, neste contexto analítico, será abordada de forma geral e em análises específicas referenciada a partir da experiência brasileira.

É importante evidenciar este aspecto, tendo em vista as inferências e apropriações que serão apresentadas no decorrer desta caracterização.

Na continuidade da descrição, além das características apresentadas por Stédile (2005), Fernandes (2001) chama a atenção em relação às consequências geradas pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo a partir das ações que têm sido empreendidas e pela forma como a questão agrária tem sido entendida e considerada. Para este autor, esta forma gera

(...) processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas e ao mercado; ao campo e à cidade; à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001, p.23/24)

Fernandes (2001) ao explicitar que a questão agrária está associada às dimensões econômica, social e política, nos evidencia o quão ampla esta categoria se apresenta. Isto posto, nos remete a pensar que a questão agrária não se restringe, apenas, as questões ligadas ao campo, mas que esta apresenta uma amplitude que ultrapassa este *locus* e se estende aos mais variados contextos da luta de classes.

Para melhor elucidar esta questão utilizamo-nos da assertiva de Sant`ana (2012) que considera que, no atual contexto, são as relações capitalistas que dão a formatação ao modelo de desenvolvimento agrário, embora alguns conflitos étnicos e culturais extravasem o âmbito específico das relações capital/ trabalho. (p.153)

A partir das considerações apontadas pelos autores citados acima, e da afirmação de que são as relações capitalistas que definem e dão forma ao modelo de desenvolvimento agrário, podemos inferir que é este o espaço que permitirá ao Serviço Social, enquanto uma profissão que se insere na relação de contradição capital/ trabalho, contribuir qualitativamente com o debate também no campo. As dimensões apontadas constituem-se de um todo diverso e contraditório, em que o assistente social poderá potencializar sua intervenção e, a partir das particularidades e singularidades que a área exige, dispor suas contribuições e problematizar seu exercício profissional cotidiano. Aliado a isto, o debate em torno da questão agrária, na sociedade, se atualiza e reatualiza em função dos efeitos que o modelo de desenvolvimento capitalista no campo gera e a

forma que o governo responde às crises decorrentes deste modelo e ao agravamento da questão social. Tal realidade incide fortemente na profissão, tendo em vista que a questão social constitui-se como matéria a ser trabalhada pelos assistentes sociais em que a inserção profissional na questão agrária se apresenta como um dos grandes desafios para o Serviço Social na atualidade.

Sob o mesmo viés analítico apresentado pelos autores até aqui referenciados, Martins (1986), apesar de sua consideração ter sido feita nos anos 1980 e se relacionar à realidade brasileira, apresenta observações atuais relacionadas às dimensões econômica, social e política apontadas, levando-se em conta como se configura a questão agrária. Para este autor,

A questão agrária brasileira se constitui neste processo: continuam operando os mecanismos de interdição do acesso à terra por parte das populações pobres, que dependem de recursos financeiros elevados para obtê-la, recursos que não têm; e, ao mesmo tempo, a grande propriedade já não precisa, senão muito limitadamente, dessa mão-de-obra. Agravado o fato pelo envolvimento das populações indígenas nesse processo de exclusão e marginalização” (ibid., p.51).

Antes de adentrarmos às contribuições apontadas nos artigos dos CBAS e ENPESS e nas inferências feitas pelos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, cumpre retomar a referência teórica ao conceito sobre a questão agrária situando sob a consideração dos conflitos sociais no espaço geográfico.

Para isto, utilizamos da seguinte assertiva de Batista e Anzilago (2013, p.27), em que consideram que “a produção do espaço geográfico é fundada nos conflitos sociais e está relacionada à produção e representação de territórios em suas relações de poder; neste sentido, a questão agrária é um destes conflitos”. O que as autoras consideram são os conflitos e contradições sociais gerados no campo a partir das relações de poder e da disputa por territórios no espaço geográfico. Nesse caso, podemos ressaltar os conflitos gerados pela disputa de terras, a apropriação dos elementos da natureza como a terra, a água, os minerais, a biodiversidade, dentre outros, são exemplos.

Ainda conforme Batista e Anzilago (2013)

A questão agrária tem sido marcada nos últimos anos por quatro elementos que atuam de forma integrada sob o comando do neoliberalismo: os ajustes estruturais desiguais onde os países subdesenvolvidos seguem em programas de subsídio de matérias-

primas para países desenvolvidos; a desigual liberalização do mercado agrícola abrindo cada vez mais caminho para o setor privado e a especialização de produtos agrícolas; o crescente controle das corporações transnacionais na produção de novas técnicas que proporcionem o domínio da cadeia de produção e transformação de alimentos em larga escala; e também o direito sobre a propriedade intelectual aplicado a novas variedades de plantas. (ibid., p. 29/30)

Estas considerações apresentadas pelas autoras remetem a análise da questão agrária de forma ainda mais ampla e em âmbito mundial. As afirmações feitas demonstram que os efeitos negativos impostos pelo neoliberalismo e sob a égide do grande capital internacional são mais refletidos nos países menos desenvolvidos, que continuam a ser explorados pelos países desenvolvidos, quer seja pelo fornecimento de matéria – prima, quer seja pela apropriação intelectual de tecnologias ou de espécies da natureza. Estes e outros efeitos associados ao modelo neoliberal serão aprofundados mais adiante, quando fizermos a caracterização do agronegócio e de outros elementos relacionados a tal questão.

Sendo assim, como apontado no início deste capítulo, iremos nos valer de construções e contribuições apresentadas pelos assistentes sociais que estudam ou vivenciam a questão agrária em seu cotidiano interventivo, seja através dos artigos ou nas impressões dos questionários, o que segue.

Quando analisamos as definições feitas pelos autores nos artigos selecionados dos CBAS e ENPESS da última década (2004-2014), verificamos que, apesar da maioria dos artigos (69%) conterem em seu conteúdo diferentes assuntos relacionados à questão agrária, tais como luta pela terra, conflitos agrários, violência no campo, regularização fundiária, reforma agrária, política de assentamentos rurais, política de assistência técnica, relação campo-cidade, dentre outros, quando verificada a definição que os mesmos traziam em seu conteúdo de análise, estas foram evidenciadas em apenas 22,4% dos artigos lidos, que apresentou sua concepção sobre questão agrária, ou seja, apesar do debate da maior parte dos textos, como já descrito, dar ênfase a esta temática, em seu conteúdo não era evidenciado ou formulado o entendimento sobre este tema.

A configuração que os profissionais fizeram sobre esta categoria partiu de três concepções centrais: a questão agrária, a reforma agrária e a luta pela terra, o que será apresentado nestes termos.

A questão agrária é definida por Ribeiro e Einsfeld (2010) como uma questão que trata da desigual distribuição das terras, “decorrente da alta concentração de grandes extensões dessas nas mãos de poucos proprietários, em detrimento de todo um segmento da população que não tem terra ou a quantidade disponível dessa é insuficiente para que vivam e produzam com qualidade de vida”.

Segundo Moro (2007, n/p)

A questão agrária e a situação das pessoas que nela trabalham ou nela querem trabalhar ganhou visibilidade nos últimos anos, no Brasil. Isso não aconteceu por acaso, mas é resultado do amplo processo de reorganização das lutas sociais no campo e a constituição de movimentos e organizações sociais reatualizando o que para alguns teóricos e políticos é extremamente anacrônico: a reforma agrária.

Esta afirmação é confirmada por Canesqui (2007) quando considera que o debate sobre a questão agrária recompõe-se na atualidade, “seja pela não efetivação de uma reforma agrária que realmente altere a distribuição da propriedade da terra no Brasil, seja pelo modelo de agricultura hegemônico, comumente conhecido por agronegócio”. Este modelo, segundo a autora “privilegia as grandes propriedades, os produtos para exportação e requisita cada vez menos, força de trabalho”.

Segundo Silva (2007, n/p), a questão agrária teve suas raízes na nossa própria formação histórica e ela

compreende relações de poder entre diferentes sujeitos, com interesses diferenciados em torno da propriedade privada da terra e seus usos, e não foi resolvida. No país a questão agrária é decisiva para a compreensão das formas históricas assumidas pelo Estado ante a permanente presença dos interesses vinculados à propriedade territorial na composição política do poder, interferindo nas grandes transformações operadas na vida da nação.

A questão agrária também é percebida nos artigos a partir da interface com a questão ambiental e a questão social, sendo estas indissociáveis, visto que algumas práticas de sobrevivência no meio rural tem sido predatórias e causado danos ao meio ambiente, conforme inferência feita por Martins (2010, n/p)

As condições de vida insatisfatórias têm conduzido as populações rurais a estratégias de sobrevivência altamente predatórias, por isso não se pode referir-se à questão agrária sem se reportar aos problemas ambientais que lhe são intrínsecos. Da mesma forma não se pode falar em questão ambiental sem falar na questão agrária. Ambas fazem parte de uma mesma problemática e, sem soluções adequadas para a questão agrária, bem como para os graves problemas desencadeados por esta, não há como resolver a questão ambiental e as manifestações da “questão social”.

Por fim, Lusa (2010) ressalta que a questão agrária no Brasil é entendida como um dos elementos que compõem a realidade rural “deve ser tomada necessariamente como constituinte de um processo histórico-político do país, onde ocorrem transformações que muito mais a renovam, enquanto questão social, do que a extinguem”. Ou seja, esta é uma questão cada dia mais presente em nossa sociedade capitalista e na qual se encontra um dos maiores problemas sociais do país, pois, “a mesma contém elementos que originam a questão populacional e nela residem as maiores causas de pobreza e êxodo rural”. (ARAÚJO, 2007, n/p)

Apesar da maioria dos profissionais não fazerem a configuração direta sobre o que significava a categoria questão agrária, o que se percebeu é que, em muitos artigos, partiu-se da contextualização e do entendimento que os profissionais tinham sobre reforma agrária, suas especificidades na sociedade capitalista e a compreensão desta como uma possibilidade para a superação das desigualdades no campo, que prevaleceu nesta caracterização.

Sobre este tema, Silva (2007) considera que a reforma agrária não se constitui apenas como uma questão “de retórica dos movimentos sociais, nem como mero mecanismo de desenvolvimento econômico, mas apresenta-se como necessidade histórica para as classes subalternas na perspectiva de contribuir para a superação das desigualdades”.

Nesta mesma linha de pensamento, Moro (2007, n/p) argumenta que

Os problemas relativos ao mundo agrário ganham maior visibilidade e a reforma agrária torna-se uma das estratégias capaz de equacioná-los. Os movimentos que lutam pela terra recolocam a imprescindibilidade da reforma agrária como forma de diminuir os efeitos perversos da modernização de nosso país - modernização essa assentada na exploração e expropriação da massa de trabalhadores e o aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Outra referência relacionada à definição de questão agrária que é enfatizada nos artigos é sobre a luta pela terra.

Assim, a luta pela ou para ficar na terra, é uma luta por trabalho, moradia, cidadania e vida. Pois, mesmo com as dificuldades e problemas, os *assentamentos* – grandes propriedades fundiárias repartidas - são resultado de conflitos sociais e disputas políticas, mas constituem-se pela identidade, a história de cada um e do lugar e pelas relações de sociabilidade. São, portanto, espaços singulares que possibilitam um “convívio face a face” (Berger e Luckmann, 1998),

possibilitando novas interações e ressignificações identitárias e representacionais. (MIRANDA, 2007, n/p)

A luta pela terra ou pelo direito a terra está relacionada não apenas ao acesso a um pedaço de chão, mas sim a uma luta bem mais ampla pelos direitos em nossa sociedade. “Os direitos de cidadania, o direito a terra, ao trabalho, à moradia são um parâmetro fundamental para a construção da vida em sociedade e refletem conquistas dos movimentos sociais rurais, através da ação política”. (BARROS, 2007). A luta dos trabalhadores rurais pela terra também se configura

Na busca por uma sustentabilidade, uma vez que, não desvincula de um contexto mais amplo refletindo as relações político econômica do país levando os trabalhadores a empenhar-se por uma melhor qualidade de vida na tentativa de buscar o direito social do uso da terra lutando por uma reforma agrária que preconiza: direito ao posto de trabalho e condições de trabalho; financiamento para os pequenos produtores; melhor distribuição de renda etc.; agricultura sustentável preservando a cultura e o modo de vida das populações rurais e o modo de gestão dos recursos naturais na produção agrícola. (ARAÚJO, 2007, n/p)

Cumprido ressaltar que, quando o debate acerca da questão agrária é evidenciado pelos profissionais através de seus artigos apresentados nos CBAS e ENPESS, estes trazem em seu conteúdo elementos concernentes à profissão, ou seja, a conceituação apresentada pelos profissionais está imbuída de questões que perpassam o exercício profissional cotidiano desta categoria profissional. O que pode ser percebido nas assertivas de Silva (2004) e Almeida (2006) apresentadas a seguir.

Sobre esse aspecto Almeida (2006) infere que

A questão agrária configura-se como uma das particularidades da questão social, cujos desdobramentos demonstram as contradições da organização sócio econômica da sociedade brasileira que se manifestam historicamente de diversas formas, tanto no meio rural quanto no espaço urbano. (ibid., p.3)

Estas percepções também estão contidas na assertiva apresentada por Silva (2004), ao considerar que analisar as contradições que envolvem a questão agrária no Brasil significa compreender as configurações que a questão social assume no país e que esta é uma articulação “necessária na medida em que compreendemos a Questão

Agrária como Questão Social” Para esta autora, é a “configuração da Questão Agrária como Questão Social que particulariza a inserção do Serviço Social nos processos que envolvem a luta pela terra”. (ibid., p.01)

Sant`ana (2008) enfatiza que a questão agrária, sendo uma particularidade da questão social, pode ser percebida por meio de diferentes manifestações, quer seja nas condições “ de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais, no adoecimento do trabalhador em decorrência do processo laborativo em meio rural, na migração ou no desemprego” (ibid., p.3)

Nunes (2010) complementa o pensamento apresentado por Sant`ana (2008) ao considerar que a questão agrária não é apenas uma questão de terra, mas que “abrange as diversas faces da questão social na sua atualidade como gênero, democracia, direitos humanos, agronegócio, alimentos transgênicos, ambiente, entre outros”. (ibid., p.2).

Sob este aspecto é que se discute a ressignificação da questão agrária, considerada como algo atual e contemporâneo, visto que congregam elementos que ultrapassam a simples luta pela terra e por condições de vida digna no campo, mas que contém um debate amplo e complexo pautado nas lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e também ambientais. Tal ressignificação requer mudanças na forma de tratamento e de enfrentamento à questão agrária e, conseqüentemente, das suas expressões, configuradas pela questão social. Este enfrentamento pressuporá, nas afirmações de Martins (2009), que as lutas sociais e políticas

desencadeadas pelos trabalhadores rurais sem terra (assalariados rurais, arrendatários, posseiros, parceiros, foreiros, camponeses com pouca terra...) devam ser organicamente articuladas com as lutas dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres e dos ambientalistas. E articulados com as lutas populares urbanas. (ibid., p.4)

Este também é o pensamento expresso por Gois e Santos (2013), em que argumentam que a questão agrária constitui-se além de uma particularidade da questão social (Sant` Ana, 2012) “uma questão política, econômica, cultural e ambiental cujo enfrentamento exige a adoção de medidas direcionadas a transformações das relações sociais determinadas por grupos dominantes que comandam o modo de produção e o Estado capitalista”. (GOIS e SANTOS, 2013, p.4)

Convém esclarecermos que este é um tema que será tratado de forma detalhada e mais aprofundadamente no segundo capítulo deste estudo, mas que, dada as percepções e inúmeras recorrências a estas afirmações quando observadas as conceituações apresentadas nos artigos analisados, convencionou-se apresentar esta problematização apenas em linhas gerais.

Menezes (2010) nos apresenta um aspecto sobre a conceituação de questão agrária que é de cunho esclarecedor em se tratando de terminologias aparentemente convergentes, mas que apresentam divergências em seu contexto teórico – político - social. Em seu artigo, nos indica que questão agrícola é diferente de questão agrária, tendo em vista os seguintes aspectos,

A questão agrícola está ligada às mudanças na produção em si mesmo: O que se produz, onde se produz e quanto se produz? E a Questão Agrária está ligada as transformações nas relações de produção: Como se produz, de que forma se produz? Ou seja, na questão agrícola o importante é a quantidade e o valor dos bens produzidos, já na Questão Agrária é a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais e a produtividade das pessoas ocupadas no campo. (ibid., p.3)

O pensamento apresentado por Menezes (2010) tem sua base nas concepções de José Graziano Silva (1981, p.5) sobre questão agrária e questão agrícola. Este autor, considera que a separação entre a questão agrária e a questão agrícola “é apenas um recurso analítico”, visto que não se pode “separar as coisas em compartimentos estanques”. Ou seja, para Graziano a questão agrária está presente nas crises agrícolas, assim como a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. A diferença consiste no que Menezes apresenta como o modo de produzir. Graziano ressalta ainda que a crise agrária é agravada “pelo modo como tem se expandido as relações capitalistas de produção no campo”. Ou seja, sob que bases a produção agropecuária tem sido desenvolvida e quais os efetivos que o aumento desta tem gerado para a população do campo. Este tema será apresentado com mais detalhamento posteriormente, ao se analisar sobre as expressões da questão agrária no Brasil.

Silva (2007) nos convida à reflexão e a um posicionamento diante de tudo o que foi exposto pelos demais autores, quando infere que a questão agrária “compreende relações de poder entre diferentes sujeitos, com interesses diferenciados em torno da propriedade privada da terra e de seus usos, e não foi resolvida”. (ibid., p.2). Ou seja,

apesar de vivermos um momento em que autores como Navarro (2013), nas palavras de Bezerra (2014, p.139) “numa perspectiva conservadora, decretariam a ‘morte’ da reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento para o campo”, o que se percebe é que, a questão agrária está muito presente, e tem sido ressignificada e atualizada na contemporaneidade, conforme já evidenciado neste item, haja vista os conflitos e consequências destrutivas geradas pelo agronegócio, que tem sido propagandeado como modelo de desenvolvimento e que será aprofundado em item específico neste capítulo.

Na atualidade, a questão agrária não pode ser evidenciada como uma categoria isolada, mas sim como algo que perpassa outras áreas, estabelecendo com estas interfaces e compondo demandas conjuntas e lutas sociais pelo uso e posse da terra, contra o agronegócio e a favor de um programa alternativo e popular camponês, dentre outras bandeiras de luta. Com uma definição que traz como elemento de análise a interface entre a questão agrária, a questão urbana e a questão ambiental, Bezerra e Rodrigues (2014) apresentam a seguinte assertiva

Constrói-se, portanto, na interseção da questão agrária, da questão urbana e da questão ambiental, um universo ampliado de lutas, que têm na questão do acesso à terra um dos elementos centrais e fundamentais, mas insuficiente para conter as demandas dos trabalhadores. Assim, a luta pela terra se torna mais complexa, exigindo uma renovação também nos espaços de organização dos trabalhadores. Assim, no interior dos desafios organizativos e políticos colocados para os trabalhadores, observa-se a necessidade de se construir, em nível local e internacional, lutas que potencializem um programa alternativo, popular e camponês. (ibid., p.6).

Finalizamos a análise sobre esta conceituação com uma afirmação de Yamamoto (2001) que considera que a questão agrária é decisiva para que possamos compreender “as formas históricas assumidas pelo Estado ante a permanente presença dos interesses vinculados à propriedade territorial na composição política do poder, interferindo nas grandes transformações operadas na vida da nação” (ibid., p.110).

Assim evidencia-se que a questão agrária contém elementos que a tornam cada vez mais presente e seus efeitos latentes na atualidade, isto, sobretudo, se considerarmos que a estrutura agrária no país está fortemente vinculada ao capitalismo, o que contribui para que os efeitos, já mencionados, fiquem mais evidentes, tema que será aprofundado no item a seguir.

1.2 O modo de produção capitalista

A partir dos aspectos evidenciados no item anterior e de outros elementos que serão tratados a partir deste ponto, será possível perceber que, no contexto da questão agrária, o conflito de classes decorrente da relação estabelecida entre capital e trabalho se torna mais evidente. Esta relação “permite a percepção do conflito como elemento presente e desencadeador do movimento da sociabilidade e facilita a discussão das particularidades que definem e dão diferentes contornos para os outros eixos de dominação e opressão vigentes em nossa sociedade” (SANT’ANA, 2012,p.150).

Para a compreensão de tais questões em nossa sociedade, consideramos relevante problematizar a configuração do modo de produção capitalista em nossa sociedade. Sendo assim, tal exercício inicia-se a partir das contribuições oferecidas por Karl Marx.

Segundo Marx (2005), a origem do modo de produção capitalista não está ligada a uma pura e simples racionalização da divisão do trabalho social, mas sim a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, etc., que separou o produtor direto dos seus meios de produção e formou enormes massas de indigentes e desocupados. Para este autor, “a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (ibid. p.252). Foi, assim, analisada por Karl Marx para descrever a gênese histórica do capitalismo e não é resultado do modo de produção capitalista, mas o seu ponto de partida, pois precede o capitalismo.

A acumulação primitiva destacada por Marx como a gênese histórica do capitalismo é considerada como uma etapa em que o desenvolvimento das forças produtivas, baseado na troca se desenvolve nas sociedades como uma forma de economia essencialmente natural. Posteriormente, esta produção de mercadorias para a troca é aperfeiçoada em produção para satisfazer diretamente as necessidades dos produtores ou da sua coletividade. Esta troca regularizada faz nascer o dinheiro, e conseqüentemente o capital, sendo assim o capital surge sob a forma capital-dinheiro.

Neste processo evolutivo e de desenvolvimento do modo de produção capitalista, destaca-se a manufatura, considerada como a primeira penetração do capital

na produção propriamente dita. Este processo era organizado tanto na cidade como no campo através de indústrias têxtil ou metalúrgicas organizadas no domicílio e posteriormente em fábricas, nas quais os produtores, transformados em proletários, eram reunidos e colocados sob o controle permanente de vigilantes (Mandel, 1981).

Isto posto, podemos considerar que Marx identifica que o ponto de partida da produção capitalista se estabelece no momento em que aumenta o número de trabalhadores, o processo de trabalho se expande e conseqüentemente a quantidade de produtos. Tudo isto sob o domínio do mesmo capitalista. O que pode ser reforçado pela citação que se segue:

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. (MARX, 2005, p. 439)

Entendendo este ponto de partida, podemos compreender o modo de produção capitalista tendo como base central a discussão da mercadoria, que é considerada o elemento fundamental deste modo de produção.

Com o advento da Revolução Industrial, a transformação do modo de produção capitalista baseado na acumulação primitiva transformou-se na acumulação capitalista propriamente dita, entendendo que estes – acumulação primitiva e acumulação capitalista - não são dois tipos de acumulação, em que um deixou de existir para dar lugar ao outro, mas sim etapas de aprofundamento e transformações no modo de produção capitalista.

Sendo assim, Marx considerava que a composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção. Ela define a acumulação, como a relação do capital em forma ampliada, ou seja, a reprodução do capital em mais capital. Para Marx (1989) a acumulação era o motor cuja potência aumentava no modo de produção capitalista, por isto, em sua teoria sobre o crescimento do capitalismo, a acumulação capitalista se coloca no centro das coisas.

Cumpramos ressaltar que um dos elementos centrais do capitalismo que Marx descreve em sua obra é o surgimento de duas classes antagônicas da sociedade industrial capitalista: a burguesia (classe sem títulos de privilégios, mas de poder baseado na propriedade sobre os meios de produção) e o proletariado (classe trabalhadora livre para negociar, mas também livre e despossuída dos meios de produção).

Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888)

Podemos afirmar que a luta entre as duas grandes classes antagônicas da sociedade se traduz também, necessariamente, em uma luta política. Assim ocorreu na longa batalha entre a burguesia (ou a classe capitalista) e a aristocracia rural e assim ocorre na luta da classe operária e esses capitalistas (AGUENA, 2008, p.73).

Marx e Engels (2007) consideram que as classes dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias. Neste sentido, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante são as ideias de sua dominação.

Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então, enquanto, posteriormente, a oposição das classes não dominantes contra a classe então dominante torna-se cada vez mais aguda e mais profunda. Por meio dessas duas coisas estabelece-se a condição de que a luta a ser travada contra essa nova classe dominante deva propor-se, em contrapartida, a uma negação mais resoluta e mais radical das condições até então existentes do que a que puderam fazer todas as classes anteriores que aspiravam à dominação. (ibid., p. 49)

Conforme Marx, (2005) "a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua" - convertida em um verdadeiro "exército industrial de reserva", que permanece disponível ao capital, sendo ora absorvida, ora liberada, conforme as mudanças periódicas dos ciclos industriais do processo de acumulação capitalista.

Esse exército de reserva, para Marx (2005), levado ao ócio forçado em tempos de crises, torna-se elemento fundamental à consolidação da acumulação capitalista, uma

vez que mantêm baixa a taxa de salários pagos à população ativa e contêm suas pretensões em momentos de crescimento econômico. Trata-se de um verdadeiro "despotismo do capital" sobre a classe trabalhadora. O que o capital almejava era a “uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital”. *ibid.*, p.256)

Ressalta-se que já na acumulação primitiva há o reconhecimento oficial do pauperismo, mediante a introdução do imposto para os pobres. Este pauperismo era gerado pelas condições de expropriação violenta da massa do povo. Os trabalhadores, nas afirmações de Marx (2005), constituíam-se em uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada, o proletariado. Esta afirmação pode ser ilustrada por uma de suas célebres expressões, quando afirma que “uma massa de proletários livres como pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (p.254). O surgimento dos trabalhadores assalariados dá-se no momento em que o indivíduo deixa de ser simplesmente vendedor de sua força de trabalho (produtor) para se tornar “escravo” de um sistema excludente.

Neste contexto, registra-se ainda, que a Revolução Gloriosa foi um fato importante na história de constituição do capitalismo. Esta trouxe os extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Era a instauração de uma nova era em que a prática de roubo dos domínios do Estado, a apropriação fraudulenta (lei para cercamento das propriedades comunais) e as violações do sagrado direito de propriedade, foram as marcas. Para Marx, “a expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno”. (*ibid.*, p. 273)

Uma das características que o capitalismo apresenta no processo de constituição da classe trabalhadora é a divisão do trabalho. Na divisão do trabalho, está contido o entendimento das relações naturais estabelecidas em família e na separação da sociedade em classes (famílias opostas umas as outras) e da divisão (desigual) de trabalho e dos produtos originados deste.

[...] desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc. desenvolve-se por si própria ou "naturalmente". A divisão do trabalho

só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. (MARX e ENGELS, 2007, p.35)

Considera-se que os homens produzem indiretamente sua vida material, e são determinados por essa maneira do modo como produzem. A partir da concepção entre a relação estabelecida pelos indivíduos com o seu meio é que se configuram as bases da divisão do trabalho (industrial x agrícola), da relação campo x cidade, dentre outras. Nesta relação, pode-se observar na sociedade capitalista, uma submissão do campo à cidade, a qual encontra explicações em Marx conforme pode ser descrita n' *O Capital* e na *Ideologia Alemã*.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) consideravam que a maior divisão entre o trabalho material e espiritual se dava pela relação campo x cidade. Esta era uma relação de oposição, visto que uma tem características totalmente diferentes da outra, devido à forma como os homens vivem, se organizam e constroem as relações. Consideraram que, a partir da divisão social do trabalho, houve a separação do trabalho. De um lado, o industrial e comercial na cidade e do outro, o trabalho agrícola no campo.

Para explicação sobre os fundamentos históricos das relações estabelecidas e que configuraram posteriormente na segmentação campo x cidade, na divisão do trabalho e consequentemente na face mais clara do capitalismo, os autores partem da descrição das formas de propriedade. A primeira forma considerada era a propriedade tribal, que era a forma mais primitiva, o estágio mais rudimentar da produção, em que as ações eram feitas para a garantia da sobrevivência (caça e pesca), quase que sem nenhuma divisão clara do trabalho. A segunda forma de propriedade é a propriedade comunal e estatal. Esta forma é resultado, sobretudo, da reunião de várias tribos em uma única cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsistem as escravidões. Nesta forma, há a transformação dos pequenos plebeus em proletariados. A estrutura social desta forma é desagregada à medida que se desenvolve a propriedade privada. Já nesta forma, é configurada a oposição campo e cidade e, mais tarde, se estende na oposição entre os Estados. A terceira forma é a propriedade feudal ou estamental. Nesta, enquanto a antiguidade tinha como ponto de partida a cidade e seu pequeno território, na Idade Média partia-se do campo. Nessa estrutura social, estão contidos os seguintes fatos:

[...] indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas

determinadas. Em cada caso isolado, a observação empírica deve mostrar nos fatos, e sem nenhuma especulação nem mistificação, a ligação entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX e ENGELS, 2002, p. 18)

Sobre a relação campo x cidade, podemos ainda considerar as observações de Mondardo (2008) sobre o pensamento de Marx destacados em O`Capital

Marx entende que nas relações campo cidade, o campo se torna fonte de matéria-prima para indústria, em geral, localizada na cidade, além de liberar grandes contingentes de camponeses. Estes, ao serem separados da terra e dos seus instrumentos de trabalho, são lançados às cidades para constituírem a mão-de-obra, a força de trabalho utilizada na indústria. Esta perspectiva de análise colocava como distintas essas duas realidades, a fim de explicar as diferentes classes sociais e as contradições no interior destas, mas, também, demonstrava que campo e cidade estão sempre em processo de troca, de inter-relações. (ibid., p. 42)

Retomando o debate sobre a divisão do trabalho, pode-se valer ainda, dos ensinamentos de Lukács (1968), que considera que a essência do trabalho consiste em algo que vai além da mera competição biológica entre os seres vivos, uma vez que há a diferenciação entre os seres realizada através da consciência. Ou seja, para este autor, o ser estabelece um processo consciente da atividade produtiva que é revelado por sua capacidade de antecipar em sua mente o resultado da ação que visa executar. O trabalho humano pode ser tido como essencialmente diferente do trabalho animal, porque extrapola os limites estabelecidos pelas leis naturais que fixam os seres vivos na ordem da competição biológica e da sobrevivência.

A atividade do homem – o trabalho - possui a especificidade de ser algo objetivo e direcionado a um fim. Nesta concepção, Lukács (1968) se baseia para argumentar que o ser humano é o único ser da natureza capaz de agir de forma teleológica. Para este autor, o ser humano é “um ser que dá respostas” (p.5). Ainda, ao mesmo tempo em que transforma objetivamente a natureza, o homem transforma-se a si mesmo enquanto sujeito.

Neste contexto de análise, o autor considera que o trabalho é um elemento fundante da sociabilidade humana. É por meio dele e a partir dele que os homens se criam e se recriam. Comungando das concepções marxistas é que Lukács (1968) vai se utilizar da célebre frase de Marx "Os homens fazem sua história, mas não em circunstâncias por eles escolhidas" (p.16). Ou seja, o processo de trabalho que leva o homem a dar respostas é ao mesmo tempo livre e cativo. Pois este participa de seu processo criativo, mas conforme as necessidades que lhe são colocadas na sociedade.

Na relação estabelecida entre o homem e o trabalho, este assume a condição também de consumidor. Esta condição para Mészáros (2011) reforça a manutenção do modo de produção capitalista e apresenta uma contradição, ao passo que não se estabelece nenhum controle por parte do trabalhador nem na produção e nem da distribuição. Sobre esta questão Mészáros (2011) nos oferece a seguinte contribuição

O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranquilo da produção capitalista. Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção quanto da distribuição – como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou dois últimos séculos. Trata-se de uma contradição que introduz complicações adicionais no sistema produtivo vigente, baseado numa divisão socialmente estratificada do trabalho (ibid., p.55).

No contexto descrito, o trabalhador é expropriado de seu meio de produção e aos poucos vai perdendo sua identidade de trabalhador livre e de vendedor de sua força de trabalho. A exploração da força de trabalho tem colocado estes sujeitos frente a necessidade de luta pela garantia dos espaços de reprodução da vida. O que nas considerações de Pinassi (1995) leva-nos a reconhecer que “o trabalho na sua forma estranhada, fetichizada, reificada, continua sendo o único recurso capaz de produzir as riquezas mais concretas para o capital e que a sua atualidade é ainda mais importante e problemática que no passado” (ibid., p. 39). Sendo assim, a expropriação, a exploração, a subordinação e, dentre outras características, funcionam enquanto estratégia para garantir a produção e reprodução do modo de produção capitalista e reprodução. Ainda, podemos considerar que o que marcou a época da acumulação primitiva do capital é a expropriação súbita e violenta dos meios de produção e de subsistência dos trabalhadores do campo. Estes, conforme ressaltado por Marx em *O Capital*, formavam uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada, o

proletariado, “uma massa de proletários livres como pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais”... (p.254)

O desenvolvimento do capitalismo é evidenciado por Antunes (1999) através de um resgate das afirmações de Mészáros (1995), isto na tentativa de explicitar as determinações e implicações deste modelo de desenvolvimento ao longo das décadas. Segundo Antunes (1996), para que possamos compreender melhor a lógica do capital, torna-se necessário observar a definição formulada por Mészáros (1995), o qual aponta que a finalidade essencial do capital é “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados”. (MÉSZÁROS: 1995, p.14 apud ANTUNES: 1999, p.21)

Tal conceito sobre a finalidade do capitalismo, colocado por Mészáros (1995), faz-nos refletir e questionar a dinâmica do modo de produção capitalista. Esse apresenta-se centrado em uma lógica de compra e venda de mercadorias, a qual estabelece uma relação de subordinação dos valores de uso aos valores de troca. Na lógica posta pelo capitalismo, o capital começa a ser enxergado como uma estrutura totalizante de controle da sociedade, que impõe critérios aos quais todos devem se adaptar.

No entanto, segundo Sant`Ana (2012, p.15), apesar do projeto do capital manter sua hegemonia na atualidade e “com razoável facilidade, não elimina a disputa política de outros projetos societários existentes”. Esta autora considera que os trabalhadores, ainda que em “condições adversas e com poucos aliados”, seguem na luta empreendendo ações de resistência.

Importa evidenciar que Marx, ao longo de sua obra, utiliza-se de categorias que apontam para a configuração da questão agrária, no interior do capitalismo, tais como: camponeses, trabalhadores rurais, assalariados rurais, trabalhador agrícola, proprietários de terras, dentre outras. Apesar de a questão agrária, não ser objeto de estudos propriamente dito na obra de Marx, encontram-se, em sua produção, os elementos e as categorias principais para se fazer esta análise. A exemplo, também da conceituação que este autor faz sobre a teoria da renda da terra no capitalismo. Sobre esta teoria, considera-se que, com o avanço do capitalismo no campo, o capital submete a terra a seu interesse, visto que ela por si só não gera valor, pois é um bem da natureza e não se

reproduz. No entanto, para Marx, a terra se constitui como local onde ocorre a produção e conseqüentemente gera mais – valia. Sendo assim, a renda da terra é “o pagamento pelo direito do uso da terra imposto ao capital”.

Conforme apontado por Lima (2014), por ocasião do ENPESS, alguns estudiosos

a partir do século XVIII e até o século XX, analisaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ficando conhecidos como pensadores clássicos são eles: Chayanov (maior expoente da Escola de Organização da Produção), Kautsky e Lênin (duas das maiores referências marxistas). Ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, mesmo com suas especificidades, esses pensadores concluíram que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários capitalistas. (ibid., p. 3)

Considerado como uma das principais referências marxistas no debate sobre a questão agrária, Karl Kautsky (1968) é o principal autor, dentre os clássicos do marxismo, que trata da temática sobre a origem agrária do capitalismo e a analisa em um contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã do final do século XIX, cenário este em que se debatiam as propostas de transformação da sociedade e, particularmente, o papel reservado à agricultura e ao campesinato nesse processo.

Nas afirmações de Kautsky (1968), a classe camponesa era dotada de interesses que entrelaçavam-se ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando dificuldades para enquadrá-la em perspectivas mais definidas de ação política e, por conseguinte, criando uma incerteza nas lutas as quais se pretendia travar.

Este autor, procurou reforçar sua visão, fundamentada na concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação. A visão depreciativa do campesinato fazia-o considerar que este era um entrave à superação do modo capitalista de produção. Em sua concepção, a indústria seria a força motriz da sociedade, ou seja, esta se expandiria aos locais mais distantes. Neste sentido, era reservado ao operariado urbano o papel de condução do processo de mudanças.

Kautsky (1968) não admitia a possibilidade de a exploração ser efetuada de modo racional nas pequenas unidades, por vislumbrar a viabilidade econômica somente

na grande exploração, pela suposta capacidade de aproveitamento máximo das instalações, instrumentos e força de trabalho. Esta só poderia ser efetivada com a utilização de mecanização e instrumentos que facilitariam o trabalho, individualizariam ainda mais as relações e reforçariam a necessidade de proletarização. O caminho para a coletivização, portanto, não poderia ser trilhado pelo campesinato, devendo o mesmo passar pela experiência concreta da proletarização, da socialização através do trabalho coletivo.

O processo de proletarização dos camponeses merece ser destacado, neste contexto, sobretudo porque, mesmo com toda resistência no campo, uma parte significativa deste segmento continua migrando para as cidades, intensificando a proletarização neste setor. Este é um processo que ocorre de forma lenta e permanente e está associado ao grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ou seja, quanto mais este modo se desenvolve, maior é o processo de proletarização.

Cumprе ressaltar que houve outros autores que posteriormente discorrem sobre as idéias trazidas por Kautsky acerca da questão agrária, atualizando-as ou confrontando-as. No entanto, no limite deste estudo não teríamos condições de apresentar tais debates.

Sendo assim, na contemporaneidade, Ellen Wood (1998) é uma das autoras que vai apresentar, em seu debate, a relação mais estreita entre capitalismo e questão agrária. Esta autora pauta sua tese analítica polemizando sobre a constituição histórica do capitalismo, discordando fundamentalmente da inferência de que o capitalismo é uma evolução natural da atividade humana e que está ligado fundamentalmente ao desenvolvimento das cidades.

Segundo Wood (1998), para a maioria dos historiadores, o capitalismo emergiu no Ocidente, devido ao desenvolvimento das cidades e das práticas comerciais, especialmente das classes únicas (típicas), os habitantes dos burgos ou burgueses. A forte tendência, segundo a autora, é fazer a identificação do capitalismo com o desenvolvimento das cidades e do comércio urbano, “como um fato natural ou uma decorrência automática de práticas tão antigas quanto a história humana, ou até mesmo como consequência automática da natureza humana, a inclinação natural para o comércio” [...].(ibid.,p.5)

Em sua análise contraposta, a autora considera que o capitalismo tem origens agrárias, pois há muito as necessidades materiais são providas por meio do trabalho da

terra. Nesta forma de trabalho, também se constituíam duas classes fundamentais: de um lado, os que trabalhavam a terra e, de outro, aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros e detinham os meios de produção no campo.

Wood (1998) aponta que há uma característica exclusiva do capitalismo, que diferencia as sociedades pré-capitalistas das capitalistas, reforçando que esta característica independe da produção ser urbana ou rural. Para ela,

Somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente é apropriada exclusivamente por meios puramente econômicos. Devido ao fato de que os produtores diretos numa sociedade capitalista plenamente desenvolvida se encontram na situação de expropriados, e devido também ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução, e até mesmo para proverem os meios do seu trabalho, é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais - valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer à coerção direta. (ibid., p.6)

A autora considera que a relação estabelecida entre produtores e apropriadores é mediada pelo mercado no capitalismo, que é diferente da visão de mercado que existe através da história. O mercado no capitalismo tem uma característica muito própria e uma função distinta ao fazer a relação entre capital e trabalho, ou seja, o mercado é quem possibilita as condições de reprodução desta relação.

Por fim, Wood (1998) apresenta dois pontos importantes para configurar o capitalismo agrário, sendo estes: a) os condutores deste processo não eram comerciantes nem industriais, uma vez que a transformação das relações sociais tinham forte enraizamento no campo. Consideram que os comerciantes poderiam se desenvolver dentro do sistema não capitalista; b) o capitalismo agrário é identificado sem referência a trabalho assalariado, há a constituição de uma tríade composta por proprietários de terras, arrendatários capitalistas e trabalhadores.

Conforme descrito ao longo deste texto, o desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por diferentes fases, desde a mercantil, industrial, monopolista e agora, na contemporaneidade vivenciamos uma nova fase dominada pelo capital financeiro globalizado. Segundo Stédile (2010, p.51) “essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas se concentra basicamente na esfera do capital financeiro”. Mas, esse capital financeiro “precisa controlar a produção das mercadorias

(na indústria, nos minérios e na agricultura) e controlar o comércio a nível mundial, para poder apoderar-se da mais – valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral”.

Em se tratando da relação questão agrária e capitalismo na contemporaneidade, Stédile (2010) aponta que o capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura por meio de vários mecanismos, o que se destaca: a) os bancos passaram a comprar ações de empresas (de porte médio e de grandes empresas) que atuavam em diferentes setores relacionados à agricultura, tais como: comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos. Os bancos então, passaram a investir recursos nestas empresas, o que ocasionou um grande crescimento do capital financeiro e conseqüentemente estas empresas passaram a controlar os diferentes setores ligados à agricultura, gerando ainda maior concentração; b) o processo de dolarização da economia mundial, também permitiu que empresas se aproveitassem de taxas de câmbio favoráveis e entrassem na economia nacional através da aquisição de outras empresas, ocasionando assim maior dominação e centralização do mercado de produtos agrícolas; c) as regras de livre comércio impostas pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os acordos multilaterais, normatizaram e controlaram o comércio de produtos agrícolas conforme os interesses das grandes corporações, o que facilitou a entrada de empresas transnacionais que passaram a controlar o mercado de produtos e insumos agrícolas mundialmente; d) o crédito bancário é considerado como um mecanismo que financiou o capitalismo industrial em todo o mundo, isto porque as empresas cada vez mais dependentes de insumos industriais para produzir, ficaram a mercê dos créditos para financiar a produção; e) por fim, Stédile (2010) argumenta que os governos abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional da economia camponesa e abriram oportunidades para a entrada das políticas neoliberais e para o desenvolvimento da grande produção agrícola capitalista. Isto possibilitado pelas isenções fiscais, pelo incentivo a exportação e importação e pela aplicação de taxas de juros que favoreceram a agricultura capitalista.

Um dos maiores reflexos desta ação por parte dos governos é o fortalecimento do monopólio das grandes corporações e o controle deste setor por um número reduzido de grandes empresas. Outra consequência observada é com relação ao uso de agrotóxicos, pois se sabe que o processo de produção intensiva leva a necessidade de

utilização de técnicas que dêem respostas a esta demanda, uma delas é a utilização de agrotóxicos. Este se torna um comércio que favorece a centralização do capital, vez que a mesma empresa que fornece os insumos (venenos e agrotóxicos) também fornece as sementes transgênicas, o maquinário agrícola e posteriormente os medicamentos para tratar as doenças ocasionadas por este sistema. Esta é uma engrenagem que ocasiona dependência e aprisiona os que dela necessitam se utilizar.

Aliado a este fator, a padronização dos alimentos humanos e animais, transforma a comida em mera mercadoria. A produção em massa de alimentos cada vez mais contaminada afeta a saúde da população e potencializa a articulação de lutas tanto no espaço urbano quanto no campo.

As construções apresentadas até aqui objetivaram o entendimento quanto ao processo de constituição da questão agrária e como esta se gestou a partir do próprio processo de acumulação do capital, que se realiza mediante a expropriação violenta dos produtores da terra e a separação dos meios de produção como forma de garantir a acumulação e valorização do sistema capitalista.

Ressalta-se que são inúmeros os elementos que poderiam ser considerados acerca deste item, como a crise do capital financeiro e suas consequências para a agricultura; a situação atual do controle das empresas transnacionais e do capital financeiro; as contradições do controle do capital sobre a agricultura, dentre outras. No entanto, nos limites deste estudo, apenas foram apontados os pontos gerais que se pretendeu evidenciar. Nos itens seguintes serão evidenciadas as particularidades do capitalismo no contexto brasileiro.

1.3 As particularidades do capitalismo contemporâneo no Brasil

Ao se fazer, neste momento do trabalho, uma breve análise sobre a formação social brasileira, podemos considerar que a luta pela resistência e manutenção dos trabalhadores do campo em suas terras data de tempos antigos de nossa sociedade. Os colonizadores foram responsáveis pelo massacre e diminuição dos “aborígenes autônomos”, ou seja, nossos índios e primeiros habitantes das terras brasileiras, quase foram extintos. Como retrata o seguinte trecho: “os povos indígenas, nativos, foram reduzidos a 1 milhão, 500 mil nativos foram integrados, 1,5 milhão de trabalhadores

escravizados trazidos da África- os negros; 2 milhões de brancos e mestiços, fruto da política do colonizador” (STÉDILE, 2005, p.294) .

No Brasil de 1850, a população se organizava através de um sistema de trabalho e cultivo que era baseado no que Gorender (2005) denominou de *plantagem*⁵, ou seja, um tipo de sistema agrícola baseado na monocultura para exportação e mediante a utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava. Em sua concepção, a *plantagem* foi um modelo clássico amplamente, e de modo prolongado, utilizado no Brasil no período escravocrata, antes mesmo das experiências inglesa e francesa. Sendo assim não se justificaria a necessidade de utilização do termo em inglês.

Para Gorender (2005) a *plantagem* se constitui como uma categoria fundamental do modo de produção escravista colonial e de caráter capitalista. Este sistema se apresenta pelos seguintes traços característicos: especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; trabalho por equipes sob o comando unificado; conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto e divisão do trabalho quantitativa e qualitativamente.

O que se percebe pelas considerações de Gorender é que este é um sistema voltado para o mercado mundial, com uma opção clara pela produção agrícola especializada e baseada na monocultura, ou seja, sem intenções de atender ao mercado interno. A mão - de - obra organizada por meio do trabalho em equipe e sob o comando unificado, retira qualquer forma de autonomia dos trabalhadores que são obrigados a estar, o tempo todo a serviço de seus proprietários. Ainda, a conjugação entre produção e beneficiamento no mesmo estabelecimento proporciona agregação de valor ao produto e vantagem econômica, ao passo que este, em alguns casos, conforme especificado pelo autor sobre a cana - de - açúcar, já saem “aptos ao consumo individual”. Por fim, a divisão do trabalho de forma quantitativa e qualitativa, possibilitava a divisão das tarefas em equipes de trabalhadores, em que uma mesma atividade era executada por equipes diferentes simultaneamente, o que acelerava ainda mais o processo produtivo. A divisão qualitativa representava por sua vez pouca especialização, mas um grande empenho e sobrecarga de trabalho, visto que o mesmo trabalhador escravo “estaria

⁵ Este é uma atualização na língua portuguesa do termo *plantation*, comumente escrito em inglês e em itálico. Segundo Gorender (2005), este vocábulo está em desuso em nossa língua e apresenta pouca descrição nos dicionários atuais.

empenhado nas tarefas agrícolas, no beneficiamento, no transporte ou em qualquer outro setor carente de trabalho de baixa qualificação”. (ibid., p. 156)

Esta configuração justifica-se, pois a partir deste modo de produção é que se constrói as bases que solidificaram o agronegócio na contemporaneidade, o que será apresentado mais adiante.

Na continuidade da caracterização deste período, destaca-se a Lei de Terras⁶. Esta Lei regulava a propriedade privada, definindo que só poderiam adquirir terras por compra e venda ou por doação do Estado. Não seria mais permitido obter terras por meio de posse por direito adquirido por uso. Aqueles que já ocupavam algum lote receberam o título de proprietário, mas os demais, a partir daquele período, precisavam adquiri-las do Estado, principalmente, como foi o caso de muitos imigrantes.

Importa - nos considerar que no Brasil, assim como nos demais países, o capitalismo se desenvolveu de forma bastante peculiar, uma vez que sempre esteve atrelado ao caráter agrário da sociedade, fundado pelas relações conservadoras, escravocratas e de “heteronomia, subsidiando o chamado desenvolvimento desigual e combinado”. (PEREIRA, 2010, p.3)

No caso específico do Brasil, tecendo o chão teórico que possibilitará a associação com a questão agrária, são apresentados os pensamentos de alguns autores como Guimarães (2011), Caio Prado (2011), Mendonça (2006), Nakatani et. al (2012), Gorender (2013), dentre outros.

Antes, pois, é importante citar uma consideração apontada por Mendonça (2006) que afirma

[...] que o desenvolvimento do país está entravado por uma questão agrária quando a tessitura das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, no meio rural, produz uma dinâmica perversa que bloqueia tanto o esforço para aumentar a produção e a produtividade no campo, quanto as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural, e, sobretudo, seu grau de participação no processo político democrático. (MENDONÇA, 2006, p.78, apud. NAKATANI et. al, 2012, p. 214/5)

⁶Sabe-se que esta lei foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil. Neste sentido, grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras.

Sendo assim, definiu – se por iniciar esta construção teórica a partir do resgate das origens deste debate para que se possa compreender e reafirmar as características postas na atualidade acerca da questão agrária no Brasil contemporâneo.

Antes de adentrarmos nesta abordagem e configurar as análises sobre a formação econômica brasileira – de forma crítica, é importante demonstrar que existem interpretações contraditórias acerca do sistema econômico que vigorou no Brasil desde os seus primórdios. Iremos perceber que algumas das alternativas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, foram alicerçadas em concepções dogmáticas e na transplantação de modelos oriundos de realidades econômico-sociais completamente diferentes da nossa.

É importante considerar que Jacob Gorender, um dos autores que será referenciado, difere do pensamento de autores clássicos como Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães, que tratavam o escravismo como capitalismo atrasado e como feudalismo incompleto.

Para Gorender (2013), a análise funda-se no escravismo colonial e na concepção de capitalismo ancorada na teoria marxista, mas ao mesmo tempo completada com suas formulações acerca do capitalismo na agricultura e da contribuição que sua obra oferece ao debate. Entretanto, Gorender defende que “as relações de produção da economia colonial teriam que ser estudadas de dentro para fora”, analisando – se o movimento interno do capitalismo e seus reflexos. Ou seja, conforme este autor, para se “entender a formação social de determinada sociedade, do ponto de vista marxista, é fundamental compreender o modo de produção que lhe serve de base.

A partir dessa diferenciação em relação às teses anteriormente apresentadas por outros autores, Gorender propõe um estudo novo que ele denomina de modo de produção escravista. Ou seja, ele considera que “foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu, em grande parte, a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil” (p.23)

Sendo assim Gorender (2013, p.25) apresenta as seguintes concepções que ele denominou de “histórico-sociológico-econômicas”: a) o capitalismo no Brasil se formou a partir do feudalismo, reproduzindo o processo europeu e que até hoje existem “sobrevivências feudais ou semif feudais no campo brasileiro”; b) “o capitalismo nasceu no Brasil no início da colonização portuguesa”, ou seja, a própria colônia português é que trouxe o capitalismo no século XVI, o que se considera como sendo um capitalismo

incompleto; c) outra de que “tivemos uma economia colonial, até mesmo um “modo de produção colonial, como peça do Antigo Sistema Colonial” e d) uma última concepção, a qual é defensor e embasou boa parte de suas obras é a de que “a formação do capitalismo, inclusive no campo do Brasil, a partir do modo – de – produção escravista – colonial – eis, finalmente, uma nova e recente concepção”. Para Gorender, esta é a única concepção passível de ser explicada pelo rigor da metodologia do materialismo histórico dialético. Sua análise considera que o sistema escravista no Brasil não era patriarcal e sim colonial e baseado no sistema mercantil, o que mais tarde caminhou para o surgimento de “um setor industrial fabril, tipicamente capitalista”.

Guimarães (2011), assim como Gorender (2013) considera de suma importância à compreensão de como se originou o regime econômico brasileiro. No entanto, apresenta uma concepção diferenciada de Gorender, vez que reforça a teoria de que não “iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista” (GUIMARAES, 2011, p.48), como sugerem alguns autores, mas que a essência do sistema econômico brasileiro é o sistema latifundiário.

Para Guimarães (2011, p.42), o que importa em um regime econômico é o sistema de produção, ou seja, “o modo por que, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência”. Assim, o modo por que os homens produzem “os bens materiais de que necessitam para viver é que determinam todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens”.

No Brasil, conforme o pensamento de Guimarães (2011), a forma de colonização representou um período pré-capitalista do sistema latifundiário, o que ele denominou de sistema latifundiário feudal-colonial, isto porque a lógica produtiva era de exportação e manutenção do mercado externo e não de desenvolvimento do mercado interno. Esta forma transfere para a classe trabalhadora os ônus decorrentes, além de ocasionar processos de dependência externa, de relações de domínio, descapitalização e limitação ao desenvolvimento do país.

Ainda sobre este debate que caracteriza efetivamente a passagem do Brasil Colônia ao capitalismo e a questão agrária, Carlos Nelson Coutinho (2011), ao analisar a obra de Caio Prado Jr. apresenta uma importante contribuição sobre as vias para o capitalismo e as consequências que tiveram na constituição do presente no país.

As considerações apresentadas por Coutinho (2011) têm sua gênese fundada na doutrina marxista sobre vias não clássicas de passagem para o capitalismo: o de via prussiana, elaborado por Lênin, com o objetivo principal de conceituar a modernização agrária na Rússia; e o de revolução passiva, utilizado por Gramsci para determinar processos sociais e políticos de transformação pelo alto. (p.202)

Coutinho (2011) considera que, embora na obra de Caio Prado não exista referências explícitas sobre os conceitos de vias, nem este cite Gramsci ou Lênin e nem seu “estoque de categorias marxistas” seja rico, as análises são muito próximas daquelas apresentadas por Lênin sobre os conceitos de via prussiana. A partir das análises de Caio Prado, é possível reconhecer a proximidade que este autor estabelece entre a questão agrária brasileira e a descrição leniniana de via prussiana.

No caso do Brasil, segundo Caio Prado (2011), o processo de modernização da estrutura agrária não se deu pela via clássica, “não se pode falar da supressão radical da grande propriedade pré – capitalista e de sua substituição pela pequena propriedade camponesa” conforme sua descrição:

A situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e na origem de nossa estrutura agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a grande exploração rural que se perpetuou desde os indícios da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (...) de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. (PRADO JUNIOR apud COUTINHO, 2011, p.205)

Considera-se que a exploração rural e a rápida industrialização da agricultura brasileira agravou ainda mais a miséria de uma parte significativa de nossa população. Esta afirmação pode ser comprovada pelo pensamento de Lima (2014), ao considerar a especificidade em relação à população rural.

Em relação à população rural, o que se pode perceber é que ela está envolvida neste processo de acumulação capitalista, que pressupõe necessariamente a existência de um exército industrial de reserva para a garantia da sua produção. A expulsão de grandes parcelas de trabalhadores do campo tornou-se necessária para a garantia de mão de obra disponível à expansão da produção capitalista, condicionando assim um intenso processo de pauperização destes trabalhadores. O fenômeno do pauperismo dos trabalhadores do campo e a concentração fundiária da terra são os elementos essenciais na configuração da questão agrária, expressa na denominada questão

social, que é oriunda das bases econômicas geradas no processo de industrialização que possibilitaram a complexificação das contradições entre as classes e os problemas socioeconômicos e políticos típicos do modo de produção capitalista. (ibid., p.6)

Stédile (2011) ao analisar a formação social brasileira considera que esta foi dominada pelo regime escravista colonial, e que tinha sua base fundante no modelo agroexportador. Este modelo perdurou até os anos 1930, quando entrou em crise e cedeu lugar a outro modelo, o industrial.

Cumprir explicitar que o período compreendido entre as décadas de 1930 a 1960 torna-se um marco, pois inaugura uma nova fase na história econômica brasileira e que irá influenciar diretamente na questão agrária. Do aspecto da questão agrária esse período pode ser identificado pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. Especificamente na década de 1930 a crise do modelo agroexportador fez surgir um novo modelo, mas igualmente dependente - o modelo industrial, ou seja, o novo modelo não rompeu com a dependência econômica aos países centrais e à oligarquia rural.

Neste período, as oligarquias rurais continuavam donas das terras, produzindo para exportação, mas diferentemente do modelo anterior, não possuem mais o poder político, este é assumido pela burguesia industrial. Com esse modelo, ocorre um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural, em que os camponeses acabam se vinculando às indústrias. Além disso, surge uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que objetiva modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno.

Considera-se que a partir de finais dos anos 1960, a indústria contou com crédito agrícola, incorporou os insumos modernos ao seu processo produtivo, possibilitando tecnificação e mecanização da produção e acesso aos modernos circuitos de comercialização.

Após este período e principalmente a partir do golpe de 1964, o debate político torna-se limitado e o pensamento conservador assume posição e estabelece um processo impositivo de debate em torno das questões relativas à produção, ou melhor, à oferta e demanda de produtos agrícolas, exercendo forte influência sobre a definição dos preços, as formas de trabalho e o comércio exterior.

Segundo José Graziano (2013) a agricultura brasileira nos últimos 30 anos sofreu um processo rápido e intenso de modificações, o que ele chamou de modernização. Este autor, considera que hoje

[...] há muitas agriculturas brasileiras, seja pela sua diferenciação regional no país; seja mesmo, dentro de uma mesma região, pelo tipo de inserção do produto ou pelo tipo de articulação entre os capitais que fazem nessa agricultura. Quer dizer, a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. (ibid., p.163/164).

Era necessário modernizar o setor agrícola e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar eficazmente o papel da agricultura promovendo matéria-prima para a indústria nacional que nascia e alimentando a crescente população urbana no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). As transformações que ocorreram na agricultura com a integração com a indústria tornaram o agricultor mais vulnerável e dependente do capital.

Este processo de “modernização conservadora” teve início na década de 1960 com a Revolução Verde e se estendeu ao longo de diversas décadas. Este movimento transformou grandes propriedades de terras em grandes empresas capitalistas que passaram a compor, conforme Valadão e Barcelos (2012, p.153), o

novo arranjo produtivo que passou a determinar o perfil da agricultura brasileira – produtivista, atrelado à adubação química e à mecanização das culturas, direcionado para o mercado externo e definidor do padrão alimentar para atender às corporações agroindustriais. (ibid., p.15)

Este novo arranjo produtivo contribuiu para a ampliação das grandes propriedades fundiárias e dos benefícios necessários ao seu desenvolvimento, tais como benefícios creditícios e de comercialização, ao passo que contribuíram para a quase exclusão das pequenas propriedades e do seu conseqüente empobrecimento, espoliação e fragilidade, o que em muitos episódios conduziram ao êxodo rural.

O período histórico compreendido entre os anos de 1965 a 1982, segundo Delgado (2003), constituiu-se no que se chamou de a “idade de ouro” do

desenvolvimento da agricultura capitalista, ou seja, foi o período em que houve uma integração significativa com a economia industrial e urbana e com o setor externo.

Este período representou além da mudança na base técnica dos meios de produção através da utilização de agroquímicos, sementes melhoradas e transgênicas, dos maquinários como os tratores, colheitadeiras, equipamentos de irrigação, dentre outros; também uma integração entre a produção primária e os ramos industriais, o que mais tarde se constituiu na estratégia do agronegócio, que vem crescentemente e de forma feroz, dominando a política agrícola do país. Sob este aspecto trataremos mais adiante.

Após esta configuração histórica inicial, esclarece-se que as particularidades e expressões da questão agrária no Brasil serão evidenciadas a partir dos acontecimentos e características da década de 1980 em diante. Esta definição, no entanto, não impede de fazermos um retorno cronológico, sempre que necessário, a fim de evidenciar questões pertinentes.

Esta argumentação encontra justificativa no pensamento de Delgado (2005, p.61), quando este autor descreve que “os anos 1980 terão sido para a questão agrária brasileira um momento de transição e contradição”. Isto porque “com o fim do regime militar, abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura”.

No regime militar, a questão agrária tornou-se um tema pouco expressivo, tanto do ponto de vista teórico, quanto político. Isto é justificado pela seguinte afirmação feita por Sant`Ana (2014), na qual explica que o golpe militar de 1964

vai abortar a discussão sobre a reforma agrária, ainda que paradoxalmente seja responsável pela primeira lei de reforma agrária no país. O Estatuto da Terra (Lei 4.504 de novembro de 1964) foi resultado das discussões do início da década, porém, na versão construída pelos militares, estabeleceu como caminho para a agricultura a modernização baseada na grande propriedade fundiária (ou seja, dispensava qualquer processo de desconcentração fundiária e conciliava os interesses dos latifundiários com os empresários capitalistas).

Outro aspecto abordado por Sant`Ana (2014, p. 266) é que o modelo produtivo adotado, baseado na concentração fundiária, na monocultura e no fortalecimento da grande empresa capitalista fortaleceu uma “ política de colonização” que serviu mais para provocar conflitos entre a “população migrante” e as “comunidades nativas”, do que para “viabilizar o acesso a terra para os trabalhadores rurais que estavam sendo

expulsos do campo”. Neste contexto, o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963, além de não assegurar os direitos e condições necessárias aos trabalhadores rurais, em partes regulamentou a expulsão destes trabalhadores, além de possibilitar contratação “precarizada e desprotegida”.

Sendo assim “a reforma agrária como política pública de desenvolvimento que permitiria a ampla desconcentração fundiária foi descartada. Em seu lugar, foi realizada uma política de assentamentos direcionada a dirimir conflitos decorrentes da luta pela terra”.

A partir de uma conjuntura mais favorável e de um “ambiente de abertura política ocorre uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária”. Neste período Delgado (2005) destaca o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e “várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao ‘Fórum Nacional pela Reforma Agrária’”. Ressalta ainda que no âmbito político, “a reforma agrária volta à agenda política do Estado. Ela faz parte do pacto formal que levou o presidente Tancredo Neves a inaugurar a chamada Nova República, traduzida depois no I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985-1988)”.

Cumprir evidenciar que este período de surgimento dos movimentos sociais e de organizações de assessoria ligadas ao campo, foi marcado por intensas lutas e conflitos pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias ao nosso país.

Sobre o processo de luta dos movimentos, Rodrigues (2014) faz uma importante afirmação

Os movimentos sociais lutam, no interior de sua dinâmica política, pela conquista de mais espaços. Assim, o lugar e o espaço, nas suas diversas escalas, manifestos nas suas lutas sociais, resguardam relações de conflito e embate entre seus protagonistas. A incorporação do conflito, como dimensão instituinte da vida social, favorece a possibilidade de surgimento e reafirmação de novos protagonistas na vida política. (ibid., p.201)

Ainda conforme apontado por Rodrigues (2014, p. 201) “os movimentos sociais têm a potencialidade de colocar em questão, através da sua própria existência, tanto as contradições presentes no espaço - tempo, quanto àqueles conflitos envolvidos nessa realidade”.

Estes protagonistas a que a autora faz referência são camponeses que “expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade”, decidem empreender ações de enfrentamento a

um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais⁷. (MST, 2009)

Sendo assim, conforme apontado por Rodrigues (2014, p.201) é que o “contexto da segunda metade dos anos 1980 nos mostra que, o próprio cenário político, incerto e inquietador, abre muitas possibilidades de mudanças, que os movimentos sociais vêm buscando construir através da própria conflitividade social”.

Com base nas considerações apontadas, percebe-se que este foi um período que representou importantes acontecimentos que marcaram o debate acerca da questão agrária e refletiram conseqüentemente na atualidade. A opção por fazer este caminho metodológico traz um movimento dialético de analisar o presente como história, a partir de um viés marxista em que se parte de uma análise da gênese e das perspectivas para explicar esse presente.

Cumpram ressaltar que, o modelo de exploração adotado pelo capitalismo a partir de uma nova dinâmica produtiva modelada pelo processo de modernização da agricultura, resulta em um território do agronegócio, cujas características são destacadas a seguir.

Afirma-se que a concentração e centralização da terra e da riqueza afeta a soberania nacional e expulsa os trabalhadores do campo. Esta é uma das conseqüências do capitalismo na agricultura, visto que há um controle do capital sobre o processo produtivo. Para Valadão e Barcellos (2012, p.145), o processo de privatização da terra no Brasil se insere no contexto mais amplo de acumulação de capital, produzindo impactos perversos, entre eles, a mercantilização da biodiversidade e a expropriação territorial de populações locais.

⁷ Disponível em <http://antigo.mst.org.br/node/7702>, acesso em 05/05/2015.

1.4 A configuração do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro

Ao analisar a bibliografia sobre este tema, percebe-se que, através de diferentes temáticas, a questão agrária sempre foi uma referência na análise da formação social brasileira e do pensamento social brasileiro.

Cumprido ressaltar que o debate sobre a questão agrária brasileira pode ser fundamentado em dois elementos centrais, quais sejam: a estrutura fundiária e a mudança no modo de produzir da agricultura. A estrutura fundiária é evidenciada pelas características de monopólio, concentração de terras e pelos conflitos decorrentes desta, e o modo de produzir atual está baseado na monocultura, na exportação e na hegemonia do grande capital internacional, que sob sua face financeira, intenta controlar a propriedade da terra, a produção e os bens agrícolas.

Assim sendo, é importante nos desafiarmos a referenciar o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, a partir dos elementos centrais que o compõem e, sobretudo, no interior da perspectiva crítica e da tradição marxista. Para tal feito, a configuração do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro será apresentada neste estudo, com ênfase em três aspectos, que definimos como centrais neste debate, sendo estes: o agronegócio como modelo de desenvolvimento contraposto pelos trabalhadores rurais, a reforma agrária como política pública de desenvolvimento e as classes sociais do campo como representação das lutas e resistências no campo, entendendo serem estas algumas das especificidades que geram as demandas com as quais o assistente social trabalha na questão agrária.

Especificamente no Brasil, Netto (1996) considera que alguns traços foram e estão sendo incorporados na nossa configuração societária: a) a internacionalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro; as reestruturações dos conglomerados nacionais; o intercâmbio econômico e científico - tecnológico com o mundo globalizado; as diferenciações na polarizada estrutura de classes; uma indústria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura (espacial e social) inclusiva – tudo isso põe a sociedade brasileira no patamar tardo-burguês.

Para Sant`Ana (2010, p. 2/3) no campo brasileiro, pode ser observada, “uma simbiose entre os interesses dos latifundiários e capitalistas de maneira a manter a atual estrutura fundiária cujos índices de concentração permanecem um dos mais altos do

mundo”. Segundo esta autora “o modelo de desenvolvimento agrário vigente no país está voltado para a grande agricultura capitalista de exportação de commodities”.

Complementar a afirmação apresentada por Santana (2010), mais dois autores Taveira e Nascimento (2012, p.3) afirmam que “a estrutura agrária brasileira é uma das mais concentradas do mundo e é resultado de quase quinhentos anos de apropriação privada da terra”. Tal modelo “gerou uma grande população excluída do acesso à posse da terra e um número reduzido de proprietários de terras no país”. Na visão destes autores,

essa concentração significou também apropriação de riquezas, de poder econômico e político, além de um processo intenso de exploração dos trabalhadores, seja nas relações tradicionais no campo ou nas relações estabelecidas com o desenvolvimento do capitalismo. (ibid., p.3)

Neste contexto, Márcio Pochmann (2002) afirma sobre os efeitos que este modelo gera para o país quando afirma que

O Brasil, desde a década de 1990, segue a marcha da exclusão social fomentada por um modelo econômico produtor e reprodutor de pobreza, desigualdade e desemprego. As políticas sociais e do trabalho existentes assumem o papel de ambulâncias a transportarem as vítimas da exclusão gerada pela condução das políticas econômicas neoliberais (ibid., p. 237).

Outros efeitos deste modelo podem ser evidenciados segundo Silprandi (2004 apud Nunes 2012, p.4), em que considera que “o rural brasileiro tem sido um local de precariedade social, principalmente no que concerne a infra-estrutura e as oportunidades de trabalho”, um local onde “a pobreza é a maior dificuldade enfrentada pela população”. (NUNES, 2012, p.4)

A partir da descrição geral construída até este ponto, marcadamente, o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro reflete um cenário de precariedade e de afirmação de uma identidade no campo que é altamente concentradora e excludente em que pouco se avançou desde a colonização. A terra apresenta-se como objeto de poder e de riqueza o que ocasiona uma disputa acirrada pelo seu controle. Tal contexto provoca empobrecimento, vulnerabilidade e precariedade o que reflete nas condições de vida da população do campo, características estas, que serão mais aprofundadas posteriormente.

Conforme já mencionado anteriormente, problematizaremos estas questões partindo das considerações acerca do agronegócio, da reforma agrária e dos movimentos sociais do campo, ao que segue.

Tomando como base a perspectiva da economia política, podemos no valer das concepções apresentadas por Bezerra e Rodrigues (2014) e assim definir o cenário em que o agronegócio se assenta. Estas autoras consideram que hoje estamos vivenciando

(...) um momento histórico em que importantes estudiosos denunciam o que poderíamos chamar da “invisibilidade da questão agrária” e onde, conseqüentemente, se decretaria a “morte” da reforma agrária como uma estratégia para o campo brasileiro. Esta bandeira fazia sentido, segundo o pensamento conservador, no momento em que se acreditava que tal reforma poderia garantir o desenvolvimento capitalista. Hoje, afirma-se, um novo sujeito cumpre perfeitamente esta função, o agronegócio, impondo um novo modelo, orientado pela ideologia do desenvolvimentismo e/ ou do desenvolvimento sustentável. (ibid., p.3)

Tendo em vista, estas argumentações, entende-se que a modernização da agricultura brasileira está ligada a transnacionalização e sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho, voltando-se, assim, para a formação dos complexos agroindustriais e para a modernização dos latifúndios.

Cumpramos ressaltar que o modelo de exploração adotado pelo capitalismo a partir de uma nova dinâmica produtiva modelada pelo processo de modernização da agricultura, resulta em um território do agronegócio, cujas características mais marcantes são:

a crescente apropriação de elementos da natureza que, articulados com o desenvolvimento tecnológico, transforma-os em mercadorias. A terra, a água, minerais estratégicos, a biodiversidade e mais recentemente o crédito de carbono são exemplos disto, assim como as matérias – primas e recursos alimentícios que se tornam *commodities*. (BATISTA E ANZILAGO, 2013, p.30)

O agronegócio é entendido, como um movimento do capital em que segundo Carvalho e Sant`Ana (2007) tem se apresentado sob duas vertentes, sendo de um lado “ a expansão física da área plantada e de outro a incorporação de tecnologias intensivas”, no entanto, as duas “estão apoiadas organicamente pelas políticas públicas governamentais” e figuram em nossa sociedade “desde o início da década de 70, com a incorporação de novas tecnologias decorrentes do avanço relativo do progresso técnico na agricultura”. (ibid., p.2)

Além disso, conforme apontado por Lustosa (2008)

o desenvolvimento do agronegócio na exploração de monoculturas, e nas altas tecnologias tem como consequência a redução de empregos, quando se constata que, a grande propriedade mostra-se “(...) 10 vezes menos que a agricultura familiar, além disso, os latifúndios prejudicam o meio ambiente, a biodiversidade, sobretudo a produção dos alimentos, favorecendo em muito, a expulsão do homem do campo. (ibid., p.3)

É mister enfatizar que no campo existem atualmente dois modelos em disputa, de um lado o agronegócio e de outro a agricultura familiar camponesa, e entre estes não há nenhuma possibilidade real de compatibilidade. Conforme ressaltado por Menezes (2010) estes modelos “existem, em constantes tensionamentos resultantes dos conflitos e confrontos baseados na propriedade privada da terra”.

Na visão deste autor (ibid., p.07) a partir da consideração que se faz sobre o projeto histórico hegemônico – “o capitalista - em conflito com o projeto emergente, é preciso se definir: ou se defende a forma do agronegócio, ou se defende a agricultura camponesa, a agroecologia, a fixação do homem no campo e a soberania alimentar”.

Outra característica do agronegócio é a utilização intensiva de agrotóxicos, Porto e Oliveira (2013) afirmam que

Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, “[...] mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras em 2010, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola” (RADIOAGENCIA NP, 2011), o que corresponde a mais de 5 litros de veneno para cada brasileiro por ano. Ainda em 2010 o faturamento do setor chegou a US\$ 7,2 bilhões - 9% a mais que o ano anterior (LONDRES, 2011). Somente na última década (2000-10) cresceu 190%: mais que o dobro da média mundial, que foi de 93% (JÚNIA, 2012). Estes números têm uma relação direta quanto à forma como se dá o comércio de agrotóxicos no Brasil: o mercado de agrotóxico no Brasil é altamente concentrado. As 10 maiores empresas do setor concentram cerca de 80% das vendas no país. Este dado mostra o grau do monopólio das empresas de agrotóxicos, principalmente se considerarmos que em 2009 existiam no Brasil 107 empresas do ramo cadastradas na Anvisa (PELAES, 2011). (ibid., 2013, p.2)

Por outro lado, enquanto no Brasil, a política em evidência é a de favorecimento ao agronegócio “cerca de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra, dos quais, 186 mil estão acampadas”. Ainda os latifúndios, com mais de mil hectares, segundo Barros e Guimarães (2013) “somam menos de 1% das propriedades e

controlam 44,42% das terras concentradas no poder de grandes proprietários de terra que investem em agronegócio ou especulam as terras improdutivas no mercado financeiro”. Outro dado considerável apontado por estes autores é que em 2012 foram registradas “193 áreas com processos judiciais que impedem sua aquisição pelo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São mais de 986 mil hectares de terras, em todo o país, que dependem da Justiça para a sua liberação para a Reforma Agrária”.

Dessa forma, a conjuntura brasileira vem sendo caracterizada nos últimos anos pelo avanço do agronegócio em que se considera que o Brasil tem uma das taxas mais elevadas de concentração de renda, riqueza e propriedade fundiária, o que aprofunda as contradições entre riqueza e pobreza; classes e regiões. Sobre isto, evidenciamos que “os 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados concentraram 42,5% do total de rendimentos de trabalho, enquanto os 10% com os rendimentos mais baixos detiveram 1,2% do total das remunerações” (PNAD⁸, 2009).

Tais condições revelam o caráter histórico do modo de produzir, distribuir e acumular bens materiais e riqueza no capitalismo contemporâneo, tendo como principal expressão o pauperismo no campo e nas cidades.

Ao se fazer, um breve exercício, de demonstração concreta dos efeitos do capitalismo na agricultura, elencou - se algumas especificidades da Região Sudeste. Tal região foi escolhida, tendo em vista, seu potencial agrícola e pecuário e conseqüentemente suas marcas de concentração fundiária.

A Região Sudeste é considerada uma das mais ricas do país, devido ao seu potencial agrícola e pecuário. É considerada a maior região geoeconômica do país em termos de economia e se destaca pelo seu desenvolvimento industrial, sendo responsável por mais de 70% do valor da transformação industrial do país, com forte concentração nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A agricultura no Sudeste possui um elevado padrão técnico e produtividade em que são percebidas claramente, através de suas características, algumas das tendências do capital sobre a agricultura, o que será enfatizado mais adiante. Entre os produtos de maior destaque estão: o café, a laranja, a cana-de-açúcar e uma grande variedade de frutas. Além desses produtos, há o algodão, o milho, o arroz, a mamona e o amendoim. A maior parte da produção de laranjas é destinada à industrialização e exportação de

⁸Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

suco, a qual é realizada principalmente no estado de São Paulo, que responde por 80% do total nacional. Também é na região paulista que se concentram as grandes e modernas empresas capitalistas responsáveis pela produção de cana-de-açúcar.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na região Sudeste,

observa-se uma complexa convivência entre áreas de forte, média e pequena desigualdade na concentração de terras, em geral associadas a antigos processos de ocupação nas áreas de colonização europeia no Estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro, assim como as áreas de pequenos e médios estabelecimentos no sul de Minas Gerais. Por outro lado, observa-se que a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização. (ibid., 2006)

Sendo assim, afirma-se que a concentração e centralização da terra e da riqueza afeta a soberania nacional e expulsa os trabalhadores do campo conforme pode ser observado na citação anterior. Esta é uma das consequências mais evidentes da influência do capitalismo na agricultura.

Outro dado que reflete o processo de exploração e produção intensiva baseada no agronegócio é com relação à redução das áreas de matas e florestas e das pastagens naturais. Conforme os dados do Censo Agropecuário (2006) houve uma redução de 331 mil hectares de matas e florestas e de 6,4 milhões de hectares de pastagens naturais, concentrados basicamente em Minas Gerais. Aliado a este fator, na pecuária em nível nacional, foi identificado um crescimento do rebanho bovino em relação aos anos anteriores em que os maiores índices foram registrados no Estado do Mato Grosso do Sul (20,4 milhões de cabeças), seguido por Minas Gerais (19,9 milhões de cabeças) e Mato Grosso (19,8 milhões de cabeças).

Este crescimento do rebanho bovino nacional

ocorreu simultaneamente com a redução da área de pastagens (-10,7%) dos estabelecimentos agropecuários, indicando um aumento de produtividade das pastagens. A taxa de lotação, em 1996, era de 0,86 animal por hectare e foi de 1,08 animal por hectare em 2006, acentuando-se a tendência de aumento da taxa de lotação observada entre o Censo Agropecuário 1940 e o de 2006. Em alguns estados, as pastagens degradadas deram lugar à cana-de-açúcar para produção de biocombustível; em outros, para a produção de grãos. (ibid., 2006)

Os dados apresentados apenas confirmam e reforçam as tendências do capital sobre a agricultura, evidenciados neste item. O recorte sobre a região Sudeste foi

meramente metodológico, com isso, as informações destacadas não refletem apenas a realidade da região Sudeste, mas sim de todas as outras regiões do Brasil, com ênfases e especificidades, como também em alguns países no mundo.

Estas percepções corroboram para que possamos seguir adiante neste estudo, e iniciarmos a problematização sobre a luta de classes no campo, partindo da definição sobre as classes sociais e conseqüentemente da identificação dos sujeitos com os quais o assistente social trabalha na questão agrária.

Partindo da concepção de Pinassi (2009), tem-se que o capital vivencia uma crise estrutural e que esta é que confere a atualidade ao sistema capitalista. Esta autora reforça a tese de que “os problemas e contradições, até então considerados relativos e transitórios, encontram seus limites absolutos, crônicos e inexoráveis”. Tais inflexões levam esta autora a se utilizar de um pensamento expresso por Marx, que explicita sobre como se inicia a luta de classes em nossa sociedade, do qual extraímos o seguinte fragmento:

A burguesia conquistara o poder político na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu prática e, teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. (MARX, 1989, apud PINASSI, 2009, p.12)

A citação apresentada acima, embora faça referência à França e a Inglaterra, expressa um conteúdo bastante atual e que muito se molda à realidade brasileira e, muito provavelmente a de todo o mundo. A luta de classes é entendida, propagandeada e vista pela sociedade como uma ameaça, pois representa uma contraposição à ordem vigente imposta pelo capitalismo e suas expressões. Em tratando da luta de classes no campo, esta se expressa com uma atualidade significativa, Pinassi (2009, p.60) colabora com esta afirmação ao considerar que “à atualidade da luta pela terra, da luta pela reforma agrária que, ainda hoje, constitui não somente uma das mais prementes necessidades sociais do Brasil como, e principalmente, a sua mais antiga dívida histórica”.

Torna-se necessário tecer breves conceituações acerca do entendimento sobre classe social. Para tanto, tomamos a contribuição de Claret (1985) que afirma que

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pela situação que ocupam num sistema de produção social, historicamente determinado, pelas relações em que se encontram relativamente aos meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção segundo os quais recebem parte da riqueza social de que dispõem. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outrem por ocupar posições diferentes num determinado regime da economia social. As contradições entre as classes conduzem inevitavelmente a uma luta de classes entre exploradores e explorados. (ibid., p.105/6)

Complementar a noção de classe, partimos da concepção que Marx apresenta, em que considera que a classe social não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma. (BENSAÏD, 1999, p.147, apud. GALVÃO, 2011, p.110).

Para Marx, a dimensão de uma classe não era uma condição necessária para que ela pudesse assumir um papel revolucionário. A burguesia era uma classe composta por uma minoria desprezível da população quando realizou as suas revoluções nos séculos XVIII e XIX.

Assim, “não há classe senão na relação conflitual com outras classes” (Bensaïd, 1999, p.148). Não se trata de uma coleção de indivíduos, nem de uma rede interindividual, na medida em que “as classes revelam-se no e pelo movimento do *Capital*” (Bensaïd, 1999, p. 153). “A estrutura social de classe não determina, portanto, mecanicamente a representação e o conflito políticos” (Bensaïd, 1999, p.167). Desse modo, o autor retoma a polêmica diferença entre o *em si* e o *parasi* presente em *Miséria da filosofia* por meio da distinção entre a “classe *objetivamente* (sociologicamente)” e a classe “*subjetivamente* (politicamente)” constituída (Bensaïd, 1999, p.168). [...] Destacar a importância da oposição de classes, porém, não equivale a sustentar que os conflitos sociais traduzem uma simples polarização de interesses entre capital e trabalho. (GALVÃO, 2011, p.110).

Por fim, cabe-nos uma última conceituação ou especificação acerca do conceito de classe. Esta se refere a classe trabalhadora, nas bases do pensamento de Ricardo Antunes (1999), que recupera e dá atualidade ao conceito marxiano.

Ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho⁹ pretende dar

⁹ Antunes, ao criar a terminologia classe-que-vive-do-trabalho, procurou salientar a unidade da classe trabalhadora (Marx) num período (década de 90) de diferenciações no interior da mesma. Mas, há autores como Iamamoto que consideram que a terminologia de Marx é suficiente para conceituar tal classe, não necessitando assim a criação de uma nova categoria.

contemporaneidade ao ser que trabalha. [...] A classe trabalhadora hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. (ibid., p.102/3)

Após estas breves conceituações e ao nos perguntarmos quem são os sujeitos com os quais o assistente social trabalha no contexto da questão agrária, poderíamos ter múltiplas respostas, mas uma nos chamou maior atenção pois caracteriza bem o que pretendemos definir: “um segmento dos trabalhadores brasileiros, alvo potencial ou efetivo daquelas políticas, que condensam em suas trajetórias de vida e de trabalho as expressões perversas da “questão social” nesses tempos de mundialização do capital sob a égide das finanças”. (IAMAMOTO et al, 2012, p.1).

Para ficar ainda mais evidente quem são as classes sociais no campo, ou quem é a classe trabalhadora rural a qual fazemos menção neste estudo, tomamos emprestada a definição que Lusa (2013) ofereceu em seu texto apresentado por ocasião do XIV CBAS. Esta assistente social considera que

Não obstante as transformações conjunturais levem ao êxodo rural e a mudança do contingente populacional que vive no campo, a classe trabalhadora rural sempre se manteve – em menor número – no campo. Residindo e trabalhando em pequenas propriedades familiares, ou ocupando terras e se tornando posseiros, ou em terras arrendadas, trabalhando como meeiros, parceiros agrícolas, boias-frias ou trabalhadores rurais, com vínculo trabalhista temporário ou permanente, essa população sempre voltou seu trabalho e de sua família para a produção da subsistência, ora trabalhando contratualmente fora da lavoura familiar para agregar o salário à produção, ou produzindo um excedente que pudesse ser vendido para comprar os bens de consumo por eles não produzidos. Independente do tipo de vínculo fundiário com a terra – se pequeno proprietário, ou apenas pequeno arrendatário ou trabalhador rural –, nesse caso o que interessa é configurar que se está tratando de uma população que sobrevive da renda extraída do trabalho familiar rural, e por isto mesmo, não possui reservas a ponto de se tornar classe capitalista, proprietária de bens de produção e acumuladora de riquezas através da geração de mais-valia. Essa classe sofre permanentemente com a crise econômica, configurando-se como baixa renda.

Foi esta a classe trabalhadora rural invisibilizada pelo Estado e pela sociedade, tanto na sua importância econômica, quanto em suas demandas sociais. Pelo contrário, quando ela apareceu foi de forma pejorativa, como sinal de atraso, a exemplo da literatura brasileira, com o personagem ‘Jeca Tatu’, de Monteiro Lobato. De tal modo, também o Estado se faz presente no rural por considerá-lo a razão do atraso do desenvolvimento nacional. Exemplos foram as medidas nacionais-desenvolvimentistas, voltadas para modernizar o rural,

inserir tecnologias de produção e atenuar os graves índices de analfabetismo e saúde. (ibid., p.5)

Percebe-se que a classe trabalhadora está subordinada ao capital tanto no campo quanto na cidade e seus significados se assemelham. Para Sant'Ana (2013, p. 113), isto quer dizer que "o capital está reunindo o que separou: campo e cidade". Sendo assim e considerando as particularidades de cada espaço, podemos perceber que, no campo, "aquele que não foi absorvido nos postos de trabalho urbanos, permanece sob o jugo do assalariamento em área rural". Enquanto isso "outros passam a compor os chamados 'sem terra', que se organizam em mais de cem movimentos sociais rurais existentes no país" (ibid., p. 115).

Sobre as classes sociais no campo (Barros e Guimarães, 2013, p. 5) consideram que estas são subalternas e historicamente "submetidos/as a processos de expropriação, violência e exploração sob as mais variadas formas, exercidas pelos grandes proprietários de terras, pelos seus prepostos e pelo Estado (Polícia Militar e outros órgãos)". Tais condições de exploração fazem com que haja reação dos trabalhadores, e esta reação "frente às diversas formas e condições de exploração nas fazendas, se expressa na organização de lutas e resistências, em diferentes momentos históricos, e principalmente, na luta pela terra e pela reforma agrária".

Uma das classes sociais do campo mais evidentes é a dos trabalhadores rurais e estes estabelecem em sua composição uma quantidade diferenciada de sujeitos que segundo Canesqui (2004, p. 3) não importa como estes trabalhadores estão denominados, se "boia-fria, volante, trabalhador rural assalariado temporário, trabalhador rural assalariado permanente - mas sim, a sua forma peculiar de inserção no processo produtivo de trabalho na agricultura, caracterizado principalmente, pelo pagamento do salário".

Para Iamamoto (2001) os trabalhadores rurais expressam um "amadurecimento político" que é

resultante de um longo e intermitente processo de lutas, expressas nos quilombos, nas greves do colonato, no cangaço, nos movimentos messiânicos, nas ligas camponesas, nos sindicalismo rural, nas greves dos assalariados permanentes e temporários, e na luta pela terra dos posseiros, parceiros e arrendatários. (ibid., p. 115).

Sendo assim, o campo não se apresenta como um espaço que está fora dos domínios da reprodução do capital, nem o "trabalhador rural está imune as

consequências destrutivas desse momento histórico.” Na afirmação de Guerra et al (2010)

Ao contrário, esse tem uma particularidade agravante: é constantemente compelido a aceitar novos tratados de produção e relações de trabalho sob nova roupagem, em meio às estratégias de revigoração do tecido produtivo, como a pluriatividade ou a flexibilização, estratégias do capital também aplicadas no campo. Estes trabalhadores são “incluídos”, dentre a mão-de-obra explorada, em meio a uma teia ideológica propagadora do designado “desenvolvimento rural”, a qual mascara as reais condições de trabalho e de vida no meio rural, sobretudo, naquelas regiões consideradas exemplares pelo e para o capital. Na maioria das vezes, tal ofensiva ideológica inibe a organização destes trabalhadores enquanto classe, arrefece a capacidade de luta. Fica claro, portanto que as unidades familiares hoje se integram ao circuito mercantil do capital, condicionando a subordinação do campo à lei de valorização do capital. (ibid., p.8)

Por fim, conforme Braz (2011) as lutas sociais contemporâneas vem assumindo um caráter cada vez mais particularista em detrimento de seus conteúdos universais.(p.295). Mas, conforme considerado por Galvão (2011), mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes.

Diante deste contexto, os movimentos sociais do campo, através de suas ações e estratégias de enfrentamento, vêm rompendo com a invisibilidade da questão agrária em nossa sociedade.

Ao iniciarmos este debate, tomamos a compreensão realizada por Eiras (2005), a qual considera que

[...] os diferentes movimentos de luta da classe trabalhadora na Europa, durante os séculos XIX e XX, deflagraram formas de organização próprias as características dessas lutas. A organização sindical, os partidos operários foram expressões significativas de algumas conquistas de espaços nas sociedades capitalistas. Contraditoriamente, a afirmação da classe trabalhadora em seu poder político, diante da burguesia, e as possibilidades concretas de modificar as condições extremas de exploração dos trabalhadores, regulando a carga horária de trabalho semanal, afirmando a necessidade de descanso remunerado, enfim, construindo condições mais favoráveis aos trabalhadores, contribuiu para o estabelecimento de um certo nível de diálogo entre burgueses e trabalhadores, e para um comprometimento mútuo, embora diferenciado, em relação ao desenvolvimento das sociedades capitalistas. (ibid.,p.309)

Os movimentos sociais surgem em meio a um contexto de contradições na sociedade capitalista e para atuar sob o acirramento da contradição capital x trabalho, sendo instrumentos de mobilização da classe trabalhadora. Esses movimentos adquirem uma significativa importância no nível político, pois, compreendem a organização e a prática dos setores populares em meio à criação de um novo projeto de sociedade.

Para Galvão (2011) “é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas”. (p.110).

Cumprido ressaltar que esta análise parte de um contexto marxista de reflexão sobre os movimentos sociais como resposta dos trabalhadores ao capitalismo, pois conforme Galvão (2011) “o movimento operário era o movimento social por excelência, de modo que a noção de movimento social estava vinculada à condição de classe operária e à luta entre capital e trabalho” (p.107).

Duriguetto (2014) ao analisar os movimentos sociais e o Serviço Social no Brasil pós – anos 1990 nos apresenta que nesta época, o quadro sócio – histórico da realidade nacional, “relaciona-se a um movimento mais geral de dois processos situados no contexto de crise e de rearranjo global do capitalismo: a era da acumulação flexível e das políticas de ajustes neoliberais”. Estes processos influenciam significativamente, tanto na ação contra as classes subalternas, representada pela “regressividades dos contratos e das condições de trabalho e nas contrarreformas na esfera estatal que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos assumidamente privatistas e focalizadores”. A regressividade também é percebida no interior dos movimentos sindical e social. No campo sindical “no qual há uma hegemonia de um sindicalismo colaborador nos processos de gestão da crise” e no campo dos movimentos sociais, “hegemonizado por ações defensivas e demandas corporativas e localistas”. É neste contexto que a autora apresenta a relação do Serviço Social com “as lutas, organizações e movimentos sociais”. (ibid., p.177/178)

Os movimentos sociais, segundo Pinassi (2009), “fincam raízes nas mediações de segunda ordem”, relacionadas a propriedade privada e à divisão do trabalho, e que

“os indivíduos neles envolvidos estão impregnados dos princípios valorativos estranhados do mundo controlado pelo capital”.

Os indivíduos referenciados são a maioria da população na sociedade que sofre exploração e dominação dos setores capitalistas tais como: o operariado, o campesinato, os funcionários, os trabalhadores rurais, os marginalizados, dentre outros. Eles elaboram conhecimento e idéias que se tornam instrumentos de luta pela conquista e valorização de seus direitos na sociedade. O descontentamento e as contradições proporcionam a união de esforços entre aqueles que compartilham da mesma situação de exploração e têm interesse em combatê-la, criando novas formas de se organizar e fortalecer a luta.

Os movimentos sociais, portanto, compartilhando a ideia de uma sociedade nova, criam uma nova mentalidade e cultura de base, onde a identidade própria e a proposição de mudanças são o ponto chave. Os indivíduos e os grupos surgem como sujeitos novos desse processo, em que há uma construção e reconstrução de seres, de identidades que não são totais.

No Brasil, são muitos os movimentos sociais que,

Há quase três décadas, eclodem com essas características; dentre eles se destacam o Movimento das Fábricas Ocupadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Trabalhadores Desempregados, Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que aqui privilegio como foco de estudo. (PINASSI, 2009, p.77)

É neste contexto, assim como Pinassi (2009) ressalta, que privilegamos descrever, sucintamente, a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, esta análise não partirá de uma configuração do surgimento deste importante movimento, e sua constituição e lutas empreendidas no Brasil e no mundo, pois acreditamos que o próprio movimento já dispõe de uma vasta bibliografia¹⁰ a este respeito, cujo acesso é disponível e facilitado em seu site institucional, bem como através de estudos e pesquisas em diferentes aspectos. Privilegiar-se-á, portanto, sua forma de luta e resistência e sua contribuição ao debate da questão agrária e das políticas sociais em torno desta, especificamente a Reforma Agrária.

¹⁰ Para maior aprofundamento a esta temática sugerimos pesquisar os seguintes sítios www.mst.org.br e www.reformaagrariaemdados.org.br

Nesta direção, partindo das contribuições de Rodrigues (2014) podemos afirmar que

o MST tem como um dos seus objetivos principais a conquista da terra para quem nela trabalha. E este objetivo é buscado, primeiramente, através da ocupação da terra, que parte de um movimento de resistência e defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a conquista de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (ibid., p.201)

Rodrigues (2014, p.202) ao se utilizar das contribuições apresentadas por Porto Gonçalves (2006-b, p. 171-172) faz menção a duas dimensões territoriais da ação política do MST, que são de extrema relevância, sendo estas

‘a mobilização e recrutamento de populações sub-urbanizadas que constituem um universo sócio geográfico de enorme importância não só no Brasil, como no mundo todo. O MST é o primeiro movimento social que tenta inverter o fluxo migratório que vinha se fazendo em direção às grandes aglomerações’. E a segunda dimensão, junto com a Via Campesina ‘diz respeito à urbanização da questão agrária por meio da politização do debate técnico’.

Estas afirmações apontam para a importância e contribuição que este movimento adquire em escala internacional, vez que ao intentar reverter o fluxo migratório da cidade em relação ao campo, caminha na direção da ampliação e da visibilidade ao debate da questão agrária em nossa sociedade e da reafirmação da necessidade de políticas sociais que respondam a esta problemática, a exemplo da Reforma Agrária, dentre outras. Sobre a Reforma Agrária, em momento posterior nos deteremos em analisá-la, sob o ponto de vista da proposta de Reforma Agrária Popular apresentada pelo MST.

Aliado a esta forma de atuação territorial, Bezerra (2014) nos apresenta que o “novo momento vivenciado pelo capitalismo no campo”, já ressaltado anteriormente neste estudo, também reflete em mudanças no interior dos movimentos sociais e em particular no MST. Esta autora considera que

O MST também passa por mudanças importantes em sua constituição e em sua proposta de organização e luta das famílias em sua base. Ao programa constituído com o desafio de responder a esse novo momento, o MST deu o nome de Reforma Agrária Popular, cujas linhas de análise e articulação foram debatidas e firmadas no VI Congresso do Movimento, ocorrido em fevereiro de 2014. Assim, acreditamos que este momento constitui um novo desafio para

profissionais e intelectuais motivados para o enfrentamento da questão agrária no Brasil, devendo, portanto, ser objeto de debates e de análises. Acreditamos que, também no caso do Serviço Social, profissão cuja aproximação crítica com o debate da questão agrária ainda nos parece bastante embrionária, este desafio se faz presente e urgente. (ibid., p.137)

Partindo das contribuições de Bezerra (2014) sobre a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e sendo foco deste estudo o exercício profissional do assistente social na questão agrária, fez-se um recorte analítico na produção apresentada por Duriguetto (2014) na qual problematiza a relação do Serviço Social com os movimentos sociais nos âmbitos da produção do conhecimento e da intervenção profissional. Sendo assim, ao focar a intervenção profissional, a autora situa “a atuação profissional nos processos de mobilização e organização popular como uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais e, portanto, como contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional”. (DURIGUETTO, 2009, p.184).

Esta mesma autora afirma que “no campo da intervenção profissional com e nas organizações, movimentos sociais e lutas sociais, constata-se uma ausência da atuação profissional”. Segundo Duriguetto, os relatos percebidos em seus estudos “circunscrevem-se, em sua maioria, em experiências extensionistas realizadas em algumas universidades públicas”. (ibid., p. 186).

Ressaltando a relação necessária entre a ação profissional do assistente social e as lutas coletivas, Duriguetto (2014) fundamenta sua análise na materialidade expressa na Lei de Regulamentação da profissão (1993), que “determina como competência do assistente social ‘ prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” e também no Código de Ética (1993) que

afirma como direito do profissional ‘apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculadas à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania’ (art.12, alínea b) e ‘ respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras’ (art.13, alínea c). (ibid., p.188)

Para a autora, essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas sim “orientações tático-estratégicas e ético – políticas”. A preocupação reside em que, tendo o arcabouço profissional que o assistente social dispõe para o seu exercício

profissional, é necessário que o profissional apreenda “as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos” e fortaleça suas formas de resistência “já existentes ou ainda ocultas, ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta”. Tal apreensão poderá abrir “novos horizontes para o exercício profissional” e “favorecer que nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas sociais e projetos institucionais”, mas que ao contrário “pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades”. (DURIGUETTO, 2014, p.188/189).

Conforme destacado no início deste item, outra consideração a ser problematizada é sobre a Reforma Agrária, entendida como uma política social que tem sido uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo, pois, se implementada de fato, poderia resolver, em certa medida, a problemática em torno das expressões da questão social.

Iniciamos este debate com a afirmação de Taveira e Nascimento (2012) em que consideram que

O campo continua a ser palco de lutas políticas, sociais e econômicas entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes no Brasil e a Reforma Agrária uma das grandes bandeiras de luta dos movimentos sociais no campo. Ela afeta também os espaços urbanos, onde se acirram os conflitos por condições dignas de moradia e contra a apropriação privada dos espaços pelo capital imobiliário. Os diversos processos que empurram o homem do campo rumo às cidades e inviabilizam, assim, a sua fixação no campo, ameaçam a própria sobrevivência humana pela escassez de alimentos. (ibid., p.1)

Cumpramos ressaltar que na análise dos artigos dos anais dos CBAS e ENPESS da última década a reforma agrária foi um dos temas mais citados pelos autores que estudam sobre este, e a terceira palavra-chave mais citada, representando 13,33%, em um universo de 307 palavras diferentes.

Segundo Moro (2007) a luta pela reforma agrária tornou-se uma das principais bandeiras de uma diversidade de movimentos e organizações. A centralidade desta luta é ressaltada por Souza (2008) quando este autor considera que a “reforma agrária passa a ser central na luta dos/as trabalhadores/as porque articula a economia e a política, através da proposição de uma nova organização do trabalho e das condições necessárias

para a sua viabilidade” isto possibilitado “através da implementação de políticas sociais públicas” (SOUZA, 2008, p.3)

Com relação as políticas sociais, Pereira (2010) infere que

As políticas sociais, especialmente a partir da década de 90, apresentam características condizentes à proposta de “ajuste neoliberal” que vem impulsionando as “contra-reformas”, estipuladas pelas “agências multilaterais”. Esse processo recai sob a atual política agrária brasileira que vem contribuindo para a implementação da “reforma agrária de mercado” ou “contra-reforma agrária” através de programas e projetos que fortalecem a mercantilização da terra e demais recursos naturais (biodiversidade), endividando e “pacificando” os trabalhadores. Sobre isso, vale destacar o caráter mercadológico da política de acesso a crédito, atualmente representada pelo Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ambos intermediados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e instituições financeiras, não oferecendo condições de sustentabilidade aos trabalhadores, endividando-os, o que representa uma das muitas contradições da política de reforma agrária, incidindo diretamente sob os processos organizativos no campo. (ibid., p.5)

O que fica claro é que a opção realizada pelo governo foi em direcionar ações para a modernização e a transformação das propriedades rurais em empresas capitalistas. Conforme considera Moro (2008) que, “a partir desse momento, há uma clara opção por um projeto de desenvolvimento calcado na modernização das relações de produção no campo em detrimento de uma política de reforma agrária”. Em termos mais atuais é a “reforma agrária de mercado¹¹” que tem sido praticada pelo governo na contemporaneidade.

¹¹Uma das medidas mais importantes do Governo FHC, para implementar a reforma agrária de mercado, foi a implantação do Programa Cédula da Terra (1997) nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, como política de combate à pobreza, amparadas nos princípios e determinações do Banco Mundial. Outro programa implantado, também nessa lógica de mercado, foi o Banco da Terra em 1998, ao qual o governo chamava de “nova revolução agrária”, evitando os conflitos decorrentes da luta pela terra, isso porque os trabalhadores rurais teriam os recursos suficientes para obtenção de terras, e não necessitariam de realizar ocupações. E mais recentemente no governo Lula, um terceiro programa foi o Crédito Fundiário, iniciado no Nordeste em 2003, contando com o aporte financeiro do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Banco Mundial. (Barros, 2008).

Tendo em vista os limites deste trabalho e amplitude do tema, o que nos requereria um item para aprofundamento específico sobre esta questão, sugere-se leituras de estudos relacionadas aos programas de crédito do governo e ao Crédito Fundiário, constantes na base de dados disponibilizada pelo MST nos seguintes endereços www.mst.org.br e www.reformaagrariaemdados.org.br

Sobre a reforma agrária de mercado, apresenta-se o pensamento de Fernandes (2001) que considera que

A reforma agrária de mercado traduz, segundo Martins (1999), o caráter neoliberal da proposta do governo FHC. No processo de compra da terra, abandona o governo federal a mediação, haja vista que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ficaria excluída das ações governamentais, o que promoveria, ainda, a desmobilização da luta dos movimentos, em especial a do MST. Essa forma de o governo tratar a questão agrária foi recebida como provocação pelos movimentos sociais do campo que, historicamente, luta(ra)m pela democratização da terra. Com efeito, consistiu ela, na prática, na implementação de políticas com o objetivo de “impedir a luta pela terra, diminuindo o crescimento das ocupações” (FERNANDES, 2001, p. 22 apud Costa, 2012)

Esta constatação evidenciada por Fernandes (2001) é completada por Barros (2013) que aponta que na atualidade esta reforma agrária de mercado é defendida pelo governo federal, leia-se governos Lula e Dilma “como uma alternativa para resolução da desigualdade no campo”. No entanto, na compreensão deste autor, além de não possibilitar tal objetivo, esta política “tem reforçado os processos de exploração e a expropriação dos trabalhadores rurais, no momento em que os insere de forma precária e seletiva no mercado de terra, via Programa Nacional de Crédito Fundiário”. Desta forma, segunda Barros (2013) a reforma agrária de mercado “se apresenta como uma política social de combate à pobreza rural, mas faz parte do mesmo processo de ajuste estrutural do Estado, ao capitalismo financeiro e globalizado”. (BARROS, 2013, p. 3)

Outro agravante destacado por (Moro) é que no enfrentamento da questão agrária, sob o viés da reforma agrária, o governo apresenta dupla posição, pois ao mesmo tempo, que diz assumir um compromisso com os trabalhadores através da implementação desta política, “sua relação com os grandes proprietários rurais não é de oposição”, visto que “são os representantes desse segmento que conseguem intervir na nomeação dos que ocupariam o Ministério da Agricultura¹²”. Além dessa força política, a autora ressalta que

os ruralistas se unem para se contrapor a intensificação da política de desapropriação de terras usando estratégias de pressão, tais como:

¹² Tal constatação continua a se repetir aja vista a nomeação da Senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e principal símbolo do agronegócio no país, para compor a equipe de governo do segundo mandato da Presidente Dilma, assumindo o “estratégico” Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

caminhadas, marchas, interdição de estradas, e muitas vezes, utilizando-se de ações mais ofensivas contra os trabalhadores sem-terra, em várias regiões do Brasil. (DAL MORO, 2008, p.6)

A afirmação apontada por Moro (2008) é confirmada pela assertiva apresentada por Sant`Ana (2010) ao considerar que

O Estado anuncia que vai fazer Reforma Agrária, porém, na prática mantém uma política de assentamentos que mais serve para apaziguar os conflitos agrários do que promover a desconcentração fundiária; os diversos governos mantiveram uma política de incentivo a este modelo concentrador com o discurso da necessidade do superávit primário e, neste aspecto, o governo Lula permaneceu na mesma trilha de seus antecessores. (SANT`ANA, 2010, p. 3)

Após situarmos o leitor como uma configuração inicial sobre o debate da reforma agrária, cumpre evidenciar que um dos vieses contemporâneos discutidos pelo MST é a Reforma Agrária Popular, apresentada pelo movimento como uma proposta que reflete “parte dos anseios da classe trabalhadora para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável”. (MST, 2013, p.149)

Segundo o MST, esta é uma proposta que só se viabiliza a partir de um “amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza”, isto de modo que o processo produtivo no campo aponte para “a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza”. (MST, 2013, p.149).

Ainda sobre este tema Bezerra e Rodrigues (2014) apresentam as seguintes contribuições,

A reforma agrária popular do MST afirma ainda a necessidade de uma nova ação do Estado, e agrega demandas que ultrapassam a luta pelo acesso à terra e pela eliminação do latifúndio, como o acesso à saúde e à educação. O MS defende que a reforma agrária proposta tem como base a democratização da terra, mas a produção agroecológica busca produzir alimentos saudáveis para toda a população brasileira, o que de certo, não é possível para o modelo do agronegócio. (ibid., p.9)

Mais especificamente sobre o tema da agroecologia associado à Reforma Agrária Popular tem-se que

A alteração da estrutura agrária e agrícola, através da reforma agrária agroecológica se apresenta como defesa de uma agricultura que

produza alimentos saudáveis e acessíveis à toda sociedade. São muitos os conflitos que envolvem o processo de mercadorização da natureza. Tendo como caso exemplar a questão das sementes, expressando embates entre sujeitos coletivos. Destacamos que estes embates representam a ampliação do processo de politização da questão ambiental no espaço agrário, potencializando a relação entre as questões agrária, ambiental e urbana e desafiando, na mesma medida, os sujeitos coletivos do campo e da cidade. (BEZERRA e RODRIGUES, 2014, p.12)

Considerando todas as construções apresentadas é que torna-se possível enfatizar que é neste campo de tensionamentos que o assistente social é chamado a atuar de forma crítica e metodologicamente pautado no Código de Ética Profissional e nos demais instrumentais que dão materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

Sobre este aspecto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ao analisar o nono princípio do Código de Ética Profissional do assistente social, faz importantes contribuições considerando as investidas que o capital tem feito na contemporaneidade, o que, segundo este Conselho, tem ocasionado, dentre outras consequências negativas, ressalta-se, os intensos processos de exploração da classe trabalhadora. Tal afirmação pode ser confirmada através da seguinte assertiva:

Compreende-se que a exploração é condição de existência do modo de produção capitalista. Contudo, a exploração do trabalho não se inicia com o capitalismo, pois nos modos de produção que o antecederam (asiático, escravismo e feudalismo) a exploração do trabalho também estava presente. Do ponto de vista ontológico o surgimento da propriedade privada e do Estado estão diretamente relacionados com a exploração do homem pelo próprio homem. Todavia, no modo de produção capitalista a exploração assume particularidades, e o assalariamento passa a ser a mediação para o atendimento das necessidades daqueles que só lhes resta sua capacidade de trabalho. Noutros termos, o capitalismo produz e reproduz a exploração do trabalho assalariado, como parte de sua própria dinâmica. (CFESS, 2013, p.113/114)

É sob esta base que convidamos à leitura do segundo capítulo deste estudo, que buscará apresentar a interface estabelecida entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social na contemporaneidade.

CAPÍTULO II - AS INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA, A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

Neste Capítulo II, o enfoque será dado ao debate sobre as interfaces estabelecidas entre a questão social, a questão agrária e o Serviço Social no contexto do capitalismo, tendo o espaço agrário como particularidade no cotidiano profissional do Serviço Social. O movimento que se intentou realizar neste capítulo foi o de analisar as interfaces estabelecidas e problematizar sobre as dificuldades que os assistentes sociais têm de apreender a questão agrária como particularidade da questão social.

Sendo assim, este esforço encontra as bases na seguinte afirmação feita por Sant`Ana (2014)

Ainda que o debate sobre o fundamento da questão social como decorrente dos conflitos entre capital e trabalho e sua centralidade nas condições de produção e reprodução desse modelo de sociabilidade seja a base fundamental, é preciso apreender as mediações que perfazem e evidenciam as singularidades das demandas trazidas pelo trabalho rural. (ibid., p. 724)

Preocupou-se em partir de uma construção teórica sobre o significado social da profissão na sociedade capitalista, o entendimento da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e o projeto ético - político profissional.

Torna-se significativo situar as marcas e os traços do surgimento do Serviço Social como profissão no Brasil, para em seguida entender seu significado sócio-histórico e sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como as características apresentadas na contemporaneidade, sobretudo relacionadas as manifestações da questão social na questão agrária.

Este exercício teórico exigiu uma configuração inicial sobre o entendimento da gênese da questão social e de suas expressões na contemporaneidade a partir das contribuições de alguns autores renomados no interior do Serviço Social, tais como Iamamoto (1995, 2001, 2011, 2012), Netto (1996, 2001), Yasbek (2001, 2009), Ianni (2004) e outros mais recentes como Sant`Ana (2004, 2012), Araújo (2012), Cunha (2014), Moljo e Santos (2014), dentre outros.

Complementar a esta construção teórica, assim como em todo este estudo, preocupou-se em apresentar as contribuições apontadas pelos autores dos artigos dos

CBAS e ENPESS analisados, bem como as percepções dos profissionais que responderam ao questionário de pesquisa.

2.1 Questão social – da gênese à contemporaneidade

A questão social constitui-se como uma expressão de importância e magnitude significativa na sociedade capitalista, o que contribui para a afirmação de sua existência. Ou seja, não se podendo negar sua expressão, o que os autores discutem é sobre sua gênese e formas de enfrentamento.

Isto porque a questão social “é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza”. Esta diz respeito “ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. (IAMAMOTO, 2012, p.47/48).

Neste contexto, a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que se manifesta no cotidiano a partir da contradição entre o proletariado e a burguesia.

Desta forma, a questão social expressa às inúmeras desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais as quais os trabalhadores estão submetidos. Nas palavras de Ianni (2004, p.107) “conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido social da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural”.

Sendo assim, não há como se discutir sobre questão social sem antes apresentar em linhas gerais, o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois é a partir deste *locus* que ela se constitui em nossa sociedade.

Antunes (1999) faz um resgate do desenvolvimento do capitalismo, tentando explicitar suas determinações e implicações ao longo das décadas. Segundo o autor, para que possamos compreender melhor a lógica do capital, torna-se necessário observar a definição formulada por Mészáros. Esse considera que a finalidade essencial do capital é “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde

as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados”. (MÉSZÁROS: 1995, p.14 apud ANTUNES: 1999, p.21)

Tal conceito sobre a finalidade do capitalismo, colocado por Mézszáros, faz-nos refletir e questionar a dinâmica do modo de produção capitalista. Esse apresenta-se centrado em uma lógica de compra e venda de mercadorias, a qual estabelece uma relação de subordinação dos valores de uso aos valores de troca. Na lógica posta pelo capitalismo, o capital começa a ser visto como uma estrutura totalizante de controle da sociedade, que impõe critérios aos quais todos devem se adaptar.

Segundo Antunes (1999), alguns fatores concorrem para a generalização do que mais tarde se chamou de crise estrutural do capital. Dentre eles, os mais significativos são: a queda da taxa de lucro e redução dos níveis de produtividade; o esgotamento do padrão taylorista/fordista, que dava sinais de desgaste com a retração acentuada do consumo, a hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais, a crise do Welfare State estampada pela crise fiscal, a retração dos gastos públicos e a abertura ao capital privado, às privatizações, às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Para Mota (2012)

O caráter mundial dessa crise é dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização é marcado pela concentração do capital e descentralização da produção, imprimindo-lhes uma abrangência planetária. (ibid.,p.31)

Todo esse quadro de crise representa, de modo mais grave, uma ação destrutiva contra a força humana, pois eleva e intensifica os níveis de desemprego estrutural, acarretando um prolongamento da jornada de trabalho, um aumento destrutivo da lógica da competitividade e da concorrência intercapitais. Parece um “jogo de disputas”, de “fogo cruzado”, que traz consequências nefastas como a precarização/destruição da força humana de trabalho e a degradação crescente do meio ambiente, pouco considerado, na relação entre homem-tecnologia e natureza.

Segundo Antunes (1999), a estratégia utilizada pelo capitalismo para responder a crise no campo da produção/acumulação de capital, foi denominada de “reestruturação do padrão produtivo de acumulação” baseado no sistema taylorista/fordista. Nesse sistema, as relações entre capital e trabalho estavam mediadas pelo Estado (atrelado aos sindicatos tradicionais).

Posteriormente, o capitalismo inaugura uma forma diferente do modelo taylorista/fordista, que já apresentava crises. Neste contexto, puderam ser percebidas intensas transformações que perpassaram o processo produtivo, especialmente nas formas de acumulação flexível. Então, o capital procurou reorganizar suas formas de dominação, recuperando sua hegemonia, estabelecendo uma maturação e modificando as relações estabelecidas entre capital e trabalho.

No capitalismo contemporâneo, presenciamos uma série de mutações e alterações na constituição da classe-que-vive-do-trabalho. Há uma tendência frequente quanto a redução do operariado fabril, industrial, tradicional, manual, estável e especializado. Antunes (1999) considera que esse proletariado está diminuindo com a reestruturação produtiva¹³ do capital. O desemprego estrutural, as formas precárias de contratação, o incentivo a terceirização colocam para os trabalhadores a necessidade de criação de formas alternativas de trabalho.

As repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho, como a desregulamentação dos direitos, o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização da força humana que trabalha, a destruição do sindicalismo de classe e a sua conversão num sindicalismo de empresa, dentre outros, sendo todas estas relações intermediadas pelas ações do Estado.

Barbosa (2007) argumenta que

Nesse quadro de mudanças, a transferência de renda para o capital se faz por meio de um mecanismo político importantíssimo do processo social contemporâneo: a inflexão na atuação do Estado, demonstrando que se trata tanto de uma questão econômica quanto de poder. A ação política conservadora no Estado – e por meio dele-, principalmente nas duas décadas passadas, e o recuo das lutas sociais induziram a condições políticas e culturais favoráveis a interiorização das desregulamentações sociais enquanto crença e práticas. (ibid., p.54)

As transformações no mundo do trabalho vem acompanhadas por profundas mudanças na esfera do Estado, que, devido a crise estrutural do capital, começa a diminuir os gastos sociais e públicos, com uma orientação neoliberal.

O neoliberalismo é caracterizado como um modelo hegemônico que tem na privatização e na minimização do Estado seus principais objetivos e ações. As

¹³ Segundo Mota (1995, p.65) a reestruturação produtiva é “uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como nas relações sociais”.

privatizações ocorrem em nível mundial, o que significa, em termos econômicos, uma maior capitalização e investimentos.

Conforme Pastorini e Galizia (2007),

A dívida abriu as portas para a entrada do neoliberalismo, e foram os setores dos trabalhadores os que mais sofreram as consequências negativas da implementação desse projeto político-econômico do grande Capital: aumento da pobreza e do desemprego, redução da garantia dos direitos sociais e trabalhistas, perda de potencial de luta e organização, etc. (ibid.,p.76)

Em se tratando do contexto brasileiro, as políticas neoliberais caracterizam-se como políticas econômicas de exclusão social, que tornam os direitos sociais mais seletivos e particularistas, fazendo com que nossa situação política, econômica e social seja uma das mais graves. A efetivação da política neoliberal traz sérias consequências, sobretudo para a classe-que-vive-do-trabalho. A inserção precária do Brasil, no sistema capitalista, o mascaramento das políticas sociais pela solidariedade, justiça e acesso a bens e serviços contribuem para o acirramento desse processo de exclusão.

Sobre esta temática Iamamoto (2011) também nos oferece a seguinte contribuição

As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão, sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação. (ibid., p.107)

Neste debate acerca do neoliberalismo, Castelo (2012, p.613) apresenta-nos um panorama no qual considera que, o Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e com maior aprofundamento nos governos Lula e Dilma, “experimenta uma nova fase do desenvolvimento capitalista”, o que denomina de “novo desenvolvimentismo”, ou (neo) desenvolvimentismo como também é conhecido, e um modelo que se propõe a ser “o novo guia dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro”.

Registra-se que este é um debate que tem ganhado destaque no interior da profissão, a exemplo da Revista Serviço Social e Sociedade, que, no ano de 2012, apresentou um conjunto de artigos, configurando-se em um dossiê sobre esta temática, o

que pode ser verificado por meio do número 112 da referida revista. Segundo o editorial da Revista Serviço Social e Sociedade 112¹⁴

a temática do (neo) desenvolvimentismo retorna à cena no Brasil mais especificamente a partir do segundo governo Lula, face ao colapso do neoliberalismo pela sua incapacidade de responder às demandas do crescimento econômico, de distribuição de renda e de equidade social. É neste contexto que emergem propostas governamentais que buscam diminuir os níveis de desemprego e viabilizar o acesso ao consumo de massa por meio de medidas, como redução de impostos de bens duráveis, valorização do salário mínimo, programas de combate à pobreza, que impactam os indicadores de pobreza extrema, mas não conseguem reverter a desigualdade persistente que caracteriza a sociedade brasileira.

Para Castelo (2012, p. 629) “o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo”. Ainda ressalta que o pensamento econômico brasileiro, a partir do novo desenvolvimentismo,

recolocou em tela alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média, etc. Estes temas, todavia, aparecem em larga medida esvaziados do seu conteúdo crítico e analítico para justificar uma razão de governo.

Rodrigo Castelo (2012) faz o desvendamento crítico da crise atual do capitalismo e de suas manifestações na realidade brasileira. Este autor tendo como referência o conceito marxiano (e luckacsiano) de "decadência ideológica" busca apresentar o novo desenvolvimentismo a partir da sua processualidade histórica e contradições internas, estendendo a análise para outras correntes do novo desenvolvimento, como a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e a social-desenvolvimentista¹⁵.

No entanto, há que se considerar que, no interior do Serviço Social existe uma crítica a esta perspectiva do neodesenvolvimentismo, considerando-o como um modelo que reforça o capitalismo, visto que este surge em meio ao colapso do neoliberalismo

¹⁴ Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400001>, Acesso em 28 abr. 2015.

¹⁵ Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400001>, Acesso em 28 abr. 2015.

devido a sua incapacidade de responder às demandas do crescimento econômico, da distribuição de renda, da equidade social, entre outros aspectos e se apresenta como uma estratégia de enfrentamento da pobreza e das desigualdades no país. A crítica ao (neo) desenvolvimentismo ganhou maior visibilidade no interior da profissão no ano de 2012, sobretudo após a realização do XIII do ENPESS ocorrido em Juiz de Fora, da publicação da edição número 112 da Revista Serviço Social e Sociedade, já mencionada anteriormente, em que traz para o debate a temática do (Neo) Desenvolvimentismo e da Política Social, apresentando análises críticas sobre esse tema na conjuntura atual do Brasil, da América Latina e da Europa e da Revista Temporalis número 24 que também traz artigos que analisam o chamado novo – desenvolvimentismo.

Diante de todo o exposto, e não sendo objetivo aprofundar demasiadamente sobre estas questões, mas, adensar o debate sobre o modo de produção capitalista e suas interfaces é que pode-se inferir que este - o modo de produção capitalista - gera graves consequências como desigualdade, desemprego, fome, doenças, desamparo, escassez, pobreza – o que se configura como expressões da “questão social”.

Faz-se necessário destacar a diferença entre o entendimento que se tem sobre questão social e sobre as manifestações ou expressões da questão social. Sendo assim, a questão social é aqui entendida como um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1984, p. 187). Já as manifestações ou expressões da questão social é a sua configuração real apresentada por meio da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da diversas formas de violência, da miserabilidade no espaço público. Assim, podemos perceber que, as manifestações da questão social estão presentes em todos os espaços.

O pensamento da tradição marxiana e marxista sobre a questão social é alvo de problematizações, em que se questiona se Marx teorizou ou não em seu pensamento sobre esta categoria. Tal fato, embora não seja uma preocupação central para a profissão é uma observação a ser feita, visto ser a tradição marxista, o viés central dos debates no interior da profissão.

Não sendo objeto deste estudo, adentrar sobre esta problematização, utilizou-se da afirmação realizada por Cunha (2014) a fim de nos esclarecer sobre esta preocupação. Para Cunha (2014, p.17) é clara

a possibilidade de a questão social (sem aspas) surgir ou não como uma categoria propriamente desdobrada no interior do pensamento de Marx, com peso significativo o suficiente para arquear ao menos determinados aspectos relevantes dessa elaboração.

Também sob este aspecto, Iamamoto (2001, p.11) reconhece que a questão social é “estranha ao universo marxiano”, mas, afirma que “os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista”.

Sendo assim, no Serviço Social, o pensamento de Marx é recuperado por Netto (2001), sobre o qual podemos ler que

[...] é apenas com a publicação em 1867, do primeiro volume d’ O Capital, que a razão teórica ascendeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pode esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo. (ibid., p.45)

Netto (2001) salienta ainda que a análise feita por Marx na Lei geral da acumulação capitalista traduz a gênese da “questão social”, sua complexidade e a relação com o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Netto (2001), Marx afirmava que

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (ibid., p.45)

Sendo a questão social constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, este modelo tem na pauperização e na exclusão social algumas das resultantes que permeiam a vida das classes sociais subalternas e com as quais o assistente social se defronta em seu cotidiano de exercício profissional. O que pode ser explicado por Yasbek (2001, p.34), quando considera que

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos destas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade.

A análise da questão social, portanto, “é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários informados por distintos interesses de classe”. (IAMAMOTO, 2001, p.10), ou seja, não há como estabelecer consenso entre a lógica do mercado, representado pelos interesses da classe capitalista, que geram exploração, dominação e desigualdades e a lógica dos trabalhadores, representada pela busca efetiva por direitos, melhores condições de trabalho, o que configura-se um ambiente de disputas.

Na contemporaneidade, Iamamoto (2011, p.161) argumenta que a questão social é “considerada como expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização – o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas”. O que a autora evidencia é que a questão social não é um fenômeno recente, mas ao contrário, tem sido expressa “na própria natureza das relações sociais capitalistas”, no entanto, na contemporaneidade, suas manifestações assumem novas expressões que são percebidas nas diferentes dimensões da vida em sociedade. A velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam.

Netto (2001) por seu turno reforça a ideia de que “inexiste qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital”.

Em se tratando da percepção da questão social como resultado do embate da relação capital/trabalho, Sant`Ana (2012) considera que isto “não é algo facilmente perceptível para o assistente social porque esta se apresenta, na singularidade da ação profissional, mediada principalmente pelas suas refrações mais imediatas como a pobreza, a violência, o desamparo, a doença, etc.” A percepção da questão social a partir das suas refrações, segundo esta autora, “camufla o real, dificulta a análise da realidade numa perspectiva de totalidade, e com isto perde-se a possibilidade de apreensão do trabalho como eixo fundante da sociabilidade”. (ibid., p.15/16)

Tendo em vista os apontamentos feitos tem-se que a questão social é considerada como a matéria – prima ou objeto de ação profissional¹⁶, portanto, pensar os meios de trabalho e instrumentos do assistente social é pensar como ele trabalhará com essa matéria – prima. Isso exige um conhecimento aprofundado para decifrar a realidade e atuar sobre ela.

Sendo assim, Iamamoto (2012, p.53) considera que é importante desenvolver “a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm.” O desvendar sobre a realidade e as condições de vida dos sujeitos atendidos possibilita ao assistente social “dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento”.

2.2 O significado social da profissão na sociedade capitalista

O Serviço Social surge como profissão inscrita na divisão do trabalho como parte de um movimento social ligado a Igreja Católica na década de 30. Surge “articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato”. “Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os ‘problemas sociais’ de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário”. (IAMAMOTO, 1997, p.19).

Conforme Yasbek (2009, p. 7) “essa orientação ocorre em um momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicato a partir das diretrizes da *Rerum Novarum* (1891) e do *Quadragesimo Anno* (1931) encíclicas papais que assumiam um posicionamento antiliberal e antissocialista”.

Sob estas bases o Serviço Social configura - se como uma “alternativa profissionalizante às atividades de apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas”. Diante de intensas mobilizações organizadas pela

¹⁶ A utilização da referência “matéria – prima ou objeto da ação profissional do assistente social”, relacionada a questão social faz parte da base teórica apresentada, principalmente, por Iamamoto. No entanto, estas são terminologias que são questionadas, como por exemplo, Montañó (2007) que afirma que o Serviço Social não tem um “objeto de conhecimento próprio”. Não sendo objetivo adentrar neste debate, mas apenas enfatizar que existem divergências de pensamentos, entende-se que o assistente social trabalha no interior da questão social, na mediação das relações sociais e nas manifestações desta.

classe operária, o debate sobre a “questão social atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela”. (IAMAMOTO, 1997, p.18 e 20).

No Brasil, o Serviço Social, a partir da relação com a Igreja Católica “vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais”, cujos posicionamentos eram de cunho conservador e contrário aos ideários liberal e marxista. (YASBEK, 2009)

Desta forma, “a prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe burguesa e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante”. (IAMAMOTO, 1995, p.23)

Este pensamento, expresso por Iamamoto (1995), pode ser confirmado pela afirmativa feita por Torres (2005, p.195), em que considera que tal prática “fortalece a visão de que o Serviço Social colaborou substantivamente para reforçar o controle e a coerção exercidas pela classe dominante diante do crescimento acelerado da pobreza e a generalização da miséria”. Assim podemos considerar o Serviço Social como uma “profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”. (IAMAMOTO, 1995, p.71)

No entanto, as visões apresentadas acima não são as únicas na profissão. Partindo da análise do capitalismo monopolista é que, segundo Netto (1996, p.69/70), a profissão adquire um significado sócio-histórico, que caracterizado por mudanças na forma de produção e reprodução social capitalista cria “as condições sócio-históricas para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como a do assistente social”. Este espaço determinado, na divisão social e técnica do trabalho, é que possibilita a profissionalização do Serviço Social, e que tem sua base no enfrentamento que o Estado burguês faz com a questão social, por meio das políticas sociais.

O Serviço Social é entendido como uma profissão que está inserida no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido social e histórico. O significado sócio – histórico do Serviço Social, ou seja, o entendimento sobre a profissão só pode ser explicado no movimento histórico da sociedade, que se realiza através das relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo

processo de reprodução social da vida, ou seja, o mundo social é um mundo de relações (YASBEK, 2009).

Para Yasbek (2009)

[...] o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (ibid., p.3)

Enquanto profissão, o Serviço Social, precisa ser entendido na sociedade capitalista e no complexo movimento que a envolve, considerando, para tanto, a produção e reprodução das relações sociais.

Sobre este aspecto Yasbek (2009) afirma que

[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade. (ibid., p.3)

Diferentemente do entendimento do “senso comum”, o Serviço Social surge como profissão não pela tecnificação às ações de ajuda e filantropia, mas sim como atendimento às necessidades das classes sociais e na tentativa de dar respostas às demandas emergidas destas.

Neste sentido, Sant’ Ana (2012) argumenta que

O serviço social nasce como profissão a partir das demandas postas pelo embate entre as classes sociais na sociedade capitalista; surge para dar respostas a estes embates, porém a sua requisição é feita pelas classes dominantes. Em sua origem, a profissão é marcada pela presença da caridade aos pobres; quando se institucionaliza, o faz patrocinada pelo Estado e para atender, prioritariamente aos interesses do capital. (ibid., p.143)

O Serviço Social é uma profissão que emerge da contradição da sociedade capitalista e se inscreve principalmente num lugar de mediação de conflitos entre as classes sociais fundamentais.

Compreender sobre a prática profissional no Serviço Social é perceber que ela é “necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama”. (Yasbek, 2009, p. 4) Isto permite ainda que possamos apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social.

Ainda sob este aspecto, Yamamoto (1999) ressalta que

[...] a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se amplia, nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas de nossa demanda profissional. (ibid., p.23)

O que se pode afirmar é que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na sociedade capitalista contribui tanto para a reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às demandas postas pela classe trabalhadora. Para Yasbek (2009), isto “não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação”. (ibid., p.5)

Portanto, o Serviço Social precisa ser compreendido na totalidade das relações sociais em várias dimensões do exercício profissional, na sua relação com o usuário e na relação com o seu empregador, pois a profissão se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve.

O Serviço Social, a partir da década de 1960, passou por um intenso processo de renovação e de reorientação do seu referencial teórico – metodológico, o que se denominou de Movimento de Reconceituação. Este movimento afetou não apenas o Serviço Social brasileiro, mas teve repercussão em toda a América Latina.

Segundo Netto (1997), foi o processo de erosão do regime instaurado pelo golpe de 1964 que fez emergir os “vetores que propiciaram um novo alento às forças que, no interior da profissão e vinculadas ao que se passava fora de suas fronteiras, operavam no sentido de promover uma rotação radical no Serviço Social”. Nas expressões de Yamamoto (1997) entende-se que o “Serviço Social vem se movendo, assim, a partir da recusa a deixar-se cegar pelo conservantismo, perseguindo os caminhos da renovação, em parceria com o tempo e a história” (ibid., p.13).

A renovação no Serviço Social, conforme afirmação de Netto (1996) configura-se como

[...] um conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (ibid., p.131).

Sendo assim, por meio da perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, a profissão apresenta-se comprometida em responder as demandas e os interesses dos usuários e alinha-se ao projeto da classe trabalhadora.

Por isso mesmo, as demandas sociais, postas para o Serviço Social, não expressam apenas o movimento do capital, pois nelas estão embutidos alguns direitos, valores e princípios que historicamente fazem parte das conquistas e dos ideários dos trabalhadores. (ABESS, 1996, p.160)

A partir da década de 1980, o projeto hegemônico no Serviço Social brasileiro, passa a ser orientado pelo projeto de “intenção de ruptura”, o que pode ser percebido por meio da direção política expressa nos materiais e instrumentos jurídicos produzidos pela categoria como os Códigos de Ética Profissional de 1986 e 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/1993 e a produção dos autores vinculados à teoria crítica. Ainda podemos fazer esta constatação através das ações das entidades de representação da categoria e dos estudantes como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A intenção, neste enfoque, é de apresentar em linhas gerais o que o Projeto Ético Político significa para a profissão e como é possível fazer a inter-relação com a temática da questão agrária.

Pode-se considerar que, na década de 1980, consolidou-se no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. No entanto, Netto (1996) argumenta que não se pode afirmar que o conservadorismo foi superado no interior da categoria profissional, pode-se dizer apenas que houve uma abertura para a reflexão das tendências ídeo-políticas, ou seja, democratizou-se a relação no interior

da profissão e legitimou-se o direito a diferença ídeo-política. (p.111). Para o autor, está longe de se afirmar que o conservadorismo é algo residual na profissão, pois este tem raízes profundas. (p.112).

Neste sentido, a década de 1980 marcou uma etapa de amadurecimento da produção teórica profissional e do conhecimento, sendo a universidade a grande protagonista deste processo. O Serviço Social passou a repensar a profissão, a partir do movimento das transformações societárias, promovendo um processo de construção e afirmação do projeto ético-político comprometido com a cidadania e renovando a formação profissional. Desde então, o Serviço Social caminhou na direção de uma produção de conhecimento que daria sustentação a um novo projeto profissional, fortalecido com a criação dos cursos de pós - graduação que “vão configurar um espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento em interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências metodológicas” (YAZBECK, 2005, p.150).

Sant’ Ana (2012) ressalta que a hegemonia política da matriz teórica “intenção de ruptura” trouxe para o interior da profissão uma série de tensões, que contribuíram para o direcionamento não apenas da formação profissional, como também do exercício profissional, por meio das lutas políticas, das reflexões teóricas e das manifestações expressas nos espaços de debate da categoria (congressos e encontros) o que a autora chamou de conjunto denominado “Projeto Ético – Político da Profissão”. Este projeto é resultado de um intenso e constante processo histórico de construção em torno das implicações éticas e do significado sócio-histórico da profissão.

Torna-se importante partir da definição sobre este Projeto para a compreensão do que se pretende tratar, para tanto se utilizou das contribuições de Iamamoto (2009), que apresenta a seguinte definição:

O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. (ibid., p.4/5)

A materialidade do Projeto Ético – Político se expressa mais claramente no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS). Tais documentos serviram de base para apresentação da relação

expressa entre o Projeto Ético Político da profissão com a questão agrária no decorrer do desenvolvimento deste estudo.

A partir da consolidação do Projeto Ético Político Profissional foi possível que a categoria construísse as bases para o exercício profissional diferenciado, sobretudo por meio da formação profissional. Este projeto permitiu a construção de um novo perfil profissional, que segundo Netto (1999, p.13) fosse capaz de “responder, com *eficácia e competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira”.

O contexto descrito permite-nos considerar a ampliação dos campos de atuação do assistente social, entre eles o da questão agrária, pois segundo Netto (1999)

foram ressignificadas as modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. (ibid., p.13)

Sobre a relação entre Projeto Ético Político e a questão agrária, Sant’ Ana (2012) considera que

as proposições que se configuram no projeto ético-político da profissão permanecem invisíveis e os esforços da categoria no sentido de dar outro direcionamento ao exercício profissional acabam ficando subsumidos nos trabalhos que têm como enfoque a questão agrária. (ibid., p.139)

Esta afirmação é bastante significativa se levarmos em conta que, na questão agrária, a atuação do assistente social perpassará as questões relativas à concentração e centralização da terra e da riqueza. Estas questões afetam seriamente a soberania nacional e expulsam os trabalhadores do campo, tornando-se uma das consequências mais graves da influência do capitalismo na agricultura, pois há um controle do capital sob os diversos aspectos do processo produtivo. Sob estes aspectos, no primeiro capítulo fizemos um amplo e denso debate e a configuração do modo de produção capitalista e de suas consequências. O que cumpre ressaltar, portanto, é que todo este contexto gera um acirramento da questão social e conseqüentemente uma maior demanda de intervenção profissional ao assistente social.

Diante destas questões é que o Projeto Ético Político, por sua constituição e conteúdo expresso nos documentos que lhe trazem materialidade, está vinculado a algo maior, ou seja, a um projeto societário que tem na construção de uma nova ordem social, sem exploração/ dominação de classe, etnia e gênero seu principal desafio. E é alicerçado no compromisso ético-político e na proximidade com a luta dos trabalhadores que o exercício profissional se realiza na questão agrária.

Na literatura do Serviço Social, a questão social é um tema recorrente e citado pela quase totalidade dos estudiosos, adquirindo uma significância e um potencial a ser explorado, principalmente a partir da afirmação de Yamamoto (2001), que considera que a “pulverização da questão social” ocasiona “suas múltiplas expressões” e gera as várias “questões sociais”, o que impede “de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista”. Mas, tal fato não “elide a necessidade de aprender as múltiplas expressões e formas concretas que assume”. (ibid., p.18)

Sendo assim, para Cunha (2014, p.18) “há poucas dúvidas do lugar central da problemática da ‘questão social’ nas discussões do Serviço Social”. Segundo este autor, “basta uma consulta aos livros mais importantes, às estruturas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, aos documentos produzidos, artigos, teses e dissertações para apreciar o seu significativo peso”.

Sobre este tema, Netto (2001) considera que a “questão social” é a razão de existir do Serviço Social – “sem ela não há sentido para esta profissão. Mas, até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento de seu objeto”. (ibid., p.49)

Sendo algo constitutivo da profissão, a questão social é entendida, no Serviço Social, como ponto central que perpassa todo o processo de formação e exercício profissional do assistente social. Sob este aspecto Yamamoto (2011) considera que

A proposta de formação profissional vigente no país assume a tese de que o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas que é acionado pelas classes mediadas pelo Estado em face das “sequelas” da questão social. [...] A formação profissional tem na questão social sua base de fundação sócio-histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social. (ibid., p.183)

Estes elementos são reforçados pelos debates e sistematizações da categoria através da entidade que até então se denominava Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social e Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social ABESS/CEDEPSS Pesquisas Sociais (1996) que considerava que a particularidade da formação profissional no Serviço Social encontrava-se “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento – que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado”. (ibid., p.154)

A relação intrínseca entre Serviço Social e questão social pode ser percebida desde a origem da profissão, o que pode ser confirmado pela assertiva de Moljo e Santos (2014), as quais ressaltam que

A historiografia do Serviço Social reforça a relação intrínseca – desde suas origens- entre Serviço Social e ‘questão social’. O enfrentamento da classe trabalhadora contra o acirramento das expressões da ‘questão social’ força o Estado a buscar respostas a elas. Essas respostas pelo Estado, que têm sido conservadoras em relação ao Estado capitalista, vêm em forma de políticas sociais. O Serviço Social surge, então, como uma das profissões executoras dessas políticas. (ibid., p.10)

No sentido de referenciar a questão social na literatura do Serviço Social e de construir um diálogo entre os pensadores críticos da profissão e as percepções encontradas nos artigos dos CBAS e ENPESS e nos questionários respondidos pelos profissionais é que se apresentam as formulações a seguir.

Em Netto (2011) podemos ler que a

(...) expressão ‘questão social’ não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão neste domínio deve ser saudado – muito particularmente porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada.(ibid., p.152)

A afirmação feita por Netto (2011) nos remete a pensar que a complexidade em se conceituar com exatidão o que significa questão social está relacionada com suas múltiplas expressões, ou seja, as inúmeras expressões das desigualdades sociais que são inerentes ao capitalismo. Conforme seu pensamento, qualquer exercício que se

proponha a ser feito no sentido do seu esclarecimento é válido tendo em vista a amplitude de questões que a ela estão relacionadas.

No exercício de adensar o debate sobre o entendimento da questão social no Serviço Social, Yasbek (2009, p.3) contribui com a definição ao considerar que a questão social é a “expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e, nesse sentido, a questão social se expressa também na resistência e na disputa política”.

Analisando a luta de classes, podemos afirmar que a luta entre as duas grandes classes antagônicas da sociedade se converte necessariamente em uma luta política. Assim ocorreu na longa batalha entre a burguesia (ou a classe capitalista) e a aristocracia rural e assim ocorre na luta da classe operária e esses capitalistas (AGUENA, 2008, p.73). Portanto, a existência destas classes sociais antagônicas faz com que as ações se convertam em luta de classes pelo poder político.

Em o Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels proclamam, que “a história de toda a sociedade até hoje tem sido a história da luta de classes”. E consideraram também que a sociedade moderna burguesa não aboliu os antagonismos de classes, apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas.

Iamamoto (2011, p.160) nos recorda que foram as lutas sociais que romperam com o “domínio privado nas relações entre capital e trabalho”, e trouxeram a tona a questão social para a esfera pública. A partir daí, os conflitos sociais passam a exigir “a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais”.

Neste mesmo viés analítico, a concepção dos profissionais sobre questão social foi observada no conteúdo dos artigos dos anais dos CBAS e ENPESS e percebida em 14,3% dos artigos, ou seja, apesar das descrições e argumentações apresentadas ao longo dos assuntos indicarem esta problemática vinculada ao que estava sendo estudado ou pesquisado, apenas 30 artigos trouxeram esta categoria de forma explícita, enfatizando que a questão social é algo latente neste campo temático.

No rol de concepções sobre a questão social apresentadas pelos profissionais nos artigos, algumas foram evidenciadas, neste estudo, ao que segue.

Netto e Sant`Ana (2004) partem da premissa de que

o avanço na compreensão sobre a questão social, enquanto conjunto de contradições e conflitos inerentes à estrutura social em que vivemos, bem como de suas inúmeras expressões singulares que envolvem pessoas, grupos, organizações, movimentos, populações, muito tem facilitado a ação inovadora e criadora que favoreça o estabelecimento de princípios formadores de novas relações sociais.

Isto posto, leva-nos a compreender que estas contradições, conflitos, transformações e outras terminologias que são atribuídas à questão social, precisam ser apreendidas em suas especificidades, pois interferem diretamente no campo de trabalho do assistente social, uma vez que gerando novas demandas que, em sua maioria, não são atendidas, devido à fragmentação e focalização das políticas públicas e programas oferecidos pelo Estado.

Embora a maioria dos profissionais reconheça que a questão social é a matéria de trabalho do assistente social e que esta se manifesta de forma multifacetada, há aqueles profissionais que não fazem esta crítica em seu cotidiano de exercício profissional e contribuem para o seu acirramento e não atendimento às demandas e necessidades dos usuários dos serviços a que estão ligados. Para ilustrar esta afirmação, cumpre apresentar uma abordagem feita por Sant`Ana (2008), por ocasião do XI ENPESS, em pesquisa realizada com assistentes sociais que atuavam com trabalhadores rurais assalariados no interior de São Paulo.

Ao não apreender a relação entre capital e trabalho, a assistente social parte de uma visão ideologizada da questão social e reproduz a perspectiva estigmatizada do migrante; enquanto a Usina figura como fornecedora de emprego, os trabalhadores convocados e descartados por ela são vistos como aqueles que trazem a violência para o município e ainda consomem com os recursos sociais dos municípios. Ao invés de creditar esta problemática que, de fato, é relevante, aos custos do agronegócio elas acusam os trabalhadores. Em dois depoimentos esta perspectiva é nítida: as profissionais chegam a acusar os trabalhadores migrantes de responsáveis pelos problemas sociais dos municípios. (ibid., n/p)

As expressões da questão social são consideradas a matéria do Serviço Social (Iamamoto, 2012,p.54) e se tornam desafios ao desempenho profissional diário do assistente social. Estas podem ser percebidas nas seguintes explicitações feitas pelos autores nos artigos dos eventos. Como retrata na seguinte afirmação

Há um recuo nos níveis da produção, precarização do trabalho, desemprego, enfim, miséria, o que certamente confirma os avanços na

emergência desses programas e políticas de proteção social. Igualmente, ocorre um desmonte das garantias sociais asseguradas pelo trabalho, e um crescimento do mundo fantasioso das políticas sociais compensatórias que apontam à novos sentidos ao trabalho rural/urbano, e às reconfigurações da “Questão Social”, e ao Serviço Social. (LUSTOSA et al, 2008, n/p)

A questão social, na atualidade, é reconfigurada e apresenta novas mediações na cena contemporânea (Iamamoto, 2012, p.50). Uma destas é possibilitada por meio do receituário neoliberal, sendo que o mesmo apresenta uma lógica de minimização do Estado, de redução de despesas e gastos sociais. O assistente social, neste contexto, tem seu trabalho prejudicado visto que suas ações dependem de “recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos”. Tal afirmação sobre os efeitos do neoliberalismo sobre a questão social e o Serviço Social pode ser confirmada por meio da seguinte ilustração:

No Brasil, esse conjunto de mudanças nas políticas de bem estar social assentadas no receituário neoliberal seguem os princípios de “focalização”, “descentralização”, viabilizadas nessas estratégias, a “individualização” da questão social, das ações públicas de assistência, guardam o caráter e a importância desses meios na cobertura à pobreza estrutural rural-urbana. Confirma-se a expansão quantitativa das metas alcançadas pelo Programa Bolsa Família, em especial às áreas rurais, que ora representa um meio de cobertura à pobreza, alcançadas pelo Estado neoliberal. (LUSTOSA et al, 2010, n/p)

Por fim, para compreender as configurações da questão social no Brasil é preciso “conhecer as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e de sua formação social e cultural, atravessadas pela “questão agrária”, o que demanda problematizar o modelo de desenvolvimento agrário”. (Pereira, 2010). Sobre isto Martins (2010), quando analisa as manifestações da questão social em áreas de assentamentos argumenta que

A relação entre a expansão capitalista no campo e a “questão social” não se dá de forma imediata, mas a partir de mediações articuladas, por um lado, à formação de uma massa de trabalhadores separada dos seus meios de produção (e da terra), desencadeando a questão agrária. Por outro lado, à profunda alteração no meio ambiente, conduzindo a um processo de empobrecimento do meio natural, concomitante ao empobrecimento das populações rurais, originando uma questão ambiental. (ibid., n/p)

Estas interferências confirmam a intrínseca relação entre questão agrária e questão social, o que será elucidado mais adiante.

2.3 Compreensão sobre a relação entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social

Torna-se importante neste estudo apresentar como os assistentes sociais descrevem o significado do Serviço Social no contexto da questão agrária. Na apreciação das respostas dos profissionais que estão atuando nesta área percebem-se diversos elementos e posicionamentos pautados no entendimento sobre a importância que é atribuída à profissão neste contexto, conforme a seguinte resposta

(...) O que me ocorre com essa pergunta, é a importante e significativa atuação que testemunhei e compartilhei com poucas colegas de profissão junto a este setor da sociedade, que apesar de toda a falta de referências teóricas e até do reconhecimento da categoria de forma institucionalizada, sobre essa atuação, consegue-se criar condições objetivas e a capacidade de ultrapassar as limitações e desafios de todas as ordens e fazer-se útil e competente a contribuir com uma das questões, que entendo ser, umas das mais sérias e graves de nossa sociedade, à medida que a resolução das questões inerentes a falta e deficiente reforma agrária existente em nosso país, poderia criar condições mais dignas de sobrevivência para uma significativa parcela da população, reparando uma histórica dívida social que a sociedade brasileira tem com as populações menos favorecidas do meio rural brasileiro. (Assistente Social 6)

Outros consideram que o Serviço Social é uma profissão que pode contribuir para o desenvolvimento rural e fortalecer o setor agrário e também para o desenvolvimento social

Uma profissão que pode contribuir para o desenvolvimento rural se fortalecer o setor agrário. (Assistente Social 3)

O Serviço Social significa um ponto de partida nas orientações da construção de plano de desenvolvimento social para as questões agrárias. Sabendo definir ações conforme as necessidades do público, vejo que todas as ações tem ligação direta com o Serviço Social. (Assistente Social 7)

Aqui reside uma questão polêmica em torno da conceituação e do entendimento que se tem sobre desenvolvimento rural e desenvolvimento social. O desenvolvimento rural muito apregoado pelo governo, trata de uma política que visa induzir amplas e significativas mudanças nos ambientes rurais, em muitos casos se associa a

desenvolvimento territorial e desenvolvimento local. Estas mudanças estão relacionadas ao sistema de produção que afeta drasticamente a dinâmica de vida das populações do campo, sendo a tecnologização, o agronegócio e a monocultura traços marcantes desta política.

O desenvolvimento social está relacionado com a qualidade de vida, ou seja, com ações que possam possibilitar a garantia do mínimo de satisfação das necessidades básicas dos sujeitos. Este fato muitas vezes torna-se algo subjetivo devido a amplitude do tema e a complexidade em se definir o que são estas necessidades e seu grau de satisfação, tendo em vista a realização pessoal e da sociedade em seu conjunto, pois somos sujeitos sociais inseridos em uma sociedade diversa.

Sendo assim, a crítica se assenta na perspectiva de reforço ao capitalismo e as formas de exploração que este sistema carrega. Estes modelos pouco contribuem concretamente para a afirmação de mudanças no campo que possam possibilitar a melhoria da qualidade de vida e um efetivo desenvolvimento rural e social sustentável, baseado na agricultura familiar, na sustentabilidade e em formas de cooperação no campo.

No entanto, a partir das leituras dos artigos dos anais dos eventos, bem como pela percepção da compreensão explicitada, pelos assistentes sociais, nos questionários não nos foi possível, perceber se suas posturas são de crítica ou de reafirmação destes modelos. Aqui nossa intenção foi de, apenas problematizar que, no interior da categoria, a partir de uma conduta de distanciamento do Projeto Ético Político e de um exercício profissional desvinculado de uma perspectiva de crítica e de rompimento com este sistema, podem existir profissionais que reafirmam estes modelos, ainda que não intencionalmente.

Ainda sobre o significado do Serviço Social na questão agrária, os profissionais ressaltam que a intervenção é voltada para a sensibilização quanto aos direitos, defesa da democracia, da cidadania e clara opção pela solidificação dos princípios defendidos no Projeto Ético – Político Profissional e no Código de Ética. Yamamoto (2009) considera “que a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social”. (Yamamoto,

2009, p.1). Este elemento pode ser problematizado a partir das seguintes afirmações feitas pela Assistente Social 4.

Como em todo contexto, o significado do Serviço Social no contexto da questão agrária é trabalhar no sentido de contribuir para viabilizar direitos; lutar junto com os (as) trabalhadores (as) e os movimentos sociais e sindicais pela construção de um novo modelo de desenvolvimento, de Estado e de sociedade, que passa pela defesa e apoio a reforma agrária, do direito ao campo pelos povos do campo, da efetiva presença das políticas sociais no campo, da ampliação da atuação do Serviço Social no Campo por meio de concursos públicos substituindo os editais e chamadas públicas e da construção de políticas públicas, universais, não contributivas e de qualidade para os (as) trabalhadores (as) do campo e da cidade. (Assistente Social 4)

Ao mesmo tempo, os profissionais apresentam a importância e significado do Serviço Social inserido no contexto da questão agrária e reconhecem que a profissão faz o enfrentamento da questão social e reafirmam o Projeto Ético Político. Estes são elementos que diferenciam o Serviço Social das demais profissões, o que se verifica, por exemplo, pela seguinte resposta

Na verdade, penso o serviço social enquanto uma profissão, que ao longo de sua história tomou proporções e direcionamentos políticos e sociais bem distintos da maioria. Isto por que com um projeto ético político de valores e princípios bem direcionados à defesa da classe trabalhadora, vem desde o início dos anos 1990 se consolidando e fortalecendo, em pesquisas, eventos, lutas políticas entre outras manifestações de interesse e direcionamento classista e divergente da dominante. E como profissão distinta, a discussão da questão agrária, a meu ver, deveria tomar dimensões maiores e insisto em dizer, que a discussão ainda perpassa muito as manifestações da questão social no espaço urbano e negligencia, por vezes, o rural perdendo a dimensão totalitária da leitura da realidade social. (Assistente Social 9)

Alguns profissionais queixam-se da pouca ou quase nenhuma importância que é atribuída pela maioria da categoria, a este espaço de atuação, sendo por vezes negligenciado, o que pode ser percebido pela seguinte expressão:

O Serviço Social é uma profissão que atua na denúncia da violação dos direitos sociais e, portanto, a relação é indiscutivelmente necessária. Vejo muito descomprometimento ainda por parte da

profissão com o tema. Poderia afirmar uma quase” ignorância” frente ao tema. (Assistente Social 1)

Até onde tenho conhecimento, a contribuição do Serviço Social junto a questão agrária, teoricamente é incipiente, poucos profissionais da academia da área do Serviço Social interessam-se em estudar, pesquisar, contribuir com a qualificação dos debates, das ações, atuações, políticas públicas e incentivo a uma efetiva inserção e atuação desses profissionais nesse setor. (Assistente Social 6)

Esta é uma constatação que contribui para responder ao questionamento sobre como a profissão tem percebido esta área em seu interior. Ressaltamos que, conforme já contextualizado anteriormente, e confirmado pela resposta das Assistentes Sociais 1e 6, a questão agrária é vista de forma marginal, visto que os estudos que a problematizam tem pouca expressividade tanto no âmbito do exercício profissional, quanto da produção acadêmica. Tal fato representa um desafio a ser enfrentado, tanto no sentido de publicizar e incentivar o exercício profissional nesta área, quanto de fomentar pesquisas e literatura específica produzida pelos estudiosos do Serviço Social.

Por fim, conforme a resposta do Assistente Social 10, este considera que o Serviço Social denuncia as desigualdades e que a forma de atuação possibilita a parceria e proximidade com os sujeitos atendidos, ao passo que há uma valorização das origens, fazendo-se a relação entre o saber popular e científico, conforme observa-se no pensamento descrito abaixo.

Dar visibilidade as contradições que reproduzem as desigualdades no campo e suas implicações na cidade. Ser parceiro na construção de um novo paradigma para o campo brasileiro, capaz de conciliar o conhecimento científico, a sabedoria popular e as exigências do futuro (“sustentabilidade” está muito gasto). (Assistente Social 10)

Outra ênfase de análise foi dada por meio da compreensão que os profissionais têm sobre o significado do Serviço Social no contexto da questão agrária, expressas nos artigos dos CBAS e ENPESS. Neste quesito, 86,6% dos profissionais não apontou nenhum elemento que pudesse indicar sobre a compreensão deste significado. No conjunto desta análise este dado reforça as constatações apresentadas anteriormente e a percepção que se tem de que há, por parte dos assistentes sociais, uma significativa argumentação teórica e inúmeras descrições que embasam as temáticas de estudos e pesquisas apontadas por estes profissionais, mas que não fazem nenhuma relação destas

com a profissão, ou que apresentem indicativos de que este é um campo potencial para o exercício profissional.

A invisibilidade do espaço agrário no Serviço Social impede que os profissionais percebam “o espaço rural brasileiro como um lugar de singularidades e particularidades, construídas historicamente, que contribuem para conformar a generalidade da sociedade brasileira”. (LUSA, 2012, p. 290)

Ainda que a maioria dos artigos não retratasse sobre a concepção de profissão enfocando seu significado e importância no contexto da questão agrária, os que manifestaram este entendimento o fizeram de forma crítica e comprometida. Conforme Kreutz (2004, n/p), a questão agrária

constitui-se em campo fértil de atuação para o Serviço Social, justificado, de um lado, pelo compromisso ético-político, teórico e metodológico assumido pela profissão com a classe trabalhadora e grupos sociais historicamente excluídos e, por outro lado, pelas novas configurações na rede de relações que determinam as condições materiais de existência e de via dos sujeitos sociais que constroem e reconstroem seu contexto social.

Sant`Ana et.al (2004) consideraram sobre a importância do aprofundamento dos estudos sobre a questão agrária no Serviço Social com vistas a possibilitar uma melhor compreensão e inserção profissional. Nesta mesma direção Silva (2004) argumenta que “a questão agrária merece um olhar mais atento da categoria profissional de forma a identificar as possibilidades abertas à inserção do Serviço Social nesta problemática”. Ribeiro et al (2006, p.6) consideram que a postura profissional do assistente social neste contexto, precisa estar orientada pela

preocupação de construir um agir profissional competente, onde este não se mortifica pelas tarefas que precisa dar conta, mas busca problematizar a relação com estas tarefas, não as congelando num simples desempenho de papéis, de funções, de obrigações, mas pensar este lugar profissional no mundo, ou melhor dizendo, nos diferentes mundos que borbulham no cotidiano coletivo. (ibid., p.6)

A abordagem apontada por Almeida (2006) traz elementos práticos interessantes sobre o significado e importância do Serviço Social no contexto da questão agrária, pois, para esta autora, “o Serviço Social insere-se nessa problemática no âmbito das políticas públicas, elemento fundamental no cotidiano profissional, cuja elaboração, implementação, execução e avaliação constituem competências do assistente social”. Complementar a esta questão, Menezes (2010) afirma que “o Assistente Social tem

papel fundamental, que tange não somente a sua atuação crítica, mas também o esforço, no sentido de estabelecer diálogo com os movimentos sociais camponeses”. Sendo assim, torna-se necessário que “estes profissionais contribuam para a formação de sujeitos politicamente capazes de exercer a função de agentes de debates, que socializem conhecimentos e problematizem tal questão”.

Na abordagem sobre o significado do Serviço Social na questão agrária, evidenciou-se alguns limites e possibilidades para o exercício profissional. Lusa (2013) considera que tais limites e possibilidades precisam ser conhecidos “para que se possa enfrentar a ausência do Estado no campo, a invisibilidade das demandas sociais camponesas e a insipiente relação entre o Serviço Social e a classe trabalhadora rural”. E ainda acredita que “apostar nessas possibilidades e construir outras é parte inicial do caminho para assegurar o exercício dos direitos sociais pelos indivíduos rurais”, sendo este o papel do assistente social.

As percepções evidenciadas nos artigos nos levam a inferir que o Serviço Social tem significativa importância no contexto da questão agrária, visto que os assistentes sociais, por meio do seu exercício profissional, interferem cotidianamente nas relações sociais e são requisitados ao atendimento às demandas geradas. O profissional “se insere em diferentes espaços sócio-ocupacionais e desenvolve seu trabalho por meio da formulação, execução, monitoramento, avaliação e controle social de diversos programas e projetos” (GOIS, 2013, n/p). Assim sendo, pensar o Serviço Social na sua relação com a questão agrária é fundamental para a profissão.

Para que o leitor compreenda as inferências feitas ao longo de todo este trabalho, é preciso enfatizar que, na especificidade deste estudo não são apenas as novas expressões da “questão social” que serão evidenciadas, mas sim a ressignificação da questão social no âmbito da questão agrária. Sobre isto, Araújo (2012) considera que na questão agrária a questão social se manifesta de forma singular e multifacetada. Para esta autora, a questão agrária é considerada como “uma das mais amplas, singulares e graves expressões da questão social no âmbito do capitalismo contemporâneo” (ibid., p.451).

Na compreensão de Sant`Ana et. al (2004), a partir da década de 1990, as diferentes formas de expressão da questão social, ficaram mais explícitas. Estas denunciavam “o aprofundamento da crise econômico - social: o desemprego estrutural, o aumento descontrolado da pobreza, precarização e casualização do trabalho,

população sem moradia, sem terra, sem saneamento básico, sem saúde, sem escola”.

Desta forma, pode-se dizer que

(...) a questão social é indissociável da questão agrária, pois reflete as contradições postas pelo capitalismo no meio rural, e no Brasil com particularidades extremamente perversas: a simbiose entre latifúndio e propriedade capitalista permitiu, com a ajuda do Estado, a permanência da concentração fundiária; e com isso, o Brasil é um dos únicos países do continente que não fez reforma agrária. (SANT’ANA et al, 2004, n/p)

Para compreendermos as configurações da questão social no Brasil, é preciso “conhecer as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e de sua formação social e cultural, atravessadas pela “questão agrária”, o que demanda problematizar o modelo de desenvolvimento agrário”. (Pereira, 2010). Sobre isto Martins (2010), quando analisa as manifestações da questão social em áreas de assentamentos argumenta que

A relação entre a expansão capitalista no campo e a “questão social” não se dá de forma imediata, mas a partir de mediações articuladas, por um lado, à formação de uma massa de trabalhadores separada dos seus meios de produção (e da terra), desencadeando a questão agrária. Por outro lado, à profunda alteração no meio ambiente, conduzindo a um processo de empobrecimento do meio natural, concomitante ao empobrecimento das populações rurais, originando uma questão ambiental. (ibid., n/p)

Santos e Gois (2013), ao referenciar Sant`Ana (2012), consideram que a questão agrária constitui-se além de uma particularidade da questão social “uma questão política, econômica, cultural e ambiental cujo enfrentamento exige a adoção de medidas direcionadas a transformações das relações sociais determinadas por grupos dominantes que comandam o modo de produção e o Estado capitalistas”.

Neste campo, sendo a questão agrária uma das particularidades da questão social e esta a matéria –prima do trabalho do assistente social, que se manifesta através de diversas expressões sociais, o profissional é demandado a contribuir com o seu enfrentamento por meio da implementação das políticas sociais.

Segundo Sant`Ana (2012, p.151), existe uma dificuldade de percepção da questão agrária pelo Serviço Social, que se traduz pela forma restrita que esta temática aparece nos Congressos da categoria, pois “são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural”. Em relação a produção teórica, a autora

observa que “os periódicos especializados de Serviço Social quase não têm artigos que tratem do modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais”.

Tal observação pode ser reforçada quando ao se analisar os artigos dos anais do CBAS e ENPESS verificou-se que 86,6 % dos profissionais não apontou nenhum elemento que pudesse indicar sobre a compreensão que tem do significado do Serviço Social no contexto da questão agrária. O que se percebe é que há uma significativa argumentação teórica e inúmeras descrições que embasam as temáticas de estudos e pesquisas apontadas pelos profissionais, mas não fazem nenhuma relação destas com a profissão, ou que apresentem indicativos de que este é um campo potencial para o exercício profissional.

Uma evidência que Sant`Ana (2012, p.151) traz é que comumente o Serviço Social não está presente nas pesquisas que tratam da temática da questão agrária, com pouquíssimos relatos sobre o exercício profissional nesta área. Para a autora, apesar desta profissão ter um caráter “eminente interventivo”, os relatos apresentados pelos assistentes sociais nos eventos da categoria e em outros meios de divulgação, como revistas especializadas, enfocam basicamente resultados de pesquisas. Uma hipótese que apresenta para justificar esta ocorrência estaria na predominância de atuação dos profissionais em âmbito urbano.

Esta percepção relatada por Sant`Ana pode ser confirmada pelos resultados observados na pesquisa realizada neste estudo. Segundo as informações identificadas nos artigos dos anais dos CBAS e ENPESS, chegou-se aos seguintes dados: dos 210 artigos pesquisados, 103 se referem a resultados ou relatos de pesquisas em andamento, 76 foram contabilizados como outros sendo estudos ou ensaios sobre o tema, 25 possuem vinculação com temas de estudo, sendo 6 de TCC, 14 dissertações e 5 de teses e apenas 6 se referem ao relato sobre exercício profissional.

Severina Garcia Araújo (2012) reforça a hipótese apresentada por Sant`Ana (2012). Quando, em entrevista à Revista Temporalis, foi perguntada sobre o porque alguns pesquisadores do Serviço Social vêm demonstrando que a profissão pouco conhece da realidade agrária do país, ela apresenta a seguinte contribuição:

Há determinações históricas relacionadas à própria gênese da profissão e seu processo de institucionalização/legitimação ocorrido no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. O que demarca a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial, atribuindo visibilidade à questão social, enquanto

processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado. (ibid., p.454)

Também esta afirmação pode ser evidenciada nas considerações de Lusa (2013) por ocasião do XIV CBAS, em que pode-se ler

Configurando-se, desde início, como uma área de trabalho necessária para a manutenção do modo de produção capitalista, a profissão contribui para a acumulação de capital através da atuação direta no âmbito da reprodução social e das relações sociais da classe trabalhadora. Isto posto, entende-se que o Serviço Social configura-se, desde a sua origem, como uma profissão voltada eminentemente para o espaço urbano, corroborando com a sociedade e o Estado o foco das atenções. (ibid., n/p)

Conforme vimos no primeiro capítulo, a temática da questão agrária ultrapassa a simples noção de acesso a terra, mas apresenta-se intrinsecamente relacionada com a forma desigual como ocorrem as relações sociais.

No entanto, o que se percebe é que, apesar deste ser um tema com pouca relevância na profissão, há profissionais, docentes e estudiosos que se envolvem concretamente com este objeto de estudo e insistem em se dedicar a ele apesar dos desafios e das exigências que são colocadas para a profissão na contemporaneidade.

Contudo, Araújo (2012) nos explicita que apesar dos esforços feitos pela ABEPSS, CFESS, universidades e outras entidades do Serviço Social “ no momento presente, esse campo de estudo e possível práxis profissional ainda se restringe a opções individuais de alguns professores e ou profissionais, não se constituindo, portanto, como uma das estratégias componentes do processo de formação profissional” (ibid., p.457)

Estes profissionais são capazes de perceber que o exercício profissional do assistente social na questão agrária se realiza através das expressões da questão social que se manifestam por meio das políticas sociais que permeiam o universo de atuação. Expressam uma clara opção e um compromisso com outro projeto de sociedade, pois são capazes de fazer uma leitura crítica da realidade e de nela se inserir criticamente.

Neste ponto, dado a importância das políticas sociais no contexto de exercício profissional do assistente social, sendo neste estudo destacado o espaço agrário, cumpre tecer breves considerações sobre este tema. Ressalta-se que o enfoque será dado para a configuração da política social na contemporaneidade e o exercício profissional do

assistente social neste espaço sócio – ocupacional, como sendo um tema complexo, muito discutido e trabalhado pelo Serviço Social brasileiro.

Conforme considerado por Faleiros (1985), “a problemática da política social ocupa hoje em dia uma importância estratégica e fundamental no capitalismo monopolista”. Assim, para fazermos uma análise sobre as políticas sociais, é necessário um movimento que considere a realidade, a correlação de forças sociais, a estrutura capitalista e também o movimento histórico das transformações sociais destas estruturas.

Elaine Behring (2000, p.1) ao teorizar sobre esta temática, esclarece que, a existência das políticas sociais é “um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, específico do modo capitalista de produzir e reproduzir-se”. Assim, a política social é considerada “como uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”.

As políticas sociais têm-se constituído como estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual. Estas políticas são materializadas em ações que asseguram à população o direito à: educação, saúde, trabalho, assistência Social, previdência social, justiça, agricultura, saneamento, habitação popular, meio ambiente, dentre outros, e que se constituem espaço de inserção profissional do assistente social.

Segundo Miotto e Nogueira (2013)

No Brasil, ao final da década de 1970, os assistentes sociais já se posicionavam fortemente em relação à "formulação das políticas sociais enquanto intervenção estatal". Essa trajetória lhes possibilitou o diálogo com uma argumentação mais consistente junto aos defensores do "produtivismo econômico" da tecnocracia brasileira. (ibid., p.62.)

As autoras consideram que este diálogo foi possibilitado tendo em vista duas percepções, de um lado, “em razão da gênese da profissão vincular-se ao contexto de enfrentamento da questão social através das políticas sociais, assegurando as condições necessárias para a expansão do capitalismo monopolista” e, de outro, pelo “reconhecimento de que a política social reveste-se de um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que atende aos interesses do capital, atende também às necessidades da classe trabalhadora”. A partir destas percepções é que a intervenção profissional do assistente social nas políticas sociais é marcada pela luta dos trabalhadores na

perspectiva da conquista e da consolidação dos direitos sociais. (MIOTO e NOGUEIRA, 2013, p.62.)

A conjuntura capitalista expressa no capítulo anterior, revela que o distanciamento no trato da questão social é visível e sério; a refilantropização da assistência e o apelo a sociedade civil são as marcas desse sistema. Tem-se assim a redução do Estado, o aumento das iniciativas da sociedade civil e o surgimento maciço de organismos não-governamentais e privados que se tornam canais de absorção dos assistentes sociais, e de implementação das políticas sociais financiadas pelo Estado. Sob a inserção dos assistentes sociais nestes organismos Mioto e Nogueira (2013) apresentam a seguinte contribuição

Isso expõe os profissionais a operarem em lógicas bastante contraditórias. Ao mesmo tempo em que se colocam diretrizes, guias e parâmetros, emanados a partir da "garantia de direitos sociais" pautada pelo Estado, as referidas entidades buscam também atender às respectivas lógicas que sustentam a sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais. Ou, tendem a um forte apego a documentos e legislações emanados do Estado, consoantes ao projeto profissional. Isso tanto obscurece o caráter contraditório, imanente ao campo da política social, como dificulta o rompimento da relação mimética entre a profissão e a política social, tornando mais distante as possibilidades de exercício de uma possível autonomia. (*ibid.*, p.67)

Conforme já apontado anteriormente, o mascaramento das políticas sociais pela solidariedade, justiça e acesso a bens e serviços contribuem para o acirramento do processo de exclusão social. E é justamente nesse cenário que o assistente social é chamado a atuar.

O cenário apresentado exige do profissional uma compreensão do processo social na totalidade contraditória, uma vez que um dos aspectos centrais da questão social hoje é com relação ao desemprego e à precarização das relações de trabalho, da “insegurança do trabalho”, proporcionada pela redução dos direitos sociais e trabalhistas.

Por fim, segundo Mioto e Nogueira (2013)

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se

uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão. (ibid., p.65)

Portanto, contribuir para a construção de instrumentos de desenvolvimento social e econômico, articulando iniciativas, ampliando as oportunidades de trabalho, de renda, de melhoria de qualidade de vida, diante do contexto presente na conjuntura da sociedade contemporânea, eis o desafio.

A partir destas constatações e mesmo considerando a atuação e inserção significativa de profissionais na questão agrária, não se pode perder de vista a fragilidade e marginalidade com que este tema é tratado nas universidades brasileiras.

Segundo Araújo (2012)

“há importantes universidades, nas quais o curso de Serviço Social não contempla, em seu currículo, qualquer disciplina relacionada à questão agrária, o que é problemático, especialmente se for considerada a opção por uma formação político-profissional fundada na perspectiva crítica, conforme atesta o Projeto – Ético Político Profissional, entre outras importantes expressões da profissão e da categoria”. (ibid., p.457)

Na leitura dos artigos, verificou-se que apenas 13,4 % dos autores fizeram uma relação explícita entre o Serviço Social e a questão agrária. É fato que os artigos são muito bem elaborados e possuem uma densidade teórica considerável, ao contrário não seriam aprovados pelos pareceristas dos eventos. No entanto, percebeu-se uma grande dificuldade, ou mesmo ausência em se fazer qualquer menção ao Serviço Social quando da apresentação do conteúdo dos artigos. Esta tem sido também uma dificuldade percebida na literatura do Serviço Social, ou seja, nas diferentes leituras que foram realizadas para este estudo, há um grande empenho dos profissionais em debater sobre a questão agrária e tudo que a ela está relacionada em âmbito geral, mas estabelecer uma relação com o Serviço Social, eis o grande entrave.

Os autores que destacaram este item entendem que a relação Serviço Social e questão agrária é uma questão presente para a profissão, e que está além do simples atendimento às demandas dos trabalhadores do campo, pois pode contribuir, entre outros aspectos, para dar visibilidade às questões ligadas à luta pela terra e possibilitar o acesso as políticas sociais direcionadas ao campo. Pois, é “a configuração da questão agrária como questão social que particulariza a inserção do Serviço Social nos processos que envolvem a luta pela terra” (SILVA, 2004).

Gois e Santos (2013), em seu artigo elucidam a relação estabelecida entre Serviço Social e questão agrária, a partir da seguinte afirmação

Para enfrentamento da questão agrária e suas expressões, assim como para implementar o II PNRA e desenvolver as políticas sociais direcionadas para os/as trabalhadores/as do campo faz-se necessário uma intervenção multidisciplinar incluindo o assistente social. Profissional que possui um caráter interventivo junto à classe trabalhadora; uma formação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que proporciona a construção de uma competência crítica; marco legal que possibilita e assegura o exercício profissional junto e em defesa dos interesses da classe trabalhadores e da construção de uma sociedade justa e igualitária, e tem a questão social como objeto de intervenção. Realidade que o torna apto para atuar nas diferentes expressões da questão social, e conseqüentemente com a questão agrária.(*ibid.*, n/p)

Complementar a esta afirmação, Araújo et al (2010) apresenta a contribuição a seguir

Para a análise das configurações do espaço profissional dos assistentes sociais no meio rural, temos como pressuposto a realidade agrária brasileira, como espaço de luta dos trabalhadores rurais frente o avanço do capitalismo no campo, com sua diversidade histórica. Nesta processualidade, temos a objetivação da política pública de reforma agrária, como alternativa para o enfrentamento dos conflitos rurais. (*ibid.*, n/p)

Ainda assim, a relação configurada entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social pode ser percebida nas expressões dos profissionais que se desafiam nesta área e que apresentaram suas percepções. Esta é uma questão fundamental nesta análise, visto que pela apreensão de suas respostas é que foi possível perceber como a compreensão desta relação determina o exercício profissional dos assistentes sociais nesta área.

A fim de afastar quaisquer dúvidas a que o leitor possa se defrontar, esclarece-se que a relação questão agrária, questão social e Serviço Social, a que fazemos menção neste estudo é a que perpassa o conjunto das análises realizadas até então e que estão sendo apresentadas a partir da contradição capital x trabalho. Nesta contradição se identifica um campo de tensão em que de um lado tem-se o caráter de exploração e de dominação do capital e de outro o processo de resistência, impresso, pela classe trabalhadora. É neste contexto que o Serviço Social se vincula, ou seja, no atendimento às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das

relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, exemplificados pela complexificação do modo de produção capitalista, da mediação e minimização das ações do Estado, pela criminalização das lutas sociais e pela focalização das políticas sociais no campo.

A maioria dos profissionais que respondeu ao questionário considerou que a relação entre questão agrária, questão social e Serviço Social é intrínseca, sendo a questão agrária apontada como uma manifestação da questão social e um campo propício para a atuação do assistente social. Tornou-se importante extrair algumas descrições na íntegra, ainda que o volume seja extenso, pois os elementos são extremamente ricos para ilustrar este debate, o que justifica tal descrição, ao que segue:

Para mim a questão agrária é uma particularidade da questão social, corroborando com a concepção de Raquel Sant' Ana; é a expressão das desigualdades inerentes e decorrentes da inserção do capitalismo no campo, portanto questão social e questão agrária são indissociáveis e interdependentes. Quanto à relação com o Serviço Social, como a questão social é nosso objeto de trabalho e suas expressões e particularidades (questão agrária, ambiental e urbana) matéria-prima de nossa intervenção advogo que existe uma forte e estreita relação entre questão agrária, questão social e Serviço Social e esta relação está presente no exercício profissional independente do espaço sócio-ocupacional. (Assistente Social 4)

Na resposta dada por este profissional, importa destacar ainda a compreensão da relação campo – cidade, expressa pelo seguinte pensamento:

É impossível discutir e intervir nas expressões da questão social e contribuir para viabilizar direitos sem trabalhar e compreender que campo e cidade compõem uma totalidade. (Assistente Social 4)

A contribuição expressa pela resposta da Assistente Social 4 corrobora com as análises até aqui elaboradas, em que se considera a questão agrária como particularidade da questão social e a expressão de suas desigualdades no campo. Pelas considerações expressas na resposta da profissional, percebe-se que o Serviço Social tem estreita relação com a questão agrária e a questão social, o que confere centralidade à sua ação, visto que o assistente social trabalha no interior da questão social, a partir das relações sociais.

Outro pensamento destacado nos questionários é o do Assistente Social 5. Este profissional traz em sua descrição um importante contexto de críticas e questionamentos em torno da Política de Reforma Agrária, da ação do Estado e da sociedade frente a

questão social e do papel que a mídia tem exercido neste contexto. Ainda reforça que o Serviço Social não tem conseguido avançar nesta temática, o que podemos verificar através do seguinte recorte

Penso que o marco zero do debate sobre desigualdade é justamente a questão da terra. Historicamente a terra se constituiu como um elemento de poder e de mando. Democratizar o uso da terra através da Reforma Agrária é a demanda mais reprimida no Brasil. Não se democratiza. A SOCIEDADE e o ESTADO convivem com a luta de grupos que tentam democratizar o direito a terra. A relação que faço é: Se é fato que a QUESTÃO SOCIAL refere-se ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade (assim como as relações de gênero, geracionais, étnicas e raciais), a questão agrária permanece nesse ambiente como algo intocado pelas estruturas de poder. Quando falo de estrutura de poder refiro-me ao conjunto de atores e não apenas a ação governamental. O poder é exercido pelo confronto de grupos e ideias. A pauta da Reforma Agrária não é bem vinda por grupos midiáticos, políticos, sociais. A construção de estratégias de Reforma Agrária pasme, ainda remonta leituras escravocratas e de propriedade como algo individual. Seja como for, o Serviço Social não consegue avançar no debate sobre este tema, assim como a Agronomia ou a Pedagogia, para citar algumas áreas importantes para o debate da Questão Agrária. (Assistente Social 5) (Grifos do autor)

Os elementos analíticos apontados na transcrição acima reforçam as conceituações e apreensões destacadas no primeiro capítulo deste estudo. Em que a questão agrária é problematizada a partir do uso, posse e propriedade da terra. Outro ponto importante abordado é a crítica em relação a não efetivação da Política de Reforma Agrária e como esta é vista em nossa sociedade, a partir da criminalização das lutas sociais. Por fim, sendo o assistente social o profissional que tem uma maior proximidade da questão social, visto que atua sobre as suas manifestações, tais questões influenciam, significativamente, sua intervenção profissional.

Destacam-se também aquelas análises que enriqueceram sobremaneira esta temática, visto que puderam situá-la em uma perspectiva mais teórica, a partir da configuração do capitalismo e da vinculação com o Projeto Ético Político Profissional.

Tratamos essa relação a partir da perspectiva marxista e, portanto, a partir da perspectiva de totalidade. A questão agrária é uma particularidade da questão social, pois suas manifestações se produzem a partir da luta dos trabalhadores pela socialização da terra e dos meios de produção e os capitalistas, que historicamente garantem o monopólio desse bem natural, a terra, e a apropriação privada dos meios de produção. Se esse é um problema histórico e nosso país, atualmente ganha novos contornos, principalmente pelo

papel da agricultura no processo de acumulação capitalista que aprofunda significativamente a pobreza e a desigualdade social. Esse processo contribui significativamente para o aprofundamento da questão social, objeto de fundação do Serviço Social. Contrapor-se a esse processo, através do deciframento das mediações que constituem a questão agrária e o fortalecimento de uma intervenção crítica nos espaços vinculados ao mundo agrário, está profundamente articulado com os princípios que fundamentam o projeto ético-político. (Assistente Social 11)

Na resposta apresentada pelo Assistente Social 10, podemos perceber que é muito comum para os assistentes sociais analisar em separado a questão agrária, a questão social e o Serviço Social, fazendo uma correlação mais direta entre as duas categorias questão agrária e questão social, o que observamos no seguinte recorte:

Para mim, está muito clara a imbricação entre estas duas questões. Num país como o nosso, formado sob a insígnia da concentração da terra, de onde se organiza toda a estrutura de poder, o político, o econômico, o religioso, o cultural... Pra mim parece impossível desvincular uma da outra (questão agrária e questão social). Embora as expressões da “questão social” são cada vez mais complexas, não é difícil perceber as causas que as produziram: a estrutura colonial na posse da terra e as transformações nas relações sociais e de produção que ocorreram (e ocorre) sobre Ela: a “modernização” agrícola, o assalariamento, a especulação urbana, o êxodo rural ... (Assistente Social 10)

Na complementação da resposta este mesmo profissional confirma informações que foram apresentadas ao longo deste estudo o que pode ser observado na seguinte afirmação

Quanto ao Serviço Social, este ainda não percebeu, enquanto profissão, o espaço de luta existente nessa seara. Ainda não foi capaz de construir uma “narrativa profissional” (faltou o termo correto ou os termos: diálogo, interação, participação...) que possibilite esse comprometimento. Mas, individualmente, existem grupos e profissionais do Serviço Social engajados com a questão agrária. (Assistente Social 10)

A constatação de que a relação entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social é um tema que já despertou interesse anteriormente e que seu debate precisa ser continuado, aperfeiçoado, publicizado, reconhecido e valorizado no interior da categoria foi expresso pela resposta do Assistente Social 9.

As contribuições apresentadas pelos assistentes sociais neste item evidenciaram a percepção que os mesmos têm sobre a relação estabelecida entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social. Devido ao perfil mais crítico e reflexivo dos profissionais que responderam ao questionário, a totalidade deste conjunto conseguiu expressar esta relação, ainda que, uns de forma mais direta estabelecendo realmente esta inter-relação e outros mais gerais, apresentando uma descrição segmentada, sendo evidenciada primeira a vinculação entre questão agrária e questão social e em um segundo momento, considerando a inserção do Serviço Social.

Tais evidências nos revelam certa fragilidade no exercício profissional, pois ainda que os assistentes sociais reconheçam que a questão agrária é uma particularidade da questão social e estejam atuando diretamente nesta área, ao se fazer a configuração com o Serviço Social, não o fazem com a mesma ênfase, ainda que apresentem e justifiquem os desafios encontrados nesta relação.

Isto responde em partes a alguns questionamentos expressos na ocasião de qualificação deste estudo e que também foram considerados nos objetivos definidos, quais sejam: a “compreensão sobre a questão agrária como particularidade da questão social.; a percepção da relação entre a questão agrária e o Serviço Social por meio da interface com a questão social” e a “evidência do espaço agrário como campo potencial de inserção do assistente social” . E responder a alguns dos questionamentos destacados neste estudo, quais sejam: como a questão agrária é vista enquanto exercício profissional do assistente social? Por que, no processo de desenvolvimento contemporâneo do capitalismo, a questão agrária não é entendida como uma particularidade da questão social?

Com relação à primeira questão as respostas apresentadas até aqui já evidenciaram alguns elementos sobre esta, visto que os assistentes sociais reconhecem a extrema importância da atuação nesta área, ainda que seja um campo pouco percebido e um grande potencial a ser explorado pela categoria profissional. Quanto ao segundo questionamento, podemos considerar dois âmbitos, ou seja, internamente – nos referindo aos profissionais que atuam diretamente com a questão agrária - é claro o entendimento da questão agrária como uma particularidade da questão social. No entanto, os enormes desafios residem na afirmação e consolidação do Serviço Social como um espaço em que a profissão é chamada a intervir, objetivando a efetivação do projeto ético – político profissional.

Outro elemento a destacar na resposta a este questionamento, ainda que não tenhamos elementos concretos, pois não houve a oportunidade de pesquisar a opinião de profissionais que não atuam na questão agrária, pode – se afirmar, tendo em vista as questões apresentadas tanto na análise dos artigos dos CBAS e ENPESS, quanto àqueles observadas nas respostas dos questionários evidenciadas até este ponto, que há uma grande dificuldade dos demais assistentes sociais fazerem o reconhecimento da questão agrária como particularidade da questão social.

Tendo sido considerados os elementos necessários à apreensão sobre a interface entre a questão agrária, a questão social e o Serviço Social, no contexto do capitalismo, o Capítulo III abordará de forma mais específica sobre o exercício profissional do Serviço Social nas manifestações da questão agrária.

CAPÍTULO III - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA

Este capítulo apresenta alguns elementos necessários para a compreensão da relação entre Serviço Social e questão agrária a partir das particularidades do exercício profissional do assistente social, das demandas e dos desafios apresentados à profissão neste campo.

Infere-se que, desde os anos 1980, vêm ocorrendo discussões acerca do Serviço Social como especialização do trabalho, sua inserção como profissão na divisão social e técnica do trabalho e, atualmente há o entendimento do Serviço Social enquanto processo de trabalho na sociedade burguesa.

Sobre o exercício profissional do assistente social, Guerra (2012) considera que este

(...) recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si. Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano. (ibid., p.39)

À luz do pensamento sobre o exercício profissional expresso por Guerra (2012), na citação acima é que nos remetemos ao pressuposto que Marx considera sobre a explicação e análise dos fatos, para a compreensão do exercício profissional no Serviço Social e mais especificamente no campo da questão agrária.

Marx (1982) considera que, para a explicação e análise dos fatos, não se parte de algo já dado unicamente, mas das relações que se constituem a partir das determinações, da abstração e do concreto. Ou seja, a sociedade não pode ser analisada somente a partir de sua gênese, pois ela não se torna sociedade por si só, mas através das múltiplas determinações e abstrações. A realidade social é entendida, assim, como um complexo de complexos, e é neste campo que o assistente social realiza seu exercício profissional.

Para Marx (1982), o pensamento deve fazer o movimento de elevar-se do abstrato ao concreto a fim de proceder ao concreto pensado e não ao seu contrário. Ou seja, a teoria marxiana parte do entendimento de que é preciso que consigamos

ultrapassar a percepção imediata da vida cotidiana, que se manifesta de maneira diversa para que se alcance a essencialidade das coisas.

Neste sentido, a totalidade concreta se torna a “síntese de múltiplas determinações”, que tem por resultado o concreto pensado. Nas palavras de Marx (1982)

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da instituição e da representação. (ibid., p.122)

Desta forma, só se chega à racionalidade do entendimento do concreto pela abstração, mas a racionalidade está presente na realidade. É uma racionalidade dialética, por isso, aberta. Não é uma realidade formal, fechada.

Sobre a totalidade concreta, Karel Kosík (1976) desenvolve seu pensamento partindo da noção de que a realidade se dá sobre um pano de fundo da totalidade. Neste viés conceitual marxista, o autor contribui para que sejam feitas críticas ao modelo capitalista colocado. Kosík (1976) considera que totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fato, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (p. 35).

Torna-se importante destacar a citação abaixo, em que o autor considera que:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (ibid., p. 42)

Esta complexidade descrita por Marx é percebida de modo mais evidente na categoria trabalho, que é considerada como uma categoria central em sua obra. Lukács (2012), na obra *Para uma ontologia do ser social* apresenta a seguinte afirmação: “como sempre ocorre em Marx, também nesse caso, o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*”. (p.285)

Marx (2011) considera que “o trabalho parece uma categoria muito simples” (p. 57) mas, no entanto, este configura-se tanto como uma categoria “abstrata” quanto como uma categoria concreta.

A partir do contexto descrito é que se pretende discorrer sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito das manifestações/expressões da questão agrária, ou seja, como o assistente social realiza seu exercício profissional nesta área. Entende-se este campo como complexo e parte da realidade social que nos cerca.

Para isto a assertiva de Yamamoto (2009) nos traz a seguinte compreensão sobre os espaços socio-ocupacionais do assistente social

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (ibid., p. 5)

Em se tratando do exercício profissional, Netto (1996) considera que a existência de um mercado crescente e diferenciado em diversos níveis tem possibilitado experiências inovadoras e fecundas, porém a visibilidade acerca destas é ainda muito reduzida. (p.110/111). O autor aponta dois elementos: de um lado: argumenta que a insuficiente conexão entre os centros de formação e os campos de intervenção dificulta a capacidade de visualização e viabilização das inovações, bem como o que ele chama de retroalimentação pela realidade das práticas de campo, o que proporciona um mútuo desconhecimento.

Este mesmo autor chama a atenção também para o fato de que pouco se investe em estudos e pesquisas para se conhecer as práticas profissionais no mercado de trabalho. Na época (década de 1990), registrou um estudo realizado em Vitória (ES) pela Profª Rachel Gentili (1994) que resultou em sua tese de doutoramento e depois em um livro denominado “Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social” (1998). Também algumas pesquisas realizadas por Conselhos Regionais que são sinais promissores deste interesse, mas que ainda não são suficientes. (nota 53, p.111)

O referido autor considera que, mesmo com poucas informações sobre o mercado de trabalho, é correto observar que: 1) a crescente segmentação das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais; 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas da iniciativa privada. (ibid., p.121)

De outro lado, considera as novas demandas (potenciais e/ ou reais postas pelas transformações societárias ou pelas alterações político- institucionais). Estas demandas, segundo Netto (1996) são enfrentadas pelos profissionais em condições desfavoráveis. O que ele descreve: a) inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou uma formação que não corresponde a realidade em que ele se insere); b) desmotivado pelas baixas remunerações (pressionados pela concorrência de outros profissionais aparentemente mais seguros e legitimados); c) presença de um lastro conservador em relação ao seu papel e atribuições. Estes fatores contribuem para que o profissional tenha uma atitude defensiva e pouco ousada em relação às novas demandas, o que impede o surgimento de possibilidades de ampliação do espaço profissional.

No campo das atividades profissionais, este autor considera que as demandas tradicionais e as novas tornam o universo de usuários muito mais heterogêneo e complexo e exigem dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa.

Sobre este apontamento feito em pesquisa realizada à época de elaboração da monografia de conclusão da graduação em Serviço Social (FERREIRA, 2000), foi possível destacar alguns elementos das novas demandas postas ao Serviço Social, que consideram que o assistente social deve ser um profissional crítico, propositivo, polivalente, interventivo, pesquisador, questionador e que tenha novas habilidades (teórico, técnica, ético, política), que seja qualificado para atuar em novos espaços (terceiro setor, consultoria, assessoria), que saiba olhar e decifrar a realidade, construir propostas, formular e gerir políticas, romper com a burocracia e o teoricismo, entender a questão social e recriar as antigas formas de trabalho.

Para ele, é no âmbito do Estado que observamos a busca pela flexibilização e restrição de cobertura integral. Na dinâmica privada, o que é proposto ao assistente social é que ele possa: 1) mediar as relações da empresa com os segmentos populacionais afetados imediatamente por sua ação (como ilustração, veja-se o papel de assistentes sociais em grandes empreiteiras de construção civil); e com destaque, 2) contribuir na gerência de novas parcerias entre capital e trabalho, na administração de

benefícios sociais e, crescentemente, na condução de novos métodos de organização do trabalho (círculos de controle de qualidade, qualidade total) (p.123)

Netto (1996) argumenta que as exigências imediatas do mercado de trabalho vão referenciar o debate profissional por três razões principais: 1) as prioridades dos empregadores (públicos e privados) de assistentes sociais tenderão em função das transformações societárias em curso, a enfatizar ainda mais as resultantes prático-operativas do trabalho dos profissionais; 2) aos olhos dos assistentes sociais, dada a histórica e ineliminável característica operativa do Serviço Social, as respostas a elas se apresentam como via preferencial para solucionar os impasses da legitimação social da profissão; e 3) os próprios avanços profissionais dos anos 80 impõem o enfrentamento das questões da prática, senão ao preço de se esgotarem.

Neste sentido, para este autor o projeto burguês de hegemonia do capital com viés neoliberal, a partir da lógica de redução de direitos, sucateamento de serviços públicos, privatização e demais ações trará consequências ruins e de impacto negativo ao mercado de trabalho dos assistentes sociais. Para tanto, é condição que ele desenvolva seu potencial crítico e analítico e seus instrumentos de intervenção, tendo em vista o mercado de trabalho cada vez mais retraído e com tendências a precarização das relações trabalhistas e deterioração das condições sociais de existência dos trabalhadores.

A questão de fundo apontada por este autor é sobre as novas competências profissionais e como responder a elas. Esse cenário de mudanças e rearranjos coloca para o profissional a questão da qualificação e a exigência de novas especializações. A intervenção precisa estar articulada com a busca de estratégias, a definição dos papéis e a articulação do trabalho.

Neste contexto, a tecnologia passa a fazer parte desse processo, ou seja, através da informática, da Internet, abre-se um importante espaço para a interação entre os grupos sociais; a circulação de informações e conhecimentos se faz de modo muito mais rápido e abrangente. Sendo assim, dominar a técnica da informática se torna algo imprescindível para o assistente social.

Na análise realizada por Netto, em meados da década de 1990, este apresentou as possíveis tendências em médio prazo para o Serviço Social no Brasil, considerando as transformações societárias, sendo estas: 1) as linhas de clivagem (divisão/separação) quanto às concepções profissionais se tornarão mais nítidas, ampliando-se as

diferenciações no interior da cultura profissional; 2) imediatamente as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas e mais legitimadas para as questões que caem no âmbito de intervenção profissional; 3) as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com incorporação de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais se o Serviço Social puder antecipá-las, com análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho; 4) as possibilidades mencionadas como a configuração de tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio profissionais; 5) a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações incontornáveis: a) na categoria profissional produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimento, prestígio, remuneração) e b) no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria profissional. (p.124). Ainda considerou que, se esta projeção estiver correta, aqueles que melhor responderem a estas demandas e novas configurações terão mais chances no mercado de trabalho. Estes conseguirão polarizar a cultura profissional e aprofundar ou reverter a direção social estratégica já formulada.

No entanto, por meio de análises realizadas mais recentemente, este autor vai evidenciar que, devido ao dinamismo presente nas relações sociais capitalistas, algumas destas tendências não se concretizaram da forma que foram previstas. Cedendo lugar a nossas análises e prospecções feitas por Netto (1996), a partir de então.

Como considera Iamamoto (1999), é esse o momento que nos desafia e a ele temos que dar respostas. E as respostas não são unívocas, visto que coexistem diferentes projetos societários e, conseqüentemente, diferentes projetos profissionais que orientam respostas profissionais também distintas.

É nesse espaço social contraditório, dinâmico e complexo que se inscrevem as demandas socioprofissionais do assistente social, imprescindível para o enfrentamento da questão social vivenciada nas suas múltiplas formas. Nesse sentido, o projeto ético-político profissional consolidado com a ruptura do conservadorismo presente na gênese da profissão.

Desse modo, o assistente social deve convergir suas ações a serviço dos interesses dos setores populares, no sentido de fortalecer esse segmento, buscando estratégias que possibilitem a transformação real de suas condições de vida e trabalho. Constatamos que a práxis

profissional nos assentamentos rurais deve partir desse princípio organizador de estratégias de enfrentamento da questão social, ou seja, das manifestações da questão agrária no campo, que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais. (FERRO E MIRANDA, 2008, p. 6)

Como já antecipamos, é necessário, portanto, considerar a questão agrária como uma expressão da questão social e como objeto de trabalho do assistente social. Sobre isto, Araújo (2012) nos lembra que há uma série de experiências interessantes sendo realizadas no âmbito da questão agrária,

[...] seja a partir de demandas oriundas do próprio Estado (Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeituras municipais etc.), seja por demandas dos próprios movimentos sociais e sindicais; seja por meio de demandas de Organizações Não Governamentais (ONGs), Igrejas e/ou entidades da sociedade civil imersas em algum tipo de trabalho relacionado às expressões da questão social no mundo rural. (ibid., p.456)

Deste modo, o debate acerca do exercício profissional do assistente social nas manifestações da questão agrária é fundamental, uma vez que novas apropriações de trabalho são apresentadas e necessitam ser conhecidas e apropriadas, pois “[...] se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 1999, p. 48).

Para uma melhor apreensão da realidade de intervenção do Serviço Social na questão agrária, apresentamos as informações sistematizadas através dos artigos dos CBAS e dos ENPESS como também dos questionários de pesquisa.

Neste contexto analítico, apenas 12% dos profissionais descreveram nos artigos algum elemento que pudesse indicar sua concepção profissional e a forma de intervenção profissional. Ao passo que 88% do total, um percentual extremamente alto e que está associado à análise do item anterior, não apontou nenhum elemento que configurasse a concepção profissional e a forma de intervenção profissional.

Sobre este item, é perfeitamente justificável e considera-se que, dificilmente um profissional que, mesmo atuando na questão agrária não estabelece a relação entre esta área e o Serviço Social, explicitaria sua concepção de profissão e descreveria sua forma de intervenção profissional. Atrevo-me a considerar ainda que, com base nas leituras realizadas e na percepção da capacidade que o Serviço Social tem de trabalhar com as

manifestações da questão social, neste ponto ficou evidente a grande dificuldade que os assistentes sociais encontram em afirmarem-se como tais e em reconhecer esta profissão como essencialmente necessária no contexto da questão agrária.

No entanto, os assistentes sociais, representados pelos 12%, que conseguem transpor estas dificuldades e percebem a relação entre a concepção e o significado social da profissão e a forma de intervenção, consideram, por exemplo,

a fundamental necessidade dos profissionais de Serviço Social buscarem atuar em favor da cidadania das populações rurais, considerando seu *modus vivendi*, respeitando sua identidade sócio-cultural, seus valores éticos e conhecimentos tradicionais, e acima de tudo na condição de cidadãos, agentes sociais de direitos e protagonistas com capacidade de atuar e gerir coletivamente as soluções para suas problemáticas, com o apoio do poder público, da iniciativa privada e das instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam na região. (CHAVES et al, 2010, n/p)

Outra importante afirmação foi feita por Sena (2004), na qual considera que “o assistente social deve ser o profissional crítico que age com muita sutileza. É seu papel contribuir na efetivação de direitos”. Por outro lado, “ao assistente social compete os esclarecimentos devidos à população, inclusive quanto aos poucos recursos e impasses que envolvem a política oferecida”. No âmbito da questão agrária a efetivação dos direitos é viabilizada por meio das políticas sociais, conforme já apontado anteriormente e através de ações de mobilização, fortalecimento, organização e assessoria como descrito no pensamento descrito abaixo.

A forma que a intervenção é retratada nos artigos pode ser elucidada pelo seguinte texto de Silva (2004)

o Serviço Social pode atuar juntamente com outras profissões de forma interdisciplinar com trabalhadores rurais e suas organizações geralmente sob a forma de assessoria, intermediando negociações entre grupos de produtores e empresas; na orientação para criação de cooperativas e associações; na capacitação para gestão participativa destas organizações; no acompanhamento de grupos de mulheres e de jovens; na capacitação para gestão de conselhos; e ainda na elaboração de projetos de captação de recursos dentre outros. (ibid., p.4)

Outra demonstração do envolvimento e forma de perceber a concepção profissional e a intervenção foi evidenciada por Ribeiro et al (2006) no seguinte trecho

Penso que poder apresentar a resistência coletiva frente a reprodução dos modos de vida ofertados pelo sistema através de outros modos de viver e, portanto, a partir do desenho de uma cartografia vívica pelos assentados é, sim, andar por outras rotas, é fazer o agir profissional a

partir de quem vive no local, de quem luta por outra vida, de quem existe no cotidiano, ou seja, é exercitar esta capacidade que hoje esta cada vez mais sufocada, que é de colocar-se no lugar não para dar voz, porque estes já a têm, mas para aliar-se as estas vozes que não são manifestações individualizadas, mas coletivas. (ibid., p.6)

O pensamento expresso na citação destacada acima, nos remete a necessidade que o assistente social tem, de fazer uma leitura crítica acerca da realidade e do “modo de viver” dos trabalhadores rurais a partir da própria ótica destes sujeitos sociais, que compreendem sua dinâmica de vida na totalidade, que estabelecem uma relação de pertencimento com o local em que estão inseridos e que de forma interrelacionada pensam o plantio, a produção, a comercialização, as relações sociais e tudo mais que circunda o modo de viver no espaço agrário. É exigido, portanto, ao assistente social, colocar-se não no lugar do outro para dar-lhe vez e voz, mas para em conjunto e de forma articulada, pensar as formas de enfrentamento das manifestações da questão social neste espaço.

As considerações apontadas neste item trazem elementos que nos remetem a pensar o Serviço Social na contemporaneidade, como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que precisa ter o olhar voltado para a compreensão da dinâmica de vida dos trabalhadores rurais, associadas às manifestações das relações capitalistas de produção material e social, podendo assim, responder às demandas postas na sociedade no que se refere a questão agrária.

A descrição quanto a relação ou vínculo estabelecido entre profissional e sujeitos atendidos foi evidenciada em apenas 11% dos artigos lidos. Ao colocarmos esta questão no formulário de análise dos artigos no CBAS e ENPESS, nossa intenção era de perceber que tipo de relação/vínculo era estabelecido entre o profissional e os sujeitos atendidos, como por exemplo, se no cotidiano de trabalho os assistentes sociais estabeleciam alguma aproximação com as organizações dos trabalhadores rurais, se estes deixavam claro seu compromisso em desenvolver ações pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. Outro elemento também que pode ser observado era se o profissional tinha ou não contato direto com a realidade a qual os sujeitos estavam inseridos, para a partir de sua compreensão formular as ações e encaminhamentos necessários á efetivação do seu exercício profissional. A ausência desta descrição, na maioria dos artigos estudados, está associada a outro dado já descrito anteriormente,

quando se constatou que apenas 6 (2,8%) dos artigos estão diretamente vinculados ao relato sobre o exercício profissional.

Sobre este aspecto, destaca-se o pensamento de Moro et al (2008) em que consideram que, entre os elementos que norteiam a intervenção profissional, estão presentes “novas potencialidades” e a possibilidade de uma aproximação real entre profissionais e sujeitos atendidos, visto que, “numa relação com os protagonistas da luta pela terra é possível ir além da prática institucional ultrapassando a concepção democrático-liberal de cidadania e direitos sociais”. Os autores ressaltam ainda que “ a medida em que se insere no âmbito da organização, outros elementos surgem tanto no que se refere a intervenção como no âmbito do conhecimento, o que é fundamental para o amadurecimento da profissão”.

Como já evidenciado anteriormente, os artigos analisados, em sua maior parte (49%), se referem a pesquisas e, em algumas destas, com vinculação e atividades interventivas nas comunidades rurais. Sob este aspecto, a vinculação com os sujeitos atendidos é realizada por meio de atividades de extensão ou estágios e possibilita, nos termos de Menezes (2010), “um diálogo entre professor, estudantes e comunidade” em que o objetivo “era intervir nas demandas postas pelos mesmos, através da perspectiva classista”.

Cabe ressaltar ainda as considerações de Silva (2014) sobre a relação dos assistentes sociais que atuam na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST do Maranhão com os sujeitos atendidos em uma perspectiva crítica de atuação com organizações ligadas aos trabalhadores rurais, a saber

Na dimensão da prática interventiva profissional parte-se do entendimento de que a aproximação dos Assistentes Sociais das lutas e organizações de trabalhadores camponeses se desenvolveu, sobretudo, em função das conquistas obtidas por esses trabalhadores no processo de avanços e recuos das lutas sociais no campo durante os anos 1990 à atualidade. Neste sentido, considera-se que, embora o agronegócio tenha avançado e se consolidado no campo brasileiro nos anos 1990, como parte do movimento de mundialização do capital, no âmbito da estratégia de enfrentamento da crise capitalista dos anos 1970 com a mediação do Estado, os trabalhadores camponeses, através de suas organizações e movimentos sociais conseguiram firmar iniciativas que garantiram a inserção profissional de Assistentes Sociais nesses espaços. Com a inserção mais sólida de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA observa-se que esses profissionais contribuem na organização política dos trabalhadores camponeses e na realização de ações pela garantia dos direitos desses trabalhadores,

especialmente no tocante aqueles relacionados à terra, à produção agrícola e à educação, saúde e previdência social no campo. (ibid., n/p)

Sendo assim, na leitura dos artigos em que esta relação de vínculo aparece, ficaram evidentes que são múltiplas e diversas as questões nas quais o assistente social está envolvido no cotidiano de exercício profissional na questão agrária. Suas ações estão relacionadas às atividades com os agricultores que podem ser individuais ou coletivas, de mobilização e orientação quanto de elaboração de planos e projetos de desenvolvimento, como outras de natureza diversas.

Após a configuração das questões e especificidades descritas ao longo deste estudo, o exercício profissional do assistente social na questão agrária merece ser destacado. Isto porque apresentar o espaço agrário como campo potencial (e real) de inserção do assistente social e neste contexto a configuração do exercício profissional do assistente social nas manifestações da questão agrária é um dos objetivos que se pretendeu alcançar neste estudo e ainda, citando Iamamoto (2009, p.16), tentar cobrir “uma importante lacuna na literatura especializada recente sobre a temática das competências profissionais numa perspectiva histórico-crítica”. É fundamental explicitar que Considera - se o espaço agrário um campo ao mesmo tempo potencial e real de inserção do assistente social. Potencial porque são múltiplas as possibilidades de atuação que são configuradas no espaço agrário e real porque as possibilidades ali estão expressas, no entanto, os profissionais não as tem percebido e potencializado no cotidiano.

Conforme já mencionado anteriormente, o exercício profissional do assistente social só foi diretamente descrito como relato de experiência em 6 artigos dos anais dos eventos, sendo 4 em CBAS e 2 em ENPESS, conforme pode ser evidenciado no apêndice III deste estudo. O exercício profissional também foi indiretamente referenciado por meio de 20 pesquisas e estudos sobre este tema. Neste labor investigativo foram encontradas 7 referências nos anais dos CBAS e 13 nos ENPESS.

Para a observação deste aspecto nos artigos, utilizou-se dos referenciais analíticos descritos na apresentação deste estudo e que serviram de norteadores também para a análise dos questionários, o que será apresentado mais adiante. Esses referenciais se destinaram a perceber como os profissionais que relataram sua experiência têm compreendido e respondido aos seguintes aspectos: 1) sobre a realidade social e as

contradições de classe; 2) o compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários e com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social; 3) qual o posicionamento e proposições no campo das políticas sociais e quais as estratégias e instrumentos democráticos que estão sendo utilizados na intervenção relatada, tais como: democratização da informação, respeito ao posicionamento/decisão dos usuários; mobilização dos usuários para o acesso aos direitos sociais; 4) indicação de programas, ações, projetos de intervenção; 5) indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais, dentre outros.

Cumpramos ressaltar que, embora anteriormente não se havia previsto a análise de pesquisas e de estudos relativos ao exercício profissional, o conteúdo destes debates formulados nos artigos nos levou a considerar este material como uma fonte de dados de suma importância e que apresenta elementos significativos para a apreensão das demandas e de aspectos do exercício profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio –ocupacionais identificados neste estudo.

Outro elemento importante na caracterização do exercício profissional do assistente social na questão agrária é o entendimento que os demais profissionais da categoria têm sobre o que significa questão agrária. Esta compreensão torna-se determinante para a ampliação e para a resignificação da atuação profissional nesta área.

Neste questionamento, os assistentes sociais que responderam ao questionário puderam apresentar sua percepção em relação aos demais colegas e ainda apontar direcionamentos para ampliar o debate e possibilitar novas intervenções neste campo específico.

Conforme as respostas temos as seguintes descrições

Percebo que a maioria não entende o processo agrário e territorial, vejo que não tem rejeição, noto a falta de conhecimento sobre o assunto, com isso não tem motivação pela área. (Assistente Social 7)

Com exceção dos poucos profissionais da assistência social que já se dedicaram a área da questão agrária, sempre percebi total desinteresse e até preconceito por esta área. (Assistente Social 6)

No meu ponto de vista ainda há pouca discussão, reflexão e sistematização sobre o exercício profissional do assistente social na questão agrária, aliado a essa questão, ainda temos uma visão do campo como o lugar do atraso, das impossibilidades, das dificuldades, razões que dificultam uma compreensão sobre a

importância da atuação nesta área e aceitação, já na formação, de inserção nas políticas, programas e projetos sociais direcionados ao campo e/ou nos equipamentos sociais das demais políticas públicas localizados nos campo, a exemplo de UBS, CRAS rural. (Assistente Social 4)

Alguns apontam reflexões e caminhos necessários para a ampliação do debate e da possibilidade de reconhecimento desta área no interior da profissão

Acredito que seja necessário o maior aprofundamento teórico sobre esta área de atuação, o que possibilitará a ruptura com as percepções do senso comum presentes nos próprios assistentes sociais. (Assistente Social 2)

Atualmente há uma maior aceitação dos profissionais acerca da importância de estudar a questão agrária e intervir nessa área. Acredito que isso se deve ao esforço dos profissionais que se debruçam há tempo sobre esse tema, principalmente na pesquisa, e, também, pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo que repõe o debate acerca da reforma agrária em nosso país. Entretanto, muito tem-se que avançar, pois há um desconhecimento por parte dos profissionais acerca da importância desse tema para compreender a realidade brasileira. Não há como compreender a questão social no Brasil, sem desvendar as particularidades da questão agrária. No âmbito da formação, espaço onde me inspiro pouco se estuda sobre essa temática. (Assistente Social 11)

Estabelecidas as configurações iniciais acerca do exercício profissional do assistente social nas manifestações da questão agrária, a partir deste ponto, apresentaremos as apreensões específicas e destacaremos algumas das caracterização feitas neste estudo, tais como: 1) os espaços sócio-ocupacionais; 2) as atividades realizadas no exercício profissional do assistente social e 3) forma e condições de trabalho dos assistentes sociais nas manifestações da questão agrária, ao que segue.

3.1 Caracterização dos espaços sócio –ocupacionais do assistente social na questão agrária

Iamamoto (2009) nos referenda que são diversos os espaços ocupacionais que os assistentes sociais ocupam na contemporaneidade. Assim estes precisam ser considerados em sua natureza particular, pois estas é que condicionam o caráter do trabalho realizado, visto que “as incidências do trabalho profissional na sociedade não

dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ela se realiza” (IAMAMOTO, 2009, p.19)

Os diferentes espaços sócio - ocupacionais possibilitam a atuação do assistente social em diversas políticas sociais e, ao mesmo tempo, exigem do profissional maior capacidade técnico – político – metodológica para o enfrentamento das manifestações da questão social. Sobre este aspecto, ressalta-se o pensamento de Iamamoto (ibid.), o qual considera que “a contemporaneidade exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico, que possua uma competência estratégica e técnica capaz de decifrar a realidade sobre a qual incide sua ação profissional”. (ibid., p.17)

Na sistematização realizada através dos artigos, em que foi evidenciado o exercício profissional do assistente social na questão agrária, tanto sob a forma de relato de experiência quanto de pesquisas e estudos sobre a atuação, identificou - se os seguintes espaços sócio-ocupacionais: Secretaria de Assistência Social, Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) ¹⁷, Instituto de Terras, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Federação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na agricultura, Associações Rurais e Áreas Ribeirinhas Amazônicas. Analisando os espaços sócio-ocupacionais descritos, percebe-se que grande parte das experiências se referiu à atuação em comunidades rurais, sobretudo em assentamentos rurais. Sendo assim, será dada maior ênfase na descrição deste espaço sócio – ocupacional.

Nestes locais, o trabalho se realiza, por meio do Programa de ATES, e através de organizações não governamentais, por exemplo, as cooperativas de prestação de serviços ou de organizações governamentais de assessoria técnica, a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Cumprе apresentar, em linhas gerais, este programa, a fim de esclarecer e situar o leitor nos debates que serão empreendidos a partir deste ponto, o que segue.

¹⁷ O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do INCRA foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Neste programa são atendidos Projetos criados ou reconhecidos pelo INCRA. Disponível em http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuais_e_procedimentos/manual_ates_2008_revisa_do.pdf, acesso em 17/04/2015.

A ATES se constitui como uma ação coordenada pelo INCRA e cuja previsão faz parte do Plano Plurianual do Governo Federal. Esta possui uma ação orçamentária que integra o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar,

visando implantar um processo descentralizado de apoio às famílias dos(as) agricultores(as) assentados(as) em Projetos de Assentamento, criados ou reconhecidos pela autarquia. A ATES é executada em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não-governamentais (ONGs) ligadas à Reforma Agrária. A ATES tem como objetivo principal promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento. (Manual de ATES¹⁸, 2008, p. 12)

O surgimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil datam do final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra. Estes serviços foram implantados com o claro objetivo de possibilitar e estimular ações que pudessem promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura e conseqüentemente inserir-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país.

No entanto, segundo consta no Documento base do II Congresso da Central Nacional de Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (CENATER) os serviços da ATER no Brasil passaram por grandes transformações, ao longo das últimas décadas. Os maiores fatores que contribuíram para estas transformações foram, por um lado, o fortalecimento da sociedade civil organizada com a abertura democrática e, por outro, a extinção do sistema de regulação nacional da ATER governamental realizado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Estas mudanças deram lugar a emergência de um sistema plural, em que, junto ao sistema governamental, implementado pelos governos estaduais, atuam diferentes tipos de instituições fornecendo serviços de ATER à população do campo no Brasil.

Neste contexto, muitas cooperativas de trabalho foram formalizadas, sobretudo a partir de 1997, com a criação do Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural denominado Lumiar. A Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços e Extensão

¹⁸Disponível em

<http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuais_e_procedimentos/manual_ates_2008_revisado.pdf> Acesso em 17 abr. 2015.

Rural (COOPTER), que será referenciada, mais adiante neste capítulo, é um destes exemplos.

O Projeto Lumiar foi criado em 1997 pelo governo federal, através do INCRA, em um contexto de luta pela terra no Brasil protagonizada pelos movimentos sociais a partir da segunda metade da década de 1990. “Essas lutas contribuíram para recolocar o tema da reforma agrária na agenda política do governo federal, obrigando-o a tomar medidas que respondessem à pressão organizada dos trabalhadores rurais e suas organizações” (DA ROS e PICCIN, 2012, p. 134). No entanto, por uma decisão unilateral do próprio governo federal baseado em denúncias de desvios de recursos e sob a forte argumentação de que o Projeto não atendia a totalidade dos assentamentos no país, sendo possibilitado o atendimento de apenas 25% destes, em 2000 o Projeto Lumiar foi extinto e substituído em 2003 pelo Programa de ATES.

Sobre o LUMIAR, Silva (2013) considera

O “processo pedagógico” desencadeado através do modelo de assistência técnica tradicional vem sendo objeto de debate nas últimas décadas, mas tem incorporado novos elementos a partir de 1996, no contexto do movimento de “discussão e experimentação” de novos modelos de assistência técnica rural. Um marco deste movimento é o Projeto Lumiar¹ executado a partir de 1997, sob a supervisão e financiamento do INCRA, tendo como executoras as entidades da sociedade (ONG’s, cooperativas, centros de estudo). Este projeto se configura como uma resposta governamental às pressões dos movimentos rurais, agravadas com o massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. (SILVA, 2013, p. 3)

Ainda que tenha representado uma experiência de curta duração, uma particularidade deste programa cumpre ser ressaltada, qual seja a de que eram as próprias organizações dos agricultores assentados que podiam contratar os serviços de assessoria técnica junto às organizações públicas e privadas, credenciadas e reconhecidas oficialmente pelo INCRA.

Segundo Da Ros e Piccin (2012, p.137), pode-se dizer que o projeto Lumiar se constituiu

na primeira e mais importante experiência de ATER implantada no país após a extinção da EMBRATER, em 1990. O seu formato descentralizado, o direcionamento dos serviços de assistência técnica às demandas dos assentados, a focalização dos investimentos públicos nas áreas de maior pressão política e a possibilidade de adequar as ações de forma mais flexível, segundo a oportunidade, tornavam o

projeto um importante espaço de experimentação para se pensar a construção de outros modelos, para além da ATER estatal.

No atual governo, a ATER foi incluída no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), como mais uma das estratégias de superação da pobreza no campo. Para o governo federal e conforme as informações pesquisadas no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁹, a política de inclusão produtiva rural do referido plano tem como objetivo “ser um primeiro e decisivo passo para a inserção das famílias em situação de pobreza, em uma rota sustentável de acesso ao conjunto mais amplo de políticas públicas de desenvolvimento rural”. Este governo pondera que “por meio de ações específicas do Plano Brasil Sem Miséria, e de ações articuladas ao Plano, as famílias rurais em situação de pobreza” passariam a acessar os diferentes programas (transferência de renda, infra estrutura, produção e comercialização) e, assim, serem inseridos “nas dinâmicas econômicas territoriais.”

Porém, ainda que o objetivo do governo com o PBSM seja o de reduzir a pobreza no campo e possibilitar a melhoria da qualidade de vida desta população, os recursos disponibilizados não cooperam na mesma dinâmica, visto que o Brasil tem privilegiado um modelo de agricultura baseado no agronegócio. Neste contexto, embora a agricultura familiar represente maiores números de desenvolvimento, as estratégias do governo para o desenvolvimento agrícola no país apresentadas no Plano Agrícola e Pecuário reforçam a inclinação para o incentivo ao agronegócio e a todos os demais aspectos de reforço as demandas do capitalismo sobre a agricultura.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estabeleceu que

Entre as metas estabelecidas para 2015 está a busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos.²⁰

Para o MAPA, o agronegócio é uma das estratégias e ponto prioritário. Segundo as informações do site oficial deste ministério, a gestão estratégica de desenvolvimento

¹⁹ Disponível em <http://www.mda.gov.br/bsm_no_campo/>. Acesso em 17 abr. 2015.

²⁰ Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 17 abr. 2015.

deste setor concilia as políticas públicas com as demandas para melhorar a competitividade, no sentido de oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial do agronegócio.

Aqui cabe destacar e fazer a crítica a este posicionamento adotado pelo governo federal. Pode-se perceber que, o discurso apontado no PBSM, bem como as ações que o governo intenta realizar, para alavancar o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, não se alinha com a prática. Isto, tendo em vista a política creditícia que é disponibilizada aos agricultores camponeses, a morosidade e descaso em relação a política fundiária, em que deixou-se de lado a implementação da Reforma Agrária, para dar lugar a política mercadológica representada pelo Crédito Fundiário. Associado a estas questões, a descontinuidade dos serviços de ATER, fragilizam, ainda mais, o processo de acompanhamento e assessoria às famílias camponesas. Por fim, entre tantas evidências ressaltadas aqui e várias outras, que caberiam um estudo mais específico, o “xeque – mate” do governo atual em relação à forma com que vem tratando as questões no espaço agrário, e como o agronegócio será, ainda mais, reforçado como política de desenvolvimento para o campo é ter colocado na gestão do MAPA, conforme já explicitado no capítulo anterior, a Senadora Kátia Abreu, uma das representações mais criticadas pelos estudiosos da questão agrária, por sua atuação frente à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e por sua contribuição ao processo de criminalização dos movimentos sociais do campo.

No contexto descrito, muitos são os desafios que ainda persistem no que tange parte significativa da população do campo, que ainda se encontra em situação de exclusão. Sobre esta questão a CENATER (2012) propõe que

Além da inclusão, é necessário desenvolver ações que eliminem as desigualdades sociais geradas pelo restrito acesso à renda e aos serviços, especialmente com respeito às relações de gênero, e nas questões de etnia e geração. Grande parte da agricultura familiar ainda não acessou a ATER, e é beneficiada apenas por ações pontuais das políticas públicas. (Documento Base II Congresso CENATER, 2012).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), representa uma alternativa significativa para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Segundo a proposta apresentada pelo governo, através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) e suas linhas de ação, “as famílias recebem assessoria técnica e serviços

essenciais com o objetivo de promover uma vida digna no campo e possibilitar uma agricultura familiar sustentável”. O Programa Nacional reconhece “a pluralidade na oferta destes serviços, os quais estão sustentados pelo caráter educativo, em metodologias participativas e orientados pelos princípios da agroecologia, na perspectiva da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental”.

As organizações que prestam assessoria técnica no espaço agrário, consideram que, um evento de suma importância ocorrido em 2012, foi a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), com o tema base “*ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural*”. Esta constitui-se numa importante referência no processo de implementação da PNATER e na efetivação dos instrumentos previstos na Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010 e suas regulamentações. A 1ª CNATER aconteceu num momento de debate sobre a reestruturação de todo o sistema de ATER no país e possibilitou que os segmentos envolvidos, entidades de assessoria técnica, representantes dos agricultores familiares camponeses e instâncias do governo estabelecessem um diálogo e proposições acerca desta temática, o que foi descrito nos documentos e sistematizações realizadas na ocasião.

Cumprido ressaltar que no texto do documento base orientador da Conferência, é possível perceber uma retomada histórica que resume o processo mais recente da ATER e remete aos desafios da atualidade

Na Reforma Agrária, criou a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, promovendo a retomada destes serviços nos assentamentos. Em 2010, o Governo Federal sancionou a Lei Nº 12.188, a qual consolidou a Pnater e instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e na Reforma Agrária – Pronater, a forma de contratação de serviços por meio de chamada pública, com dispensa de licitação, e a conferência Nacional de Ater, a cada quatro anos. Assim, os serviços de Ater foram resgatados como política pública, aumentaram a abrangência e melhoraram sua qualidade, assumindo papel estratégico na implementação das políticas públicas voltadas para o rural, especialmente de inclusão produtiva, segurança alimentar e nutricional, fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, e promoção do desenvolvimento rural sustentável. (Documento Base CNATER, 2012).

Sendo assim, uma ATER que realmente contribua para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável para nosso país deve, num esforço

conjunto com os membros da comunidade, propor o desenvolvimento de atividades produtivas, sociais e culturais diversificadas e a utilização de tecnologias adaptadas que contribuam para o aumento da produtividade e da renda de forma conjugada com a melhoria da qualidade de vida e com a conservação dos recursos naturais.

Salienta-se que a assistência técnica e extensão rural são fatores imprescindíveis para a agricultura brasileira e são esses serviços que orientam e possibilitam a adoção de uma forma mais adequada de aplicação de recursos das atividades produtivas, além de levarem as diversas políticas públicas para os agricultores. Os serviços técnicos e de extensão rural buscam o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento sustentável e de base territorial e regional. Para tanto, apoiam a criação de processos educativos e metodologias participativas, buscando contemplar a diversidade de sujeitos, bem como apoiar a universalização dos conhecimentos, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, criou-se uma crescente demanda pelos serviços de extensão rural especializado e acompanhamento diferenciado à agricultura familiar e suas organizações. Este processo fortaleceu e vem fortalecendo as organizações de estruturas cooperativadas, uma vez que as mesmas têm por base os princípios da participação, autogestão, flexibilidade, sustentabilidade, adequação as especificidades locais, descentralização e organização em redes.

Reconhece-se que a reflexão apresentada nos parágrafos anteriores é de suma importância para que a partir daqui possamos compreender sobre a inserção dos assistentes sociais na questão agrária pela via dos assentamentos rurais.

No contexto da Reforma Agrária, Gois e Santos (2013) ressaltam que o assistente social possui diversas possibilidades de inserção que vão desde a assessoria aos movimentos dos trabalhadores do campo até os programas governamentais específicos, tais como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar – (PRONAF), o Programa Territórios da Cidadania, Política Nacional de Ater (PNATER), Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Em relação ao PRONERA, cabe um destaque relacionado ao Serviço Social, que são os cursos de graduação oferecidos aos sujeitos do campo. Estas são experiências que tem sido realizada, no âmbito das universidades federais, e em parceria com os movimentos

sociais do campo. Nesta modalidade, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) é a pioneira no Brasil, sendo esta uma

iniciativa inédita e inovadora que se constitui numa maneira de enfrentar a tendência de uma *educação pobre para pobres*, na garantia do ensino público, gratuito, presencial, de qualidade e comprometido com os interesses da classe trabalhadora, intimamente conectada com a direção estratégica do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro e que porta um potencial de formar assistentes sociais comprometidos com um projeto de sociedade que vislumbra uma outra ordem social. (GUERRA, 2011, p. 245) (Grifos do autor)

Sobre esta experiência Guerra (2011, p.240) a considera “a mais importante em termos de formação profissional dos últimos tempos”. Esta importância é justificada “tanto pelo seu significado político-acadêmico quanto pelos desafios que ela propõe nos âmbitos: da universidade, com suas práticas acadêmicas elitistas e de fragmentação do saber, do Serviço Social”. A autora salienta, ainda, que o Serviço Social é uma “profissão conformada por um histórico conservadorismo e, sobretudo, no interior da sociedade brasileira, marcada pela sua inserção subalterna na econômica mundial, brutal concentração de renda e desigualdade social e por renovadas práticas anti-democráticas”.

Assim como o Serviço Social, a agronomia, a pedagogia, o direito e outros cursos são oferecidos a estes sujeitos, através do PRONERA em diversas universidades do país. No entanto, a opção de alguns dos sujeitos do campo, pela graduação em Serviço Social, nos remete a pensar que esta profissão, tem sido reconhecida no espaço agrário, por sua proximidade com os interesses da classe trabalhadora, e por estar intimamente relacionada com as lutas sociais do campo, representando uma possibilidade real destes sujeitos fazerem o enfrentamento das manifestações da questão social expressas no espaço agrário, conforme ressaltado por Guerra (2011) na assertiva evidenciada acima.

Sobre a inserção do assistente social nos programas elencados acima, Araújo et al (2010) faz uma afirmação importante que problematiza sobre as bases em que o assistente social tem afirmado ou não sua identidade profissional neste espaço socio-ocupacional, o que pode ser percebido por meio da seguinte inferência

Observamos que os assentamentos rurais se configuram como espaço de trabalho para os assistentes sociais, visto ser esta uma profissão que tem como um dos princípios de seu Código de Ética o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure

universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (ARAÚJO et al .2010, n/p)

Esta mesma autora argumenta que embora este seja um espaço reconhecido como de “trabalho para os assistentes sociais”, em sua pesquisa, foi percebida a ausência de profissionais de Serviço Social nestes assentamentos, ou quando identificados estes não exerciam atividades constantes nas áreas, ficando a sua atuação centralizada na sede dos municípios. Verificou-se também que a atuação dos assistentes sociais nos assentamentos era realizada por meio de “equipes que desenvolvem projetos²¹, vinculados a alguma instituição governamental ou não-governamental, pública ou privada”, e, que por muitas vezes não eram identificadas como assistentes sociais.

O exercício profissional do assistente social em assentamentos rurais também foi referenciado por Silva (2013) que trouxe uma contribuição significativa sobre o perfil profissional exigido para a atuação neste espaço, o que pode ser evidenciado na seguinte assertiva

As entidades responsáveis pela execução da assessoria, em consonância com o supramencionado manual, somente contratam Assistentes Sociais que apresentem conhecimento e experiência comprovados na área. Estes conhecimentos podem ser adquiridos desde uma experiência profissional na área até uma experiência de estágio curricular ou não. Neste sentido, estas exigências se colocam como uma dificuldade para entrada de Assistentes Sociais nestas entidades, o que ocasiona dificuldade de encontrar profissionais com esta experiência, gerando um déficit no número destes profissionais nas equipes. (ibid., n/p)

O manual a que a autora se refere é o Manual de ATES²² disponibilizado pelo programa e que contém as orientações para a contratação de profissionais para a composição das equipes técnicas ou núcleos operacionais, como também a definição das atividades que devem ser desempenhadas pelos mesmos.

Para a composição dos núcleos operacionais, segundo o referido manual, deverão ser priorizados profissionais que apresentem conhecimento e experiência nos seguintes aspectos:

²¹ Os projetos aos quais a autora se refere fazem parte do Programa de ATES, já referenciado em nota e nas reflexões dos parágrafos anteriormente descritos.

²² Disponível em http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuais_e_procedimentos/manual_ates_2008_revisado.pdf. Acesso em 17 abr. 2015

Conhecimento e identificação com as seguintes temáticas: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, agroextrativismo, pesca artesanal, agroecologia, meio ambiente, gestão de associações e cooperativas, gênero, geração e etnia e desenvolvimento rural; experiência técnica na atividade produtiva predominante em sua área de atuação; experiência em atividades agrícolas e não agrícolas, atendendo à diversificação da produção existente nos assentamentos; experiência na Reforma Agrária e na região; visão ampla e integrada do sistema de produção, comercialização e mercado da agricultura familiar e camponesa; visão ampla dos aspectos tecnológicos, considerando as tradições, costumes e conhecimentos inerentes à comunidade; facilidade de trabalho em grupo, numa perspectiva construtivista, apresentando capacidade de síntese e sistematização dos processos de discussão; saber identificar, respeitar e lidar com a diversidade cultural das comunidades de assentados(as); habilidade para negociação e integração com outros profissionais, entidades públicas e privadas, entidades representativas dos(as) trabalhadores(as) rurais e ONG, viabilizando a formação de parcerias; postura de autodesenvolvimento frente às análises e críticas em relação a seu desempenho; capacidade e empenho na organização das famílias assentadas, objetivando a autogestão dos assentamentos; experiência na elaboração e execução de projetos participativos; conhecimentos básicos de informática; e disponibilidade para viagens e, preferencialmente, posse de carteira de habilitação. (Manual de ATEs, 2008, p. 26)

Neste manual, o Serviço Social é considerado como uma das profissões que podem desempenhar as atribuições relativas a área social, não sendo de sua exclusividade a atuação nesta área e mesmo a proporção de técnicos é ampliada para as áreas econômica e ambiental, ou seja, em um processo de composição de equipes técnicas é considerado além dos profissionais da área agrônoma, qualquer outro profissional da área social, econômica ou ambiental. Isto dificulta ainda mais a atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, visto que concorre, nas mesmas condições, com os profissionais das demais áreas citadas.

Tal realidade contribui para que reforçemos o aspecto de identidade com a profissão, já mencionado em parágrafo anterior e retomamos esta reflexão a partir da seguinte assertiva formulada por Araújo et al (2010)

Observamos que, embora sendo assistentes sociais estão ocupando outros cargos, também ocupados por outros profissionais de nível superior, realizando visitas semanais às áreas de assentamentos rurais, acompanhando os projetos de desenvolvimento rural vinculados a concessão de crédito agrícola. Podemos caracterizar esse processo como de perda da identidade profissional visto que, as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais se assemelham mais as funções de contabilidade. Observamos que os assistentes sociais que estão com

a função de assistentes social não têm exercido na sua inteireza as funções privativas do profissional. Trata-se de uma questão mais ampla, posta pelo processo de desregulamentação do trabalho e das profissões (SENETT, 2001), o que incide sobre os projetos profissionais provocando, inclusive o afastamento desses profissionais dos órgãos fiscalizadores da categoria como o Conselho regional de Assistentes Sociais (CRESS) e Conselho federal de Serviço Social (CFESS). Os assistentes sociais nessa conjuntura correm o risco de não se identificarem com a sua profissão (não são contratados como tais e exercem também atividades não específicas da profissão) e, portanto, de ruptura com os vínculos da profissão o que pode rebater no projeto ético político da profissão de assistentes sociais. (ibid., n/p)

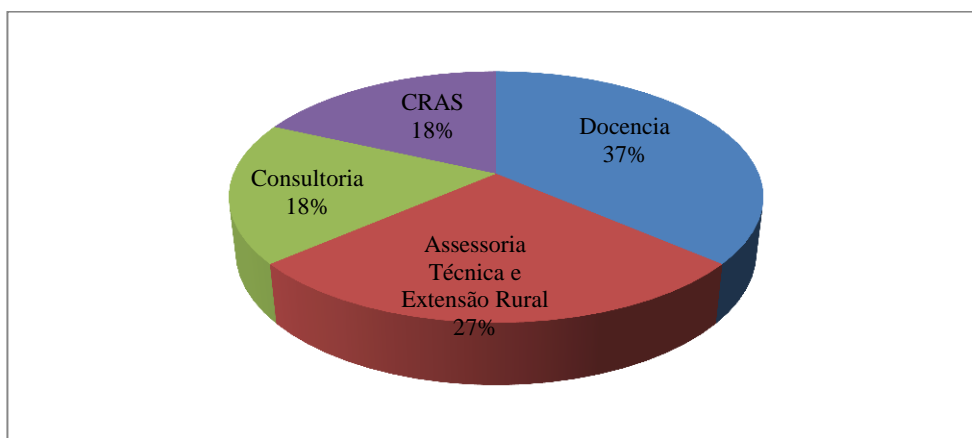
A assertiva expressa por Araújo nos remete a problematização em torno da identidade profissional e da realização de atribuições específicas à profissão, privativas ou não, mas que os assistentes sociais desempenham de forma particular, devido a sua formação profissional. O que a autora considera é que o fato de alguns assistentes sociais não realizarem atividades específicas e se aproximarem a ações realizadas por outros profissionais, a exemplo das contábeis, isto contribui para a sua perda de identidade em relação à profissão. Esta é uma afirmação polêmica, do ponto de vista da profissão e especialmente no espaço agrário, visto que, este não é um espaço exclusivo do assistente social, e as condições objetivas para a implementação de seu exercício profissional precisam ser consideradas.

Nos limites deste estudo, não foi nossa intenção estabelecer um arcabouço teórico – prático que nos permitisse concordar ou discordar, inteiramente ou em partes, das afirmações feitas por Araújo (2010), mas sim de explicitar que, embora muitas das atividades desempenhadas pelos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais relacionados à questão agrária, não são atribuições privativas, muitos destes tem se posicionado de forma crítica e competente na gestão, formulação e implementação de ações que assegurem os direitos aos trabalhadores rurais. Penso, que a questão da identidade e da afirmação profissional estaria mais vinculada ao projeto profissional que estes assistentes sociais intentam se relacionar e dar visibilidade no cotidiano de sua intervenção profissional, ou seja, a sua aproximação ou distanciamento, pessoal e profissional do que apregoa o, nosso “tão caro”, Projeto Ético Político Profissional.

A inserção dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que ocorre a interface com a questão agrária também foi destacada por nós no questionário de pesquisa.

Sendo assim, conforme os questionários foram identificados quatro espaços sócio - ocupacionais principais, nos quais o assistente social está inserido nas manifestações da questão agrária. São estes: o magistério ou docência superior, a assessoria técnica e extensão rural, a consultoria e a Política de Assistência Social através do CRAS, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Espaços sócio-ocupacionais de maior inserção do assistente social na questão agrária



Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

Assim como foi feito anteriormente na apresentação das análises dos artigos dos CBAS e ENPESS, cumpre fazer uma breve contextualização em relação a cada um destes quatro espaços sócio- ocupacionais de maior inserção do assistente social na questão agrária, evidenciados nos questionários ao que segue.

O magistério em Serviço Social ou docência como é denominada constitui-se como uma área de atuação que é respaldada pela Lei de Regulamentação da profissão, a Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Em seu artigo 5º, inciso V temos a seguinte descrição como atribuição privativa do assistente social: “assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular”. A atuação como docente, também foi referenciada no capítulo IV, no item que se analisou sobre as instituições as quais os profissionais que apresentaram artigos nos CBAS e ENPESS estavam relacionados, sendo destacada a maioria destas como instituições de ensino.

A ATER, já referenciada na parte anterior deste estudo, quando da análise dos artigos dos CBAS e ENPESS é considerada um espaço sócio-ocupacional que não é exclusivo do assistente social, tendo este profissional, muitas vezes, que concorrer com outras categorias profissionais da área de humanas e das ciências sociais como historiadores, pedagogos, cientistas sociais, economistas doméstico entre outros.

Ao considerar “o terreno da atuação profissional” como “ocupacional não exclusivo do assistente social” Iamamoto (2012, p.30/31) nos remete a reflexão sobre as dificuldades de delimitação dos campos profissionais e a competitividade entre os trabalhadores, que são reforçadas pelas “relações de poder” e pelas “ingerências das causas privadas sobre os interesses públicos”. A autora considera que só a competência do profissional através, do seu conhecimento, de estratégias e habilidades técnico-operativas e do deciframentos da realidade é que permitirão uma atuação diferenciada em relação às outras profissões. Ainda o assistente social precisará romper com os “traços de subalternidade, ainda presentes na profissão” que tem “conformado um profissional com dificuldade de expressar-se, frente a outros de maior reconhecimento social e acadêmico”.

No contexto mais específico da ATER, podemos considerar que, ainda que não seja exclusivo, este é um espaço propício para a atuação do assistente social, visto que a amplitude de questões possibilita a atuação tendo como elementos as diferentes políticas sociais (saúde, educação, habitação, assistência social, crédito, dentre outras), tornando este, um espaço, ainda mais desafiador para o profissional.

Na sequencia, a consultoria em Serviço Social, foi uma das áreas identificadas como de maior incidência de inserção do assistente social na questão agrária. Esta é uma área que tem sido identificada em conjunto com a assessoria, ou seja, nas referências recentes que encontramos (Bravo e Matos, 2010) é usada a terminologia assessoria/consultoria. Para Matos (2010), esta não é uma área recente de inserção, ou seja, não se constitui como um espaço sócio-ocupacional tão novo, pois são encontradas “referências pontuais na bibliografia brasileira”. No entanto, as publicações e estudos sobre esta é que são incipientes e “historicamente pouco estudados”.

Em se tratando desta área pode-se considerar “a importância de um trabalho profissional projetado e não empiricista”, podendo também o consultor ser “identificado como um profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais” (Matos, 2010, p.30). Para o referido autor, a

diferença entre assessoria e consultoria, pode ser apresentada através do significado que é atribuído a estes dois termos na língua portuguesa, ou seja,

Uma pequena diferença entre assessor e consultor, está em que o primeiro é identificado como aquele que assessora ou como assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante. E consultor é aquele que dá conselhos ou pareceres sobre assunto de sua especialidade (ibid., p. 32)

Portanto, a consultoria é tida como uma atividade mais pontual que a assessoria, visto que, ao realizar a consultoria, parte-se do suposto de que o profissional, neste caso, o assistente social já possui acúmulo de conhecimentos na área em que está atuando, ao passo que na assessoria esta atuação constitui-se em um “processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas” (Matos, 2010, p. 32).

A consultoria na questão agrária e no âmbito desta pesquisa está fundamentada na já referida Lei de Regulamentação da Profissão, que estabelece respectivamente em seus artigos 4º e 5º, as competências e atribuições privativas do assistente social. No artigo 4º inciso VII tem – se que compete ao assistente social “prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo²³”, esta competência é complementada pela especificação feita no inciso III do artigo 5º que orienta a “assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social”.

Na particularidade desta pesquisa, a consultoria foi percebida relacionada a gestão e operacionalização de políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro; a projetos comunitários de inclusão produtiva apoiados por universidades públicas; em gestão institucional, elaboração e execução de projetos de organização social, produtivos e ambientais junto a organizações sociais voltadas para o cooperativismo, associativismo, agricultura familiar, reforma agrária, economia solidária e desenvolvimento rural sustentável; ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a Política de Territórios Rurais, todas no âmbito do MDA e nenhuma como atribuição privativa do assistente social. Isso demonstra a significativa

²³ O que o inciso II orienta é que compete ao assistente social “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil”.

inserção deste profissional em espaços abertos a quaisquer profissionais graduados, das mais diversas profissões.

Outra área de atuação é a Assistência Social. Esta é uma política social na qual o Serviço Social, enquanto profissão tem uma inserção história sobre a mesma, o que inclusive causa certa confusão pela maioria da sociedade, que não difere as especificidades entre profissão e política social. Tal fato, leva as pessoas a tratarem o Serviço Social e a Assistência Social como sendo a mesma coisa. Sendo que, o Serviço Social é uma das profissões que contribui para a implementação da política de Assistência Social, e que esta é uma das políticas sociais com as quais o assistente social trabalha.

Cumprе ressaltar em linhas gerais que a Assistência Social²⁴ é uma das políticas sociais que compõem o denominado tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência e a Saúde. No artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)²⁵, a Assistência Social é assim descrita:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (MDS, 2012, p.7)

Os serviços relativos a esta política são ofertados através dos equipamentos públicos formados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e por entidades sem fins lucrativos formando a rede de proteção social. Aliado à estrutura dos CRAS e dos CREAS, tem-se a rede de entidades sem fins lucrativos. Esta rede, composta pelas organizações sociais de entidades, amplia o potencial protetivo, ao mesmo tempo, em que dividem com o Estado as funções que lhe deveriam ser exclusivas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome²⁶ (MDS)

a expansão dos equipamentos públicos de assistência social, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de

²⁴ Para obter maiores detalhamentos sobre esta política sugere-se a verificação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/>

²⁵ Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/MIOLO_LOAS_LEI_DO_SUAS.pdf, acesso em 22/04/2015.

²⁶ Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/MIOLO_LOAS_LEI_DO_SUAS.pdf>, Acesso em 22 abr. 2015.

Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), ampliam a presença pública nos territórios mais vulneráveis, consolidando a capacidade de atendimento social para as famílias. (MDS, 2012, p.4)

Em pesquisa nacional organizada pelo CFESS (2005), intitulada “Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional”, a inserção dos assistentes sociais nas políticas sociais é apresentada como uma das áreas mais significativas. Segundo o CFESS (2005, p. 26) esta pesquisa confirma a tendência “histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal (78,16%, no nível nacional); no nível regional os índices desse indicador são os seguintes: Norte (96,36%), Sudeste (80,33%), Nordeste (75%), Sul (69%), Centro-oeste (66,67%)”.

Nesta mesma pesquisa, foi possível perceber que “a maior participação dos assistentes sociais se verifica nos Conselhos de Assistência no nível municipal (57,66%); em seguida aparecem os conselhos ligados às instituições públicas estaduais (15,33%) e, por fim, os das públicas federais (7,33%)”.

Tendo sido feita a configuração dos espaços sócio- ocupacionais identificados como de maior incidência neste estudo, cumpre evidenciar o quanto esta experiência é rica e diversa, o que poderemos perceber a partir do detalhamento sobre as principais áreas e temáticas trabalhadas. Sendo destacadas as seguintes: aprimoramento profissional na área de reabilitação, proteção social básica, metodologias participativas, grupos de mulheres, gestão rural, planejamento e orçamento, famílias interferidas por construção de barragens, políticas públicas, questão agrária, segurança alimentar e nutricional, terra, desenvolvimento, assistência técnica, educação do campo, projetos comunitários de inclusão produtiva, extensão rural, gestão institucional, elaboração e execução de projetos de organização social, produtivos e ambientais, programa governamental de geração de trabalho e renda, política de assistência estudantil, habitação, educação e crédito fundiário.

Ainda, a descrição dos espaços sócio-ocupacionais experienciados pela autora, são aqui evidenciados. Sendo assim, cumpre inicialmente situar sobre os serviços de assessoria técnica que se constituem como a base de atuação do assistente social em assentamentos e reassentamentos rurais.

Conforme Silva (2013)

(...) o exercício profissional do assistente social nas políticas de assessoria rural encontra-se inserido nas relações Estado-sociedade.

Neste contexto, compreendemos que, embora haja alguns limites, as ações de reforma agrária têm ampliado os espaços ocupacionais nos quais se inserem os Assistentes Sociais nas últimas décadas. Ou seja, a criação dos assentamentos rurais/ associações e cooperativas, as políticas de crédito e de educação e os programas de assistência técnica têm demandado uma série de profissionais de distintas áreas para operacionalização de programas, de projetos e ações no meio rural. (ibid., p.1)

As áreas de assentamento representam uma parte significativa do contingente populacional e economicamente ativo do país. Bergamasco e Norder (1996), classificam os reassentamentos de populações atingidas por barragens como um tipo de assentamento rural.

Neste sentido, os assentamentos rurais: podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Deste conceito amplo extraem-se algumas particularidades que se diferenciam da condição de reassentamento; uma delas é a condição de ingresso na terra, ou seja, a luta dos Sem Terra para aquisição de seus meios de produção parte de uma concepção de desprovimento, de falta de um lugar seguro para trabalhar e ter uma vida digna, um espaço que seja seu de fato, a luta para voltar para a terra.

Os reassentados, por outro lado, lutam para não saírem da condição a qual se encontravam em suas áreas de origem, de seus hábitos e de tudo que representa aquele lugar. Em uma comunidade rural, há muito mais que apenas uma unidade produtiva, há relações e inter-relações construídas há décadas, culturas enraizadas a gerações e gerações. O sentimento de total pertencimento a terra se configura em tudo que rodeia.

Apesar de sua múltipla origem, os assentamentos rurais no Brasil representam uma resistência ao processo de separação entre o trabalhador rural e a propriedade ou uso da terra. E um ponto comum entre os diferentes tipos de assentamentos são a intensa mobilização política dos trabalhadores e a pré-existência de conflitos sociais, que pressionaram o Estado a formular respostas a um fato político.

Inicialmente torna-se importante situar que a ATER ou a ATES²⁷, é uma das principais frentes de atuação do assistente social no contexto dos assentamentos de

²⁷ A ATER e a ATES são programas públicos e distintos em sua forma de atuação no âmbito da questão agrária. A ATER é uma forma de assessoria mais pontual, geralmente associada a elaboração e

reforma agrária e reassentamentos de atingidos por barragens, realidade que se destacada neste item.

Conforme referenciado em item anterior, podemos considerar que os serviços de assessoria técnica e de extensão rural buscam o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento sustentável e de base territorial e regional. Para tanto, apoiam a criação de processos educativos e a utilização de metodologias participativas, buscando contemplar a diversidade de sujeitos, bem como almejam a universalização dos conhecimentos, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Importa neste item fazer uma apresentação do exercício profissional do assistente social na Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER) e, posteriormente em outra atuação com a consultoria a elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Reassentamentos (PDR's) e Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs), de maneira que o leitor possa perceber as nuances, especificidades e riquezas dessas experiências.

Conforme já anunciado, um dos espaços de exercício profissional realizados pela autora foi a COOPTER, localizada em Palmas no estado do Tocantins. Esta cooperativa vem atuando há dezessete anos na realização de atividades de ATES e ATER para famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assentados de Reforma Agrária, pescadores artesanais, extrativistas, mulheres e jovens rurais, atingidos por barragens e comunidades tradicionais. Sua atuação na área de ATER busca estimular o fortalecimento da agricultura familiar através do incentivo de práticas agroecológicas, inclusão produtiva de mulheres e jovens, formalização de empreendimentos econômico solidários, capacitação para autonomia política e social, e organização da produção para comercialização.

A cooperativa tem sua experiência pautada no trabalho com a agroecologia e sistemas de produção sustentáveis, na capacitação de agricultores e agricultoras familiares, na identificação de circuitos locais de comercialização, na orientação técnica

acompanhamento de projetos de crédito e ações que exijam encaminhamentos mais diretos e destina-se aos agricultores familiares de forma geral, assentados ou não. Os serviços de ATER, normalmente, são pagos por porcentagem extraída do valor dos projetos, o qual já é calculado quando da elaboração do mesmo, sendo muitas vezes o atendimento realizado semestralmente, em épocas de vistoria para liberação de parcelas. Já a ATES é um programa mais amplo de assessoria, sendo específica para os assentados da reforma agrária e os atingidos por barragens que por meio da luta são reconhecidos pelo INCRA e cadastrados como tais, os serviços são pagos por meio de convênios ou contratos realizados com instituições credenciadas, conforme já exposto anteriormente.

para produção de base agroecológica, na constituição e formalização jurídica de empreendimentos econômicos solidários (associação/cooperativa), na orientação técnica para o acesso as políticas públicas de crédito, ATER e compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)), e no estímulo ao fortalecimento da gestão participativa dos agricultores familiares.

No campo organizacional, em 17 anos de existência a COOPTER foi construindo relações de parceria com diversas organizações sociais com atuação na área da agricultura familiar, economia solidária e cooperativismo, no estado do Tocantins bem como em outros estados do Brasil.

A atuação se realiza em projetos tanto com a iniciativa pública através de convênios com o INCRA e alguns ministérios citados anteriormente, como também com a iniciativa privada, como foram os contratos com a INVESTCO - Consórcio construtor da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – UHE Lajeado, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A forma própria e diferenciada de atuação dos profissionais que fazem parte da COOPTER faz com que a organização ganhe destaque a nível estadual e nacional dentro de sua área de atuação, e seja considerada referência no debate do cooperativismo voltado para a agricultura familiar e economia solidária no Estado e região. Neste cenário o assistente social, devido a sua formação generalista e capacidade de atuação, tem papel singular e suas ações fazem a diferença no contexto descrito.

O espaço ocupacional descrito não é exclusivo do assistente social, mas é um campo tensionado pelas relações de poder e de competitividade entre os profissionais. Sobre esta questão, Iamamoto (2009) nos oferece a seguinte contribuição

Não há como delimitar com precisão os campos profissionais que são partilhados por outros profissionais especializados, movidos por interesses diversos. É preciso considerar, ainda, as contradições advindas da dinâmica das relações sociais, enquanto expressão dos antagonismos entre as classes, reproduzidas nos espaços ocupacionais nos quais o Serviço Social encontra os seus empregadores e cenários. (ibid., p.30/31)

Esta afirmação nos remete a reflexões sobre o desafio e a dificuldade em torno da delimitação do espaço profissional em campos disponíveis para diferentes formações profissionais. Aqui reside, parte da problematização expressa na consideração anterior, em que os assistentes sociais, se colocam frente a necessidade de afirmação da sua

identidade profissional e do reconhecimento da forma diferenciada de atuação por parte dos assistentes sociais.

Neste campo, o assistente social precisa promover interlocuções “com saberes e com as lutas estabelecidas pelos diversos segmentos profissionais e, também com os diferentes sujeitos coletivos, especialmente os movimentos sociais” (Sant`Ana, 2014, p.271). No entanto, o que se percebe é que nos últimos anos “a atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais não se expandiu, aliás, pelo contrário” houve uma retração. Isto se deve, muito em função da própria proximidade com os sujeitos sociais, que tem sido estabelecida por meio das políticas sociais via Estado. A institucionalização do trabalho e a vinculação direta do assistente social com os beneficiários, por meio das políticas públicas, acaba por distanciar ainda mais, o Serviço Social dos movimentos sociais. Associado a isto, a leitura vazia, ou seja, sem a fundamentação teórico-prática que o tema exige, por parte dos assistentes sociais contribui para que este distanciamento ocorra, visto que, conforme já referenciado anteriormente a abordagem destes este tema, no interior das universidade é frágil e marginalizada.

A outra experiência de atuação da autora refere-se a elaboração do PDA/PRA através da Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins (ADPRATO), que é a personalidade jurídica do MAB no Estado do Tocantins. Foram duas as experiências realizadas em conjunto com outros dois profissionais, sendo um da área agrônômica e outro da geografia.

Na primeira experiência o Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) foi resultado da sistematização das diversas informações, questionamentos e inquietações surgidas ao longo do processo de construção da Usina Hidrelétrica de São Salvador (UHE São Salvador) e do remanejamento involuntário da população rural para os reassentamentos coletivos.

A segunda consistiu na elaboração de três PDA's. Estes, não foram PDA's iniciais como normalmente é exigido pelo INCRA para que se possa conhecer a localidade e então fazer as proposições necessárias ao processo de implantação do Projeto de Assentamento, mas sim uma proposta de readequação/reformulação para que houvesse continuidade do desenvolvimento das comunidades a partir de uma nova realidade de interferência ocasionada em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE – Estreito).

O PDA se constitui como o instrumento de planejamento para o assentamento, de forma a apreender, a partir da análise das propostas de ação contidas no plano, as perspectivas de desenvolvimento rural que estão subjacentes as mesmas, e que repercutem no sucesso das ações empreendidas para o desenvolvimento dos assentamentos. (CARVALHO, 2010, p.2)

Para Carvalho (2010)

O PDA, como processo de planejamento, tem como premissa básica a participação dos trabalhadores rurais assentados em todas as suas etapas de elaboração, de modo a retratar a real situação do assentamento em seus aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais, bem como, expressar os anseios e desejos desses trabalhadores e suas famílias. Enquanto materialização do processo de planejamento, o PDA consiste na apresentação sistematizada e justificada das discussões e decisões tomadas relativamente ao assentamento. (ibid., 2010, p.4)

O Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR), da mesma forma que o PDA, é também um instrumento de planejamento para o reassentamento, em que as famílias têm a oportunidade de replanejar suas trajetórias de vida e de recomeçar a partir de uma nova realidade. No entanto, a diferença também reside em que as propostas de ações contidas no plano tornam-se, na maioria das vezes, mecanismos de negociação para compensação e reparação de danos ocasionados em função da construção da UHE. A relação de negociação se dá entre as famílias e o consórcio construtor da UHE e são mediadas pelo MAB, sob a intervenção do ministério público.

Por fim, outro espaço sócio ocupacional a ser destacado é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) relatado no IX ENPES (2004). Esta pesquisa específica merece ser destacada, tendo em vista que foi a única que expressou claramente formas equivocadas da ação profissional e que comprometem a efetivação do Projeto Político Profissional do Serviço Social.

As constatações apresentadas por Sena (2004) denunciam fortemente a conduta discriminatória de assistentes sociais que ao invés de romperem com a prática focalista, assistencialista e de subalternidade que muitas vezes as políticas compensatórias representam, estas acabam por fortalecer as características destas políticas, o que pode ser elucidado a partir da seguinte assertiva

Um dos profissionais envolvidos no programa se pronuncia: *“aqui tem merenda. Tem tudo direitinho. (...) vocês tão zangada?! Porque só anda atrasado ...mas não precisa ficar triste porque tem merenda, tem isso, tem aquilo.”* As expressões da população como zanga e tristeza

são reprimidas nesta fala que lhes ratifica a doação de merenda, “tudo direitinho”. O que é direito é, então, mascarado. Na expressão deste profissional, os pais não deveriam expressar tristeza ou aborrecimento, pois, os filhos daquelas famílias estavam recebendo alimento. Ainda que o programa se proponha a atendê-las em outros aspectos como educação, saúde, lazer, renda, programas de geração de renda, etc... (grifos do autor) (ibid., p.6)

Ainda sobre a falta de clareza e de identidade profissional por parte de alguns assistentes sociais podemos observar as seguintes constatações feitas por Sant`Ana (2008). Esta autora considera que

Ao não apreender a relação entre capital e trabalho, a assistente social parte de uma visão ideologizada da questão social e reproduz a perspectiva estigmatizada do migrante; enquanto a Usina figura como fornecedora de emprego, os trabalhadores convocados e descartados por ela são vistos como aqueles que trazem a violência para o município e ainda consomem com os recursos sociais dos municípios. Ao invés de creditar esta problemática que, de fato, é relevante, aos custos do agronegócio elas acusam os trabalhadores. Em dois depoimentos esta perspectiva é nítida: as profissionais chegam a acusar os trabalhadores migrantes de responsáveis pelos problemas sociais dos municípios. É o que afirma a assistente social da região de Ituverava: “Nessa região nossa aqui, gente não gosto nem de falar. E o duro que eu vejo, não é por nada, direito de ir e vir né, que tá na nossa lei maior, que está na nossa Constituição. Mas na verdade eles pedem, eles absorvem a maior parte do trabalho. (ibid., 2008, n/p).

Sobre os elementos destacados, entende-se que ao assistente social compete, conforme expresso em nosso Código de Ética Profissional²⁸, através dos Princípios fundamentais a “defesa intransigente dos direitos humanos”; um posicionamento que “assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais”; um compromisso com “a qualidade dos serviços prestados à população” e um exercício profissional “sem ser discriminado/a, nem discriminar”.

No entanto, tais situações evidenciadas nesta pesquisa nos remetem à reflexão quanto à necessidade do profissional assistente social ter uma compreensão crítica sobre o seu papel enquanto executor das políticas sociais e da sua necessidade constante de qualificação e de conhecimento da realidade em que está inserido.

É primordial, ainda, que o profissional saiba distinguir o papel do Estado e se colocar como um instrumento para a mediação e ampliação do acesso aos bens e serviços disponibilizados aos beneficiários das políticas. Entender a diferença entre o

²⁸ Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução 273/93), disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_cfess.pdf>, Acesso em 06 abr. 2015.

“direito” e o “favor” no universo de ações que visam o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no marco da sociedade capitalista e a percepção quanto às manifestações da questão social em seu cotidiano de intervenção e assumir práticas concretas para o seu enfrentamento, tornam-se desafios a serem superados por este profissional.

Foi neste cenário repleto de desafios e de possibilidades que o exercício profissional do assistente social na questão agrária foi apreendido nos artigos dos CBAS e ENPESS.

3.2 Atividades e procedimentos realizados no exercício profissional do assistente social

Outra análise se referiu as atividades descritas pelos profissionais. Estas se constituíram em um aspecto relevante a ser considerado e que nos remeteu ao debate sobre as competências e as atribuições privativas do assistente social previstas em nossa Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662/93 e no Código de Ética Profissional.

Ao longo da leitura dos artigos e da sistematização das respostas dos questionários foram evidenciadas inúmeras competências, atividades, demandas ou requisições que têm sido feitas aos assistentes sociais em seu exercício profissional cotidiano e neste estudo relacionado à questão agrária.

À luz das considerações apontadas por Netto (1996) e evidenciadas no item anterior, procurou-se pensar sobre estas questões nos remetendo e aprofundando o debate com base no Código de Ética Profissional (CEP), na Lei 8662/93 que regulamenta a profissão e no Projeto Ético Político, pois, sendo o Serviço Social uma profissão regulamentada, reconhecida academicamente e legitimada socialmente, as condutas ético- político - profissionais dos assistentes sociais se apoiam principalmente nas orientações previstas nestes três instrumentos.

Tem-se que é o Código de Ética Profissional que dá suporte aos assistentes sociais em seu cotidiano de exercício profissional. Sobre este instrumento Behring (2013) considera que o Código de 1993 continua atual, devido aos posicionamentos e caminhos escolhidos e que uniram “tática e estratégia, meios e fins”.

Pensou-se em um documento menos conjuntural – marca do Código de 1986- e que mantivesse os compromissos sociopolíticos daquele último com os trabalhadores, porém estabelecendo mediações mais

claras com a realidade brasileira e seu devir, e o exercício profissional, dando aos assistentes sociais suportes nítidos no cotidiano. Contudo, ao mesmo tempo em que o Código de 1993 orienta hoje projetos de trabalho e posicionamentos político – profissionais no dia-a-dia e também em circunstâncias mais amplas, bem como é referência para a construção de documentos similares na América Latina, o mesmo também sofre críticas. (BEHRING, 2013, p.10/11)

Em Netto (2013), podemos ler que

O Código de Ética Profissional que rege o exercício do Serviço Social no Brasil, aprovado em 1993 e em vigor desde então, resultou – como é notoriamente sabido – de um debate amplo, plural e denso, promovido em escala nacional pelo sistema CFESS/CRESS (antes da Lei 8662, CFAS/CRAS).

A meu juízo, esta é a razão principal da sua incontestada legitimidade (para além da sua legalidade, assegurada pela sua plena consonância com a Constituição de 1988): ele condensou, nos seus fundamentos, na sua estrutura e na sua forma, talvez o mais largo e significativo consenso democrático a que chegou a categoria profissional em toda a sua história no Brasil. (ibid., p.20)

Certamente que o envolvimento do Serviço Social com as manifestações da questão agrária e socioambiental se relaciona com o compromisso que a profissão tem com o que é preconizado no Código de Ética Profissional, de 1993, o qual se vincula a um projeto societário movido pela construção de “uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

Conforme Netto e Sant`Ana (2004)

O aprofundamento dos estudos sobre a questão agrária, seus rebatimentos na questão social, e particularmente nas especificidades que caracterizam os usuários do Serviço Social, é de fundamental importância para uma melhor compreensão e atuação, dentro do compromisso estabelecido pelo projeto ético - político da profissão, em seu Código de Ética, de 1993: com as classes trabalhadoras e com o projeto de construção de uma nova sociedade, justa, digna e democrática. (ibid., ENPESS 2004).

Sendo assim, são 11 os princípios fundamentais estabelecidos no CEP que norteiam o exercício profissional do assistente social. A partir destes é que são descritos os direitos, deveres e vedações ao assistente social em seu exercício profissional. Tendo os princípios fundamentais como norteados do exercício profissional do assistente social na questão agrária, pode-se perceber que estes se expressam mais claramente por meio da defesa e a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais; da universalidade de

acesso aos programas e políticas sociais; da opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; da articulação com os movimentos sociais e do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. O que pode ser percebido de forma mais evidente por meio da descrição das atividades realizadas.

Durante as leituras e configurações deste estudo e mediante o contexto contemporâneo, um questionamento foi feito: que competências teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas o assistente social possui para atuar na questão agrária? Amparada pelo Código de Ética Profissional, a Lei de regulamentação da profissão traz a descrição em seu artigo 4º das competências do Assistente Social que são:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - Vetado; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Após estes apontamentos, evidencia-se as atividades descritas pelos assistentes sociais e que foram reunidas e consideradas tendo em vista três tipologias centrais: Pedagógicas (Capacitação, mobilização e participação social); Assessoria e Específicas relativas às políticas e programas sociais. A definição desta tipologia partiu do entendimento dos elementos e fundamentos que norteiam o exercício profissional do assistente social na questão agrária, considerando o caráter pedagógico interventivo, a

atuação de forma especializada pela assessoria e as especificidades no contexto de atuação.

As atividades com caráter pedagógico se referiram àquelas ligadas às oficinas, seminários, palestras, rodas de conversa e outras que estimulem ações coletivas e que favoreçam a mobilização e a participação social, visto ser necessário o fortalecimento da organização para a participação efetiva nas decisões públicas.

A função pedagógica que o assistente social exerce, na visão de Lopes, Abreu e Cardoso (2014, p.199), “apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam a hegemonia”. Para estes mesmos autores, esta função “materializa-se por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos”. Isto porque, o desenvolvimento deste tipo de atividades possibilita ao profissional de Serviço Social contribuir para o fortalecimento e organização política dos trabalhadores rurais, afirmando a defesa da democracia e dos direitos humanos e sociais. A partir do pensamento de Gomes (2000), Bravo (2009) reconhece que

Os usuários só poderão ter participação qualificada, interferindo nas políticas se tiverem os instrumentos de análise da realidade. Quanto mais qualificada a participação dos sujeitos e politicamente comprometida com a transparência, mais visibilidade terá o exercício do controle social e mais amplo será o espaço público. (p.13)

Na segunda tipologia das atividades, foram consideradas as de assessoria, por se caracterizem como ações mais amplas de orientação, gestão e proposição. A assessoria é considerada, no Serviço Social, como uma ação desenvolvida por um “profissional com conhecimento na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade” (Matos, 2010, p.31). Para este autor, o assistente social enquanto assessor, é aquele profissional que deverá propor caminhos e estratégias. Para isto, deve desenvolver sua capacidade investigativa e estar “permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições” (p.31). Cabe-nos apenas apontar a afirmação feita por Bravo e Matos (2010, p.19) de que “o Serviço Social recentemente transitou de uma profissão estritamente executiva na área das políticas sociais para uma posição de elaboração e gestão destas políticas”, fato que pode ser confirmado pela descrição das atividades.

As ações específicas das políticas e programas sociais se referiram a implementação da Política de Assistência Social, Política de Saúde, Políticas de Seguridade Social, ao Benefício de Prestação Continuada, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ao Programa Saúde do Trabalhador e ao Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR). Estas representam uma possibilidade de contribuição para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, pois se acredita que são nos espaços das políticas públicas que os direitos se efetivam.

A intervenção do assistente social no campo das políticas sociais tem sido objeto de debate de diversos estudiosos do Serviço Social, entre estes Miotto e Nogueira (2013, p. 65) que afirmam ser “o trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social” algo indiscutivelmente “importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão”. Sendo assim, enfrentar os “desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão” e ainda romper com o papel de mero “executor terminal das políticas sociais” (Netto, 1992), que muitas vezes ainda é executado por alguns profissionais.

Na contemporaneidade, as políticas sociais são tidas como uma resposta articulada do capitalismo monopolista as expressões da questão social. Estas têm sido tratadas pelo Estado “a partir de uma lógica seletiva e fragmentária, longe dos padrões de universalidade”, (Santos et al, 2010, p.159). Tais características negam profundamente os compromissos assumidos pela profissão por meio do Projeto ético-político.

Complementar a caracterização das atividades evidenciadas na análise dos artigos dos Anais dos CBAS e ENPESS apresenta-se as atividades e procedimentos desenvolvidos no cotidiano de exercício profissional dos assistentes sociais apontadas nos questionários.

Como forma de melhor exemplificação e especificação em torno das inúmeras atividades que foram apontadas pelos assistentes sociais que responderam ao questionário, apresenta-se a descrição abaixo. Cumpre ressaltar que as atividades foram agrupadas da mesma forma que as outras identificadas nos artigos dos CBAS e ENPESS e já referenciadas na análise anterior, ou seja, as pedagógicas, de assessoria e

específicas das políticas e programas sociais, sendo acrescido o agrupamento referente à docência, visto que diferentemente dos artigos, nos questionários estas atividades foram destacadas.

As atividades docentes relacionam-se com o cotidiano de formação profissional de assistentes sociais, pesquisas, projetos de extensão e demais ações ligadas ao ensino em matéria de Serviço Social. Os assistentes sociais ou técnicos de nível superior de campo realizam o atendimento direto aos beneficiários dos programas sociais e políticas públicas em prefeituras, cooperativas ou empresas de desenvolvimento do Estado, sobretudo em atividades ligadas à assessoria técnica e extensão rural. Na consultoria²⁹, as atividades ligadas a este espaço sócio-ocupacional são os diagnósticos, estudos, pesquisas e avaliação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar. As atividades de coordenação e direção estão relacionadas à supervisão de atividades das equipes técnicas, ao planejamento, monitoramento e avaliação, bem como de representação político – institucional.

Ainda, conforme ressaltado anteriormente, foram evidenciadas as atividades realizadas pela autora em seu exercício profissional em assentamentos, reassentamentos e com consultoria na elaboração de Plano de Desenvolvimento de Reassentamento (PDR) e Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA).

O Serviço Social na COOPTER começou a se estruturar em 2001, a partir de um contrato firmado com a INVESTCO – Consórcio Construtor da UHE Lajeado, o que possibilitou a atuação em parceria com os movimentos e organizações sociais ligadas ao campo, já citados anteriormente.

A atuação em reassentamentos foi possibilitada por meio de uma equipe técnica denominada de “Equipe de Apoio”. Esta era composta por três técnicos, dois da área agrônômica (engenheiro agrônomo e técnico em agropecuária) e um da área social (assistente social).

Cumprе ressaltar que, diferentemente da ATES, em cujo programa a área social pode ser exercida por diversos profissionais das ciências sociais ou de humanas, neste

²⁹Cabe ressaltar que neste espaço, diferentemente dos demais, o vínculo é estabelecido de forma autônoma, ou seja, os profissionais são contratados para a realização de produtos específicos e são remunerados tendo em vista a entrega e concretização destes. Outro destaque é que estas atividades de consultoria não são demandas requisitadas especificamente aos assistentes sociais, visto que as seleções ocorrem por meio de editais com ampla divulgação e abertos a qualquer formação profissional de nível superior. Sendo assim, o que define a escolha do profissional são os critérios de perfil e experiência, estes se tornam diferenciais para os profissionais de Serviço Social, tendo em vista sua formação e especializações.

contrato a presença do assistente social na equipe foi uma exigência. Esta exigência deu-se em função de que na equipe técnica da INVESTCO havia duas assistentes sociais e estas contribuíram com a definição acerca do Programa de Apoio Técnico aos reassentados.

Inicialmente o assistente social foi demandado para um trabalho específico de assessoria técnica e social aos reassentamentos de atingidos por barragens, e atuou diretamente em parceria com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). O trabalho realizado por estes três técnicos abrangia todas as comunidades rurais reassentadas pela UHE Lajeado que se constituíam em 13 comunidades localizadas em 6 municípios diferentes. Além de nossa equipe, os reassentados eram atendidos pela empresa de assistência técnica estatal denominada Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins). Este órgão dispunha de uma ou mais equipes específicas em cada município, tendo em vista o número de famílias que seriam atendidas, o que representava uma grande diferença em relação a “Equipe de Apoio”, tendo em vista a mobilidade e disponibilidade de recursos humanos e materiais. No entanto, a diferença também residia na capacidade que a “Equipe de Apoio” tinha para o processo de mobilização e contato direto com todos os reassentados, o que fazia a referida equipe mais conhecida, o que facilitava o processo de confiança e de definição de estratégias para enfrentamento das demandas.

A partir da atuação dessa equipe em campo, e pelas características já pontuadas quando da apresentação da COOPTER, começou a se configurar um cenário de inserção, por vezes, conflitante, entre os sujeitos envolvidos. Isto porque, a percepção inicial e a falta de esclarecimentos quanto às atribuições da “Equipe de Apoio” era de que esta exerceria fiscalização ao trabalho das demais equipes técnicas, sentimento que também confundia e dificultava a proximidade com os reassentados. Após um longo período, e devido a proximidade e apoio das lideranças do MAB as comunidades começaram a entender o processo e a possibilitar uma abertura para o trabalho, assim como os técnicos das demais instituições envolvidas.

Através de sua forma de atuação a equipe demonstrou uma maior facilidade e aproximação com as comunidades e com o movimento social – contribuindo para o fortalecimento de ambos - em detrimento das relações com o empreendedor.

Para a percepção de como o exercício profissional do assistente social se realizou, cumpre apresentar as atividades descritas para a equipe técnica. Estas

atividades foram definidas em dois momentos bem distintos, que foram representados também por contratos de trabalho diferentes, e definição de períodos, estruturação de recursos e de atividades. A fase I foi denominada de assessoria aos grupos e a coletividade e a fase II o acompanhamento e assessoria direta às comunidades, atividade que anteriormente era realizada pelo Ruraltins.

Na primeira fase o trabalho era baseado no apoio organizacional as famílias, em que a atuação se realizava como uma equipe suporte, que contribuiria para os processos de mobilização, esclarecimentos e empoderamento das famílias. Importa considerar que, neste período não havia definição em relação às atividades específicas para cada profissional. O fato de o assistente social compor uma equipe de assessoria técnica, juntamente com um engenheiro agrônomo e um técnico agropecuário, tornava o trabalho ainda mais desafiador, visto as formações e tipo de atribuições específicas serem bem diferentes.

Nesta fase, as principais atividades demandas foram: acompanhamento da implantação do plano emergencial - plano da safra 2001/2002/2003 em que a INVESTCO disponibilizou recursos para assegurar o plantio e a retomada do sistema produtivo pelas famílias; realização de reuniões para planejamento de plantio - em conjunto com o Ruraltins; formação de núcleos de trabalho ou grupos de família/afinidade; elaboração de Plano de Desenvolvimento do Reassentamento – PDR (diagnósticos, coleta de informações, levantamento de propostas, elaboração teórica do documento) que se tornou um instrumento de reivindicações e de negociações entre as famílias e o empreendedor, mediadas pelo MAB; acompanhamento na discussão e implementação das ações propostas no PDR (participação nas audiências públicas e composição dos grupos de trabalho por subtemas); realização dos Encontros de Formação e Capacitação de Lideranças e interlocução direta entre reassentados, empreendedor e MAB, fazendo a mediação de conflitos.

Na fase II, realizou-se o acompanhamento e assessoria direta às comunidades, através da assessoria técnica e social às famílias. Foram feitas modificações na forma de atuação e ampliação da equipe técnica, que passou a ser composta por mais três técnicos agropecuários. Nesta fase, as atividades voltaram-se para o acompanhamento técnico as famílias, sendo as principais: continuidade no acompanhamento a discussão e implementação das ações do PDR (participação nas audiências públicas no Ministério Público Estadual (MPE) e contribuição com a discussão e elaboração dos termos de

ajustamento de condutas); elaboração de diagnóstico situacional (agronômico, econômico e social); elaboração de planejamento participativo de atividades em geral; assessoria a formação de grupos de afinidades; assessoria a organização de grupos de jovens e mulheres; assessoria ao resgate de atividades culturais e de lazer; elaboração de projetos de financiamento e diversos; assessoria na capacitação e formação de agentes de desenvolvimento rural; realização de visitas de intercâmbio entre os reassentamentos e outros locais de interesse; visitas às propriedades; encaminhamentos diversos e outras demandas ligadas ao desenvolvimento das unidades de produção familiar.

Nas duas etapas, coube ao profissional de Serviço Social propor sua prática e intervenção específica frente às atividades definidas. Neste contexto de intervenção, duas perguntas frequentes povoavam o imaginário da profissional, são estas: Como fazer a diferença diante de uma área de trabalho tão complexa e sem referência anterior? Como mediar a relação produtivo x social no trabalho em equipe, uma vez que, o que os agricultores de fato se importavam e se envolviam era a produção para o sustento familiar? Diante disto, o profissional era constantemente desafiado a mostrar sua importância e necessidade frente ao maior desejo que era a produção agrícola. Os desafios não se restringiam apenas ao reconhecimento e identificação por parte dos reassentados como também pelos próprios técnicos da equipe de trabalho, que inúmeras vezes, destinava a profissional as atividades mais burocráticas, relativas a elaboração dos relatórios, procedimentos técnicos, documentos teóricos e material didático e de apoio, aos mesmo tempo que relutavam em considerar as atividades sociais como prioridade no planejamento mensal. Outro desafio, era que, internamente foram definidos técnicos referência para cada grupo de comunidades, como os demais técnicos eram em maior número isto era facilitado, ficando o assistente social sobrecarregado em função de ter que atender a totalidade das comunidades, visto ser apenas um profissional.

É mister ressaltar que o processo de experiência pelo qual as famílias e os técnicos passaram, e a capacidade de entendimento e reflexão sobre os problemas enfrentados e a busca de soluções conjuntas, estimuladas e possibilitadas por meio da realização das atividades descritas, foram essenciais para que os reassentados fortalecessem sua tomada de decisão e visualizassem a construção de um novo projeto de vida, frente às adversidades postas em função do remanejamento de suas áreas de origem, por ocasião da construção do Lago da UHE Lajeado.

Registra-se que o ser rural é muito peculiar em suas relações e se descobre e redescobre dentro de seu próprio sistema de vida. O desafio e por vezes a limitação, diante dessas populações, é perceber e compreender sua realidade. E a compreensão da realidade começa pela percepção que temos a partir dela própria, procurando entender as inter-relações existentes, e isto é que determina nossa atuação nela e sobre ela.

A partir desta experiência, compartilho das diversas considerações feitas e das inquietações demonstradas pelos assistentes sociais que atuam nesta área e que foram apreendidas através da sistematização das experiências apontadas nos artigos dos CBAS e ENPESS e no questionário de pesquisa.

Ainda na COOPTER, outra frente de trabalho desempenhada foi na Diretoria de Formação, atuando como diretora liberada e como coordenadora de equipe técnica ou núcleo operacional, como é denominado na ATES. Este é um cargo de representação técnica e política da cooperativa e sua ocupação é decidida em assembleia por meio de eleição. Assim como na assessoria aos reassentamentos, para este cargo não são previstas atividades privativas, exceto a supervisão de estágio em Serviço Social que foi uma demanda incorporada pela profissional, visto sua formação acadêmica. No entanto, as atividades eram gerais, vez que o cargo já fora ocupado, anteriormente, por diferentes formações profissionais. As principais atividades realizadas foram: coordenação de Núcleos Operacionais (equipes técnicas) nas cidades de Palmas, Porto Nacional e Gurupi; organização e orientação de processos de estágio acadêmico dos cursos de Serviço Social, Administração e Ciências Agrárias; coordenação geral do Projeto de Formação e Capacitação para Agricultores (as) familiares e Técnicos do Estado do Tocantins – Pronaf Capacitação com cadastro no Ministério do Desenvolvimento Agrário; inserção de informações no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos (SMAP); monitoria de cursos e palestras; assessoria a organização de cursos, seminários e eventos relacionados à agricultura familiar; participação como membro de Fórum Estadual de Educação do Campo do Estado do Tocantins; participação como membro de Comissão de Seleção e Avaliação de Profissionais; participação como membro de Comissão de Elaboração de Projetos; elaboração de planejamento estratégico e plano de ação, dentre outras.

A descrição das atividades realizadas e a percepção da diversidade de demandas contidas nelas faz-nos refletir sobre a capacidade interventiva que dispõe ou tem que dispor o assistente social no contexto das organizações sociais, quer sejam elas públicas

ou privadas. O perfil generalista do assistente social contribui para que este profissional se insira nos mais diferentes contextos de exercício profissional sendo estes permeados ou não pelas competências e atribuições privativas. Neste sentido, o definidor de sua prática social será sua compreensão acerca da materialidade do Projeto Ético Político e o seu direcionamento cotidiano.

Ainda na descrição das atividades realizadas em espaço sócio-ocupacionais que o assistente social se insere na questão agrária, registra-se aquelas relacionadas à consultoria para a elaboração e acompanhamento de PDR e PDA.

As atividades definidas para este trabalho foram as seguintes: elaboração de plano de trabalho; elaboração de diagnósticos e planejamentos participativos; realização de reuniões e palestras com as comunidades e parcerias envolvidas; elaboração e aplicação de questionários e instrumentos de coleta de dados; sistematização e validação dos dados com as comunidades participantes; elaboração de parecer e análise técnica sobre os reassentamentos; elaboração e apresentação de 03 PDR's; elaboração, reelaboração e apresentação de 03 PDA's.

Cumprе ressaltar que estas experiências de elaboração de PDR e PDA, tem uma particularidade que difere da simples atividade de consultoria técnica, pois os técnicos envolvidos tem uma vinculação com a questão agrária, que não é meramente técnica, mas de certa forma, politizada e calcada na lógica do empoderamento dos sujeitos, isto porque a assistente social e o engenheiro agrônomo que compuseram a equipe são técnicos de cooperativas de ATER e o geógrafo é da coordenação executiva do MAB no Tocantins. Características pouco comuns no processo de consultoria técnica contratada pela iniciativa privada, mas que neste trabalho fez a diferença, tendo em vista a facilidade de acesso aos sujeitos e a metodologia de trabalho adotada pela equipe técnica.

Complementar à descrição das atividades, no questionário, foi perguntado aos profissionais quais eram os procedimentos técnico - operativos adotados. A intenção deste questionamento era perceber que tipo de procedimentos os assistentes sociais adotavam para a concretização de suas atividades cotidianas. Devido à descrição feita, tornou-se necessário realizar também uma categorização dos procedimentos, sendo definidos os relativos a: metodologia, procedimentos técnicos e instrumentais do Serviço Social. Conforme organização elaborou-se o quadro a seguir

Quadro 01 – Identificação dos procedimentos técnico-operativos realizados pelos assistentes sociais conforme descrição dos questionários

Categoria	Procedimentos
Metodológicos	Planejamento, execução e avaliação de atividades, monitoramento das orientações normativas que compõem e caracterizam o beneficiário fornecedor e sua produção (indígena, quilombola, agricultores), coordenação de atividades de campo e de intervenção; coordenação de equipes de seleção de auxílios.
Procedimentos Técnicos	Estudos, diagnóstico, pesquisa, estudo social, orientação a associações e conselhos, articulação com instituições estatais, associações, conselhos, colegiados territoriais, associações e movimentos sociais e sindicais,
Instrumentais	Diário de Campo, questionários, visita domiciliar, acompanhamento familiar, encaminhamentos, registros em prontuários de atendimento, relatórios e pareceres sociais, entrevistas, liberação de senhas para gestores municipais e estaduais da Assistência Social que implementam o PAA; folhas de produção diária, conversas informais, documentação, reunião, observação, fichas de cadastro, acompanhamento social, palestras, oficinas e capacitações.

Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

Ao analisarmos as atividades que são desempenhadas pelos assistentes sociais com os trabalhadores rurais, evidenciadas nos CBAS, ENPESS, questionários e no relato de experiência da autora, podemos inferir que estas, em sua maioria, não são consideradas privativas e se referem à intervenção de caráter pedagógico, tendo na capacitação, que acontece por meio das oficinas, palestras, seminários, rodas de conversa, dentre outras, suas principais referências.

Partindo de uma concepção teórico-crítica e ético - política, podemos considerar que estas atividades coletivas são tidas como estratégias para a construção de relações democráticas, pois estimulam a capacidade participativa destes sujeitos. Isto no sentido de fortalecer a consciência coletiva e promover a autonomia dos mesmos.

Na atualidade, o assistente social é chamado a se inserir em diferentes políticas sociais, para executar diversos serviços e programas estando, na maioria dos casos,

compondo equipes interdisciplinares. Embora componha equipes com profissionais de áreas diversificadas é de suma importância que sejam asseguradas ao profissional a execução de suas atividades privativas, a manutenção do sigilo profissional e resguardadas as especificidades do exercício de cada profissão. O que pode ser confirmado pela seguinte assertiva formulada por Silva (2013)

Assim, podemos inferir que embora o cientista social, o pedagogo, o antropólogo ou outro profissional da área social desenvolva algumas destas atribuições elas são consideradas pelas assistentes sociais como sendo de sua exclusividade. Esta afirmativa pode ser referendada por Yamamoto (2002) e pelo CFESS (Lei 8662/93) os quais asseguram que cabe ao profissional definir o que é privativo de sua intervenção nos espaços nos quais se insere.

Cumprido ressaltar que o trabalho em cooperativas de prestação de serviços e na assessoria é, em geral, realizado através de uma equipe multidisciplinar, na qual o assistente social é um dos participantes. Geralmente é demandado ao profissional uma especialização técnica, para atuar “como, por exemplo, nas áreas de políticas públicas, educação, habitação, meio ambiente, segurança alimentar, criança e adolescente, relações de gênero e direitos reprodutivos, etc.” (PAZ, 1999, p. 200). Além disso, o profissional pode contribuir no gerenciamento, desenvolvimento institucional e organizacional das instituições, bem como com movimentos sociais e populares.

Diante das formulações apresentadas, tem-se que a atuação do assistente social em cooperativas de prestação de serviços é um exemplo claro do processo de transformações na sociedade. Ou seja, no mundo do trabalho contemporâneo, observa-se fortemente as exigências de novas competências para a afirmação do espaço profissional, estas devem conter respostas que atendam “satisfatoriamente” às necessidades, contemplando prioridades e alternativas, elaborando respostas mais qualificadas e legitimadas, incorporando as novas expressões da questão social, definindo papéis e atribuições com outras categorias profissionais.

As cooperativas de prestação de serviços tornam-se espaços importantes a serem ocupados pelos assistentes sociais, pois estas surgem como uma área de atuação diferenciada e complexa, visto que demanda certo grau de conhecimento acerca, senão de todas, da maioria das políticas sociais, pois é nesse campo que apoia sua intervenção. A inserção do assistente social neste espaço sócio-ocupacional exige do profissional abertura para o trabalho em equipe, jogo de cintura para mediar as relações e um senso

crítico e ético -político para lidar com as situações cotidianas que envolvem tanto aos técnicos como os sujeitos do campo.

Percebe-se que o assistente social tem se inserido de forma competente, identificando as ações, planejando, executando, avaliando e contribuindo para a democratização das relações de poder nas equipes. Sendo assim, reconhece-se como de fundamental importância a inserção do profissional assistente social nesse campo, contribuindo, entre outros aspectos, para o exercício da democracia, da cidadania e da conquista de direitos.

No contexto da descrição das atividades e procedimentos, pode-se evidenciar a diversidade e complexificação destas, tendo em vista os locais de atuação em que se realizam. Esta diversidade se constitui, para além, do que se caracteriza como competências profissionais e atribuições privativas do assistente social, conforme já ressaltado anteriormente. Sendo assim, há uma gama considerável destas atividades e procedimentos que não são consideradas atribuições privativas do assistente social, mas que, ao realizá-las, este profissional poderá imprimir sua marca profissional e executá-las tanto no sentido de atendimento às demandas dos trabalhadores, quanto às do empregador, dependendo de sua opção interventiva, o que pode ser explicitado pelas considerações do parágrafo seguinte.

Neste rol de atribuições e competências exclusivas ou não, segundo Yamamoto e Carvalho (1995) o profissional tem duas possibilidades em suas atividades cotidianas de responder às exigências que lhes são demandadas, “ou pode limitar-se às demandas do empregador ou realizar um esforço coletivo junto a categoria e demais profissionais a fim de dar respostas alternativas àquelas propostas pela classe dominante”. Isto porque, “o assistente social não tendo uma definição precisa sobre suas atribuições pode se utilizar disto para estruturar sua prática”. (Yamamoto e Carvalho, 1995)

Neste sentido trazemos um questionamento formulado por Yamamoto e Carvalho (1995, p.122) sobre “que tipo de orientação técnico – metodológica deve informar a prática e como esta deve ser repensada no sentido de atender aos interesses dos setores populares e de sua organização autônoma?”. Não sendo nossa intenção respondê-lo em profundidade, este questionamento serve de viés reflexivo para a análise sobre quais atividades e procedimentos têm sido realizados pelos profissionais no contexto de inserção na questão agrária, ou seja, como estes profissionais tem respondido às demandas que lhes são postas nesta área.

Para tentar responder em partes a este questionamento, dentre as atividades e procedimentos identificados nos questionários e apresentados nos quadros anteriores podemos destacar algumas descrições que são consideradas atribuições privativas do assistente social, conforme artigo 5º da Lei 8662/93³⁰. As demais são atividades e procedimentos realizados por competência teórico – técnica do profissional assistente social.

As atribuições privativas destacadas são as seguintes: elaboração de procedimentos para estágio curricular; atendimentos individuais; atendimentos grupais; visitas domiciliares; coordenação de turma do curso de Serviço Social para assentados da Reforma Agrária; coordenação de equipes de seleção de auxílios; estudo social; acompanhamento familiar; encaminhamentos; registros em prontuários de atendimento; elaboração de relatórios e pareceres sociais e acompanhamento social.

Embora possa parecer que algumas destas atividades também são realizadas por profissões, a exemplo da psicologia, o que difere neste contexto, as atribuições privativas dos assistentes sociais, daquelas desenvolvidas por outros profissionais é o que chamamos de “matéria ou área de Serviço Social”. Tem-se que este é um amplo debate que se realiza no interior do Serviço Social, principalmente pelo Conjunto CFESS/CRESS e por autores como Marilda Iamamoto, e cujo aprofundamento não é nosso objetivo neste estudo, mas sim, situar de forma geral, em quais parâmetros nos baseamos para considerar que no contexto de exercício profissional descrito, um atendimento individual, grupal ou uma visita realizada pelo assistente social é pois, atribuição privativa deste profissional. “Ora, esta é uma exigência que remete à arena propriamente técnico-profissional e ao debate ético-político sobre o Serviço Social na atualidade. Trata-se de uma questão que é fundamentalmente da categoria, a quem cabe a sua explicitação”. (IAMAMOTO, 2012, p.38)

Pois, segundo Iamamoto (2012)

O que delimita o caráter da atividade enquanto privativa do assistente social é a sua qualificação enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social. Portanto, explicitar a legislação supõe dar conta de uma questão que não pode ser tributada de imediato ao texto legal,

³⁰Lei 8662/93, Art.5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na *área de Serviço Social*; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em *Unidade de Serviço Social*; III - assessoria e consultoria a órgãos d administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em *matéria de Serviço Social*; IV realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre *matéria de Serviço Social*.

porque cabe ao conjunto desses profissionais especializados esclarecerem a partir de sua formação teórica, técnica e ético-política. (ibid., p.38)

Tendo em vista a quantidade de atividades diferenciadas destacadas nesta análise e em comparação com as atribuições privativas, percebe-se que estas últimas representam um contingente pequeno se comparada com as demais. Mas, ainda assim, as atribuições privativas precisam ser destacadas, pois estas é que representam o diferencial entre o exercício profissional do assistente social e das demais profissões que atuam na questão agrária. Reconhece-se que o fato de que preservar e dar destaque às competências e atribuições privativas do assistente social é uma forma que os profissionais têm de discernir atribuições e tarefas que estejam no campo de atuação de cada profissão e em especial o Serviço Social.

Sendo assim, a orientação técnico – metodológica que deve informar a prática e contribuir para que esta seja repensada no sentido de atender aos interesses dos setores populares é a que possibilite uma ação crítica, um claro posicionamento do assistente social em relação ao seu papel e a opção profissional por um “novo projeto de sociedade”. Desta forma, o assistente social poderá reorientar sua prática e “consolidar novas fontes de legitimidade para o Serviço Social”. (Iamamoto e Carvalho, 1995).

3.3 - Forma e condições de trabalho dos assistentes sociais nas manifestações da questão agrária

Além da diversidade de atividades identificadas, outra consideração é sobre a forma e condições de trabalho as quais os profissionais estão condicionados em seu cotidiano. Lusa (2013) ilustra esta realidade a partir da descrição que faz sobre as condições e forma de atuação da equipe em que relata sobre a experiência

Conta com equipe técnica básica de atendimento, mas sua estrutura física também é precária para atender todas as demandas dos usuários, isto porque também está instalado em uma casa alugada, não possuindo sede própria. Colabora também o fato que a área de abrangência para atendimentos é grande, dos treze povoados, três são urbanos e dez rurais, dos quais um é ‘comunidade quilombola rural’.

Nota-se, inclusive, elevada diversidade no perfil de atendimento dos usuários, o que desafia a execução dos trabalhos.

Ressalta-se que a forma e condições de trabalho foram mais evidenciadas a partir dos questionários, tendo em vista a dinâmica desta parte da pesquisa, que foi favorecida pelos relatos mais específicos que os constantes nos artigos dos Anais dos CBAS e ENPESS.

As condições precárias de trabalho as quais os assistentes sociais estão submetidos se expressam por meio da redução do número de profissionais, sobretudo na efetivação da política de ATER, dos contratos temporários, terceirizados e precarizados, da pressão pelo cumprimento de metas, pelo descumprimento do direito à jornada de 30 horas semanais sem redução dos salários, dentre outros. Para além destes limitantes, o desafio maior a que o assistente social está sujeito, em sua intervenção profissional cotidiana, consiste em romper com a imediatividade e “contribuir efetivamente para a construção de uma política pública de desenvolvimento para o campo” (Sant’Ana, 2014, p.275)

Os espaços sócio-ocupacionais em que o Serviço Social se insere são amplos e variados, visto que o assistente social tem lugar no Estado, nas empresas privadas, em organizações da sociedade civil, como também naquelas ligadas aos segmentos dos trabalhadores como as organizações de representação destes e os movimentos sociais. (Iamamoto, 2009)

Segundo Iamamoto (2009, p.19)

estes distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam em relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores).

Tal afirmação feita por Iamamoto (2009, p.19) conduz a reflexão de que este universo diferenciado de espaços profissionais e de sujeitos empregadores é que “condiciona o caráter do trabalho realizado”, assim como seus efeitos e o significado social que é atribuído à profissão na sociedade capitalista. Isto porque, os reflexos das ações empreendidas pelo assistente social “na sociedade não dependem apenas da atuação isolada” deste profissional, mas estas estão atreladas ao “conjunto das relações e condições sociais por meio das quais” o trabalho profissional se realiza.

Em outra obra referenciada neste estudo ³¹Iamamoto (2009, p.343) considera que “as alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes” nos processos sociais, que expressam a dinâmica da “acumulação capitalista”, da “composição do poder político” e da “correlação de forças”. Para esta autora, “os espaços ocupacionais refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nestes tempos de profunda alteração da base técnica da produção”. Neste contexto Iamamoto (2009, p.343/344) salienta o avanço da informática, da biotecnologia, da robótica e das inovações tecnológicas e organizacionais em geral como fatores que “potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho”, o que influencia no surgimento de “novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições”.

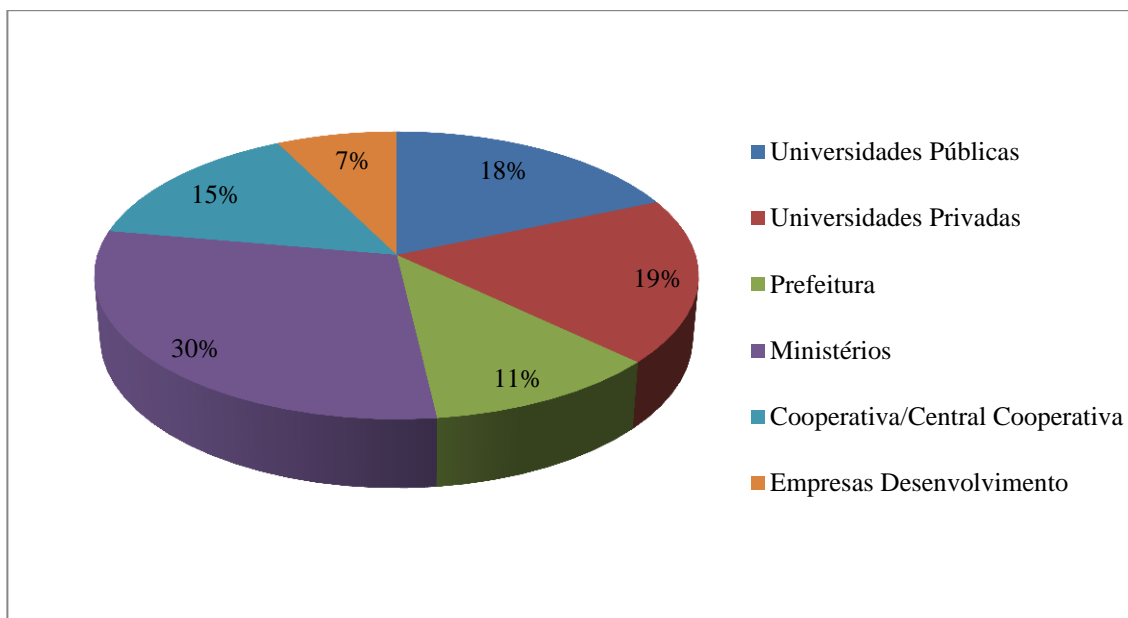
Com relação ao tempo de atuação nos espaços sócio-ocupacionais a maioria (46%) dos profissionais entrevistados possui intervenção recente nas áreas em que estão atuando, com 5 anos ou menos de experiência. O que comprova o dado referenciado anteriormente em que boa parte dos profissionais possuem graduação recente, ou seja, estes se formaram entre os anos de 2011 a 2012. Quanto aos demais, cerca de 27% têm entre 6 a 10 anos de experiência, e ainda apenas um profissional (9%) em cada um dos outros índices, sendo estes, de 11 a 15 anos; de 16 a 20 e mais de 20 anos de atuação na área.

O local de atuação dos profissionais é um item de suma importância, pois retrata as diferentes localidades e experiências de exercício profissional do assistente social no contexto da questão agrária. Ao longo da trajetória profissional dos assistentes sociais que responderam ao questionário, observou - se que muitos destes relataram no questionário mais de uma experiência, compondo diversas experiências realizadas em suas carreiras, o que avaliou-se necessário considerar todas as descrições, sendo estas atuais ou anteriores, tendo em vista o detalhamento que estas representam. Tal característica tornou esta questão com múltiplas respostas a serem consideradas,

³¹ As referências deste item estão baseadas nos textos de Iamamoto apresentados no material do CFESS/ABEPSS denominado Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, disponibilizados em 2009 em ocasião do Curso de Especialização à distância. O primeiro texto referenciado é O Serviço Social na cena contemporânea, da Unidade I e o segundo texto é Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, correspondente a Unidade IV.

fazendo-se mais evidente as especificidades dos locais de atuação. O gráfico a seguir ilustra este item.

Gráfico 02 – Locais de atuação



Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

A partir da descrição feita pelos profissionais em relação aos seus locais de atuação podemos perceber que a maioria das experiências (66%) ocorreu em espaços públicos como universidades federais e estaduais; ministérios governamentais; prefeituras e empresas de desenvolvimento do Estado. As demais experiências (34%) ocorreram na iniciativa privada e terceiro setor em universidade particulares, cooperativa e central de cooperativas.

Cumprе considerar que no âmbito das universidades, que representaram 37% das experiências relatadas, a inserção e o contato com as manifestações da questão agrária são possibilitadas por meio da relação ensino-pesquisa e extensão, em que alunos e docentes, não apenas estudam sobre estas temáticas, mas estabelecem um contato mais direto e vivencial por meio dos estágios e projetos de extensão em áreas de assentamento e/ou com ações ligadas aos movimentos sociais do campo, conforme já evidenciado anteriormente.

Os ministérios citados foram o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de

Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), através da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP) e o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza (PRONAGER). As universidades federais foram as de Alagoas (UFAL), Rondônia (UNIR), Sergipe (UFS), Rio de Janeiro (UFRJ) e estadual de Campinas (UNICAMP). As prefeituras são as de Palmas – TO, Ji-Paraná -RO e Santo Antônio do Jardim- SP.

As experiências com o setor privado e terceiro setor foram todas realizadas por meio de universidades particulares sendo estas a Universidade Tiradentes (UNIT) Sergipe, a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL- RS), a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ – RS) e a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS – TO)³².

As experiências do terceiro setor ocorreram ligadas ao cooperativismo, sendo duas em cooperativas de prestação de serviços (Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER) e uma em central de cooperativas (Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão - CCAMA). Este é um dado significativo e que reforça a pesquisa realizada pelo CFESS (2005) já citada anteriormente, e também referenciada pela autora no projeto de dissertação (2013), na ocasião de seleção para este mestrado, que trata da seguinte constatação:

Em pesquisa nacional organizada pelo CFESS (2005), intitulada Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional, concluiu-se que do universo pesquisado 6,81% dos profissionais atuavam em organizações ditas do Terceiro Setor (entidades filantrópicas, Organizações Não-Governamentais – ONGs, Associações, Cooperativas, dentre outras) e destas 0,11% em cooperativas. Embora a pesquisa confirme a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública (78,16%), há alguns profissionais atuando em áreas inovadoras. (FERREIRA, Projeto seleção mestrado, UFJF/FSS, 2013)

Cumprе ressaltar que mais uma vez, a maior incidência de atuação dos assistentes sociais na questão agrária foi identificada relacionada à universidade, sendo representada por 37% das experiências relatadas.

³² A UNITINS é uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado do Tocantins, tendo sede e foro em Palmas e atuação em todo território nacional através dos cursos à distância. Por suas características e descrição de atuação feita no site da instituição, esta foi considerada, nesta pesquisa, como setor privado.

Por fim, conforme análises feitas por Yamamoto (2009) pode-se concluir que

Assistente social no Brasil é majoritariamente um *funcionário público*, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação e outras. O segundo maior empregador são empresas privadas..., seguido do “Terceiro Setor” (Yamamoto, 2009, p.345) (grifos do autor)

Associado a caracterização dos locais de atuação dos assistentes sociais na questão agrária, a identificação do cargo ou função que os profissionais desempenham ou desempenharam em seu cotidiano e em sua trajetória profissional, são evidenciados neste item.

Para a elaboração desta análise foi especificado no questionário, um espaço para que os profissionais pudessem descrever qual o cargo ou função que desempenharam em sua experiência anterior e no exercício profissional atual. Conforme a descrição dos profissionais, as funções foram praticamente as mesmas nas duas fases (anterior e atual) sendo destacadas as de docente (33%), assistente social ou técnico de nível superior (26%), consultoria (26%) e coordenação ou direção (15%).

Como melhor exemplificação e comparação entre os cargos ou funções desempenhadas anterior e atualmente, apresentamos a seguir uma tabela comparativa, na qual podemos perceber se houve ou não modificações em relação a estas descrições, o que segue:

Tabela 01 – Cargos ou funções exercidas pelos assistentes sociais na questão agrária – anterior e atual

Cargo ou função	Anterior	Atual
Docente	2	4
Assistente Social/Técnico NS	5	1
Coordenação/direção	1	2
Consultoria	2	4
Sem experiência	1	0

Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

Pelas informações apresentadas na tabela, pode-se perceber que houve alteração em todos os cargos e funções, ao que se refere à experiência anterior e a atualidade. Os mais evidentes são destacados pelo aumento da inserção em funções relativas à docência e a consultoria. O que podemos afirmar que os profissionais que anteriormente

atuavam como assistentes sociais ou técnicos de nível superior de campo, migraram para experiências como docentes e consultores.

Tais constatações remetem novamente ao debate em torno do aperfeiçoamento e da qualificação profissional do assistente social, de forma geral, e de forma específica em relação aos inseridos na questão agrária. Nesta pesquisa temos um quadro de profissionais com alto nível de escolaridade, sendo composto por 37% de especialistas, 27% de mestres, 27% de doutores e 9% apenas com graduação.

Conforme descrito anteriormente, a autora deste trabalho, nos anos 2000 apresentou um estudo relacionado ao debate sobre as novas demandas e a realidade profissional dos assistentes sociais sob alguns aspectos.

Ao se analisar sobre os cargos e funções dos assistentes sociais em seu exercício profissional, coube resgatar algumas contribuições que são relevantes, neste contexto de análise, o que foi fielmente transcrito a seguir, como forma de garantir os elementos apontados à época de estudos.

Ferreira (2000, p.56/57) apresentou que Iamamoto (1999), ao analisar as demandas profissionais no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil, considerou os seguintes pontos, como fundamentais a serem refletidos. Iamamoto (1999) avaliou que

1 - *A profissão tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado*” (idem:151). O que não quer dizer que se tem que deixar de lado a análise do Estado, mas é imprescindível que se olhe para a sociedade, analisando o movimento das classes sociais e sua dinâmica.

2- Temos a *“consideração dos processos de trabalho e do mercado nacional para a força de trabalho”* (idem:152), ou seja, como explicar o processo de pauperização das classes se não olharmos as alterações nos processos de trabalho e mercados de trabalho nos quais estão inseridos ou excluídos?

3- É a *“tendência a uma análise politicista das demandas profissionais, ou seja, uma análise da política que, muitas vezes, se desloca das determinações econômicas”* (idem: 152). Iamamoto (1999) considera que, na análise das demandas profissionais, é preciso que haja uma aliança entre a economia e a política.

Compreende-se que, estando os assistentes sociais inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais descritos, sobretudo nas organizações públicas, estas são características que precisam ser consideradas em seu cotidiano de exercício profissional.

O exercício profissional do assistente social se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades e são orientadoras na definição quanto às atividades e aos principais procedimentos utilizados pelos assistentes sociais em seu cotidiano de exercício profissional.

Conforme Santos et al (2012, p.18) “pensar o exercício profissional a partir das três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa [...]. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática”.

Sobre este tema Iamamoto (2009) argumenta que

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (ibid., p.12)

Outra característica do exercício profissional analisada através dos questionários é sobre a condição de trabalhador assalariado, ou seja, o assistente social é um profissional que, apesar de liberal, vende sua força de trabalho a empregadores. Sobre este tema, Guerra (2013) considera que

Os profissionais se inserem nos espaços sócio - ocupacionais, se relacionam com o mercado e com os empregadores a partir de relações sociais à base da alienação que caracteriza a venda da força de trabalho por um salário e de um contrato que orienta um conjunto de regras e procedimentos. A condição de assalariamento do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho, mas não só. Pressupõe o atendimento de demandas advindas dos empregadores, que via de regra se confrontam com as dos usuários e, especialmente, com as da profissão. (ibid., p.129)

O que Guerra (2012) explicita é que o assistente social é considerado como sendo o profissional da mediação, pois responde tanto às demandas do capital (empregador) como as do trabalhador. Nesta mediação, as ações empreendidas por este profissional, ora atendem ao capital ora a classe trabalhadora.

O assistente social sendo um profissional liberal dispõe de relativa autonomia sobre o seu processo de trabalho. No entanto, apesar de ser liberal, não tem o controle total sobre o seu processo produtivo, visto que diferentemente dos demais profissionais

liberais, ele necessita de vinculação a um determinado empregador para realizar sua ação profissional e não tem controle sobre a sua “clientela”. Desta forma, sendo o assistente social um trabalhador assalariado, ele deverá “responder às exigências básicas da entidade que o contrata. Tal fato o coloca na condição de “autonomia relativa no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las” (Iamamoto e Carvalho, 1995, p.121)

Sobre a condição de “trabalhador liberal assalariado” outra contribuição pode ser percebida na obra de Iamamoto e Carvalho (1995, p.85), em que estes autores consideram que o assistente social tem sua força de trabalho como uma mercadoria que, ao ser vendida por este, garante seus meios de vida. Esta condição se efetiva por meio de uma relação contratual de compra e venda da força de trabalho. Estes autores explicitam que o trabalho do assistente social é considerado como trabalho improdutivo, ou seja, não produz diretamente, mas participa do processo de reprodução, estando integrado à divisão social e técnica do trabalho. Ou ainda, que o trabalho do assistente social não gera valor, mas torna eficiente o trabalho produtivo.

Estas considerações embasam o debate sobre a remuneração e as condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos na questão agrária.

Em se tratando da média de remuneração dos profissionais, é necessário explicitar que esta foi calculada tendo em vista não o número de profissionais que responderam ao questionário, mas sim a quantidade de experiências de exercício profissional apresentadas pelos assistentes sociais como anteriores e no momento atual. Tal estratégia foi necessária tendo em vista que foram relatadas, por alguns profissionais, mais de uma atividade e contendo valores específicos para cada uma delas, e mesmo, outros profissionais não informaram sobre este item, traçando-se assim uma média de remuneração.

A remuneração foi analisada considerando as seguintes médias apresentadas: de 1 a 5 salários mínimos³³; de 6 a 10 salários mínimos, mais que 10 salários mínimos e não respondeu.

A partir destes índices e conforme as informações apresentadas pelos entrevistados, pode-se perceber que a maior parte (37%) dos assistentes sociais que atuam na questão agrária atualmente recebem até 5 salários mínimos (R\$3620,00),

³³ Foi considerado o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), como salário mínimo vigente à época da realização da pesquisa.

seguidos de 27% que recebem até 10 salários (R\$ 7240,00) e dos demais (18%) que tem remuneração acima de 10 salários mínimos (sendo em torno de R\$ 8000,00). Dois profissionais não informaram sobre seu rendimento.

Se comparadas às retribuições anteriores e atuais, podemos perceber que houve uma melhora significativa, pois antes a maioria (60%) recebiam até 5 salários mínimos (R\$3620,00), seguidos de 13% que recebiam até 10 salários (R\$ 7240,00) e de apenas 7% que tinha remuneração acima de 10 salários mínimos (sendo em torno de R\$ 8000,00). Neste item três profissionais não informaram sobre seu rendimento.

Sobre este tema, sabe-se que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social – Conjunto CFESS/CRESS tem travado amplas lutas e se empenhado em garantir o cumprimento das determinações legais para a profissão.

Os dois exemplos destas lutas são: a Lei das 30 horas (2010) e o Projeto de Lei do Piso Salarial - PL 5278/09 de autoria da deputada Alice Portugal (BA), que institui o piso salarial de R\$ 3.720,00 para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas para os assistentes sociais. O PL se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. Embora a categoria ainda não disponha de uma lei para o piso salarial da categoria, é constante a luta por uma retribuição justa aos profissionais.

Cumprir ressaltar que em 27 de agosto de 2010, foi publicada a Lei nº 12.317, que estabeleceu que a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. Esta foi uma vitória da categoria, haja vista que agora a jornada de trabalho dos assistentes sociais foi reduzida sem que houvesse redução dos salários destes profissionais. A partir de então, houve uma ampla mobilização da categoria, buscando a sua implementação nos diversos espaços sócio-ocupacionais, sejam públicos, privados, ou outras instâncias. No entanto, esta não é uma luta terminada, muitos empregadores se apoiam em leis e brechas específicas para o não cumprimento da Lei das 30 horas. Salienta-se que após a efetivação desta lei, o CFESS recebeu denúncias de profissionais que cumpriam uma carga horária de 40 horas, que foram demitidos e recontratados para cumprir 30 horas e com redução da remuneração. Outras situações em que um profissional que tinha carga horária de 40 horas foi substituído por dois assistentes sociais para o cumprimento de 20 horas cada um e com remuneração também reduzida e outros episódios que podem ser consultados nos relatórios do CFESS.

Tendo em vista estas e outras ocorrências, logo após a publicação da lei, em setembro de 2010, o CFESS criou o Observatório das 30 horas, um local de divulgação

de informações e um espaço de luta dos assistentes sociais. Neste espaço o CFESS apresenta informações sobre as ações que vem sendo empreendidas e os avanços conquistados, sendo os seguintes³⁴:

Ações em nível nacional vêm sendo empreendidas pelo CFESS, a exemplo de reuniões realizadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), participação em audiências públicas e envio de ofícios aos diversos ministérios, colegiados de gestores/as, conselhos e fóruns de políticas públicas.

Além das estratégias empreendidas pelo CFESS, também os CRESS vêm promovendo diversas ações em seus estados, a exemplo de

audiências públicas nas assembleias legislativas e câmaras municipais e reuniões com diversos órgãos estaduais e municipais. Todas essas ações fazem parte de um conjunto de estratégias definidas coletivamente nos Encontros Nacionais CFESS-CRESS desde 2010, encontros estes que se realizam anualmente, reunindo conselheiras/os e assistentes sociais de base, representando o CFESS e todos os CRESS e Seccionais de base estadual.

Ainda sobre a remuneração dos profissionais, se comparado à média salarial da categoria em pesquisas anteriores³⁵, nesta pesquisa este dado não representou alteração significativa, pois em 2005, segundo a pesquisa do CFESS, já referenciada anteriormente, a média de remuneração do assistente social era de 4 a 6 salários (R\$ 960,00 a R\$ 1440,00) mínimos e nesta pesquisa o maior índice daqueles assistentes sociais que estão inseridos na questão agrária está entre 5 salários mínimos (R\$ 3620,00). Se levarmos em conta ainda o piso salarial defendido pelo CFESS, conforme o PL já referenciado anteriormente, o valor orientado é o de R\$ 3.720,00 para uma jornada de 30 horas semanais, o valor percebido nesta área não está muito aquém do pretendido pela categoria profissional. Sem levarmos em conta os profissionais vinculados ao meio acadêmico que tem uma média salarial independente da área em que concentram sua atuação, os consultores e trabalhadores na assessoria técnica – ATER

³⁴ Disponível em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/473>>. Acesso realizado em 01 fev. 2015

³⁵ Conforme análise realizada na pesquisa feita pelo CFESS em 2005, em todas as regiões do Brasil prevalecia a média salarial entre 4 a 6 salários – mínimos (R\$ 960,00 a 1440,00). Na pesquisa do CFESS o valor do salário mínimo era de R\$ 240,00, quase dez anos depois, nesta pesquisa foi considerado o valor vigente à época da coleta dos dados, de R\$724,00, com média salarial entre (R\$ 724,00 a R\$3620,00).

recebem em média 4 a 6 salários mínimos mensais (entre R\$ 2896,00 a R\$ 4344,00), reforçando ainda mais os dados já informados em relação à pesquisa do CFESS.

Por fim, cumpre ressaltar que enquanto a categoria não tem seu piso salarial aprovado em lei, o que o CFESS orienta em termos de remuneração é a tabela de honorários profissionais³⁶, que determina o valor da hora técnica da categoria, fixando o valor mínimo a ser cobrado, servindo como parâmetro aos profissionais que atuam com a prestação de serviços sem vínculo empregatício e outros. Estes são valores referência que são corrigidos em setembro de cada ano tendo por base o Índice do Custo de Vida – ICV do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE (ICV-DIEESE).

Neste sentido, tornou-se importante perceber como os profissionais materializam o exercício profissional a partir das condições que dispõem em seu cotidiano. Para isto foi perguntado aos mesmos quais eram as condições de trabalho, pesquisa e aprofundamento nesta temática. Evidenciando os recursos humanos, a infra-estrutura e materiais disponíveis, a existência de financiamento através de algum projeto, parceria ou financiamento externo, dentre outras. Estas especificações foram feitas tendo em vista o perfil dos assistentes sociais que participaram desta pesquisa, ou seja, docentes e assistentes sociais de campo.

As respostas evidenciadas são apresentadas da seguinte maneira, primeiro as que se referem ao meio acadêmico, sendo as seguintes

Sou professora na pós-graduação em Política Social. Conto com equipe de bolsistas para aprofundar o estudo de tal realidade junto a dois projetos de pesquisa. Analiso que as condições são boas embora entendo que está longe do “ideal”. (Assistente Social 1)

Em relação às condições de trabalho, acredito que precisamos nos deslocar para mais próximo da demanda, pois é no seu território que encontraremos os dispositivos para o nosso trabalho. Nesse sentido, podemos encontrar sim dificuldades no que se refere aos recursos humanos, infra-estrutura e materiais necessários. (Assistente Social 2)

³⁶ O valor orientado pela tabela de horários é o de R\$ 105,62 (cento e cinco reais e sessenta e dois centavos) para graduados, R\$ 118,62 (cento e dezoito reais e sessenta e dois centavos) para especialistas, R\$ 149,49 (cento e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) para mestres e R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) para doutores. Estes valores são referência até agosto de 2015.

Como estou inserida na universidade, as minhas condições de trabalho não diferem dos demais docentes. Conto atualmente com bolsistas de iniciação científica e bolsistas de extensão. Ambos vinculados a projetos aprovados no âmbito da universidade e CNPq.(Assistente Social 11)

Também foram evidenciadas as respostas relativas aos assistentes sociais que atuam em organizações públicas e com atendimento direto aos sujeitos do campo

Assim como em toda e quaisquer instituição pública estatal a realidade vivenciada, especialmente a partir dos anos 90 do século XX, é de precarização das condições de trabalhos, sucateamento da infraestrutura (prédios, equipamentos de informática, veículos), descompromisso com o serviço público, terceirização dos serviços via edital e chamadas públicas e adoção de programas e projetos compensatórios. Desenvolvo minhas pesquisas por conta própria, via cursos de especialização, mestrado e no momento doutorado. Para não dizer que não tenho apoio institucional, sou liberada do trabalho nos dias de aula e quando da participação em eventos de formação, a exemplo de CBAS, ENPESS. Em outras conjunturas, mais especificamente até dois anos atrás, tive apoio financeiro para participar de eventos que tivesse trabalho aprovado. (Assistente Social 4)

As execuções das atividades são realizadas por meio de convênios firmados com o governo federal e estadual. (Assistente Social 3)

Não existe nenhuma condição, muito menos oportunidade de reflexão, estudo, aprofundamento ou algo do gênero sobre o tema. (Assistente Social 6)

As condições são boas, disponibilizam recurso para realizar as atividades, infraestrutura, materiais gráficos e de escritórios , recursos para alimentação , hospedagens ,passagens e combustível para veículo. (Assistente Social 7)

As condições de trabalho no terceiro setor, com exercício profissional oportunizado via cooperativa de prestação de serviços, são evidenciadas pela Assistente Social 8

A questão da instrumentalidade para realização do trabalho com este público, ainda precisa ser melhorada no sentido de realização do trabalho de forma eficiente e eficaz, embora que nos métodos de trabalho na cooperativa eu tenha autonomia para a realização das atividades de acordo com cada especificidade dos projetos. Para realização das atividades existem parcerias com os movimentos sociais e sindical. O financiamento dos trabalhos externos é através de projeto com o governo federal e entidades internacionais. (Assistente Social 8)

Conforme as respostas podemos perceber que as maiores dificuldades descritas em relação as condições de trabalho se referiram a escassez de infra-estrutura, recursos materiais e de apoio para a realização de ações junto aos sujeitos sociais. As condições de trabalho nas universidades, assim como nas organizações públicas de assessoria estatal ou federal sofrem com o mesmo tipo de restrição, sendo estas configuradas pelos poucos recursos. No que se refere ao terceiro setor, foram consideradas as parcerias e o financiamento externo como necessidades para o desenvolvimento das ações.

Apesar de estarmos inseridos em um contexto de reestruturação produtiva, de luta por espaços de trabalho e de afirmação da legitimação social da profissão, e da necessidade de abertura de novos campos de atuação. Estes elementos não foram descritos e nem explicitados de forma clara na análise dos profissionais sobre suas condições de trabalho. Ou por não perceberem a importância e a necessidade de fazer a crítica, ou mesmo pela dificuldade que às vezes apresentam em problematizar seu exercício profissional.

Ainda assim, é importante reconhecer que o assistente social também é um trabalhador e está diretamente submetido às transformações societárias nas suas relações de trabalho. Além do mais, o debate que se trava hoje no Serviço Social e mesmo no campo das políticas e gestão pública, precisa considerar a diversidade e particularidade que as diferenças espaciais vão impor aos processos contemporâneos da acumulação capitalista e seus impactos nas configurações da questão social.

No contexto de atuação profissional foi indagado aos assistentes sociais sobre a utilização de textos, materiais teóricos e autores do Serviço Social e de outras áreas que estes estabeleçam como embasamento para sua ação. Foi solicitado que apontassem quais as principais bibliografias citadas como referência. Sobre este tema, podemos ter a seguinte diversidade apontada pelos profissionais

Em relação à análise das Políticas Sociais utilizo os Contemporâneos do Serviço Social. Em relação a questão agrária trabalho bastante com a editora Expressão Popular, livros de João Pedro Stédile. Em relação a outros autores: Boaventura de Souza Santos é nosso norte teórico. (Assistente Social 1)

No caso específico do Serviço Social - Yamamoto, Netto, Yasbek, Behring, Boschetti, Mota, Raichelis, Potyara, Ozanira Silva e Silva, Evaldo Vieira e das publicações do CFESS e da ABEPSS, além de Marx, Engels, Gramsci, Poulantzas, Quanto à questão agrária –

Raquel Sant' Ana, Lustosa, Miranda, Stédile, Graziano, Bernardo Mançano dentre outros. (Assistente Social 4)

Para realização das atividades no cotidiano não há uma dicotomia entre teoria e prática. Sendo assim para o embasamento teórico é utilizado Marilda V. Yamamoto, (Serviço Social na Contemporaneidade) Yolanda Guerra, (Instrumentalidade no Serviço Social) PNAS(Política Nacional da Assistência Social) LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) Mirian Veras Batista, (Planejamento Social) Serviço Social: Temas, Textos e Contextos (Organizadoras: Valeria Forti & Yolanda Guerra) Paulo Freire; a importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Joaquim J.M. Guilhoto) Constituição Federal Brasileira de 1988 e suas Emendas. (Assistente Social 8)

Quando trabalhei com a temática, utilizei os autores do SS, em especial Marilda Yamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Maria Inês S. Bravo, Maria das Graças e Silva, Maria das Graças Osório, entre outros do SS. E de "fora" do SS busquei conhecer um pouco sobre o pensamento de Ricardo Antunes, Octavio Ianni, Paulo Freire (belíssimo livro sobre extensão rural e comunicação), Ricardo Abramovay, Guilherme C. Delgado, Marta Inês Medeiros Marques, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Maria N. Wanderley, José Graziano da Silva, Josué de Castro e outros. (Assistente Social 10)

A recorrência a outros autores, tendo em vista a insuficiente literatura específica do Serviço Social pode ser confirmada por estas duas afirmações.

Como não temos muitas produções nessa área, comumente recorro a autores de outras profissões. Mas em alguns momentos quando é para tratar de temas relativos ao Serviço Social, recorro aos textos de Marilda Yamamoto, Raquel Santana, artigos dos Anais dos Congressos e teses e dissertações de mestrado. Cito como importantes, a tese de Severina Garcia, professora aposentada da UFRN. (Assistente Social 11)

Em se tratando de autores do serviço social, foi mínima a utilização, por não encontrar teoria e abordagens que embasasse o contexto da questão agrária, era utilizado sim de outras áreas, como a sociológica e linhas de abordagens mais alternativas, específicas sobre metodologias participativas; economia solidária, organizações sociais, associativismo, cooperativismo, autogestão, etc. De autores e instituições como: Paulo Freire; Marcos Arruda Sampaio; CAPINA; FASE; Clodomir Santos de Moraes; Marina Maciel Abreu; João Pedro Stédile, etc. (Assistente Social 6)

A utilização de bibliografias especificamente relacionadas ao seu cotidiano de exercício profissional, sem vinculação com o Serviço Social é expresso pelas seguintes respostas

Usamos mais a teoria de Paulo Freire, Piaget, Vygotsky, Castoriadis e alguns documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (Assistente Social 3)

Os materiais utilizados são as produções do MDS e as normativas que orientam a implementação a Política de Assistência Social, em particular aquelas relacionadas as entidades socioassistenciais, o papel do secretários e dos conselheiros da Assistência dentro do PAA em 1000 municípios que rodam o programa. As resoluções (específicas) da Assistência Social. (Assistente Social 5)

Podemos perceber que no questionamento sobre o embasamento teórico no contexto do exercício profissional, a partir da utilização de textos, materiais e autores do Serviço Social e de outras áreas, os profissionais confirmaram algumas das considerações que foram levantadas pela autora na qualificação, quais sejam, a de que é importante considerar que a relação entre Serviço Social e questão agrária tem pouca expressão na formação e no exercício profissional e que conseqüentemente há pouca literatura específica produzida pelos estudiosos do Serviço Social.

Ainda assim, os profissionais que atuam nesta área se apropriam de bibliografias gerais relacionadas ao Serviço Social, mas se utilizam principalmente de temas ligados ao seu campo de intervenção específico, o que contribui em certa medida para o distanciamento de debates específicos do Serviço Social e a aproximação com autores ligados à educação, história, aos movimentos sociais e à sociologia rural.

Este tema, embora já tenha sido destacado na análise dos artigos dos CBAS e ENPESS, é significativo neste debate e merece ser novamente ressaltado sob o viés do ecletismo. Isto porque, esta é uma questão complexa na academia, visto o rigor teórico-metodológico baseado na tradição marxista, em que muitas faculdades de Serviço Social estão assentadas.

A preocupação reside na forma em que os assistentes sociais referendam suas bibliografias, destacando, em um mesmo contexto, autores do Serviço Social, da perspectiva crítica, da sociologia rural e outros mais específicos sobre a sua temática de intervenção, sem fazerem uma clara diferenciação entre os autores.

Outra abordagem feita no questionário é sobre a atuação em conjunto com outros profissionais e como esta é exercida na prática. Foi percebido que 90% dos

entrevistados responderam que atua em conjunto com outros profissionais e identificaram as seguintes profissões como as mais presentes em seu cotidiano de atuação, sendo estas: técnico agrícola, em agropecuária e em edificações; pedagogo, sociólogo, psicólogo, historiador, gestor ambiental, zootecnista, economista doméstico, arquiteto, administrador, advogado, economista, veterinário, profissionais das engenharias: ambiental, florestal, de alimentos, agrônoma, civil e elétrica e lideranças dos movimentos sociais.

No mundo do trabalho contemporâneo, observa-se fortemente as exigências de novas competências para a afirmação do espaço profissional, estas devem conter respostas que atendam “satisfatoriamente” às necessidades, contemplando prioridades e alternativas, elaborando respostas mais qualificadas e legitimadas, incorporando as novas expressões da questão social, definindo papéis e atribuições com outras categorias profissionais.

Sobre este tema Guerra (2007) oferece uma contribuição interessante quando afirma que na realização das requisições que lhe são postas, o Serviço Social necessita estabelecer uma interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas das ciências humanas e sociais, como da Administração, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Economia, etc. Para ela

Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão e particularizados na análise dos seus objetos de intervenção. Mas a profissão também tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (dentro outros temas) e os tem partilhado com profissionais de diversas áreas. (ibid., p.11)

Os assistentes sociais consideraram que os trabalhos são discutidos coletivamente e que são realizadas trocas de saberes, colaborações e que estas ocorrem de forma respeitosa, harmoniosa e mantendo-se a particularidade de cada profissão, conforme representado pelas seguintes respostas:

Ocorre uma troca intensa de saberes profissionais em diversos campos, exercendo, dentro de um mesmo cenário, uma ação de reciprocidade, mutualidade, mas, que pressupõe uma atitude diferenciada diante de um determinado problema. (Assistente Social 8)

Temos a participação de profissionais da área das ciências sociais e das ciências da terra. A afinidade política-ideológica possibilita uma troca entre os profissionais no que se refere à organização e implementação do projeto. Preservam-se as particularidades de cada área na implementação do projeto e discute-se o seu andamento de forma coletiva. (Assistente Social 11)

No entanto, ao se analisar o conjunto das falas dos profissionais, percebeu-se que apesar da multiprofissionalidade descrita, da relação ser cordial, de parceria e harmoniosa, não há uma atuação interdisciplinar. A fala de um dos entrevistados é bem interessante e representativa sobre tal afirmação, a saber:

Friso que apesar da existência de equipes multiprofissionais o trabalho desenvolvido não é interdisciplinar. Cada profissional trabalha a partir dos conhecimentos adquiridos na formação e no exercício profissional e em alguns momentos pontuais foi desenvolvido um trabalho próximo da interdisciplinaridade. No máximo o que fazemos é buscar o conhecimento de outro profissional quando estamos analisando uma demanda e/ou projeto que não temos domínio de uma dimensão deste, a exemplo do estudo de viabilidade técnica e econômica de um projeto produtivo, mas mesmo nesta situação não analisamos e nem emitimos relatórios e pareceres conjuntos. (Assistente Social 4)

Por outro lado, mesmo não sendo clara a atuação de forma inter ou multidisciplinar, em alguns projetos, podemos perceber que esta é uma relação que também pode ser construída pela afinidade político-ideológica, o que pode ser percebido pela seguinte descrição feita pelo Assistente social 11

O projeto conta com a participação de militantes de movimentos sociais do campo, MST e MPA. Além destes, temos a participação de profissionais da área das ciências sociais e das ciências da terra. A afinidade político-ideológica possibilita uma troca entre os profissionais no que se refere à organização e implementação do projeto. Preservam-se as particularidades de cada área na implementação do projeto e discute-se o seu andamento de forma coletiva. (Assistente social 11)

O trabalho multidisciplinar na intervenção vem comprovar a necessidade de se articularem saberes diversificados, na busca de estratégias, na definição dos papéis e na articulação do trabalho, contribuindo para um constante processo de atualização.

A fala anterior pode ser reforçada por outra de outro profissional entrevistado em que considerou que há “*uma relação de parcerias e de responsabilidade profissional, mas de acordo com a formação é que são as competências de cada um nas atividades*”. (Assistente Social 7).

Sobre tais aspectos, entende-se que o assistente social neste contexto de atuação exerce um papel fundamental na tentativa de se estabelecer uma relação o mais aproximada possível da interdisciplinaridade, incentivando um diálogo mais fecundo entre os vários campos do saber e contribuindo para o fortalecimento do trabalho em equipe.

Neste tipo de trabalho, Iamamoto (2012, p.13) aconselha preservar e resguardar as atribuições e o sigilo profissional, numa perspectiva ética, alertando-se sobre a necessidade de discernir sobre informações, atribuições e tarefas que estejam no campo de atuação de cada profissão. Para isto, a autora se utiliza de uma orientação do CFESS que considera que

No trabalho conjunto com outros/as profissionais, deve-se preservar o caráter confidencial das informações sob a guarda dos/ as assistentes sociais, registrando-se nos documentos conjuntos aquilo que for necessário para o cumprimento dos objetivos do trabalho. (CFESS, 2009, p.25).

O trabalho, ainda que realizado em equipe, não pode desconsiderar as responsabilidades e competências individuais. O que deve ocorrer é a identificação e divisão de tarefas, com a clara definição de quem se encarrega desta ou daquela atividade.

Outro aspecto da pesquisa foi com relação ao contato ou se havia algum tipo de relação com outros assistentes sociais que também trabalham ou estudam sobre esta área, ou se, tiveram oportunidades de compartilharem da experiência e estratégias, a maioria (70%) considerou que não tem esta possibilidade. Os 30% que responderam positivamente apontou que tem contato e a possibilidade de debater sobre esta temática, e esta prática de troca de experiências, enriquece suas atuações e aprimora o trabalho.

Um desses profissionais considerou inclusive que os espaços da categoria são oportunidades singulares e essenciais, como pode ser comprovado pela seguinte fala:

Os eventos promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO e pelos programas de pós-graduação em Serviço Social e em

Políticas Públicas constituem momentos ricos de compartilhamento de experiências e de estratégias de trabalho, e o melhor, as experiências ultrapassam os limites de nossos estados e dos programas e projetos que atuamos. (assistente Social 4).

Outro assistente social também aponta elementos significativos a esta questão, que estão relacionados a fragilidade da profissão nesta área e a necessidade de avançar nesta direção, ainda que já possam ser registrados alguns resultados.

Acredito que essa seja uma das maiores fragilidades de nossa profissão no que se refere a essa temática, embora tenhamos avançado bastante. Existem vários profissionais envolvidos com a questão agrária, tanto na pesquisa quanto na intervenção, mas pouco se tem avançado no sentido de fortalecer os laços entre estes. Atualmente temos alguns profissionais que estudam a temática e estamos trabalhando juntos ... Podemos citar uma importante que foi a realização de um grupo de estudo... O GTP da ABEPSS³⁷ vem contribuindo para ampliar essa relação, principalmente através da produção de pesquisas e debates sobre o tema, mas temos muito ainda que avançar. (Assistente Social 11)

Por fim, nas respostas ao questionamento e nas apreensões a partir da análise dos artigos dos CBAS e ENPESS foi possível perceber os seguintes entendimentos: que a maioria dos profissionais atua de forma individualizada, o que dificulta o entrelaçamento e fortalecimento do debate; que é necessário que haja o maior aprofundamento teórico sobre esta área de atuação; que muitas vezes esta área é vista com estranheza, por causa das lacunas deixadas pela formação profissional; mas, por outro lado há aqueles que acham o trabalho interessante e desafiador e apontam que há a necessidade de ampliação do debate para que outros profissionais se interessem por esta área.

³⁷ Os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) a que o profissional se refere é um processo considerado de importância relevante para o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social, tanto na pós-graduação quanto na graduação. Neste contexto a referência é sobre o GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Sobre os GTP's, o Capítulo IV, fará referências mais detalhadas.

CAPÍTULO IV – A PRODUÇÃO TEÓRICA E AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS SOBRE SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE EVIDENCIADAS NOS CBAS E ENPESS DA ÚLTIMA DÉCADA E NOS QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

Este estudo representou um esforço ímpar no sentido de apreender - a partir da produção teórica dos CBAS e ENPESS e do exercício profissional do assistente social evidenciado nos questionários - a relação estabelecida entre Serviço Social, questão agrária e questão social na contemporaneidade.

O exercício teórico – reflexivo – investigativo realizado tem um ponto bem peculiar, que carece ser destacado, qual seja: o de perceber a questão agrária não apenas como um espaço de exercício profissional do assistente social, mas sim, de evidenciar as interfaces desta relação e das manifestações da questão social neste campo. E ainda, apresentar algumas das possibilidades de enfrentamento que este espaço sócio-ocupacional oferece, se entendido pelos profissionais, como um *locus* privilegiado de atuação profissional no Serviço Social.

Como já relatado anteriormente, como base investigativa para a construção deste estudo, utilizou-se de duas formas de pesquisa, sendo uma por meio da seleção e leitura dos artigos dos anais do CBAS e ENPESS da última década, que tinham como tema central o debate acerca da questão agrária e a outra através dos questionários que foram respondidos por assistentes sociais que estão ou estiveram vinculados à temática em questão nos últimos cinco anos.

Sendo assim, nos capítulos anteriores, fez-se um movimento de construir teoricamente sobre o Serviço Social, a questão agrária e a questão social. Esta construção privilegiou a utilização das referências do Serviço Social e da perspectiva crítica associadas à contribuição teórica oferecida pelos autores dos artigos dos referidos eventos e dos profissionais que responderam ao questionário de pesquisa.

No entanto, as contribuições e o nível de detalhamento delineado no processo de análise dos dados representou um universo amplo e com singularidades em que apenas os três capítulos anteriores, não foram suficientes para abranger, o que justificou a estruturação de um quarto capítulo contendo as demais contribuições percebidas na pesquisa.

Neste Capítulo serão evidenciadas análises mais quantitativas em relação aos dados pesquisados. Cumpre ressaltar que as duas pesquisas realizadas possibilitaram a elaboração de análises quali-quantitativas, o que foi apresentado ao longo deste estudo.

A fim de possibilitar uma estruturação metodológica que além de tornar a leitura agradável também privilegiasse a apresentação diferenciada dos dados nas duas dinâmicas de pesquisa, foram apresentadas primeiramente as informações referentes aos artigos dos anais dos CBAS e ENPESS e em seguida, as análises possibilitadas pelos questionários. Cumpre ressaltar que em determinados momentos foram feitas associações de dados entre os artigos e as informações apreendidas nos questionários respondidos pelos profissionais.

Outra observação é que, conforme a metodologia já explicitada anteriormente, algumas das contribuições percebidas tanto nos formulários, quanto nos questionários foram incorporadas ao texto dos capítulos anteriores. Sendo assim, algumas das chaves analíticas já foram descritas em páginas anteriores, nos capítulos adequados a cada descrição.

4.1 – A análise dos trabalhos apresentados nos CBAS E ENPESS da última década (2004 a 2014)

A pesquisa realizada tendo como referência os trabalhos publicados nos CBAS e nos ENPESS possibilitou a construção de algumas considerações às indagações apresentadas na introdução deste estudo e a percepção das demandas e respostas profissionais na contemporaneidade. Neste item foram privilegiadas as principais informações, observações e análises realizadas a partir da pesquisa e leitura dos artigos identificados nos anais dos CBAS e ENPESS da última década.

A fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca dos dados e elementos obtidos a partir da leitura dos artigos selecionados, procurou-se fazer uma análise quali-quantitativa. Esta análise teve como parâmetros os referenciais e categorias analíticas definidas e apresentadas previamente na ocasião de qualificação deste estudo e descritos na introdução desta dissertação. Ainda, conforme já mencionado, as análises e interpretações tiveram como aporte teórico metodológico os autores do Serviço Social e outros que trabalham com o tema na perspectiva analítica deste trabalho.

Já tendo sido apresentados os referenciais e categorias analíticas, cumpre esclarecer que a definição dos artigos, tendo em vista a grande quantidade dos mesmos, foi feita a partir de um recorte teórico estabelecido conforme os critérios que subsidiaram as análises. Sendo assim, priorizou-se como foco de análise os textos sobre a questão agrária que tivessem relação com o Serviço Social.

Para a identificação dos artigos, partiu-se primeiramente da verificação do título, do conteúdo descrito nos resumos e das palavras-chave ou termos principais. Esta estratégia mostrou-se oportuna, ainda que, em alguns poucos artigos, apesar do resumo e do título indicarem relação com o tema, no conteúdo trabalhado não se percebeu tal relação.

Nos anais dos CBAS foi possível identificar 79 artigos considerados de interesse para esta pesquisa. Os quatro eventos reuniram em conjunto 3.361 (Três mil, trezentos e sessenta e um) artigos na modalidade de apresentação oral e representaram 2,4 % do total de artigos publicados nos referidos anais, o que logo de início demonstra como esta temática está presente nos CBAS.

Cumpre esclarecer que a definição pela utilização das comunicações orais dos eventos pautou-se no entendimento de que estas é que contém as informações e a consistência teórica necessária a este estudo.

Assim como realizado nos CBAS a partir dos anais dos ENPESS foi feita a identificação de 81 artigos. O número total de comunicações orais aprovadas nos ENPESS soma-se 4.485 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco) os artigos dos 6 eventos. Os artigos selecionados para esta parte da pesquisa representaram 1,8 % do total de artigos disponíveis nos anais dos ENPESS. Estes dados demonstram que assim como nos CBAS, esta temática também é pouco presente nos ENPESS.

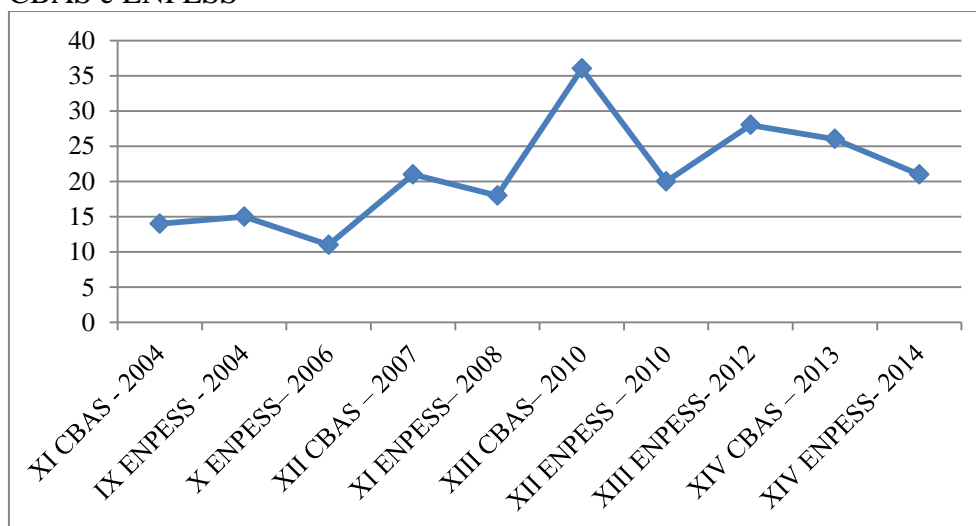
No entanto, no decorrer da pesquisa e da própria verificação da bibliografia, percebeu-se que a questão agrária estabelecia interfaces com outras áreas ou eixos de estudos e que alguns artigos que faziam esta relação com o Serviço Social poderiam não estar evidentes e apresentarem outras abordagens em seus títulos e conteúdos. Esta dúvida ocorreu tendo em vista que a identificação dos artigos foi feita pelo eixo temático com a observância do título, do resumo e das palavras-chave, elementos que, se não estivessem bem explicitados, ao se fazer a identificação específica incorreríamos na falta de observância dos mesmos como objetos da pesquisa.

Diante desta questão e para que a pesquisa teórico – documental ficasse ainda mais completa e não incorrêssemos em erros sobre a identificação e quantificação dos materiais disponíveis, definiu – se por fazer uma busca geral em todos os Anais dos eventos³⁸, sem especificação de eixo temático. Para isto utilizou-se como parâmetro três categorias ou palavras-chave, sendo estas: rural, movimentos sociais do campo e sócio – ambiental.

Após este esforço de identificação foram encontrados 26 artigos relacionados ao rural, 6 associados aos movimentos sociais do campo e 18 com a abordagem sócio-ambiental e a relação com o Serviço Social. Somados aos 160 artigos identificados na pesquisa inicial, esta análise terá como base teórica 210 produções, sendo 97 de CBAS e 113 de ENPESS.

Dada a configuração inicial apresentada em relação aos artigos totais e específicos disponíveis nos anais dos CBAS e dos ENPESS, elaborou-se uma linha evolutiva dos mesmos a fim de percebermos como estes se configuraram em termos quantitativos ao longo dos últimos 10 anos, o que é apresentado no gráfico seguinte.

Gráfico 03 – Evolução do número de trabalhos apresentados no sub - eixo questão agrária e demais identificados como de interesse para o estudo nos CBAS e ENPESS



Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004-2014

³⁸³⁸ Cumpre ressaltar que este exercício não foi possível com o XI CBAS realizado em 2004. Foram feitas diversas tentativas de encontrar os anais com os artigos completos deste evento, no entanto sem sucesso. Foi utilizado o caderno de resumos impresso do XI CBAS, que contém apenas o resumo do artigo, o que tornou inviável a identificação nos mesmos moldes. Desta forma, preferiu não considerá-lo nas demais especificidades, mas avaliamos que a não inclusão das informações deste evento não ocasionou prejuízo ao conjunto da pesquisa.

4.1.1 - A contextualização teórico – histórica dos CBAS e ENPESS e a sua relação com a realidade contemporânea

Percebeu-se, ao longo das análises e identificação dos CBAS e ENPESS, que estes trazem em seu tema central questões atuais que norteiam, ampliam e apresentam novos desafios no cotidiano profissional dos milhares de assistentes sociais em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, refletem como as organizações representativas da categoria profissional (CFESS, ABEPSS, ENESSO) têm feito um esforço ímpar em atualizar e ampliar o debate sobre a profissão frente à realidade contemporânea.

Os CBAS e os ENPESS são considerados como importantes espaços de socialização do conhecimento no Serviço Social.

Para o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO (2013), o CBAS é tido como o maior evento do Serviço Social brasileiro e a cada ano reafirma a sua relevância para a categoria

O CBAS reafirma a importância da socialização do conhecimento e do debate do Serviço Social que este evento vem proporcionando ao longo do tempo, acrescido de rica convivência entre profissionais de todas as regiões do país. Igualmente, sendo um evento de natureza político – científica, os debates travados vão cumprir o papel de subsidiar a agenda destas entidades nacionais da categoria – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.³⁹

Os ENPESS também tem significativa relevância, o que é reforçado pela ABEPSS (2012) quando considera o lugar de importância na socialização do conhecimento e do debate que este encontro tem ocupado ao longo do tempo. Além disto, este evento possibilita, “criar um espaço acadêmico-político diversificado tanto para a socialização da rica produção da área quanto para a discussão das ações políticas da ABEPSS, propiciando a oportunidade de construção coletiva de uma agenda política para as novas gestões”⁴⁰.

Sendo assim, fez-se uma contextualização teórico – histórica, contendo a apresentação do evento, seu tema central, local e período de realização, bem como o debate, pautas e apontamentos gerais sobre o mesmo.

O XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS com o tema central *“O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e*

³⁹ Texto de apresentação do XIV CBAS, 2013.

⁴⁰ Texto de apresentação do XIII ENPESS, 2012.

consolidar direitos”, realizado em Fortaleza - Ceará no período de 17 a 22 de outubro de 2004, traz o debate sobre o acirramento da questão social e o redimensionamento do papel do Estado como garantidor de direitos e de um sistema de proteção social para os cidadãos brasileiros.

O **IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS** com o tema central: *“Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social”*, foi realizado em Porto Alegre – RS no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004 e apontou que a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social tem por finalidade *“o deciframento das refrações da questão social, das novas formas de mascaramento e da reedição de velhas demandas”*⁴¹. Ainda que esteja mais desenvolvida na pós-graduação por meio dos núcleos de pesquisa, constata-se, que atualmente há um crescimento da investigação no ensino de graduação, estimulados por projetos de pesquisa e extensão.

O **X ENPESS** com o tema central: *“Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil”*, realizado em Recife – PE de 04 a 08 de dezembro de 2006 traz a tona o debate sobre os desafios profissionais na atualidade no contexto contraditório da dinâmica destrutiva do capital, e coloca na ordem do debate as políticas sociais e os direitos sociais como possibilidades reais de enfrentamento e superação das mazelas do capitalismo.

O **XII CBAS** com o tema central: *“A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social”*, foi realizado em Foz do Iguaçu – PR no período de 28 de Outubro a 02 de Novembro de 2007. Este evento pautou os debates sobre o tema em questão acreditando que é necessário reorganizar alternativas em torno do enfrentamento das contradições e desigualdades econômicas, sociais e políticas ocasionadas pelo capitalismo em todo o mundo e em especial na América Latina. Este enfrentamento traz novos e complexos desafios que exigem dos assistentes sociais posicionamento pautado nos princípios e diretrizes profissionais e que orientam a construção de uma nova sociabilidade.

O **XI ENPESS** com o tema central: *“Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do serviço social: resistência e desafios”* foi realizado no período de 01 a 06 de dezembro de 2008 em São Luis – MA. Conforme texto da apresentação

⁴¹Texto de apresentação do IX ENPESS, 2004.

do evento⁴², a escolha deste tema “*respalda-se no entendimento de que as estratégias capitalistas investem vorazmente na fragmentação da classe trabalhadora, como força contraposta à ordem destrutiva do capital*”. Tal realidade, a partir da precarização do trabalho, da ampliação do desemprego, da pauperização dos trabalhadores e das reformas processadas nas políticas sociais, contribui para o aprofundamento da questão social. Sendo assim é que este evento “*buscou contribuir para o aprofundamento do debate sobre as lutas e processos de resistência dos trabalhadores brasileiros e de todo mundo*”.

O **XIII CBAS** com o tema central “*Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social*”, realizado em Brasília - DF, no período de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, reconheceu a atual conjuntura brasileira como sendo aquela que apresentava a mais significativa e profunda crise do capital no século XX. Tendo em vista este cenário, considerou oportuno contribuir para o debate da categoria profissional no que se refere a “*busca das mediações necessárias na articulação entre o projeto-ético político profissional e os projetos societários que preconizam a construção de uma nova ordem social, resistindo à dominação capitalista nas esferas econômica, social, política e cultural*”⁴³.

O **XII ENPESS** com o tema central: “*Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?*” foi realizado no período de 06 a 10 de dezembro de 2010 no Rio de Janeiro – RJ. Este foi um evento significativo em termos de quantidade de trabalhos enviados, aprovados e apresentados. Foi também o primeiro ENPESS em que houve debates baseados na estrutura dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), processo considerado de importância relevante para o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social, tanto na pós-graduação quanto na graduação.

Na carta de apresentação do XII ENPESS, os GTPs foram considerados como uma

estratégia de coletivização da dimensão investigativa e de resistência política em tempos de produtivismo e individualismo acadêmicos, e que refletem o ambiente da sociedade do capital neste início de século. São também estruturas para conectar a pesquisa com as demandas dos

⁴²Texto de apresentação do XI ENPESS, 2008.

⁴³Texto de apresentação do XIII CBAS, 2010.

trabalhadores, socializando reflexões e análises que alimentem a luta social por transformações profundas no Brasil e alhures⁴⁴.

Para a ABEPSS, a descrição constante em seus documentos é de que os GTPs são concebidos como

Reconhecidamente necessários à reflexão teórica, os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Está estruturado em 7 eixos temáticos que comportam dimensões diferenciadas e transversais, como: democracia, cidadania, esfera pública, direitos humanos, dentre outros, os quais contemplam a relação entre projeto profissional e projeto societário.⁴⁵

Os resultados das reflexões e contribuições destes grupos são apresentados nos ENPESS por meio dos colóquios dos GTP's. Os colóquios temáticos realizados nos ENPESS são espaços fundamentais tem por função aprofundar as estratégias e publicizar a produção no Serviço Social, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão e da relação entre graduação e pós-graduação. Sendo assim, contribuem para consolidar os GTP's e orientam *“às discussões das sessões temáticas (sessões de comunicação oral, mesas coordenadas, e exposição de pôsteres) garantindo a articulação com o tema geral do evento”*⁴⁶.

O **XIII ENPESS** com o tema central: *“Serviço social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”* foi realizado em Juiz de Fora – MG no período de 05 a 09 de novembro de 2012. Este evento trouxe a tona percepções e preocupações que procuraram contribuir tanto para a ampliação da produção do conhecimento na área, como para o exercício profissional do Serviço Social. Destacou-

⁴⁴ Texto de apresentação do XII ENPESS, 2010.

⁴⁵ Texto do documento de apresentação dos GTPs, denominado Os Grupos Temáticos de Pesquisa: Concepção, Finalidade, Estrutura e Composição, Participantes e Ementário, disponível em <<http://www.abepss.org.br/paginas/ver/20>>, acesso em 07 abr. 2015.

⁴⁶ Texto da página de apresentação do XIV ENPESS disponível <<http://enpess2014.abepss.org.br/sobre.html>>. Acesso em 07 abr. 2015.

se com esta temática o avanço do “neodesenvolvimentismo”, que tem sido apresentado como uma estratégia de enfrentamento da pobreza e das desigualdades no país.

O **XIV CBAS** com o tema central: *“Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social”* foi realizado em Águas de Lindóia – SP no período de 14 a 18 de outubro de 2013. Este tema representou a necessidade de debater sobre a crise estrutural do capital e seus efeitos destrutivos que atingem os mais variados aspectos da vida social, o que repercute significativamente no exercício profissional do assistente social, visto que ocasiona uma agudização da questão social e a reconfiguração das políticas sociais. Sendo assim, debater sobre estas questões requer um posicionamento pautado na direção social assumida pela profissão e nos princípios e diretrizes que orientam o projeto ético - político profissional.

O **XIV ENPESS** com o tema central: *“Lutas sociais e produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”* realizado em Natal – RN no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014. Conforme as informações nos anais do evento o tema *“vincula-se à perspectiva de aprofundar a centralidade que as lutas sociais, os processos de resistência e enfrentamento à ordem do capital têm no projeto ético-político profissional”*⁴⁷. Estes processos refletem nos espaços sócio-ocupacionais e no atendimento as demandas e desafios postos aos assistentes sociais, como também oferecem contribuição para a pesquisa e para a produção de conhecimento.

Outro elemento interessante para contextualização dos eventos é quanto ao local de realização dos mesmos. Observou-se que os eventos ocorreram em diferentes cidades e regiões do país, o que possibilita a proximidade e a ampliação dos debates da categoria em nível nacional, além de dar visibilidade a outras realidades, visto que estes eventos têm sido realizados tendo sempre o apoio de alguma universidade ou centro de estudos na localidade, região ou estado que receberá determinado evento. Observou-se que 40% destes foram realizados na região Nordeste (CE, MA, PE e RN), seguidos de 30% na região Sudeste (RJ, SP e MG), com 20% na

⁴⁷ Texto de apresentação do XIV ENPESS, 2014.

Sul (RS e PR) e 10% na região Centro – Oeste (DF), sendo a região Norte a única que ainda não sediou nenhum dos eventos nos últimos 10 (dez) anos⁴⁸.

4.1.2 - A interpretação das respostas profissionais na contemporaneidade a partir das análises dos artigos dos CBAS e dos ENPESS

A análise inicial sobre os CBAS, partiu da verificação de informações constantes em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A questão agrária e os movimentos sociais do campo – um tema para o Serviço Social” (2009) de Jordana Einsfeld, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no qual foi possível perceber, ainda que superficialmente, pois o foco da autora não foi o mesmo deste estudo, alguns dados significativos acerca da temática da questão agrária expressa nestes documentos. A autora fez uma pesquisa tendo como fonte de dados três CBAS, sendo estes o X (2001), o XI (2004) e o XII (2007). Nesta análise, o tema da questão agrária se faz presente nos três congressos, através dos seguintes eixos temáticos: Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente, no X CBAS; Questão Agrária e o Acesso à Terra, no XI CBAS e Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente, no XII CBAS. Do total de 2.519 trabalhos aprovados nos três CBAS, apenas 100, ou seja, 4% destes estavam inscritos nos eixos temáticos que trataram da questão agrária. Destes 100 trabalhos constantes dos eixos temáticos Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente, Questão Agrária e o Acesso à Terra e Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente, somente 29 tratavam especificamente da questão agrária, os outros 71 trabalhos trataram de outros assuntos. Ainda, dos 29 trabalhos que trataram da questão agrária, apenas 11 fizeram relação entre questão agrária e o Serviço Social.

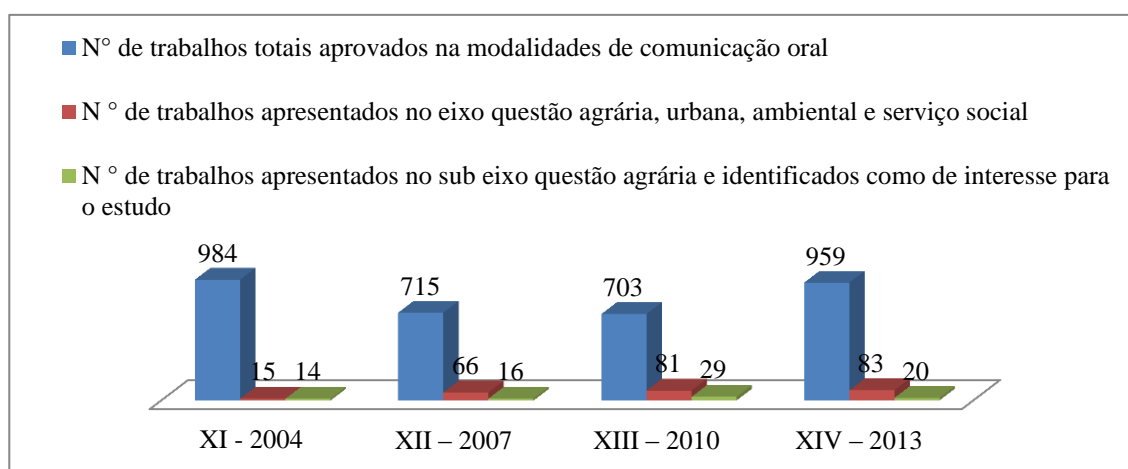
Tendo em vista os dados iniciais, neste estudo, foi possível ampliar e incorporar elementos mais específicos em torno do debate sobre a relação entre a questão agrária e

⁴⁸Sabe-se que tanto os ENPESS quanto os CBAS são eventos que reúnem um grande número de profissionais. Estes são realizados pela categoria e são auto sustentáveis, do ponto de vista financeiro, pois o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO não possuem condições orçamentárias para arcar com os mesmos. Em nota explicativa a categoria, a comissão organizadora do último CBAS (2013), informou que as despesas do CBAS são custeadas com os recursos arrecadados com as inscrições e eventuais parcerias e patrocínios e que a escolha do local do evento é pesquisada pelos membros da comissão organizadora e definida tendo como referência os princípios de: preços das inscrições, manutenção da qualidade e autonomia teórico-política dos mesmos e da relação custo – benefício (distâncias, logística de deslocamento e acesso, infra-estrutura e outros). Quanto aos ENPESS, o local é definido em função da regional em que a presidência da ABEPSS está situada na gestão daquele determinado ano em que o evento se realiza, mas tendo em vista a mesma lógica de referência quanto a infra-estrutura e outros aspectos.

o Serviço Social, visto que analisou, além dos eventos referidos, o XIII e o XIV CBAS, compondo os congressos realizados na última década.

O XIII e o XIV CBAS somaram 2252 artigos no total, destes 164 foram apresentados no eixo Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social e apenas 49 fizeram relação com a questão agrária, o que demonstra que o desafio de ampliação do debate em torno desta temática teve continuidade ao longo da década. O gráfico a seguir ilustra esta constatação.

Gráfico 04 - Análise da evolução dos CBAS 2004 -2014



Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004-2014

Com relação aos ENPESS, os artigos também são organizados por meio de eixos temáticos. Mas, diferentemente dos CBAS, nos ENPESS, percebeu-se que, ao longo dos anos, houve significativas modificações em sua terminologia e na organização dos artigos, ao que se segue: em 2004, os artigos que tratavam desta temática foram alocados em sua maioria no Eixo: Articulação entre Formação e Exercício Profissional e sub eixo Questão rural – urbana e no de Movimentos Sociais, Organização da Sociedade Civil e Cidadania. Em 2006, os trabalhos foram localizados no Eixo: Questão social e trabalho e sub eixo: Questão agrária, questão urbana e sócio-ambiental. Em 2008, o Eixo recebeu a mesma nomenclatura que em 2006, sendo Questão social e trabalho e sub-eixo: Questão agrária, urbana e sócio-ambiental. Em 2010, foram observadas mudanças significativas na nomenclatura, o que reflete o fruto do debate realizado no interior do Serviço Social e aprofundamentos em torno desta questão, sobretudo após a definição das orientações do GTP da ABPESS, em que o eixo inclui o

Serviço Social nesta relação, sendo denominado: Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social. Ressalta-se que a nomenclatura dos eixos temáticos do XII ENPESS (2010), seguiu a mesma dos Grupos Temáticos de Pesquisa, conforme o documento “A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)” de 2009.

Em 2012, segue com o mesmo eixo: Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social e acrescenta a ênfase na questão agrária. Em 2014, segue-se a mesma orientação metodológica de 2012 em que os artigos são localizados no grande eixo temático, porém é possível fazer a verificação com a vinculação específica quando se dá a ênfase em uma das questões: agrária, urbana ou ambiental, no caso deste estudo a questão agrária.

Infere-se que a localização dos artigos no eixo temático, não representa uma simples organização metodológica, mas denota um exercício de maturação e de aprofundamento em torno dos debates específicos sobre a questão agrária travados no interior da categoria profissional. Ao se observar a descrição dos eixos temáticos ao longo da década pode-se constatar que, conforme a descrição feita, o nome do eixo temático se alterou ao longo dos anos de realização dos eventos. Isto representa o grande esforço que as organizações da categoria têm empreendido no sentido da afirmação conceitual dos termos, da adequação da terminologia ao contexto contemporâneo, da incorporação de novos elementos e do amadurecimento e valorização intelectual em torno da temática.

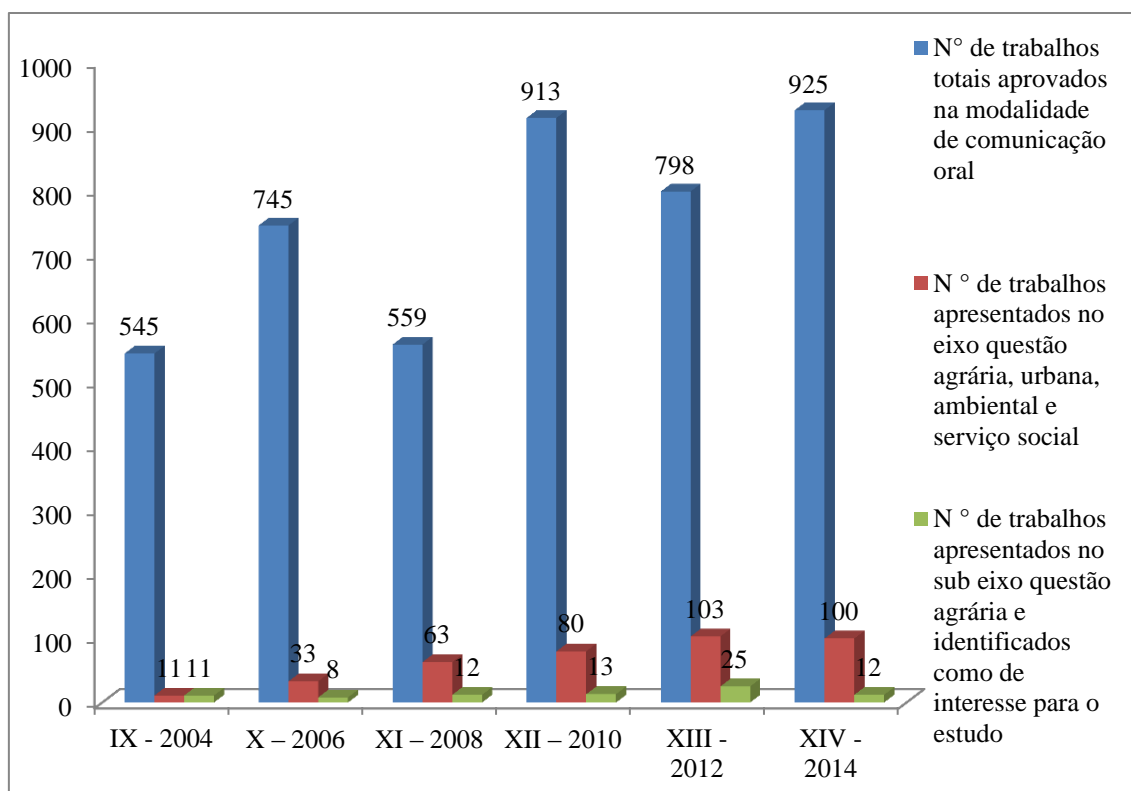
Aliado a estas constatações, a implementação dos GTPs a partir de 2010 trouxe um aprofundamento das questões relacionadas à pesquisa no Serviço Social. A proposta dos GTP's está em articulação à direção social estratégica expressa pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e estão representadas por meio de sete grandes eixos relacionados como Serviço Social, sendo estes: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades e Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Na especificidade deste trabalho, o GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social como referência de análise traz importante contribuição ao considerar em sua ementa a necessidade que se tem de

Aprender a dinâmica atual da sociedade capitalista, que, historicamente, engendra o agravamento das desigualdades sociais geradoras de situações de pauperismo tanto no campo quanto na cidade e que promove o uso predatório dos recursos ambientais tem se relevado desafio incontornável para a área de serviço social, impondo-nos o exercício permanente da reflexão crítica contra as violações dos direitos, a mercantilização das cidades e da intensificação da desigualdade social por meio de uma estrutura fundiária que concentra terra, riqueza e renda. (ABEPSS, 2012, p. 463/464)

Tendo em vista a necessidade apontada pelo GTP e conforme as constatações feitas através da pesquisa, pode-se considerar que ainda é pouco expressivo o acúmulo de trabalhos na área estudada em comparação ao total que são aprovados nos encontros. Outro dado relevante é com relação a evolução da quantidade de trabalhos aprovados ao longo do último decênio. Não se percebeu um crescimento linear, mas, ao contrário, houve um movimento cíclico em que aumentam e diminuem a quantidade de trabalhos apresentados, o que pode ser melhor ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 05 - Análise da evolução dos ENPESS 2004 -2014



Fonte: Anais dos ENPESS 2004-2014

Na pesquisa, seguiu-se também a observação quanto à frequência com que os autores do Serviço Social apresentavam trabalhos nos ENPESS e nos CBAS ao longo da última década. Foram identificados 239 profissionais, destes 187 publicaram apenas uma vez (78,24%), 39 realizaram duas publicações (16,3%), 7 contaram com três publicações (2,9%), 3 apresentaram quatro publicações (1,3%), 01 profissional teve quatorze publicações (0,42%), 01 profissional apresentou doze publicações (0,42%) e 01 profissional contou com 10 publicações (0,42%)⁴⁹. Ressalta-se que, neste universo, apenas 1 (um) dos profissionais teve publicação em 100% dos eventos. Outra observação é que, em alguns casos, estes tiveram mais de um artigo publicado no mesmo evento, uns de forma individual e outros coletiva, sendo em dupla ou em grupo.

É importante considerar que esta constatação reforça a hipótese levantada quando da apresentação do projeto de qualificação, em que se observou que havia pouca literatura específica produzida pelos estudiosos do Serviço Social, o que representa uma grande lacuna para a profissão, e que no contexto da produção teórica, registra-se a relevância de autores do Serviço Social que tem pautado seus estudos sobre a questão agrária e o Serviço Social, estabelecendo, ainda, a interface com a questão ambiental.

Sem desconsiderar o extremo empenho e a produção de outros autores reconhecidos nesta temática, mas tendo como parâmetro a fonte bibliográfica desta pesquisa que são os anais dos CBAS e ENPESS (2004-2014), identificou-se que há três autoras que mais apresentaram trabalhos nos eventos da categoria, sendo estas representadas em 14 publicações, 12 publicações e 10 publicações.

Todas apresentam características comuns, pois são professoras universitárias, atuando como docentes no curso de Serviço Social em universidades estadual, federal e particular. São doutoras, com concentração de estudos e áreas de pesquisa nas temáticas do Serviço Social, da questão agrária e dos movimentos sociais do campo. Duas tem suas bases de exercício profissional na Região Sudeste (RJ e SP) e uma na Região Nordeste (RN).

Com relação a produção destas autoras, além dos trabalhos apresentados nos eventos da categoria, constatou-se uma significativa contribuição na autoria e organização de livros e capítulos de livros e de artigos que tratam sobre a questão

⁴⁹ As porcentagens apresentadas correspondem ao número de profissionais e não a quantidade de publicações realizadas pelos mesmos. Estes valores também estão relacionados aos artigos do eixo questão agrária, portanto, se referem aos 160 artigos pesquisados no referido eixo.

agrária brasileira e fazem a relação com o Serviço Social, o que se torna ponto importante na especificidade deste estudo.

Cumprе ressaltar que foi feita uma verificação no currículo, disponibilizado na Plataforma Lattes, a fim de confirmar a pesquisa realizada nos anais dos eventos. Nesta pesquisa, foi possível perceber que há um grande empenho das profissionais em apresentar seus trabalhos nos diversos eventos nacionais e internacionais que discutem a temática, além de estarem inseridas em grupos de pesquisa, projetos de extensão, orientações de trabalhos acadêmicos, participações em bancas e inúmeras outras atividades e estudos que não seria possível detalhar nesta breve referência.

Após a apresentação do contexto geral da pesquisa e conforme a construção metodológica, definiu-se por apresentar de forma breve as informações gerais sobre os eventos pesquisados na ordem cronológica de sua realização. Quanto aos demais dados, estes serão evidenciados no conjunto de análise. Destaca-se que, quando houver ambos os eventos no mesmo ano, será feito um comparativo entre eles, ao que segue.

O ano de 2004 foi definido como o início desse processo teórico investigativo e foi marcado pela realização de dois eventos, um no Nordeste (CE) e outro no Sul (RS). Ambos tiveram em seu tema central o apontamento de desafios à profissão, o XI CBAS, enfocou os desafios em torno da construção, afirmação e consolidação de direitos e o IX ENPESS, direcionou o debate para a produção do conhecimento em Serviço Social. No CBAS, os 14 artigos foram agrupados no eixo denominado *Questão agrária e o acesso à terra*, sendo 1 sobre exercício profissional com trabalhadores rurais a partir da prefeitura de Alterosa – MG, 8 estão relacionados com aprofundamento teórico sobre determinado assunto dentro da temática de estudos e 5 são relatos de experiências de pesquisas. Já no ENPESS, os 15 artigos analisados ficaram distribuídos em diferentes eixos temáticos, o que dificultou, em certa medida, a localização dos mesmos. Com relação a quantidade de artigos identificados, como estes se encontravam distribuídos no eixo e não havia ênfase ou sub – eixo específico, como em outros eventos posteriores, partiu-se não apenas da contabilização de artigos inscritos no eixo temático definidor do evento, mas sim aqueles que tinham no título uma sinalização da proximidade com a temática de interesse da pesquisa. Dos artigos selecionados, 8 se referem a ensaio teórico ou debate sobre determinado assunto dentro da temática, 6 são divulgação de resultados ou a descrição de pesquisas e apenas 1 se referem ao exercício profissional, sendo realizado em programa de transferência de renda.

Outra observação é que foram identificados autores que tiveram artigos aprovados em ambos os eventos, sendo alguns, sob a mesma temática e conteúdo.

O X ENPESS, realizado em 2006, deu ênfase a contextualização da crise contemporânea, tendo a emancipação política e a emancipação humana como pontos privilegiados do debate. Devido a sua natureza e objetivos, o ENPESS constituiu-se como um evento mais acadêmico, sendo confirmado pela quantidade de pesquisas sobre a realidade agrária e apresentação de parcerias entre universidade e organizações ligadas ao campo. Dos 11 artigos identificados, 8 eram sobre pesquisas realizadas em universidades, 2 aprofundamentos teóricos e 1 síntese de dissertação acerca da temática em questão.

O XII CBAS, realizado em 2007, teve como enfoque central a questão social na América Latina, sendo debatida no contexto da ofensiva capitalista, da resistência de classe e do Serviço Social. Dos 21 artigos selecionados, foram considerados 13 artigos contendo descrição de pesquisas, 3 apresentando um debate teórico sem vinculação com pesquisa ou exercício profissional, 2 artigos que foram elaborados a partir do TCC, 2 referentes a dissertação e 1 sobre exercício profissional em área de assentamento. Dentro das temáticas discutidas, destacam-se as questões ligadas a luta pela terra, a Reforma Agrária e a participação da mulher.

O XI ENPESS, realizado em 2008, apresentou, de forma ousada, o debate da profissão em torno de temáticas como o trabalho, as políticas sociais e o Projeto Ético Político, configurando-se como um contexto desafiador e de resistência. Os 18 artigos identificados no eixo apresentaram problematizações sobre o acesso as políticas sociais, a problemática do trabalho, da produção e do trabalhador rural, a política de assentamentos, dentre outros. Destaca-se que apenas 1 artigo apresentou o exercício profissional do assistente social na indústria canavieira na região de São Paulo. Sobre os demais artigos, 12 se referem a pesquisas, 4 apresentam um debate teórico a partir do eixo temático e 1 apresenta a síntese dos estudos feitos na dissertação.

Em 2010, ocorrem ambos os eventos, sendo o XII ENPESS e o XIII CBAS. Os dois eventos debateram sobre a crise do capital, sendo que o CBAS deu ênfase a crise no contexto das lutas sociais e do exercício profissional e o ENPESS chamou a atenção para a produção do conhecimento na realidade brasileira, enfocando sobre a finalidade da pesquisa neste contexto de crise. Este foi o evento que mais disponibilizou artigos para esta análise, sendo um total de 36 selecionados nos anais. Destes artigos, 18 se

referem a pesquisas na área da questão agrária, 10 são estudos e debates teóricos sobre a temática, 2 são resumos de tese, 3 são sínteses de dissertação e apenas 03 se referem ao exercício profissional do assistente social sendo um na área de formação em assentamentos por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal de Tomé – Açu/PA e a mineradora Vale, outro com populações ribeirinhas em Maués no Amazonas e um terceiro com a questão sócio-ambiental na Amazônia. Nos anais do XII ENPESS foram selecionados 20 artigos, sendo que destes, 1 se referia aos estudos para elaboração de TCC, 1 se referia ao exercício profissional em área de assentamento, 7 se referiam a pesquisas ligadas a produção, gênero e assentamentos rurais e 11 se referiam à análises críticas e construção de conhecimentos acerca desta temática no contexto geral. Infere-se que este foi um dos eventos que mais apresentou contribuição acadêmico - teórica nesta temática, visto que a maioria dos artigos selecionados referia-se a ensaios ou análise crítica acerca da realidade agrária brasileira.

No XIII ENPESS, realizado em 2012, ressaltaram-se as lutas sociais e as formas de desenvolvimento no contexto da acumulação capitalista e a inserção do Serviço Social neste campo. Este foi o ENPESS que mais apresentou contribuições ao debate sobre a questão agrária. Foram selecionados 28 artigos, dos quais 12 se referiam ao debate teórico sobre a temática, 9 eram resultados ou descrição de pesquisas, 4 resumos de dissertação e 3 eram temas de TCC. Dada a condição do evento, que reúne pesquisadores em torno das diferentes temáticas, este contribuiu para a ampliação dos conhecimentos sobre relação campo-cidade, comunidades ribeirinhas, comunidades quilombolas, reforma agrária, agricultura orgânica, política de assentamento, realidade canavieira, juventude, educação e trabalho, dentre outras.

Até o momento deste estudo, o XIV CBAS, realizado em 2013, foi o mais recente evento representativo da categoria em termos teórico e de relatos de experiência de exercício profissional. Novamente a crise do capital e as políticas sociais estão na prioridade do debate da categoria profissional, enfocando os reflexos no Serviço Social. Deste evento, foram selecionados 26 artigos. Foram evidenciados 14 artigos com apresentação de pesquisas, 10 ensaios teóricos, 1 resumo de tese e 1 apresentação de dissertação. Ressalta-se que, apesar do caráter de apresentação de relato de exercício profissional, dos artigos selecionados neste evento, nenhum apresentou exemplificação de experiência prática.

O XIV ENPESS foi o evento mais recente visto que foi realizado em fins de novembro e início de dezembro de 2014, portanto o último a ser analisado. Assim como o CBAS mais recente realizado em 2013, este evento privilegiou o debate acerca da crise do capital, enfocando as lutas sociais e a produção de conhecimento como desafios ao Serviço Social neste contexto. Na seleção de artigos, foram evidenciados 21 produções de interesse para este estudo, destas 11 se referem a pesquisa, 6 são debates teóricos, 2 são sínteses de dissertação e 2 são resumos de tese.

Tendo sido apresentada a caracterização geral dos eventos, a construção a seguir contém as análises principais apreendidas a partir da leitura e sistematização dos artigos, conforme segue.

As palavras-chave⁵⁰ identificadas nos artigos tiveram uma importância relevante na análise e identificação dos conteúdos de interesse para o estudo, pois evidenciaram os temas que seriam destacados nos artigos. Desta forma, serviram como norteadores para a percepção da relação estabelecida entre questão agrária, questão social e Serviço Social.

Com relação as palavras-chave nos 210 artigos de referência, foram identificadas 307 palavras ou termos diferentes. Destas as 10 palavras – chaves mais citadas estão representadas na tabela a seguir

Tabela 02 – Relação das palavras-chave e quantidade de ocorrências nos artigos

Palavra-chave	Quantidade de Ocorrências
Questão agrária ⁵¹	42 (20%)
Serviço Social	42 (20%)
Reforma agrária	28 (13,33%)

⁵⁰Convém esclarecer que 210 é a quantidade total de artigos lidos, 307 é a quantidade de palavras – chave diferentes que foram citadas pelos autores dos artigos. 706 é o total de palavras – chave que foram elencadas, podendo estas ser iguais ou diferentes. Em cada artigo, geralmente são evidenciadas 3 palavras – chave, já neste trabalho devido a proporção encontrada, pode-se esclarecer que em alguns artigos foram citadas entre 3 e 5 palavras-chave. Tendo em vista estes esclarecimentos, definimos por trabalhar com diferentes formas de porcentagens, com vistas a dar ênfase a algumas características ou referências analíticas que sejam importantes ao estudo. Sem, contudo mascarar os dados ou realizar análises que possam confundir o leitor, mas ao contrário, possibilitar diferentes formas de percepção e de entendimento sobre um mesmo dado. A forma de porcentagem utilizada será esclarecida em cada procedimento por meio de nota de rodapé a exemplo desta.

⁵¹No caso das 10 palavras- chave mais citadas convencionou-se utilizar a porcentagem identificada em relação a quantidade de artigos totais e de artigos em que a palavra-chave foi citada. Por exemplo: em um total de 210 artigos referência a palavra questão agrária foi citada em 42 destes, o que equivale a 20% do total de artigos identificados como objeto deste estudo e assim sucessivamente.

MST	22 (10,47%)
Trabalho	21 (10 %)
Questão social	18 (8,57%)
Movimentos sociais rurais	18 (8,57%)
Assentamentos rurais	17 (8,09%)
Políticas públicas	15 (7,14%)
Trabalhadores rurais	14 artigos (6,66%)

Fonte: Anais CBAS e ENPESS 2004-2014

As demais palavras – chave⁵² foram citadas 01 vez (212 palavras diferentes – 69,06%), 02 vezes (55 palavras – 17,92%), 03 vezes (12 palavras – 3,91%), 04 vezes (04 palavras – 1,30%), 05 vezes (05 palavras – 1,63%), 06 vezes (06 palavras – 1,95%), 09 vezes (01 palavra – 0,33%) e 11 vezes (1 palavra – 0,33%).

Os dados apresentados evidenciam as interfaces que são possibilitadas neste contexto e a necessidade de perceber como esta diversidade de temas e de perspectivas tem sido apreendidas pelos assistentes sociais em seu cotidiano de intervenção. Ou seja, conforme a descrição das palavras-chave, foi possível perceber que, no universo agrário, o assistente social se depara com a necessidade de obter conhecimentos que vão desde as formas diferenciadas de agricultura (camponesa, orgânica, empresarial, moderna, de sustentação, familiar), passando pelo capitalismo, pelo agronegócio, pelos conflitos e violência no campo, pela exploração, pelo associativismo e cooperativismo, pela juventude rural, pela pluriatividade, pelas diferentes políticas (agrícola, agrária, ambiental, de assentamento, de assistência social, de emprego e renda, de saúde, de convivência, de segurança alimentar e nutricional, de transferência de renda) e culminando no Projeto Ético Político Profissional. Ao mesmo tempo, que estes dados sinalizam a diversidade e a amplitude de temas que o universo agrário possibilita ao assistente social, também exigem deste profissional, conhecimentos cada vez mais especializados para responder às demandas que são postas no cotidiano do seu exercício profissional.

Outro dado relevante foi acerca da identificação das instituições citadas como referência nos artigos, ou seja, as organizações as quais os profissionais estão

⁵² No caso das demais palavras – chave identificadas convencionou-se utilizar a quantidade total de palavras –chave encontradas, neste caso as 307, para proceder ao cálculo da porcentagem, como pode ser observado na descrição do texto.

vinculados⁵³. Na pesquisa, foram identificadas 44 instituições, destas 86,4% caracterizam-se como centros de ensino, sendo 16 universidades federais, 7 universidades ou faculdades estaduais e 15 universidades ou faculdades privadas. Ainda 2 hospitais, 1 unidade do INSS, 1 cooperativa, 1 prefeitura municipal e 1 ONG - organização de educação e assessoria, conforme especificado no quadro a seguir.

Quadro 02 – Especificação das instituições as quais os profissionais estão vinculadas

Instituição	Categoria
UFAL, UFES, UFF, UFJF, UFMA, UFMT, UFPA, UFPE, UFRJ, UFRN, UFSE, UFSC, UNB, UFAC, UFAM e UFERSA	Universidades Federais
UECE, UEPB, UNESP, UNIMONTES, UNIOESTE, UEPG, UERR	Universidades ou faculdades estaduais
CEULJI/ULBRA – RO, FACEMED – PR, UNISALES – ES, UNIAMÉRICA – PR, FVS – CE, FATERN, PUS – SP, PUC –RIO, UCG, UCPEL-RS, UNIFEG-MG, - RS, UNIT- AL, UNIPAC – Ipatinga – MG, UNISC e Universidade Cruzeiro do Sul - SP	Universidades ou faculdades privadas
Hospital Regional de Extrema – RO e Hospital Universitário Onofre Lopes – RN	Hospitais
Unidade do INSS - PB	Instituto Nacional do Seguro Social
CREHNOR - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural - RS	Cooperativa
Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro - MG	Prefeitura
CEAHS - Centro de Educação e Assessoria Hebert de Souza - RN.	ONG de Educação e assessoria

Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004-2014

⁵³Registra-se que em 83 trabalhos não foi possível fazer a identificação da instituição de vinculação do autor, visto que não foi citado pelo mesmo ou na forma de apresentação do artigo não continha esta informação. Estes foram considerados como o item de não identificados o que correspondeu a 39,5% em relação ao total de artigos.

A partir das constatações sobre as instituições de ensino identificadas nos artigos dos CBAS e ENPESS (2004-2014), considerou-se oportuno, dar visibilidade⁵⁴ a estes dados, complementando-os com outros já apresentados na ocasião da qualificação para este estudo. Isto com vistas a demonstrar quais destas universidades e faculdades estão vinculadas aos grupos de pesquisas sobre esta temática.

Para a realização desta verificação, utilizou-se a consulta parametrizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, estabelecendo a palavra-chave “questão agrária” como termo de busca.

Na primeira pesquisa realizada em 2014, por ocasião da qualificação foram identificados 73 grupos de pesquisa e 350 linhas de pesquisa relacionadas à questão agrária. Neste estudo, o enfoque foi referente à análise dos grupos de pesquisa. Para esta análise, utilizou-se a mesma metodologia descrita anteriormente. Após a consulta parametrizada, em 2015, foram identificados 67 grupos de pesquisa, havendo uma diminuição de 8,2% no total de grupos de pesquisa na área da questão agrária, o que pode ser observado na seguinte tabela.

Tabela 03– Comparativo entre os grupos de pesquisa sobre questão agrária nos anos 2014 e 2015

Área Predominante	Curso	Quantidade Grupos	
		2014	2015
Ciências agrárias	Agronomia	5	4
Ciências biológicas	Ecologia	1	0
Ciências humanas	Antropologia	2	2
	Educação	4	2
	Geografia	23	19
	História	7	4
	Sociologia	14	13
Ciências sociais aplicadas	Direito	2	2
	Economia	2	1
	Planejamento Urbano e Regional	3	4
	Administração	0	1
	Serviço Social	8	13

⁵⁴Na ocasião de qualificação para este estudo, informações preliminares sobre os grupos de pesquisa e universidades que discutem a temática da questão agrária vinculada ao Serviço Social foram apresentadas à banca. Com o aprofundamento dos estudos, estes dados foram atualizados e são reapresentados com maior propriedade e sob novos enfoques.

Engenharias	Engenharia de Produção	1	1
Linguística, letras e artes	Linguística	1	1
Total		73	67

Fonte: Consulta parametrizada por grupos, CNPQ, 2015

Ao se verificar mais detalhadamente sobre os grupos de pesquisa e a área predominante em que estes estavam inseridos, neste debate específico, no ano de 2014, encontramos 8 grupos das Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social, 1 grupo na área da educação e 1 na área de planejamento urbano e regional, mas vinculado ao departamento de Serviço Social, totalizando – se assim 10 grupos de pesquisa com inserção no Serviço Social, representando assim 13,7% do total de grupos de pesquisa identificados. Este pode ser considerado um percentual significativo para a profissão. A especificação dos grupos pode ser verificada conforme o quadro a seguir:

Quadro 03 – Identificação dos grupos de pesquisa e áreas predominantes em 2014

N.	GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE
1.	Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social - GSERMS	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
2.	Núcleo de estudos e pesquisas em políticas sociais e direitos sociais	UFPE	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
3.	Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas - GRAPP	UFPE	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
4.	Teoria Social de Marx e Serviço Social	UNESP	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
5.	Sociabilidade e Direitos: Políticas Sociais e Lutas Coletivas	UFF	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
6.	Questão agrária, urbana e ambiental	UCPEL	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
7.	Terra e Raiz	UNESP	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
8.	NEADS - Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional	UNB	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
9.	Núcleo de Educação, Políticas Públicas e Serviço	Instituto Federal do Ceará - IFCE	Ciências Humanas – Educação

	Social		
10.	LOCUSS-UnB Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social	Universidade de Brasília - UNB	Ciências Sociais aplicadas – Planejamento Urbano e Regional

Fonte: CNPQ, 2014.

Na pesquisa realizada em 2015, quando observado sobre os grupos de pesquisa, pode-se relatar que, apesar da diminuição da quantidade total de grupos de pesquisa na temática da questão agrária, na especificidade do Serviço Social ocorreu um movimento contrário e bastante significativo, ou seja, houve um aumento de 40%, o que pode ser considerado um índice bem elevado em se tratando da temática em questão.

Ao compararmos o quadro 05 com o quadro 06, podemos perceber esta diferenciação e especificidades, conforme segue.

Quadro 04 – Identificação dos grupos de pesquisa e áreas predominantes em 2015

N.	GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE
1.	Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social - GSERMS	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
2.	Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas - GRAPP	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
3.	Teoria Social de Marx e Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
4.	Sociabilidade e Direitos: Políticas Sociais e Lutas Coletivas	Universidade Federal Fluminense - UFF	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
5.	Questão agrária, urbana e ambiental	Universidade Católica de Pelotas - UCPEL	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
6.	Terra e Raiz	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
7.	LOCUSS-UnB Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social	Universidade de Brasília – UNB	Ciências Sociais aplicadas – Planejamento Urbano e Regional
8.	Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
9.	GEPET - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho	Universidade Federal Fluminense	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
10.	Grupo de estudo pesquisa e	Universidade Federal de	Ciências Sociais aplicadas

	extensão: Serviço Social, Políticas Públicas e Direito Humano à alimentação	Alagoas - UFAL	– Serviço Social
11.	Cultura, Identidade e Movimentos Sociais	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
12.	LOCUSS - Núcleo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
13.	Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e Centro de Estudos Octávio Ianni	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social
14.	Núcleo de estudos e pesquisas terra, trabalho e política social	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Ciências Sociais aplicadas – Serviço Social

Fonte: CNPQ, 2015.

Analisando a realidade apresentada pelos dados sobre os grupos de pesquisa, podemos inferir que este movimento é reflexo do intenso debate que tem sido feito no interior da categoria pelas organizações de representação, ou seja, o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Ao que nos parece, a estratégia dos GTPs empreendida pela ABEPSS tem contribuído para o aprimoramento e maturidade intelectual em torno das temáticas centrais relacionadas ao Serviço Social. Aliado a isto, o Serviço Social na contemporaneidade tem considerado a pesquisa como um mecanismo não apenas de elaboração de conhecimento científico, mas também como meio de definição de estratégias para o enfrentamento e atendimento as demandas específicas postas para a profissão, pois segundo Iamamoto (2014)

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

Tal fato coloca um constante desafio aos profissionais que se orientam por uma postura teórico - crítica e propositiva, o que, nas considerações de Iamamoto (2005), exige do profissional uma articulação indissociável entre a profissão, o conhecimento e

a realidade, sendo indispensável considerar as atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional e não apenas como complementares.

A partir da década de 1980, o Serviço Social tem experienciado um movimento de amadurecimento e aprofundamento da sua produção teórica. As universidades tem exercido papel de destaque neste campo, tendo empreendido inúmeros esforços aos processos de formação e aprimoramento profissional. Conforme Iamamoto (2014, p.612) “a pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social encontra-se consolidada com 34 programas”, sendo estes organizados através de “34 cursos de mestrado e 16 de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em Serviço Social, Políticas Públicas e Políticas Sociais”.

Outra importante constatação apontada por Iamamoto (2014, p.612) é que para a ABEPSS (gestão 2012-14), as prioridades em torno da pesquisa e da pós-graduação, “voltam-se para a revisão das linhas de pesquisa da área no CNPq, para o debate coletivo sobre a orientação acadêmica dos programas de pós-graduação e para o impulso aos intercâmbios internacionais na área de Serviço Social”, ou seja, há um constante e atento movimento em torno do aprofundamento da relação entre pesquisa e exercício profissional no Serviço Social.

Associado a este dado, registra-se que, de um universo de 38 instituições de ensino entre públicas e privadas, identificadas nos artigos dos CBAS e ENPESS (2004-2014), 8 estão vinculadas a pesquisas específicas desta temática representando 21,5 % deste conjunto⁵⁵, as instituições que tem grupos de pesquisa vinculados ao CNPQ⁵⁶.

Apesar de ser um contingente pequeno, este dado pode ser considerado significativo no contexto desta análise e confirmar impressões já destacadas sobre as lacunas presentes na produção de conhecimento sobre questão agrária e Serviço Social. Por outro lado, demonstra que, ainda que, de forma pouco expressiva, esta temática está

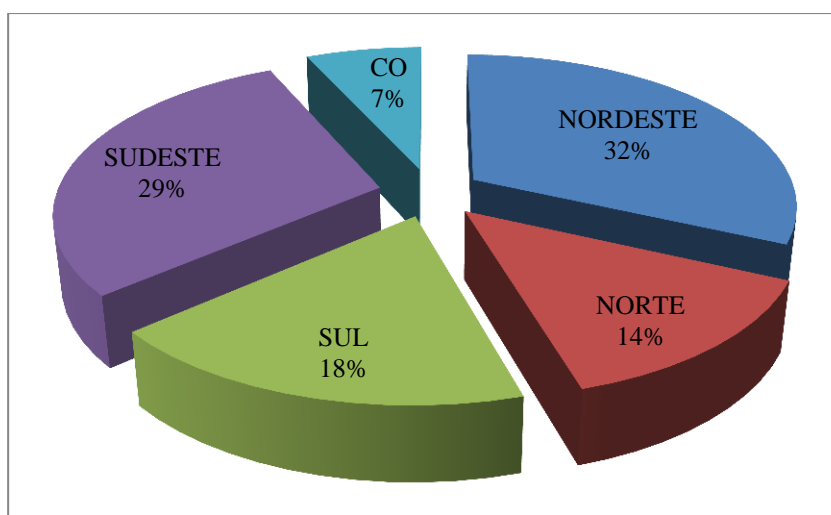
⁵⁵ Ressalta-se que dos grupos constantes nos quadros apenas o IFCE não está relacionado entre as instituições que foram identificadas por meio dos artigos analisados.

⁵⁶ Esta é uma afirmação genérica baseada em dados gerais encontrados no site do CNPQ à época da pesquisa. No entanto, pode ser que algumas universidades ou faculdades estão fazendo pesquisas, grupos de estudos e demais ações ligadas a esta temática que estão sendo financiados por outros organismos. Não se quer ocasionar polêmica de qualquer ordem ou natureza relacionada a esta informação, como também não é objetivo deste estudo aprofundar sobre este tema, a apresentação dos dados neste item serviu apenas para evidenciar, assim como, alguns outros no decorrer da pesquisa, como está a relação da pesquisa na questão agrária no Serviço Social e sobre a necessidade de ampliação desta temática no interior da profissão quer seja por meio dos centros de ensino ou das instituições de representação da categoria profissional.

presente nas universidades e alguns profissionais têm se dedicado a produzir conhecimentos sobre tais questões.

Quando observamos as regiões em que as instituições identificadas nos artigos dos CBAS e ENPESS (2004-2014) estão localizadas no Nordeste⁵⁷ (AL, CE, MA, PB, RN e SE), no Sudeste (ES, MG, SP e RJ) no Sul (PR, SC e RS), no Norte (RO, RR, AM, PA e AC) e no Centro – Oeste (DF, MT e GO) . No gráfico a seguir encontra-se em percentuais a distribuição regional das instituições identificadas.

Gráfico 06 – Localização regional das instituições listadas nos artigos



Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004-2014

Nesta distribuição, é possível especificar que das 14 instituições localizadas no Nordeste 11 são de ensino, sendo 8 públicas e 3 privadas; 1 hospital universitário, 1 centro de formação e assessoria e 1 unidade do INSS. Na região Sudeste, são 12 instituições de ensino e 1 prefeitura. No Sul, são 7 instituições de ensino e 1 cooperativa. Na região Norte, são 5 instituições de ensino e 1 hospital regional e no Centro - Oeste as 3 são instituições de ensino.

Podemos perceber que, pela quantidade de instituições de ensino identificadas nas diferentes regiões, no interior da categoria profissional o debate sobre a questão agrária e o Serviço Social está muito vinculado à academia. Esta constatação pode conduzir a dois questionamentos: o primeiro já apresentado por ocasião da qualificação

⁵⁷ Como pode-se observar, esta foi a região de maior destaque em termos de instituições que estão realizando o debate sobre a questão agrária. A presença é registrada em quase a totalidade da região, ou seja, dos 9 estados que pertencem a região Nordeste só não foram listados os estados de PI e BA.

que se referiu a “Como se configura o campo de atuação do Serviço Social na questão agrária?” e outro “Será que há um campo vasto e diferenciado de atuação do Serviço Social na questão agrária? E se sim, porque os profissionais não estão publicizando suas práticas?”.

No limite deste trabalho, acredita-se não ser possível responder com a plena convicção e correto embasamento acadêmico - científico a estas indagações, mas sim problematizar que, em ambas as pesquisas realizadas neste trabalho, ou seja, tanto através de questionários respondidos pelos profissionais, quanto pelas leituras dos artigos dos anais dos eventos e também de outras bibliografias relacionadas⁵⁸, a maioria das experiências evidenciadas se referiram ao meio acadêmico.

No sentido de referenciar esta afirmação ao que concernem as instituições identificadas através dos artigos, as instituições acadêmicas representam 86,4% do total descrito. Um dado considerado extremamente relevante neste contexto de análise. Outra evidência é que, com relação ao exercício profissional foram identificados apenas 6 (2,8%) relatos de experiências feitas pelos próprios profissionais, e não vinculadas à academia, ou seja, relataram as atuações no espaço sócio-ocupacional em que estão inseridos, ao passo que foram verificados 14 (6,6%) artigos que relatam pesquisas sobre o exercício profissional do assistente social e 4 (1,9%) dos artigos que descrevem estudos sobre o tema, portanto, vinculadas ao meio acadêmico.

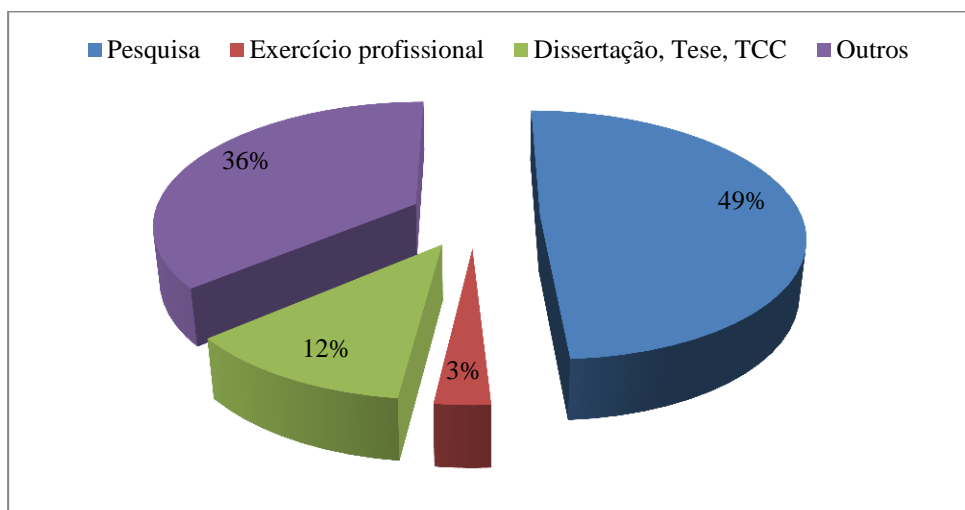
Complementar a estas observações, outro parâmetro a ser considerado, são as constatações do exercício profissional evidenciadas a partir dos questionários. Para tal análise, fez-se uma descrição dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social em que ocorre a interface com a questão agrária, sendo identificadas quatro áreas de atuação principais que são: a docência com 36,4%; a assessoria técnica e extensão rural com 27,3% e a consultoria e a atuação em CRAS ambas com percentuais de 18,2% dos profissionais que responderam ao questionário.

Neste mesmo viés analítico, outro dado pode ser evidenciado para confirmar a constatação sobre a grande vinculação desta temática ao meio teórico - acadêmico que é o tipo de artigo apresentado pelos profissionais. Para isto foram definidas 4 categorias

⁵⁸ Como artigos da Revista Serviço Social e Sociedade, capítulos de livros de autores do Serviço Social, dentre outros relacionados nas referências bibliográficas deste estudo.

analíticas⁵⁹, sendo estas: a) resultados de pesquisa, b) relato de exercício profissional, c) vinculação com tema de TCC, dissertação ou tese e d) outros, que poderiam ser estudo ou ensaio teórico. De acordo com as informações identificadas nos artigos chegou aos dados, que estão ilustrados por meio do gráfico a seguir.

Gráfico 07 – Tipos de artigos identificados



Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004-2014

O tema central dos artigos também foi observado na análise e descrito nos formulários. Esta informação é considerada relevante tendo em vista a confirmação se as técnicas utilizadas para a escolha dos artigos e já descritas na metodologia foram adequadas. Isto porque o tema central de interesse é a questão agrária e a relação com o Serviço Social, podendo ainda ser percebido a interface com outras temáticas, neste caso, evidenciada pela questão ambiental.

⁵⁹ Relativo a pesquisa, era identificado no artigo quando o autor expressava claramente que aquela descrição era resultado de pesquisa. O relato de exercício profissional era identificado quando o autor descrevia seu campo de atuação e expressava suas contribuições. Com relação a TCC, dissertação e tese, identificou-se quando o autor expressava que era baseado nos referidos trabalhos, sendo parte de itens dos mesmos. O tipo considerado como estudo ou ensaio teórico foi definido em função do artigo não descrever necessariamente a que tipo de trabalho estava vinculado e apresentar uma densidade teórica bastante significativa em relação ao tema em questão. Poderia o leitor fazer o questionamento sobre porque não se considerou então tudo que é relativo à academia como uma única categoria analítica, ou mesmo, porque TCC, dissertação e tese não foram consideradas no conjunto como sendo pesquisa, pois são estudos derivados de tal técnica? Esclarece-se que para este estudo estes são detalhes relevantes que evidenciam claramente como este tema está sendo tratado no interior da categoria profissional. Também porque as pesquisas não deixam claro se estão vinculadas a grupos de pesquisa, a estudos gerais sobre a temática ou específicos para fins de TCC, dissertação ou tese. Sendo assim, evidenciar estas especificidades contribui ainda para pensar na estruturação de um item similar a este para identificação dos artigos nos eventos da categoria, sugestão que pode ser encaminhada posteriormente a ABEPSS, ENESSO e ao conjunto CFESS/CRESS.

Sendo assim, a partir das leituras dos artigos, identificou-se que 144 estão relacionados a questão agrária (69%), 40 se referem a outros debates específicos (19%), mas que tem vinculação com a questão agrária e o Serviço Social, sendo estes sobre o Programa Bolsa Família, Território, Políticas de Transferência de renda, Agricultura familiar e pluriatividades no campo, Quilombola, Movimentos Sociais, Política de ATER, Programa PAA, Trabalho Escravo, Previdência Rural, Gênero e violência rural, Condições de saúde e trabalho, Semiárido, Segurança alimentar e nutricional, Relação campo-cidade, Juventude rural, Políticas públicas e Sindicalismo rural. Com relação a questão ambiental foram verificadas 24 referências (11,5%) e apenas 1 artigo com a vinculação com a questão urbana (0,5%).

Estes dados refletem que, a forma que a pesquisa foi realizada, permitiu a identificação dos artigos e a verificação das temáticas as quais os profissionais estão inseridos, conforme era almejado quando da escolha dos procedimentos. A metodologia já descrita anteriormente permitiu que a hipótese levantada sobre a pouca ou quase inexistência da relação da questão agrária com o Serviço Social, fosse confirmada. Mas, apesar disto, a proximidade que o Serviço Social experimenta, apresenta para a profissão um vasto campo de atuação e de possibilidades, porém com inúmeros desafios a serem enfrentados. Estes desafios serão evidenciados em momento posterior e servirão como contributo à profissão.

No formulário para análise dos artigos dos CBAS e ENPESS, uma parte foi destinada para que fossem descritas as percepções acerca da relação entre Serviço Social e questão agrária presentes nos trabalhos. Para a identificação desta relação foram elaboradas 7 chaves de análise, sendo estas: a) Concepção e entendimento sobre a relação serviço social e questão agrária; b) Observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção retratada no artigo; c) Relação/vínculo observada entre profissional e sujeitos atendidos; d) Concepção de profissão: significado e importância do serviço social inserido no contexto da questão agrária; e) Concepção dos profissionais sobre questão agrária; f) Concepção dos profissionais sobre questão social e g) Desafios descritos no contexto do trabalho. Na leitura dos artigos, o que se buscou era verificar se estas chaves analíticas estavam explícitas no texto, ou pelo menos indicativas para que o leitor pudesse percebê-las ao longo do texto ou em trechos destacados. Deste exercício de leitura, foi possível perceber que em um universo de 210 artigos, apenas 5 (2,4%) deles descreveram os 7 itens. A identificação dos mesmos

requereu certa atenção, visto que alguns eles não continham no título⁶⁰, no resumo e nem nas palavras-chave todos os elementos que conduziam a constatação da relação entre Serviço Social e questão agrária.

Com vistas a proporcionar maior visibilidade numérica apresenta-se um quadro com o quantitativo identificado em relação às chaves analíticas. Na coluna sim estão representados os artigos cujos autores em seu conteúdo apresentaram informações que responderam ao item e na coluna não, os que não foram encontradas informações que pudessem ao menos sinalizar tal entendimento, ao que segue.

Quadro 05: Demonstrativo numérico da análise dos artigos

PERCEPÇÕES PRESENTES NOS ARTIGOS	SIM	NÃO
Relação Serviço Social e questão agrária	28	182
Concepção profissional e a intervenção	25	185
Vínculo observado entre profissional e sujeitos atendidos	23	187
Significado do Serviço Social no contexto da questão agrária	28	182
Concepção sobre questão agrária	47	163
Concepção sobre questão social	30	180
Desafios descritos no contexto do trabalho	53	157

Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS (2004 – 2014)

Conforme demonstrado no quadro 07, pode – se constatar que a maioria dos artigos não conseguiu contemplar a resposta às chaves analíticas definidas para este estudo. Ressalta-se que apenas 5 dos 210 artigos, respondeu na totalidade as questões formuladas para análise, o que representou um percentual baixíssimo (2,3%) em relação ao conjunto do material pesquisado.

Reconhece-se que, a apresentação das evidências percebidas nos artigos é um dos pontos centrais deste estudo, o que merece um debruçar minucioso sobre o mesmo, o que se pretende apresentar nos parágrafos que seguem.

A referência direta quanto à concepção sobre questão agrária foi evidenciada em apenas 22,4% dos artigos estudados. Isto representou um percentual pequeno de

⁶⁰ Os artigos são: 1) A questão agrária e os movimentos sociais do campo- um tema para o Serviço Social (XIII CBAS – 2010); 2) Questão agrária, reforma agrária e Serviço Social: uma equação possível (XIV CBAS – 2013); 3) Serviço Social e questão agrária: elementos para a reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do assistente social (IX ENPESS – 2004); 4) A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado (XI ENPESS – 2008) e 5) Atividade curricular em áreas de reforma agrária – questão agrária e educação do campo (XII ENPESS – 2010)

profissionais que apresentou sua concepção sobre o tema. Ressalta-se que, apesar do debate sobre a questão agrária fazer parte da maioria dos textos (69%), como já descrito anteriormente, não houve ênfase direta a esta temática.

No conteúdo dos textos foram feitas muitas inferências sobre a questão agrária, no entanto, a formulação sobre um conceito, terminologia, entendimento ou a compreensão sobre este tema não foi evidenciado claramente pela maioria dos profissionais.

É mister ressaltar que no Capítulo I deste estudo este tema foi amplamente apresentado e contando com as citações extraídas das pesquisas realizadas. Sendo assim, como a concepção sobre a questão agrária foi uma das chaves analíticas específicas, reconheceu-se a necessidade de apenas fazer esta referência a fim de situar o leitor quanto à leitura deste capítulo.

As inferências sobre a questão agrária apresentadas no Capítulo I e aquelas sobre a questão social apontadas no Capítulo II confirmam a intrínseca relação entre estas - questão agrária e questão social - e apontam para um conjunto de desafios que serão elucidados nas linhas que se seguem.

Os desafios descritos no contexto do trabalho, foi uma outra chave analítica deste estudo. Quando da elaboração desta, nosso objetivo era perceber se os assistentes sociais relatavam algo mais específico em torno das problemáticas sobre seu exercício profissional. Como na leitura esta percepção foi quase inexistente, definiu-se por observar de forma mais ampliada e reconhecer como significativos quaisquer desafios que fossem apontados pelos autores, sendo assim, tal questão foi referenciada em 53 artigos, o que representou 25,3 % do material analisado.

Pelo conteúdo presente nos desafios e considerando os diferentes elementos e significados dado pelos profissionais, optou-se por fazer uma descrição analítica dos mesmos e alguns apontamentos neste item.

A partir da percepção possibilitada pela leitura e análise atenta dos artigos, identificou-se que os desafios descritos eram de diferentes ordens e naturezas. Deste exercício teórico foi necessário, para melhor demonstrar a diversidade destes, agrupá-los em quatro ordens ou naturezas, sendo as seguintes: teórico – técnica, política, social e específica do Serviço Social. Os desafios de ordem ou natureza teórico – técnica – foram relacionados aos estudos sobre as temáticas, aprofundamentos sobre dados concretos, correção da imprecisão de dados e análises existentes e maior publicização

da temática para a sociedade em geral. Os de natureza político- administrativo – referem-se às instâncias de representação política e de poder, em que são direcionados os apontamentos feitos em torno das políticas públicas e demais elementos identificados neste campo. Os desafios de ordem social referem-se a aqueles apontados pelos autores que podem ser direcionados para a sociedade em geral e são evidenciados pela maior necessidade de entendimento sobre a temática, participação popular e mecanismos de controle social. Os específicos do Serviço Social são aqueles relativos à profissão de uma maneira geral, podendo estar ligados tanto aos aspectos de formação, quanto aos do exercício profissional. Sendo assim, as informações foram assimiladas e reescritas de forma a possibilitar uma melhor forma de apresentação, ao que segue.

Os desafios teórico-técnicos encontram lugar nas grandes lacunas existentes sobre o conhecimento da realidade agrária brasileira por parte dos estudantes e profissionais em geral. Estas lacunas surgem por esta não ser, muitas vezes, uma área em que se dá a devida importância no Serviço Social. Aliado a isto, há inúmeras dificuldades em se identificar e quantificar informações corretas sobre esta área a exemplo da demanda real por terra apresentada por uma necessidade quantificada de trabalhadores rurais sem terra, pois os dados se tornam imprecisos; outra imprecisão destacada pelos profissionais se refere às análises sobre a melhoria da qualidade de vida da população do campo, quando são oferecidas e acessadas as políticas e programas sociais. O que se considera é que não há instrumentos ou mecanismos precisos que possam mensurar se houve ou não melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Apontou-se a necessidade de superação de algumas práticas e concepções que tem como diretriz a capacidade de: apreender o processo organizativo dos trabalhadores rurais que se estrutura no processo de conflito pela terra; realizar atividades conjuntas entre academia e movimento social que possa aproximar estes espaços, visto que o ocorre são ações pontuais em projetos muito específicos; construir conhecimentos que possam subsidiar proposições e encaminhamentos no contexto contemporâneo de efetivação da Reforma Agrária; discutir sobre projetos de desenvolvimento voltados para a organização produtiva e de gênero em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. O que se considerou é que a academia pouco tem se ocupado em estudos sobre gênero e meio rural, o que contribui para o reforço das relações desiguais de gênero no campo brasileiro.

Outra necessidade é a de problematizar aspectos mais complexos do mundo rural envoltos na dinâmica mais geral do capital, que perpassam as relações de produção no campo. Para isto, um dos objetivos é a construção ou reinvenção das mediações sobre a relação capital/exploração da natureza capazes de articular a vida social e o meio ambiente.

No processo de investigação científica os desafios apontados se referiram a necessidade de evidenciar os embates ídeo-políticos a fim de evitar a despolitização e enviesamento frente ao debate sobre as políticas públicas na questão agrária e a possibilidade de investigações e produções de saberes sobre o rural, enfocando as especificidades do modo de vida camponês, o cotidiano de vida das classes sociais do campo, dentre outros elementos.

Os desafios político – administrativos se referiram ao enfrentamento da questão social, ao questionamento sobre o papel do Estado na provisão das políticas sociais para o campo e a cidade; a exigência de implementação de políticas não compensatórias e não assistencialistas e o rompimento da cultura patriarcal e patrimonialista em torno das políticas públicas; a efetivação de ações que possibilitem a desconcentração fundiária, a democratização de acesso a terra, e o acesso a recursos de infraestrutura para as famílias assentadas; a redefinição das políticas sociais para o meio rural, visto que atualmente estas estão voltadas para o aumento da tecnologia e da produtividade no campo, o que motiva a reflexão sobre o tipo de agricultura que se quer para o Estado brasileiro.

Requer considerar que, em meio ao apontamento dos desafios também surgiram indicações de como proceder de forma a superar os entraves considerados e possibilitar avanços, sendo: a reformulação da Política de Reforma Agrária, que atualmente se traduz como ineficaz através do Banco da Terra, do Novo Mundo Rural e do II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, o que frustrou a expectativa dos trabalhadores rurais; a maior socialização dos recursos nas mãos da população, promovendo melhores índices de desenvolvimento humano - IDH; a formulação de políticas públicas que estejam direcionadas ao atendimento das demandas das mulheres trabalhadoras rurais, especialmente relacionadas às questões de gênero e violência contra a mulher do campo; a compreensão quanto as especificidades da questão agrária para a proposição de ações direcionadas dentro da Política de Assistência Social e de todas as demais políticas sociais; maior disponibilização de investimentos públicos para o desenvolvimento da agricultura familiar, associado à políticas públicas, assessoria técnica e acesso ao

trabalho; vencer os limitantes da política de reforma agrária atual sendo estes, a descontinuidade do programa de ATEs, a precarização das condições de trabalho das equipes de assessoria técnica e a burocracia por parte das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

No rol de desafios apontados, percebe-se que são inúmeras as questões que precisam ser aprofundadas e adensados os debates relativos a superação destas. Ainda neste rol de desafios, foram caracterizados os de cunho social, que se apresentam como a necessidade de criação e efetivação de mecanismos de participação popular nas definições das políticas públicas; a compreensão de que a história da agricultura brasileira revela uma aliança entre o capital e a grande propriedade; a precária organização das associações dos assentamentos rurais; a falta de atendimento as demandas de gênero através de um projeto de desenvolvimento que não reforce os papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres do campo.

Para o enfrentamento aos desafios supracitados, foram apontadas sugestões que irão requerer: a construção de um projeto coletivo que leve em conta as questões de gênero, racial, de geração e de orientação sexual; possibilitar maior visibilidade para as formas de inserção no mundo do trabalho e as condições de vida dos trabalhadores e a ampliação do envolvimento da população no debate sobre os projetos relacionados à extensão rural.

São estas condições adversas e os inúmeros desafios que foram apontados nos artigos dos eventos que se tornam campo propício para o exercício profissional do assistente social. Neste universo amplo e diverso, coadunam alguns outros desafios que foram identificados como relacionados ao Serviço Social, sendo estes assim descritos: distanciamento da profissão em relação aos movimentos sociais do campo, em outras palavras, a profissão ao se renovar se aproxima dos movimentos sociais urbanos, mas não incorpora na mesma medida a aproximação com o movimento dos trabalhadores rurais; a posição secundária que o debate sobre a questão agrária ocupa no Serviço Social confronta com a dimensão que esta assume como questão social no país; a pouca expressão no campo da pesquisa que aborde a inserção do Serviço Social, fazendo com que os profissionais se aproximem dos autores da Sociologia Rural; a necessidade de contribuir para que desde a formação sejam considerados os diferentes saberes e que a atuação profissional não fique presa em descobrir se existe separação entre teoria e prática; frente à realidade agrária brasileira o assistente social é desafiado a se capacitar

para atuar em diferentes frentes de trabalho, ter competência para negociar, decodificar as questões inerentes a realidade social; a dificuldade de envolvimento das famílias nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, pois estas priorizam as atividades produtivas; a sobrecarga de trabalho, o acúmulo de funções, a instabilidade da composição da equipe de atendimento, em que os assistentes sociais são contratados por tempo determinado.

Assim como nos demais desafios apontados, no campo específico da profissão foram elencadas sugestões para o enfrentamento destes, sendo pertinente ressaltar que é preciso: trazer a tona a percepção profissional sobre os rebatimentos da questão agrária no cotidiano de atuação; apreender a questão agrária como uma particularidade de ação profissional cotidiana do assistente social; o Serviço Social assumir uma postura em que estejam em suas demandas específicas as discussões inerentes a terra e a problemática agrária do país; superar os desafios de agir atendendo as necessidades dos trabalhadores e as exigências dos empregadores; refletir sobre um projeto ético político profissional comprometido com a construção de um mundo rural solidário e justo; pensar ações sociais que superem um sistema que privilegia o econômico em detrimento do humano; realizar uma busca incessante pela atualização teórica dos profissionais, que precisam ter claro como se expressa a questão social no campo; compreender as múltiplas determinações da questão agrária; decifrar as problemáticas relativas ao mundo agrário em seu cotidiano profissional; valorizar as formas de atuação dos assistentes sociais no contexto das políticas sociais voltadas para o campo; atuar com observância ao Código de ética profissional em que está expresso abertamente a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”; as demandas que são postas à profissão a partir dos efeitos da questão social precisam ser entendidas pelos profissionais a fim de contribuir para a ampliação dos espaços sócio ocupacionais nas políticas e serviços nesta área; a articulação dos assistentes sociais neste campo de atuação é um desafio para a materialização do Projeto Ético Político no Serviço Social; exigência de uma competência teórico-metodológica capaz de ir além das respostas imediatas institucionais e perceber as reais demandas da classe trabalhadora; conhecer sobre as novas demandas sociais a fim de formular propostas profissionais racionais e operativas de intervenção; atuação articulada a outras categorias profissionais das diversas áreas de conhecimento; Construção de novas formas de qualificação profissional; sendo os assentamentos, acampamentos,

movimentos sociais do campo são presença nos municípios onde o Assistente Social atua, é necessário perceber tal questão como demanda emergente, que implica pensar novas ações profissionais.

Os desafios descritos rebatem diretamente no cotidiano do exercício profissional do assistente social e influenciam tanto na formação quanto no exercício profissional, pois, segundo Netto (1996), muitos destes somente poderão ser enfrentados positivamente pelos assistentes sociais com o desenvolvimento de novas competências sócio-política e teórico – instrumentais e que estas novas competências só poderão ser pensadas tendo por base o conhecimento da realidade social que se dá através de pesquisa, produção de conhecimentos e de alternativas a instrumentalização.

Complementar a este debate, outro dado pertinente a ser considerado foi a diversidade ou pluralidade de autores identificados na bibliografia utilizada nos artigos que são referências do Serviço Social, da chamada perspectiva crítica, da sociologia rural e de referências específicas do campo da questão agrária ou das temáticas e espaços em que os profissionais estão inseridos.

No rol de autores indicados identificou-se uma vasta diversidade, visto que entre os 210 artigos foram encontrados um total de 1924 referências, sendo estas indicativas de nomes de autores e de sites de pesquisas. Os principais autores referenciados, ou seja, os mais recorridos nos referenciais bibliográficos pesquisados estão elucidados no quadro abaixo.

Ressalta-se que neste estudo privilegiou-se a identificação da incidência de utilização de autores específicos do Serviço Social e daquelas principais referências que a profissão se utiliza, o que se denominou de autores ligados à teoria social crítica, ou seja, que partem da perspectiva crítica para fundamentar suas análises. Sendo assim, numericamente podemos apresentar as seguintes observações em relação às referências bibliográficas constantes nos artigos.

Quadro 06 – Identificação dos autores mais utilizados no Serviço Social e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias

Autores	N ° de vezes referenciadas nas bibliografias
IAMAMOTO, Marilda Vilella	51(2,6%)
NETTO, José Paulo	28 (1,5%)
ARAÚJO, Severina Garcia de	18 (0,9%)

SANT`ANA, Raquel Santos	17 (0,8%)
BEHRING, Elaine Rossetti	10 (0,5%)
YASBECK, Maria Carmelita	5 (0,2%)
MARX, Karl	39 (2%)
ANTUNES, Ricardo	17 (0,8%),
IANNI, Otávio	14 (0,7%)
GOHN, Maria da Glória	09 (0,4%),
COUTINHO, Carlos Nelson	07 (0,3%),
MESZÁROS, István	06 (0,2%).
MINAYO, Maria Cecília	06 (0,2%).

Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004 a 2014

Conforme evidenciado, sobre o Serviço Social e autores ligados à perspectiva crítica foram considerados 13 referências principais, das quais 06 são específicas do Serviço Social. Os demais são referências constantemente utilizadas pelos assistentes sociais.

Ao fazermos a análise voltada aos autores da economia política, sociologia rural e questões mais gerais acerca da questão agrária identificamos que os autores mais citados foram os seguintes:

Quadro 07 – Identificação dos autores mais usados na economia política, sociologia rural e outros e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias

Autores	Nº de vezes referenciadas nas bibliografias
MARTINS, José de Souza	69 (3,6%)
FERNANDES, Bernardo Mançano	35 (1,8%)
STÉDILE, João Pedro	26 (1,3%)
SILVA, José Graziano da	25 (1,1%)
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo	21 (1%)
SILVA, Maria Aparecida Moraes	20 (0,9%)
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino	18 (0,85%)
DELGADO, Guilherme	17 (0,8%)
FERNANDES, Florestan	10 (0,5%)
ALANTEJANO, Paulo Roberto	10 (0,5%)
LEITE, Sergio	09 (0,46%)
PRADO JUNIOR, Caio	08 (0,4%)
CALDART, Roseli	08 (0,4%)
ABRAMOVAY, Ricardo	08 (0,4%)
OLIVEIRA, Francisco de	07 (0,36 %)

Fonte: Anais dos CBAS e ENPESS 2004 a 2014

Se somarmos todas as referências especificadas nos quadros anteriores teremos um total de 518 citações distribuídas entre os 28 autores mais evidenciados nos trabalhos. Este total equivale a apenas 27% do total geral de referências o que demonstra a pouca especificidade do debate ligada ao Serviço Social e ao rol de autores mais evidenciados pela categoria profissional, confirmando o pluralismo já destacado anteriormente.

O pluralismo citado anteriormente, é uma das premissas expressas no VII princípio fundamental do Código de Ética Profissional – CEP do assistente social. Este prevê a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 2011). No entanto, a garantia do pluralismo e do incentivo à utilização de bibliografias diferenciadas para referenciar os estudos em Serviço Social, não pode ser confundido com ecletismo teórico, pois neste reside uma posição filosófica e ídeo- política que, na produção teórica profissional, conduz à posturas e visões conservadoras e que são combatidas pela perspectiva crítica da profissão. Tem-se que estes posicionamentos e visões vinculam a intervenção profissional aos interesses de manutenção da ordem capitalista e das suas formas de exploração do trabalho. Em outros termos, isto implica em um exercício profissional que não ultrapassa a imediatividade aparente da realidade e que, em seu contrário, reproduz as suas contradições de classes, ainda que muitos profissionais não percebam tal consequência de sua atuação.

Não sendo intenção ocasionar polêmica, visto que este debate não é objeto deste estudo, mas, apenas no sentido de elucidar os dados e as análises feitas em relação às referências bibliográficas utilizadas nos artigos, cumpre-nos apontar que o ecletismo, foi uma característica percebida nas referências utilizadas, pois em uma mesma referência podemos encontrar autores do Serviço Social, da perspectiva crítica, da sociologia rural e outros mais específicos sobre a temática do artigo, sem o claro cuidado de referenciar as diferenças de pensamentos e posicionamentos dos autores. Esta também foi uma percepção da análise sobre os questionários respondidos pelos profissionais, conforme a descrição que estes fizeram quando perguntados sobre as referências que se utilizavam para embasar sua atuação profissional.

Parece-nos que esta questão é elucidada a partir da seguinte afirmação feita por (LUSA, 2010, p.2) em que a autora ressalta que “para fazer o percurso de aproximação

entre o Serviço Social e as discussões sobre o rural, foi necessário adentrar no debate da Sociologia rural” e ainda faz uma referência a “existência de um afastamento do exercício profissional e das produções teóricas do Serviço Social em relação às questões rurais”.

Acredita-se que tal fato ocorra devido a pouca literatura disponível, específica do Serviço Social sobre a questão agrária, como também pela proximidade e apropriação dos profissionais pela literatura relacionada aos campos específicos em que estão atuando, o que representa uma vasta possibilidade de estudo sobre a temática em âmbito geral e pouca especificidade relacionada ao Serviço Social.

No entanto, cumpre considerar que, no limite deste trabalho esta observação torna-se uma impressão e não uma afirmação concreta, visto ser este um tema que requer um olhar mais criterioso e um debate mais aprofundado, o que poderá ser realizado em outra ocasião de estudo e por outros pesquisadores que tiverem interesse por ele.

4.2 - Análise do exercício profissional do assistente social na questão agrária a partir dos questionários – a apreensão das respostas dos assistentes sociais

Assim como apresentado na parte anterior, as reflexões a seguir foram feitas com base nas informações sistematizadas a partir dos questionários enviados aos assistentes sociais sujeitos desta pesquisa.

A pesquisa contou com a contribuição de 11 assistentes sociais que responderam a um questionário contendo uma parte descritiva sobre o perfil e experiências (identificação do profissional; grau de escolaridade; experiência profissional; local/área de atuação atual e anterior, com as especificações de tempo de atuação, cargo ou função desempenhados e média de remuneração) e outra parte com 15 questões para análise e exposições dissertativas (inserção na área; contexto de formação profissional; compreensão sobre a relação questão agrária, questão social e serviço social; significado do serviço social na questão agrária; interesse pela área; contribuições que o Serviço Social oferece; principais desafios no contexto de trabalho; condições de trabalho, pesquisa e aprofundamento nesta temática; principais atividades realizadas; principais materiais e autores utilizados; principais procedimentos técnico-operativos utilizados; atuação ou não em conjunto com outros profissionais e de outras áreas; contato/relação

com outros assistentes sociais que também trabalham ou estudam sobre esta área; percepção quanto ao entendimento/aceitação dos demais assistentes sociais sobre esta área de atuação e sugestões/contribuições/outras percepções que fosse interessante ressaltar), o que possibilitava ao profissional maior liberdade em suas respostas.

Nas orientações feitas aos assistentes sociais em carta enviada juntamente com o questionário⁶¹, ressaltou-se que as respostas seriam livres, para que os profissionais pudessem se sentir mais a vontade em seus relatos, no entanto, solicitou-se o máximo de detalhamento possível em relação ao seu entendimento sobre a questão, a fim de possibilitar as percepções e construção das análises e contribuições a este estudo.

Conforme descrito na Introdução, com o intuito de garantir a fidelidade das informações e maior liberdade na exposição dos dados, fez com que optássemos por não identificar nominalmente as falas dos sujeitos que responderam ao questionário, mas sim utilizarmos números, que corresponderam a sequência do Assistente Social 01 ao Assistente Social 11.

Ainda que não façamos a identificação nominal dos assistentes sociais colaboradores da pesquisa, iremos apresentar de forma bem abrangente as principais características, visto que são profissionais de extrema relevância no contexto da questão agrária e do Serviço Social.

Sendo assim, neste primeiro ponto serão evidenciadas as características gerais sobre o perfil dos profissionais e mais adiante faremos a apresentação do detalhamento em relação às questões respondidas pelos mesmos.

4.2.1 – Composição do perfil dos assistentes sociais que atuam direta ou indiretamente na questão agrária a partir dos questionários

A intenção da pesquisa era estabelecer alcance nacional para que se pudesse ter uma percepção mais ampla em relação à atuação na área. Mas, inevitavelmente algumas regiões têm uma concentração maior de profissionais atuando nesta área devido às características e ofertas de espaços sócio-ocupacionais. Neste caso, a maior parte (37%) dos profissionais entrevistados encontra-se na região Norte, sendo aqui destacados os estados do Tocantins e Rondônia. Em uma mesma proporção significativa está às regiões Nordeste (18%), Centro- Oeste (18%) e Sudeste (18%) com destaque para os

⁶¹ O questionário e a carta de orientações podem ser consultados como itens anexos a esta dissertação.

estados de Alagoas e Sergipe, Distrito Federal e São e Rio de Janeiro , respectivamente. A região e Sul contou um numero menor no universo pesquisado (9%), sendo identificado o estado do Rio Grande do Sul.

Estes dados revelam que a questão agrária, tem sim, uma abrangência nacional, estando presente em todas as regiões e estados do Brasil, ainda que não seja percebida de forma evidente, pois muitas vezes sua evidência surge em função dos conflitos agrários. Devido à característica deste estudo, não se pode afirmar que pela incidência de profissionais na região Norte, este é o espaço territorial que mais concentra profissionais. No entanto, é inegável que esta é uma região em que conflitos agrários⁶² ocorrem com maior frequência.

Os conflitos agrários são caracterizados, não apenas, em relação as lutas pelo direito e acesso a terra, como é o caso dos trabalhadores rurais sem terra, e uma das principais bandeiras de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST, mas, também em relação ao direito de permanecer em suas áreas, como é o caso dos trabalhadores rurais com terra – proprietários e não proprietários que são afetados pelos grandes projetos de desenvolvimento⁶³. Dentre as categorias consideradas por este estudo, podem ser distinguidos alguns grupos de famílias rurais afetadas: proprietários e

⁶² Conforme o Relatório Conflitos no Campo no Brasil 2013, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, os Índices de intensidade dos conflitos medido pelo número de Áreas/Localidades em conflito, nos mostra que a Amazônia teve oito dos seus nove estados com Índices Alto e acima de Alto em 2013, a saber: AP (Excepcionalmente Alto), AC (Altíssimo), RO e TO (Muito Alto) e MA, MT, PA e RR (Alto). Isso evidencia que a expansão do capital sobre a Amazônia traz enormes consequências sociais e ambientais. No Nordeste dois estados se destacaram - PE e PB - com Índice Alto e na região Centro-Sul, Mato Grosso do Sul apresentou Índice Altíssimo de áreas em conflitos. (CPT, p. 27, abril de 2014)

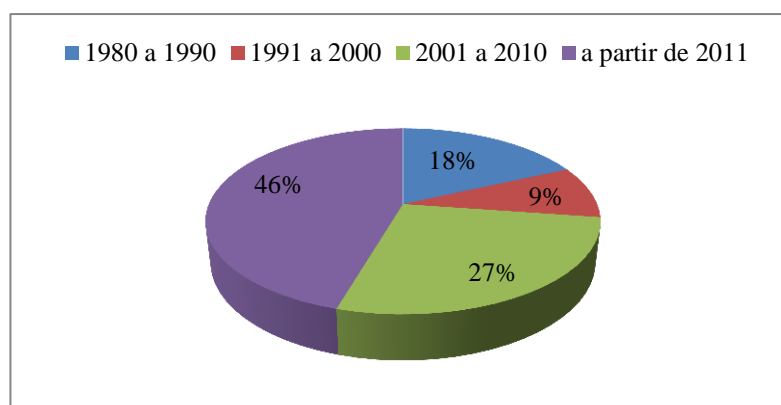
⁶³ Grandes projetos de desenvolvimento– Considera-se que os modelos de desenvolvimento adotados no país têm feito uma clara opção pela industrialização com isso privilegiando os grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais. Podemos destacar neste contexto os grandes projetos hidrelétricos e o agronegócio. Ambos influenciam diretamente no desenvolvimento econômico e regional do país. Para Werner (2012) “os grandes aproveitamentos hidrelétricos são exemplos perfeitos e acabados do padrão que se expressa nos grandes projetos de investimento, em que regiões, extensas bacias e áreas de várzea são transformadas em jazidas energéticas. As atividades econômicas, a vida social, as populações que configuram e ocupam esses espaços tornam-se obstáculos ao processo de apropriação territorial pelo capital e pelo poder do centro e devem, conseqüentemente, ser removidos. (WERNER, 2012, p.159). O agronegócio é definido por Silva (2009, p.36) como um modelo agrícola que se embasa no pensamento Neoliberal e que vem permeando toda economia do país, pois possibilita a união do grande capital nacional/internacional e latifundiários, este, privilegia o cultivo da monocultura e volta-se para o comércio exterior e permite a formação de monopólios da produção. Sobre o agronegócio, podemos observar que em capítulo anterior foi feito maior detalhamento.

grandes estabelecimentos, proprietários de pequenos estabelecimentos rurais e não proprietários - ocupantes, empregados, meeiros, arrendatários e usucapião⁶⁴.

Configurada a localização geográfica e suas características e na continuidade das análises dos questionários, observou-se que a maior parte dos profissionais se encontra na faixa etária compreendida entre 36 e 40 anos (37%), seguida de 25 a 30 anos (18%) e acima de 50 anos (18%) os demais (31 a 35, de 41 a 45 e de 46 a 50) apresentaram os mesmos índices, sendo 9% de incidência em cada faixa. A idade, muitas vezes, representa certo grau de maturidade, o que pode influenciar nossas escolhas pessoais e profissionais tendo em vista certa experiência já vivenciada. Esta é apenas uma impressão tendo em vista que a atuação na questão agrária é pouco evidenciada na categoria profissional, conforme observamos na formulação teórica deste estudo e em algumas análises já apresentadas anteriormente.

Associado a média de idade dos profissionais, podemos considerar o período em que estes se graduaram. O gráfico abaixo demonstra a realidade em que se inserem.

Gráfico 08 – Ano de graduação



Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

⁶⁴Diante das categorias apresentadas cumpre fazer uma caracterização sobre famílias rurais afetadas não proprietárias, quanto ao vínculo com a propriedade rural, estes são considerados: **Ocupante:** denomina-se ocupante o indivíduo que de alguma forma utiliza determinada área não estando com a documentação legal da mesma. Também chamados de posseiros. **Ocupante consentido:** indivíduo que se beneficia de determinada área com o consentimento do proprietário não onerando o mesmo. Poderá ser definido também como agregado. **Empregados moradores:** desenvolvem atividades, através de prestação de serviços com fim remunerativo, independente da existência ou não de contrato entre as partes, sendo a renda principal oriunda desta prestação de serviços. **Meeiro:** trabalhador que desenvolve seus trabalhos em parceria. **Arrendatário:** indivíduos que desenvolvem atividades econômicas ou de subsistência pagando um valor para a utilização do imóvel gerador da renda. **Usucapião:** será considerado proprietário aquele que possua, como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, desde que produtiva e a utilize como moradia, conforme artigo 191 dos Direitos Agrários da Constituição Federal no capítulo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. (FERREIRA, p. 60, 2002)

A partir da demonstração dos dados da pesquisa em relação ao período em que os profissionais se graduaram, é interessante ressaltar que a maioria significativa dos assistentes sociais (73%) se graduou na última década. A formação recente, representada pelos 46% que se graduou nos últimos 4 anos, nos revela que a questão agrária, recentemente, tem conquistado maior visibilidade na profissão. Acredita-se que tal mérito seja creditado aos debates empreendidos por meio dos GTPs da ABEPSS já referenciados anteriormente e por outros destaques possibilitados nos eventos empreendidos no interior da categoria, sobretudo os CBAS e ENPESS. Recordamos que estes GTPs foram implementados a partir de 2010 e que tem possibilitado em seus debates, por meio dos colóquios e documentos elaborados, um aprofundamento sobre as Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional em Serviço Social. Trazemos novamente a afirmação feita quando se analisou sobre os CBAS e ENPESS, de que, a estratégia dos GTPs empreendida pela ABEPSS tem contribuído para o aprimoramento e maturidade intelectual em torno das temáticas centrais relacionadas ao Serviço Social, uma destas a questão agrária.

Ainda nesta análise, importa ressaltar uma evidência que nos causou surpresa, mas, que devido às características gerais da pesquisa, não nos permitiu um aprofundamento sobre a constatação de que a maioria dos profissionais graduados recentemente é oriunda de Escolas de Serviço Social de universidades particulares. Tal surpresa justifica-se, tendo em vista que, conforme apresentado na primeira parte da pesquisa, em que se analisou sobre os grupos de pesquisa que concentram estudos e debates sobre Serviço Social e questão agrária, estes estão em sua expressiva maioria situados em universidades públicas (estaduais ou federais).

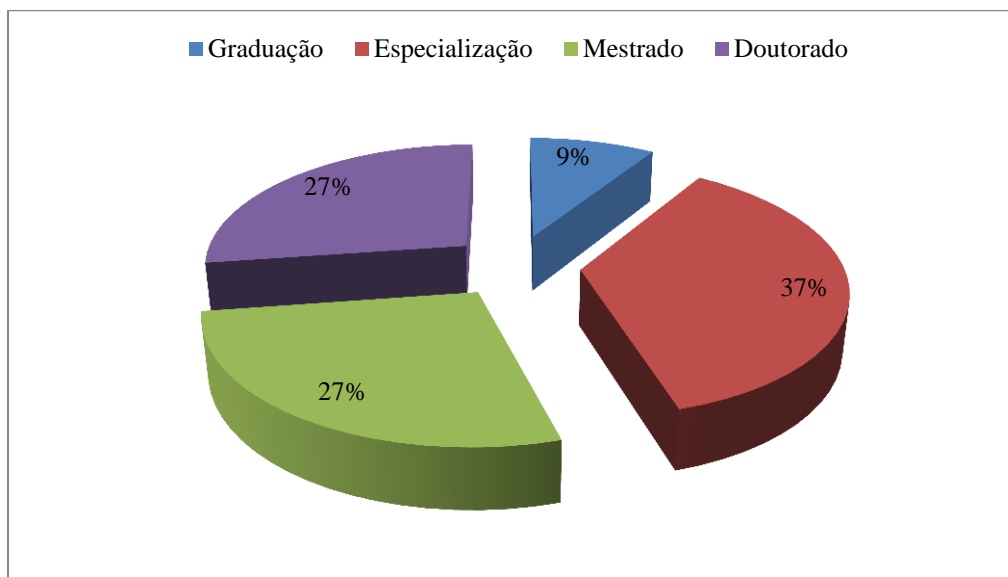
Conforme já expresso em análise específica sobre os grupos de pesquisa, esta nos aponta para um importante movimento em torno do debate sobre a questão agrária no Serviço Social que tem sido feito no interior da categoria pelas organizações de representação, o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. No entanto, tal constatação nos levou a alguns questionamentos em torno da formação profissional, mas que, pela limitação e especificidade deste estudo não serão respondidos, quais sejam: Como a questão agrária tem sido vista no âmbito da formação profissional pelas universidades públicas e particulares? Que tipo de iniciativas concretas os grupos de pesquisa tem empreendido no sentido de estimular e favorecer a continuidade de atuação dos profissionais na questão agrária? O universo de sujeitos escolhidos para esta pesquisa foi quem determinou este dado, tendo em vista as oportunidades de formação profissional (graduação

e especializações) oferecidas em cada localidade que estes profissionais estão inseridos? Ou seja, se nos locais em que os assistentes sociais foram formados só havia disponibilidade do curso de Serviço Social em faculdades particulares. No entanto, como já explicitado, não tendo possibilidades de adentrar sobre estas questões, as oferecemos á categoria e ao Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, como contribuições ao debate sobre a inserção do Serviço Social na questão agrária.

Ainda com relação ao perfil dos profissionais, nas informações dos questionários, observou-se uma significativa maioria de profissionais do sexo feminino. Este dado confirma uma característica e tendência histórica da profissão, a de que ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 18% de homens. Estes estão atuando na região Norte (TO e RO). Sendo assim, também neste estudo este dado aparece com altos índices, sendo verificado que 82% dos assistentes sociais participantes desta pesquisa e atuantes na questão agrária são mulheres.

O nível de escolaridade é outro dado a ser destacado na análise dos questionários. Conforme as descrições feitas pelos profissionais, percebe-se a importância dada pelos mesmos, ao processo de formação continuada, o que pode ser demonstrado pelos dados constantes no gráfico abaixo:

Gráfico 09– Nível de escolaridade



Fonte: Questionários de pesquisa, 2014.

A qualificação e o aprimoramento intelectual tem um significado singular para a profissão, visto que se constitui como sendo o X princípio fundamental do Código de Ética,

que dispõe do seguinte texto: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Sobre este tema, Guerra (2013) considera que o conhecimento teórico incide sobre a maneira pela qual os profissionais estabelecem a relação teoria/prática. O conhecimento teórico passa a ser reconhecido pela profissão e utilizado como parâmetro para verificação da competência profissional e como elemento que contribui, no âmbito do cotidiano de intervenção, para a construção de respostas às novas demandas postas ao Serviço Social.

Em trabalho anterior realizado por nós, foi possível apontar alguns elementos sobre as novas demandas postas ao Serviço Social, que consideram que o assistente social deve ser um profissional crítico, propositivo, polivalente, interventivo, pesquisador, questionador e que tenha novas habilidades (teórico, técnica, ético, política), que seja qualificado para atuar em novos espaços (terceiro setor, consultoria, assessoria), que saiba olhar e decifrar a realidade, construir propostas, formular e gerir políticas, romper com a burocracia e o tecnicismo, entender a questão social e recriar as antigas formas de trabalho. (Ferreira, 2000)

Este pensamento pode ser confirmado a partir da seguinte afirmação feita por Guerra (2013)

Sabe-se que qualquer profissão somente é reconhecida na medida em que se sintoniza com as requisições da dinâmica societária, caso contrário, corre o risco de ver seu exercício profissional esgotar suas possibilidades, perder seu significado sócio profissional. Porém, as determinações da realidade, se não selecionada sob o parâmetro da crítica, acabam por restringir a qualificação àquelas exigências do mercado (...). Assim, na perspectiva de uma capacitação contínua e permanente tal como proposta no nosso Código de Ética Profissional, não se trata apenas de promover uma recorrente e sistemática atualização profissional, o que por si só já seria de grande relevância. (ibid., p.128)

Neste item foram apresentadas as principais construções acerca do perfil dos assistentes sociais que atuam direta ou indiretamente na questão agrária.

4.2.2 – Apreensões sobre as respostas dos assistentes sociais que atuam direta ou diretamente na questão agrária a partir dos questionários

A partir deste ponto faremos a apresentação do que denominamos de conteúdo qualitativo dos questionários, tendo em vista que foram questões dissertativas que permitiram maior liberdade de respostas e exposição dos pensamentos dos assistentes sociais sobre as questões indagadas. Foram 15 questões para análise e exposições dissertativas, as quais se referiram a inserção na área; contexto de formação profissional; relação questão agrária, questão social e serviço social; significado social da profissão; interesse pela área; contribuições oferecidas pelo Serviço Social; principais desafios; condições de trabalho, pesquisa e aprofundamento; principais atividades⁶⁵; principais materiais e autores; principais procedimentos técnico-operativos; atuação ou não em conjunto com outros profissionais e de outras áreas; contato/relação com outros assistentes sociais; entendimento/aceitação dos demais assistentes sociais sobre esta área e sugestões/contribuições/outras percepções.

A inserção na área foi o primeiro questionamento feito aos assistentes sociais, pois esta informação é que nos permitirá perceber como se iniciou a trajetória destes profissionais na questão agrária, ou seja, por quais vias, houve o interesse pelas questões relativas aos trabalhadores rurais, suas organizações e tudo que permeia este universo.

Conforme a sistematização dos dados, percebeu-se que a trajetória descrita pelos profissionais na maior parte deu-se por experiências pessoais vivenciadas anteriores à graduação em Serviço Social (55%), outras na graduação ou pós-graduação (27%) motivadas pelos projetos de pesquisa, extensão universitária, campos de estágio, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses. E apenas 18% dos profissionais se interessaram por esta área em função de seleção para o exercício profissional.

Um destaque a ser feito sobre a inserção na área é o de que, muitos dos relatos, feitos pelos assistentes sociais sobre a inserção na área, trazem em seu conteúdo o

⁶⁵ As atividades e procedimentos, apesar de serem itens referentes a parte mais qualitativa desta descrição e não diretamente ao perfil, estas, juntamente com os procedimentos, foram destacadas no primeiro item, como forma de garantir melhor coerência textual, visto terem sido enfocados elementos que tinham total relação com estes dois itens. Acredita-se que esta forma não comprometeu a construção do documento, mas ao contrário, possibilitou melhor organicidade ao texto.

aspecto da militância e da proximidade com a luta por opção política, o que pode ser confirmado pela seguinte descrição:

A minha inserção nessa área ocorreu através da militância. A região onde residia anteriormente foi o berço da retomada da luta pela terra e minha inserção no Partido dos Trabalhadores e em alguns movimentos sociais vinculados ao campo possibilitaram a aproximação a essa temática que de início ocorreu unicamente no âmbito da militância. O meu ingresso no mestrado abriu a possibilidade da pesquisa o que vem ocorrendo desde então. (Assistente Social 11)

Outra observação é quanto a continuidade de atuação nesta área aliada à trajetória de inserção, o que é apresentada nas considerações feitas pela Assistente Social 1,

Minha inserção começa antes de cursar Serviço Social. Em 1987 acompanhei o acampamento organizado pelo MST em minha região, na época eu fazia parte de um grupo de jovens vinculado à comunidade eclesial de base. Nós tínhamos como ações apoiar a luta pela terra aliando a discussão de fé e política tão semeada pela Teologia da Libertação. Na década de 90 cursei Agropecuária e fazia parte do Grêmio Estudantil. Neste período houve mais ocupações na região e pelo Movimento Estudantil houve inserção. Consequentemente, com a inserção no Serviço Social eu já sabia qual seria minha escolha profissional e meu Trabalho de Conclusão de Curso narrou o envolvimento do estágio em uma comunidade de um assentamento de Reforma Agrária. Assim, segui minhas produções no Pós-Graduação com a Dissertação e Tese vinculada aos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST.

Outro aspecto do questionário refere-se ao contexto de formação profissional dos assistentes sociais inseridos na questão agrária. Sobre este tema, foi perguntado aos profissionais se, em seu contexto de formação profissional, eles tiveram disciplinas, projetos, pesquisas, grupos, estágios ou outros componentes curriculares que discutissem a questão agrária como espaço sócio-ocupacional do assistente social. Conforme as respostas pode-se verificar que apenas 36,4% responderam que sim, sendo realizado através de estágios e projetos de extensão. Os outros 63,6% relataram que não e podem ser representados pelos elementos do conteúdo descrito pela Assistente Social 6, que segue

Definitivamente não. Durante os quatro anos do curso de bacharelado em Serviço Social, da mesma forma no curso de especialização sobre Gestão Pública e Sociedade, nenhuma disciplina

ou qualquer outra ação acadêmica, possibilitou a abordagem da questão agrária como espaço sócio-ocupacional do assistente social, o que em alguns momentos, me impulsionou a questionar junto à alguns professores(as), especialmente às assistentes sociais, essa total ausência de abordagem e desconsideração dessa possibilidade. (Assistente Social 6)

Outro destaque a ser feito em relação a esta questão é o compromisso que alguns assistentes sociais demonstraram ter com esta temática e as estratégias que os mesmos empreenderam no sentido de possibilitar a ampliação do debate. O que pode ser percebido na descrição da mesma profissional, a Assistente Social 6, o que segue

Diante disto, e considerando que paralelamente à graduação, minha atuação profissional era exatamente junto aos movimentos sociais ligados a reforma agrária, decidi instigar essa abordagem em meu projeto e trabalho de conclusão de curso, que teve como título “Economia Solidária: os empreendimentos econômicos solidários no meio rural como potencial campo de atuação do Serviço Social”, no qual teve como fundamentação básica a questão agrária no Brasil e tratando a questão agrária e todo o seu contexto, instituições, ações sociais e políticas governamentais inerentes a proposta de reforma agrária no país como um potencial campo de atuação do Serviço Social. (Assistente Social 6)

Uma consideração relevante a este processo é que o único profissional (Assistente Social 7) que respondeu ter tido disciplina específica sobre a questão agrária, tem formação recente e é oriundo de escola privada. Os demais, que responderam ter tido contato com a temática relataram que estas estão associadas a experiências de estágio ou projetos de extensão. Observemos como o Assistente Social 7, retrata sua experiência acadêmica

Tivemos uma disciplina de políticas públicas e enfrentamento agrário na qual discutimos sobre a reforma agrária, sendo esta uma política pública que necessita ser trabalhada a partir de uma visão mais ampla, isto porque a questão agrária não é só a terra, mas também envolve a necessidade das famílias terem acesso as políticas sociais. (Assistente Social 7)

A análise sobre o contexto de formação profissional pode ser associado a outro dado já referenciado nesta pesquisa, que se referiu a formação recente, representada pelos 46% dos assistentes sociais que se graduou nos últimos 4 anos. Isto nos revela que a questão agrária, só recentemente, tem conquistado maior visibilidade na profissão.

O interesse pela área foi respondido pelos profissionais ao longo das respostas a outros questionamentos. Mas, ainda assim, achou-se importante fazer este questionamento específico e dar visibilidade às respostas apresentadas. O que pode ser representado pelas respostas apresentadas a seguir:

O interesse pela área surgiu através do contato direto com o público e pela demanda atendida durante meu estágio supervisionado, o que motivou o desenvolvimento de minha monografia. (Assistente Social 2)

Meu interesse veio da prática e da troca de experiência com profissionais da área. Como expliquei na primeira questão. (Assistente Social 5)

Meu interesse pela área veio em função de meu contato com a realidade agrária e com os trabalhadores do campo via militância partidária e nos movimentos sociais, principalmente o MST. Mas ressalto, também, que essa temática está bastante presente em minha trajetória de vida. Meus avôs, tanto maternos como paternos eram camponeses e meu pai que iniciou sua vida como camponês, redirecionou sua ação para o trabalho organizativo, principalmente em sindicatos rurais e, posteriormente, em cooperativas agrícolas. Indiscutivelmente que essa história foi fundamental nas minhas escolhas no âmbito da pesquisa, pois tratava-se de problemáticas que faziam parte de minha experiência de vida. (Assistente Social 11)

O interesse surgiu por ser filha de agricultores familiares tradicionais e gostaria de contribuir para a melhoria da qualidade de vidas dessas famílias, e encontrei respaldo na minha formação profissional. (Assistente Social 8)

Acredito que o que mais me mobilizou e mobiliza é o fato de saber e sentir-se ainda, apesar de viver e trabalhar na cidade, como camponês. Minha infância, na lida da roça com meus pais, a pobreza, as injustiças cometidas contra eles (e nós) pelos atravessadores, pelos fazendeiros... (Assistente Social 10)

A partir das respostas e das evidências que podem ser verificadas nos trechos acima apresentados, o que pode ser percebido, é que a maioria dos profissionais, despertou seu interesse em exercer a profissão nesta área, após suas vivências pessoais, de aproximação e vinculação com movimentos sociais e de terem identidade com o campo, por serem filhos de agricultores familiares. Outra forma também, são as experiências anteriores, por contatos com outros profissionais da área ou na ocasião da graduação em Serviço Social, por meio de estágios ou inserção em projetos de extensão.

A vinculação pela identidade de agricultor familiar e o interesse após experiências acadêmicas são dois pontos de extrema relevância neste contexto. O primeiro por representar uma possibilidade de retorno ao campo e a reafirmação da identidade do profissional com sua origem, fato raro, pois o que muitas vezes ocorre quando o filho do agricultor sai de casa para estudar na cidade, é que dificilmente se interessa por voltar as origens e contribuir tecnicamente com a sua ou com outras comunidades. O que se verifica, através de outras leituras e experiências é a negação da realidade enquanto sujeito do campo e a afirmação da necessidade de se ter uma condição de vida melhor do que a que seus pais tiveram, visto que o campo é tido muitas vezes como local de sofrimento, de dificuldades e o trabalho na roça, pouco valorizado. Esta é uma característica que também é reforçada pelos próprios pais, ou seja, o objetivo dos agricultores familiares que tem condições de encaminhar seus filhos para estudar na cidade, é o de que estes possam ter uma vida diferente da deles.

A segunda característica enfatizada pelas experiências acadêmicas ou pela proximidade com profissionais da área representa a importância que o processo de formação profissional tem neste contexto, ou seja, afirma-se empiricamente, que a ampliação deste debate no interior da academia e a oferta de espaços acadêmicos que discutam sobre a questão agrária poderá contribuir para a inserção de um contingente maior de assistentes sociais nesta área.

Na continuidade das análises, perceber as contribuições que o Serviço Social pode oferecer enquanto uma profissão inserida no contexto da questão agrária, e dar-lhe visibilidade, requer primeiro que compreendamos seu significado e para isto não encontramos definição mais clara do que a apresentada por Netto (2013)

Uma profissão – e o Serviço Social é apenas uma profissão – não se explica e se compreende sem que se explique e compreenda a sociedade em que se desenvolve. Uma profissão, porém, não é um epifenômeno dos processos sociais em que se insere; não os “reflete” como se fora um “espelho”: a relação entre ela e tais processos é ativa, complexa e extremamente mediatizada – as determinações que os processos sociais (econômicos, históricos, políticos) impõem à intervenção dos assistentes sociais são refratadas na profissão (nas suas visões de mundo e de práticas) através de mediações da mais variada ordem (desde as teórico-ideológicas e culturais às institucionais). É uma relação visceral e não pode ser tomada como adjetiva, abrindo a via ao privilégio de “análises internas” que conduzem ao endogenismo e convertem a autonomia relativa do desenvolvimento profissional em processo independente dos conflitos

e lutas sociais. Na sua autonomia relativa, a profissão *responde* aos processos de sociais em que se inscreve – e tais respostas podem ser diversas. (Grifos do autor) (NETTO, 2013, p.28)

Neste contexto, o trabalho do assistente social realiza-se tendo em vista a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. Em que o exercício profissional muitas vezes está condicionado às relações e aos interesses sociais. O que permite ao profissional participar de um processo que tanto contribui para “a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação”. E são estas condições expressas que segundo Iamamoto (2009) é que permitem “à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais”. (ibid., p.12)

Sant’ana (2014) complementa e reforça o pensamento expresso por Iamamoto (2009) ao argumentar que o projeto profissional do Serviço Social a partir da defesa da democracia, da cidadania, dos direitos sociais e do compromisso com a qualidade dos serviços prestados assume bandeiras de luta que estão vinculadas, direta ou indiretamente à luta da classe trabalhadora.

Sob estas considerações é que se torna possível apreender, por meio das compreensões dos assistentes sociais que responderam ao questionário, quais as contribuições que o Serviço Social tem oferecido a esta área. Devido a forma e contribuições que foram oferecidas pelos assistentes sociais em suas respostas faremos dois movimentos, sendo o primeiro o de apresentação da compreensão de cunho mais teórico e o segundo mais técnico, ou seja, a descrição de ações concretas. O que é evidenciado pelas seguintes respostas,

O Serviço Social é uma profissão que propõe intervir frente as manifestações da questão social, sendo a questão agrária o resultado da concentração de riqueza, terras, recursos naturais, etc... é obrigação profissional estar próximo desta realidade, conhecer sua especificidade para propor ações de desconstrução da exploração do trabalho, por exemplo: trabalho escravo, produção de monocultura, transgênica e agrotóxica, etc... O empobrecimento no campo ainda é uma realidade latente e o atendimento a esta população deve ser assumido como princípio ético-político-profissional. (Assistente Social I)

No que se refere ao meu trabalho (que considera a questão agrária como as relações sociais na organização da produção agrícola), foi possível perceber que os trabalhadores sazonais são também objeto de atuação do serviço social, visto que o profissional dessa área pode

junto deste público trabalhar com vistas à conscientização sobre seus direitos, visando a sua emancipação enquanto sujeitos sociais. (Assistente Social 6)

No que tange a descrição de cunho mais teórico e conceitual sobre a forma de contribuição do Serviço Social na questão agrária, um profissional apresenta a seguinte crítica

Acredito que o Serviço Social mantém-se no marco do discurso da Questão Social como referência de objeto e objetivo de sua ação. Contudo, não vejo materializado no âmbito das ações. Se você observar, as ações no campo, implementadas muitas vezes via governos estaduais, municipais ou federal, estão coladas a implementação de Políticas Públicas (Segurança Alimentar, Renda, Inclusão Produtiva, Educação, Saneamento, Convivência com o Semiárido, Produção, comercialização, crédito). Contudo, a Questão Agrária possui limitadores da própria ação do Serviço Social. Fica-se na caracterização das áreas e famílias, diagnósticos para possíveis assentamentos ou reassentamentos e/ou demarcações. Contudo, o debate central para pela Regulamentação das Áreas (agricultores Sem Terra, Quilombolas, Indígenas) e pela democratização da terra para assentamento de outros grupos em todo território nacional. Essa demanda é estruturante e não se refere unicamente ao Serviço Social. (Assistente Social 5)

Esta é uma afirmação relevante que nos remete a pensar sobre os elementos que contribuem para que estas dificuldades de materialização do exercício profissional e da realização de ações que de fato contribuam com as populações do campo sejam concretizadas. Estariam tais dificuldades relacionadas à formação profissional? Ou às condições objetivas, as quais o assistente social em seu exercício profissional cotidiano se defronta? Ou ao perfil pouco instrumentalizado técnica e politicamente? Ou a todas estas características? Ou a nenhuma delas? O que nos limites deste estudo nos impede de apresentar uma resposta condizente, mas, tal inferência feita pela Assistente Social 5, acendeu um alerta para que os profissionais que estão atuando ou que pretendem se enveredar por esta área, possam ter tais considerações em mente e refletir quais tem sido seus maiores desafios neste espaço sócio-ocupacional.

No entanto, alguns profissionais conseguem realizar sua prática tendo em vista a descrição de ações concretas, que perpassam a noção de direitos sociais, de políticas públicas e de ações mais gerais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais ou da coletividade. Estes profissionais consideraram as seguintes ações, as quais os assistentes sociais podem realizar, no sentido de

Auxiliar o agricultor a ampliar seus conhecimentos em relação a seus direitos. (Assistente Social 3)

Construção de políticas, programas e projetos sociais a partir da realidade do campo; possibilitar o enfrentamento e superação das expressões da questão agrária; publicizar a realidade de exclusão e negação de direitos vividos cotidianamente pelos povos do campo; Instrumentalizar os povos do campo para exigir do Estado a garantia dos direitos; apoiar os movimentos sociais e sindicais do campo e na cidade na luta pela construção de um Estado e de uma sociedade diferente da que nos é imposta pelo capitalismo; viabilizar a execução de políticas, programas e projetos sociais no campo com consequente acesso aos direitos. (Assistente Social 4)

Na construção da cidadania, valorização do ser humano, lazer, cultura, motivação de vida, organização familiar, pessoal, acesso as políticas públicas e sociais gratuitas , planejamento familiar , incentivo as famílias a estudar, organização da produção, reuniões para discutir melhoras para a comunidade, formação de grupos por afinidades de jovens mulheres e agricultores , divulgação do programas do governo federal, estadual e municipal, fazer parcerias com as instituições voltada com atendimento par ao campo, discutir educação do campo, meio ambiente e preservação ambiental, orientações sindicais , títulos das aterras , documentação do trabalhador (a) rural. (Assistente Social 7)

Diante do contexto exposto, o Assistente Social 11 apresenta uma reflexão significativa e que nos remete não apenas a reconhecer as contribuições que o Serviço Social pode oferecer nesta área, mas o reconhecimento da importância e do significado desta profissão na implementação das políticas sociais e na possibilidade de ampliação do acesso e da participação dos trabalhadores nas organizações e movimentos sociais e no consequente fortalecimento da luta coletiva. Isto considerando os âmbitos da pesquisa e da intervenção profissional. Sob estes aspectos, o Assistente Social 11 considera que

A maturidade teórica de segmentos importantes da profissão, a relação estreita com os movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil e o surgimento de um número significativo de pesquisadores que vem se debruçando sobre essa temática aponta para o aumento das pesquisas acerca da questão agrária e vem contribuindo significativamente com o deslindamento de mediações fundamentais que constituem a questão agrária no Brasil, tanto em suas expressões clássicas, mas principalmente as contemporâneas. No âmbito da intervenção profissional o Serviço Social pode contribuir consideravelmente, também, na medida em que intervém na realidade através de políticas sociais e, por isso, tem condições de ampliar o acesso da população do campo às políticas. Tem competência, também, para colaborar no processo formativo dos

trabalhadores o que ampliará as possibilidades de participação dessa população nas organizações e movimentos sociais.(Assistente Social 11)

Por fim, diante do contexto apresentado, Araújo (1999) assinala ainda algumas contribuições que os profissionais de Serviço Social podem dar a esta área. Segundo a autora

As experiências existentes sinalizam importantes possibilidades reais, ficando evidente, porém que não existe receita, mas um processo permanente de criação e recriação de conhecimentos, em conjunto com os diferentes sujeitos nelas envolvidos (ARAÚJO, 1999, p.189)

As possibilidades reais referidas, muitas vezes podem estar ligadas as condições de trabalho enfrentadas por estes profissionais. Uma vez que, o desenvolvimento do capitalismo no campo traz sérias transformações e rebatimentos sobre as relações e condições de trabalho para o assistente social.

Quando perguntados sobre os principais desafios encontrados no contexto do trabalho, os assistentes sociais responderam que estes são inúmeros e relacionados tanto à categoria e equipe de trabalho nos aspectos de formação e de exercício profissionais, quanto aos sujeitos que são atendidos no cotidiano de atuação. Pelas observações e descrições feitas pelos assistentes sociais em seus questionários, pode-se perceber que os desafios apontados têm naturezas diversas, o que necessitou de uma organicidade para apresentá-los a fim de proporcionar uma compreensão mais deitada sobre os mesmos.

Vale ressaltar que na apresentação dos desafios percebidos através das análises dos artigos dos CBAS e ENPESS foi feita uma organização didática dos mesmos, por meio de agrupamento identificando – os em quatro ordens ou naturezas, sendo as seguintes: teórico – técnica, política, social e específica do Serviço Social. No contexto dos questionários, não foi possível fazer este mesmo agrupamento, visto que os desafios apontados se referiram especificamente as condições relacionadas ao exercício profissional de forma específica. Sendo assim, avaliou-se que seria procedente associar estes desafios a algumas dimensões, amplamente discutidas pela categoria, o que oportunizaria uma melhor visualização e categorização dos mesmos. As dimensões definidas foram: Teórico – político e de formação profissional; técnico – operativa e a ético – político.

Na dimensão Teórico – político e de formação profissional foram agrupados os desafios que se referiram ao âmbito mais geral de cunho teórico, de conceituação, de ações ligadas ao Estado e de formação profissional.

Os desafios relacionados a dinâmica cotidiano do exercício profissional que se referiram a operacionalização das ações, aos recursos, a falta de estrutura e outros vinculados a este contexto foram considerados dentro da dimensão técnico- operativa.

Já a dimensão ético – política se referiu aos desafios apontados em relação a implementação de ações que visam o fortalecimento do Projeto Ético – Político Profissional.

Quadro 08 – Desafios apontados pelos profissionais

Dimensões	Desafios apontados
Teórico – político e de Formação profissional	<p><i>Um dos desafios encontrados no contexto de trabalho é a desconstrução dos paradigmas de censo comum presentes. (Assistente Social 2)</i></p> <p><i>O principal desafio é a própria estrutura do Estado que muitas vezes limita a ação mais rápida. Contudo, os resultados da política com a qual trabalho (SESAN) é parte daquilo que avalio como algo que tem avançado no Brasil: A luta contra a fome. (Assistente Social 5)</i></p> <p><i>Fazer com que a equipe de trabalho compreenda a histórica exclusão vivenciada pelos povos do campo e que: eles, assim como os povos da cidade, têm direitos; temos que adotar estratégias de trabalho adequadas à realidade do campo e que os programas e projetos são deveres do Estado e direitos dos (as) trabalhadores (as) do campo. (Assistente Social 4)</i></p> <p><i>Em termos profissionais é provocar na formação profissional o comprometimento com a questão agrária. É desafiar a formação a acolher esta discussão como discussão essencial para compreender a realidade Brasileira. (Assistente Social 1)</i></p>
Técnico – operativo	<p><i>Recurso insuficiente para realização das visitas técnicas, pouco interesse por parte dos gestores e profissionais desmotivados para o trabalho. (Assistente Social 3)</i></p> <p><i>A falta de uma estrutura adequada para desenvolver as atividades no campo, identificar as ações do assistente social com clareza por parte dos colegas de trabalho. (Assistente Social 7)</i></p> <p><i>(...) Desafios caracterizados de inúmeras dificuldades, tendo como uma das principais, provenientes das incompatíveis legislações vigentes, com as reais condições, ou seja, falta delas, das populações que lutam cotidianamente por uma realidade de vida nas áreas rurais de todo o país. Atualmente, atuando na estrutura</i></p>

	<p><i>do estado, em âmbito federal, os desafios, caracterizam-se pela limitação da capacidade de atuação, apesar de ser junto a uma política pública, pensada para agregar mais um direito ao contexto das populações que desenvolvem a agricultura familiar na região semi-árida, restringe-se ao desenvolvimento de ações pontuais, pragmáticas e sistemáticas, atendendo a uma demanda específica de pagamento de um seguro/benefício para garantia de renda temporária, em caso de perda de safra, proveniente do fenômeno da seca. (Assistente Social 6)</i></p> <p><i>Vários são os desafios e não se diferenciam das demais áreas de atuação e pesquisa do Serviço Social, principalmente na falta de recursos para a realização das atividades, condições de trabalho precárias e sobrecarga de trabalho. (Assistente Social 11)</i></p>
Ético – político	<p><i>No contexto das da redução das políticas públicas para área rural e a dificuldade de implementação destas dificulta o empoderamento dos beneficiários da Reforma Agrária, pois estas políticas que existe são compensatórias e assistencialistas. Portanto a necessidade de criar e recriar de modo que as famílias possa ser protagonista da sua própria história, tendo em vista o código de ética profissional que demonstra a riqueza do trabalho e os âmbitos dos quais podemos atuar. (Assistente Social 8)</i></p>

Conforme a descrição feita acima, podemos perceber que a atuação do assistente social na questão agrária, assim como em outras áreas é repleta de desafios, assim como Iamamoto (1999, p.17) descreve, “o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente”. À luz desse pensamento e acreditando que o Serviço Social é uma profissão em que o enfrentamento de desafios é algo essencial e constitutivo, e que a coragem e o sonho são elementos centrais em nosso cotidiano de atuação é que foi feito o questionamento aos assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa. A intenção ao se indagar quais os desafios colocados a estes profissionais em seu cotidiano de intervenção profissional era o de perceber quais as principais percepções, dificuldades e se mesmo em um contexto adverso estes profissionais estavam conseguindo ressignificar sua prática e sob quais estratégias.

No exercício profissional, pode-se perceber, segundo Mota (1997), que “a conjuntura atual coloca grandes desafios para as mais diversas práticas onde se incluem as atividades profissionais”. As alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho tornam-se um dos maiores desafios aos assistentes sociais. Essas alterações sinalizam novas possibilidades aos profissionais que, inseridos no contexto da intervenção social, são chamados a atuar nas mais diversas áreas.

Os desafios muitas vezes se constituem como a “mola mestra” que impulsiona o agir nos seres humanos. Em uma profissão como o Serviço Social e no contexto deste estudo nos deparamos com inúmeros desafios que são colocados aos assistentes sociais frente as transformações societárias impostas pelo capitalismo na fase atual, e particularizadas nas relações sociais presentes no campo.

Sendo assim, como Iamamoto (1999, p.19) argumenta: “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo, para decifrá-lo e participar da sua recriação”, eis nosso principal desafio.

A última análise direcionada aos assistentes sociais participantes da pesquisa, referiu-se ao interesse destes em fazer sugestões ou prestar contribuições a este estudo, ou a alguma outra questão relacionada aos debates nesta área.

Sob este aspecto, os profissionais apresentaram importantes observações que valorizam esta prática e sinalizam encaminhamentos que deverão ser direcionados as instâncias responsáveis pelo debate acadêmico e político profissional da categoria como a ABEPSS, a ENESSO e o conjunto CFESS/CRESS.

As respostas extraídas dos questionários foram sistematizadas e reescritas sob a forma de texto, ao que segue.

Em relação a este estudo, torna-se importante a publicização do mesmo para a categoria, a fim de que mais profissionais possam olhar esta realidade e reconhecê-la em seu cotidiano. Outra sugestão é a permanência destes contatos que foram mapeados na pesquisa, para que oportunize a discussão de propostas de eventos, seminários, cursos entre outras formas de disseminar a discussão interna e externamente.

As sugestões direcionadas à academia, por meio da formação profissional pautam-se pela inserção na grade curricular de disciplina específica sobre questão agrária; pela maior interação nos trabalhos em campo, no debate sobre as políticas publicas para esta área. Embora o trabalho do Assistente Social seja de forma objetiva e subjetiva É necessário perceber se com a atuação do Assistente Social na Reforma Agrária há a percepção de mudança da qualidade de vida a partir dos trabalhos realizados, desta forma, seria importante construir instrumentos técnicos que possibilitasse medir o índice de melhoria e avaliar se alguns sujeitos sociais já saíram da condição de pobreza extrema.

Referente a organização política interna à categoria por meio do CRESS sugere-se a realização de eventos para discutir a questão agrária e os impactos sociais e a

necessidade dos assistentes sociais se envolverem nas discussões e em seus espaços de trabalho. O conselho deve reafirmar a necessidade da profissão junto as chamadas públicas do INCRA, MDA e SDT, a fim de possibilitar a ampliação de vagas na área social dos programas oferecidos por estes ministérios.

Contribuições mais amplas foram feitas no sentido de ampliar a atuação da categoria profissional no parlamento com a eleição de representantes que tenham a questão agrária como prioridade em suas pautas.

Por fim, conforme a contribuição da Assistente Social 11, ressalta-se “a importância e necessidade do Serviço Social aprofundar a sua relação com a questão agrária. Para isso é fundamental uma articulação dos profissionais de todo o país através da realização de pesquisas e de eventos. O fortalecimento do GTP pode se tornar um grande aliado nessa empreitada, inclusive fortalecendo a relação com a questão urbana, a outra face da moeda e da questão ambiental, um dos grandes dilemas dos novos tempos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não precisa ser herói
 Para lutar pela terra
 Por que quando a fome dói
 Qualquer homem entra em guerra

Se somos todos irmãos
 Se todos somos amigos
 Basta um pedaço de chão
 Para a vitória do trigo

Basta um pedaço de terra
 Para a semente ser pão
 Enquanto a fome faz guerra
 A paz espera no chão.⁶⁶

Estas estrofes retratam, com exatidão, muitos dos aprendizados e percepções vivenciados neste processo de trabalho. A experiência de elaboração desta dissertação permitiu que fossem observados elementos que ultrapassam a simples escrita de um documento importante e que representa a possibilidade de ampliação dos conhecimentos na área, mas sim, um repensar sobre o exercício profissional do assistente social e o oferecimento de reflexões e problematizações que possam estimular outros estudos e aprofundamentos futuros.

Nesta tarefa de produção do conhecimento, a profundidade com que a realidade foi retratada nos materiais lidos é que nos possibilitou tecer breves comentários e contribuições a este item.

Ao longo dos temas e debates promovidos nos artigos apresentados nos CBAS e ENPESS, uma questão foi recorrente e que merece ser destacada é que há uma interseção entre a questão agrária, a questão urbana e a questão ambiental. Esta interseção não é expressa apenas no título do eixo que orienta os trabalhos de forma a organizá-los metodologicamente, mas sim e principalmente, porque todas estas questões (agrária, urbana e ambiental) têm no acesso à terra um dos principais elementos de luta e configuração de demandas dos trabalhadores rurais. Deste modo, a luta pela terra se torna algo mais amplo e complexo do que se possa supor, pois reúne inúmeros outros

⁶⁶ Trechos da Música a Vitória do Trigo de Dante Ramon Ledesma

elementos e deciframentos que precisam ser considerados no processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos neste contexto.

Outro ponto a destacar é que, nos relatos sobre o exercício profissional do assistente social na questão agrária, estes se orientam pela perspectiva crítica que tem no fortalecimento da luta e organização dos trabalhadores rurais o enfrentamento das expressões da questão agrária. Essa atuação está referenciada pela Lei de regulamentação da profissão, pelo Código de Ética Profissional e pela afirmação do Projeto Ético-político. Mas, infelizmente, esta atuação se realiza, em sua maior parte, sem que haja articulação com a categoria profissional, tendo em vista os espaços que são disponibilizados por meio da produção intelectual, de formação profissional possibilitado pelas universidades, através dos campos de estágio e projeto de extensão e por meio da organização político-profissional representada pelo conjunto CFESS-CRESS.

Paralelo a este contexto, percebeu-se, nos conteúdos dos artigos, que os assistentes sociais, em seu exercício cotidiano, têm contribuído sobremaneira para a consolidação do projeto ético-político profissional, conforme já ressaltado anteriormente. No entanto, foi possível identificar que há uma grande dificuldade destes profissionais em articular sua prática com os processos político-organizativos, os espaços de debate e formação específicos da categoria. Desta forma, configura-se um distanciamento e uma fragilidade quanto as possibilidades de contribuição para uma vinculação dos profissionais de Serviço Social com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais existentes. Diante disto, Silva (2014) considera que “pela relevância da atuação e dos espaços sócio-ocupacionais é preciso socializar e difundir essas experiências profissionais e com ela contribuir para a formação de estudantes e outros profissionais”. (ibid., p.8)

A pesquisa e o aprofundamento teórico a partir das leituras dos artigos descortinou um universo extremamente rico em que os profissionais que atuam na questão agrária estão envolvidos. Os temas abordados pelos assistentes sociais refletem o quanto a profissão tem se preparado para uma atuação generalista, mas, sem com isto perder de vista a especialização. Esta afirmação, nos ensinamentos de Netto (1996), encontra aprofundamento. Para Netto (1996) as exigências feitas aos assistentes sociais em seu exercício profissional cotidiano colocam novamente a questão da formação profissional. Esta, a partir da análise da lógica econômica em curso terá que mudar a

estratégia atual de formação generalista, apontando para duas saídas, quais sejam: o afunilamento da graduação orientando a formação desde o início para especializações ou a manutenção do perfil generalista, mas tendo a especialização como requisito para o exercício profissional (p.125)

O referido autor considera ainda, que esta situação é seria e complexa, tendo em vista que envolveria não apenas os profissionais em formação, como também os já diplomados e que estão atuando, no sentido de adequação de sua prática. No entanto, o que ele põe em questão é que perfil do assistente social se pretende assegurar, ou seja, um técnico treinado para intervir em um determinado campo profissional ou intelectual que poderá compreender o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social?

Conforme expresso no capítulo IV, alguns dos questionamentos que surgiram, ao longo deste estudo, não puderam ser respondidos devido às suas características e especificidades. Sendo assim, estes foram novamente apresentados nestas considerações como forma de contribuição e de enfatizar a relevância da continuidade do processo investigativo na tentativa de responder: Como a questão agrária tem sido vista no âmbito da formação profissional pelas universidades públicas e particulares? Que tipo de iniciativas concretas os grupos de pesquisa tem empreendido no sentido de estimular e favorecer a continuidade de atuação dos profissionais na questão agrária? O universo de sujeitos escolhidos para esta pesquisa foi quem determinou este dado (maioria dos profissionais formados nos últimos 4 anos, serem oriundos de Escolas de Serviço Social particulares), tendo em vista as oportunidades de formação profissional (graduação e especializações) oferecidas em cada localidade que estes profissionais estão inseridos? No entanto, como já explicitado, não tendo possibilidades de adentrar sobre estas questões, as oferecemos à categoria profissional, à academia e ao Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, como contribuições ao debate sobre a formação e a inserção do Serviço Social na questão agrária.

No decorrer de toda a nossa atuação profissional, percebeu-se que a construção de um novo modelo de desenvolvimento, ou mesmo, de propostas que possibilitem o desenvolvimento sustentável das famílias camponesas, deve combinar ações voltadas para a organização e fortalecimento de suas comunidades, com as de produção e comercialização, proporcionando o entrelaçamento entre diversas ações, ou seja, os processos de desenvolvimento devem ser orientados por diretrizes comuns, mas

profundamente adequadas às realidades específicas. Assim, o profissional deverá contribuir para a construção de uma proposta de política pública que contemple três dimensões: social, política e econômica de forma articulada.

Em nosso exercício profissional, uma das atividades que merece ser ressaltada é a elaboração dos PDAs e PDR's. Nesta atividade percebeu-se que os PDR's e PDA's mais do que uma exigência formal para o cumprimento de obrigações com as famílias rurais assentadas e reassentadas, resulta da sistematização das diversas informações, questionamentos e inquietações surgidas ao longo do processo de construção da UHE. O processo de interferência que ocasiona alagamento de áreas, o deslocamento das famílias e o reassentamento traz à tona a necessidade de ajustes e mitigações, que precisam ser consideradas e descritas, sobretudo para que se estabeleça a relação de pertencimento com a nova realidade e ocorra o fortalecimento da organização das famílias, seja em relação à capacidade produtiva, cultural ou política dos grupos atingidos. Se comparado ao PDA, a elaboração do PDR torna-se um processo bem mais complexo, tendo em vista que os profissionais terão contato com as constantes queixas em relação as perdas, a reparação dos danos, a identificação das responsabilidades, a culpabilização pelo atraso no processo produtivo e outras demandas que, na maioria das vezes, o consultor não terá como atender, tendo em vista a limitação de tempo e o direcionamento da atividade.

Reconhece-se que ainda são muitas as lacunas e limites ocasionados pela invisibilidade que é conferida ao campo por parte do Estado, da sociedade e mais especificamente pelo Serviço Social. No entanto, esta invisibilidade e distanciamento não podem servir como meios de justificativas para a continuidade desta situação, mas para reforçar que é urgente e necessário construir uma nova sociabilidade no campo e na cidade. Considerando-se a lacuna existente sobre estudos em que se evidencia a relação entre a profissão e a questão agrária, a concretização desta pesquisa representou um importante passo na investigação de algumas variáveis que poderão oferecer subsídios tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional do Serviço Social.

Diante do contexto de estudo, percebe-se que ainda há muito por fazer e um longo caminho a ser percorrido no sentido do estreitamento das relações e entendimento quanto ao espaço agrário como espaço sócio – ocupacional e campo real no que tange a garantia dos direitos sociais e ao exercício profissional do Serviço Social.

Uma perspectiva que se coloca a partir deste estudo é que seja ampliado o interesse e demanda por novos estudos, pesquisas e publicações do Serviço Social sobre a questão agrária e sobre o exercício profissional do assistente social nesse espaço.

Essa configuração nos permitiu uma “aproximação empírico-descritiva às condições e relações de trabalho que circunscrevem o trabalho dessa categoria profissional e aos sujeitos que a constituem” (Iamamoto, 2009, p.347). E como considera Iamamoto (1999), é esse o momento que nos desafia e é a ele que temos que dar respostas. E as respostas não são unívocas, visto que coexistem diferentes projetos societários e, conseqüentemente, diferentes projetos profissionais que orientam respostas profissionais também distintas.

Por fim,

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria

Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganado
Pra viver uma cultura diferente⁶⁷.

Aqui, o que se pretendeu foi discorrer de modo mais aprofundado sobre as percepções e considerações apreendidas por meio das leituras dos materiais e das considerações dos sujeitos da pesquisa. Nada mais apropriado para finalizar este trabalho do que apresentar parte desta poesia, cantada pelas cantoras do povo Beth Carvalho e Mercedes Sosa, que através de sua expressão artística trazem vários elementos significativos, importantes e que retratam muito das lutas cotidianas empreendidas pelos trabalhadores rurais e assistentes sociais no contexto da questão agrária.

⁶⁷Estas são estrofes da música “Eu só peço a Deus” de autoria de Mahatma Gandhi, mas que no Brasil é cantada por Beth Carvalho e Mercedes Sosa.

BIBLIOGRAFIA

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. 2009. Disponível em <www.abepss.org.br> Acesso em: 09 abr. 2015.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, abril de 1996, p.143-171.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** 79. São Paulo: Cortez, p. 43-71.

ACCIOLY, Maria Stela Pereira. A reforma agrária em debate. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

ACOSTA, Luis Eduardo Acosta e MORO, Maristela Dal. Serviço Social e Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma experiência de estágio. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

AGUENA, P. (org.). **O marxismo e os sindicatos**. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. O plano nacional de reforma agrária e o Serviço Social. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

ALENCAR, Maria Magaly Colares de Moura. A produção do espaço na Mata Sul de Pernambuco. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília – DF, 2009 pp. 449-460.

ALMEIDA, Priscila Santos de. Serviço Social e Questão agrária: um estudo acerca do trabalho do assistente social em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

ALMEIDA, Priscila Santos de. **Serviço Social e Questão Agrária: um estudo acerca do trabalho do assistente social em assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. X ENPESS, Recife – PE, 2006

ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo. A previdência social no cenário rural brasileiro: a universalização possível. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

AMORIM, Darci Ramos de., NUNES, Rosa Maria da Silva, SILVA, Mayara Pereira da. Atuação do assistente social da área sócio – ambiental na cidade de Manaus – AM. In: **XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e as metamorfoses no mundo do trabalho. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, abril de 1996, p.78-86.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho; ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo : Boitempo Editorial, 1999.

ARANTES, Raíssa Cristina e OLIVEIRA, Luca de. Um paralelo entre os projetos societários defendidos pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra e pelos novos movimentos sociais. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

ARAÚJO, L.B.C, CARVALHO, N.C., REBOUÇAS, M.P., ALMEIDA, C.A.S. Assistentes sociais no meio rural: análise das condições de trabalho na contemporaneidade. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

ARAÚJO, Régia Cristina Barbosa de. Questão agrária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável dentro da lógica capitalista no Brasil. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

ARAÚJO, Severina Garcia de. Assentamentos Rurais: expressão da questão agrária. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02 – Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília, CFESS/ ABEPSS/ CEAD/UNB, 1999.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, W.C.; OLIVEIRA, L.S.; MAGALHÃES, N.G.; GARCIA, C.B.; MÁXIMO, C.M. Questão agrária e universidades públicas: uma análise da parceria MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes e UFJF/ Faculdade de Serviço Social. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

BARRETO, Alessandra Amâncio. Gênero e trabalho na Amazônia: a experiência do trabalho feminino no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, Castanhal – PA. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, Ilena Felipe e GUIMARÃES, Clariça Ribeiro. Os governos Lula e Dilma e a reforma agrária brasileira: questões para o debate. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

BARROS, Ilena Felipe. A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação ou submissão? In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

BARROS, Ilena Felipe. A relação da reforma agrária de mercado com o assalariamento rural em assentamentos da área canavieira de Pernambuco. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

BARROS, Ilena Felipe. Nas trilhas do crédito fundiário: Uma análise preliminar da reforma agrária de mercado. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

BARROS, Ilena Felipe. O significado da posse da terra para as mulheres do Vale da Esperança. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

BARROS, Ilena Felipe. Os limites da Reforma agrária de mercado. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

BARROS, Ilena Felipe. As mulheres no espaço público do assentamento Novo Horizonte II. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

BATISTA, Maiara. O vigor nosso de cada dia: a estética da mística do MST no processo de formação da consciência classista. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

BEGALLE, D., VIEIRA, L.M., BERTI, L.A., GOMES, N.R.P., SOUZA, P.G. A dimensão da educação ambiental na formação acadêmica: a proposta do curso de Serviço Social da UNIOESTE, Campus Toledo. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: CRESS RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. (p.10-19)

BEHRING, Elaine. Política Social no Contexto da crise capitalista, CFESS/ABEPSS, 2000. Disponível em

<<http://files.comunidades.net/paulobatista/6. Politca Social no Contexto de Crise Capitalista1.pdf>> Acesso em: 08 mai.2015.

BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, C. S., CAPUCHINHO, M. N., HACKBARDT, G., JESUS, N. M., LOPES, L. L., ALAGOANO, V. M., BAPTISTA, L. BATISTA, M., OLMEDO, M.F.B, PEREIRA, J.A.P. C. Comunicação e juventude no campo; primeiras análises sobre as experiências de inclusão digital no cotidiano de jovens em áreas de reforma agrária da zona da mata mineira. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

BEZERRA, Cristina Simões e RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. A parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

_____. Questão agrária e lutas sociais contra o agronegócio: a agroecologia e a formação política no MST. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

BEZERRA, Cristina Simões. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia. (orgs). São Paulo: Cortez, 2014. p.136 – 152

_____. Questão agrária e universidades públicas: uma análise da parceria MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes e UFJF/ Faculdade de Serviço Social. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

BEZERRA, Cristina Simões; RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi e PIZETTA, Adelar João. A parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de Especialização em estudos latino americanos. In:**Libertas**, Juiz de Fora, edição especial, p.1 - 23, fev / 2007.

BOURCKHARDT, Vandeneia e SARMENTO, Helder Boska de Moraes. A problematização teórica da temática ambiental e sua aproximação com o Serviço Social. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

BRAGATO, Brice, SOUZA, Bruno Alves de, MORTEM, Ângela Maria Campos da Silva – Post. A reforma agrária e o perfil jurídico da família do assentado do INCRA/ES. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

BRAVO, Maria Inês de Souza e MATOS, Maurílio Castro de (orgs). **Assessoria, consultoria e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês de Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/9IN2mnNP98m5WmPos413.pdf>> Acesso em: 18 abr.2015.

BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução – 1848-1989**. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

BRILHANTE, A.S e SILVA, S.S. Projeto Ético – Político do Serviço Social em relação ao projeto político do MST; um resgate histórico da atuação do Serviço Social no meio rural brasileiro. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

CAMARGO, Andressa Vanusa e ROSA, Cassia Regina. Trabalho em condições análogas a de escravo no Brasil contemporâneo. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo e SILVA, Tathiane Paraíso da. Segurança alimentar: acesso aos recursos naturais e cidadania das populações tradicionais. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

CANESQUI, F.G, SANT´ANA, R.S. As precárias condições de trabalho vividas pelo trabalhador rural, no município de Alterosa- MG. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

CANESQUI, Flávia Gonçalves. Área de concentração – Serviço Social: trabalho e sociedade – mestrado e doutorado In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

CANESQUI, Flávia Gonçalves. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília – DF, 2009 p. 461- 477.

CARMO, Onilda Alves do e SANT´ANA, Raquel Santos. A presença de mulheres nas atividades do complexo agroindustrial canavieiro: alguns apontamentos. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

CARMONA, Rafael Garcia e SCHIMANSKI, Edina. Mulheres remanejadas pela Usina Hidrelétrica de Mauá: reflexões sobre o impacto no modo de produção e reprodução da vida social. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

CARVALHO, Fabiana Pereira de. Assentamentos de Reforma Agrária e as perspectivas de desenvolvimento rural: um estudo de caso. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

_____. O processo de monitoramento nos contratos de assistência técnica e extensão rural: breves considerações. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

CARVALHO, Livia Hernandez e SANT'ANA, Raquel Santos. Questão agrária e movimentos sociais. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 10ª Edição, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. Texto I Teses. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 8**. STÉDILE, João Pedro (org). São Paulo: Expressão popular, 2013. p.127 - 140.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade 112**. São Paulo: Cortez, out-dez.2012, p.613-636.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Entre o moderno e o arcaico: o Bolsa Família no nordeste rural em tempos de “Novo-desenvolvimentismo”. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

CAVAIGNAC, Talita Siqueira. Estudos sobre meio ambiente e ecologia no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – uma lacuna? In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Colaboradores Rosa Prédes et al. Brasília: CFESS, 2005.

_____. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores. In: CRESS RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p.112- 122.

CHAVES, M. P. S. R. , BARROSO, S. C. , LIRA, T. M., SILVA, I. P., SIQUEIRA, M. S. Questão sócio-ambiental contemporânea: práxis do assistente social no contexto rural da Amazônia. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

CHAVES, M.P.S.R, CARVALHO, C.C.O, SILVA, E.C.L., CAVALCANTE, A.S, MAIA, M.B.R. Uma experiência de pesquisa – ação em comunidades ribeirinhas da Amazônia. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

CHAVES, M.P.S.R, OLIVEIRA, M.F.G., SILVA, E.C.L, BANDEIRA, D.C.R. Organização da produção pesqueira da Amazônia: subsídios para implantação de empreendimentos comunitários em Tabatinga – AM. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

CHAVES, M.P.S.R, SIMONETTI, S.R., BARROSO, S.C., LIMA, M.S., LIRA, T.M. Pesquisa- ação em Serviço Social: organização comunitária de populações ribeirinhas para desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

CHINALI, G.A.G.L e SANT`ANA, R.S. Trabalhadores da colheita manual da cana de açúcar e o desenvolvimento do lazer cultural. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2000. (mimeo)

CLARET, Martin. **O pensamento vivo de Marx**. Trad. José Geraldo Simões Junior. São Paulo: Martin Claret Editores, 1985.

COIMBRA, Ana Lúvia. Decifra-me ou te devoro – notas sobre a participação sindical nos espaços institucionais. In: **Revista Libertas**. UFJF/FSS v. 1, n.2, jul/dez.2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

COSTA, Carmen Ferreira Corato e LOCAN, Elaine Cristina. Movimentos sociais do campo e serviço social: um ensaio sobre o curso do PRONERA. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista. Trajetória sócio-histórica no âmbito da política de assentamento: o caso do assentamento Centro do Designo. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

COSTA, Érika Flávia Soares da e SILVA, Maria Ester Ferreira da. Cotidiano e trabalho no mundo rural quilombola. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

COSTA, Liduína Farias Almeida da, e PORTELA, Virgínia Conde de Mattos Pereira. Cotidiano de vida e trabalho de agricultores familiares de Sussuí (Quixadá – CE). In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. p.201-219

CRESS 7ª Região -RJ. **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, maio de 2000.

CRESSS 6ª região. **Coletânea de Leis**. Belo Horizonte: CRESS, 2004.

CRUZ, Antônio e SANTOS, Aline Mendonça. **A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico**, mimeo, 2011.

CRUZ, Sabrina Angela França Silva. A funcionalidade do arcaico no Brasil moderno: trabalhadores rurais no Baixo – Açú. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

CRUZ, Suenya Santos da. A particularidade da agricultura familiar no Assentamento São Roque. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

_____. A particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty – RJ. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

CUNHA, Elcemir Paço. Contribuição ao debate da questão social em Marx. In: **Serviço Social e questão social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora**. MOLJO, Carina Berta e SANTOS, Cláudia Mônica dos. (orgs.) Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

CUNHA, Patrícia Barros, PAULA, Elder Andrade de. O papel do ministério público na resolução dos problemas ambientais: uma análise das recomendações das queimadas no estado do Acre. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

DA ROS, Cesar Augusto e PICCIN Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Nera** – Ano 15, nº. 20 – janeiro/junho de 2012. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1853/1753>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

DAGNINO, Renato e NOVAES, Henrique T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e Istvan Meszaros. In: **Revista Org e Demo**, v 8, n1/2, jan-jun/Jul-dez, p.23-46, 2007.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.p.51-90.

DIOGO, Fabiana Guido e BUENO, Ermelinda Maria. Trajetórias de exclusão: da condição de trabalhador precarizado da atividade rural cafeeira à beneficiário do BPC. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

DUSSEL, Enrique. **A Produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012

DUTRA, Acácia Barros Fernandes e SILVA, Anuska Batista da. Os novos paradigmas: uma perspectiva de convivência para o semi-árido brasileiro. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

EINSFELD, Jordana e RIBEIRO, Edalea Maria. A questão agrária e os movimentos sociais do campo – Um tema para o serviço social In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

EINSFELD, Jordana. Serviço social, questão agrária e movimentos sociais do campo - em foco os CBAS. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

EIRAS, Alexandra A.T.S. Grupos e Serviço Social: explorações teórico – operativas, o caminho a percorrer. In: **Revista Libertas**. UFJF/FSS v. 4 e 5, n°. especial, jan/dez.2004 e jan/dez.2005. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

ELEUTERIO, Adriana Paula da Silva. Trabalhadores rurais em luta pela terra: construindo o seu processo organizativo. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS Porto Alegre, 2004.

ENGELBRECHT, Marize Rauber. Agricultura familiar: o reconhecimento social da categoria no contexto brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

FAES, Ivana Arquejada. Sou cortador de cana – o estatuto de uma profissão. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS Porto Alegre, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula . **A política social do Estado Capitalista**. Cap. 1 e Cap. 4. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

_____. **Estratégias em Serviço Social**, São Paulo: Cortez,1997.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez: 2001.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Novas Demandas e Serviço Social – questões presentes e inquietantes**. Juiz de Fora: UFJF, 2000. Monografia de conclusão de curso.

FERRO, Marcela Coladello e MIRANDA, Lucia. Desvendando a exclusão no campo: o assentado rural e a nova práxis do serviço social, um estudo de caso. ETIC Vol. 4, No 4 (2008). In: **IV Encontro De Iniciação Científica E III Encontro De Extensão Universitária**. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1828> Acesso em: 19 mar.2014

FILHO, Edmondson Reginaldo Moura, FREITAS, Eriberto Vagner de Souza, FILHO, Joaquim Amaro, OLIVEIRA, Lucia de Fatima. Perfil socio-economico dos produtores

rurais e nível de satisfação com os serviços de assistência técnica na comunidade Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros-RN In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

FRANÇA, J. N. de, BEZERRA C. C., SILVA, E. N.da, SANTOS, F. T. dos, SILVA, M. P. da e SOUZA, C. A. P de. Massangano: possibilidades e desafios do exercício da democracia num assentamento de reforma agrária do MST. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli e NUNES, Letícia Soares. Questão ambiental, desastres e interdisciplinaridade. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

FREITAS, Tais Pereira de e SOUZA, Regina Maria de. O projeto ético – político do Serviço Social na Agroindústria canavieira. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

GALVÃO, A. **Marxismo e movimentos sociais**. Crítica marxista nº 32. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

GOHN, Maria da G. **A Força da Periferia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI** – antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOIS, Magaly Nunes de, e MACEDO, Ana Cristina Santos. Acesso à água: o significado das mudanças ocorridas no cotidiano das famílias. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

GOIS, Magaly Nunes de. Comunidades quilombolas e Serviço Social: uma articulação possível e necessária. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

GOMES, Cícera Maria dos Santos. Do império verde ao império cinza: as transformações ocorridas no município do Cabo de Santo Agostinho – PE. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, Lissany Braga. Lutas de resistência, gênero e associativismo no meio rural: um enfoque sobre a experiência da associação de Mulheres do Município de Igarapé – Miri/ASMIM no Pará. **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**. São Paulo: Expressão popular, 2005. (pg. 147-175).

_____. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 6**. STÉDILE, João Pedro (org). São Paulo: Expressão popular, 2013. p.19 - 54.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GRILO, Rayane Bartira Araújo. O enfrentamento da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha; um recorte da realidade rural norte – rio-grandense. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

GRILO, Rayane Bartira de Araújo. A Lei Maria da Penha: limites e contradições ao enfrentamento à violência contra a mulher no universo rural. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

GROSSI, P.K., GASPAROTTO, G.P., VIEIRA, M.S., COUTINHO, A.R.C. Violência contra mulher no rural no estado do Rio Grande do Sul: do silêncio ao enfrentamento. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

GROSSI, Patrícia Krieger. Et all. Violência contra a mulher rural: desafios para as políticas públicas. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

GUERRA, Eliana Costa, Franciclécia Sousa Barreto Silva, Nuara de Sousa Aguiar. As expressões da subordinação do campo ao sistema do capital: reflexões a partir do caso brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

GUERRA, Yolanda Demétrio. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: CRESS RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (org). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. (p.123-135)

_____. A dimensão técnico - operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos. et. Al (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. CRESS - 6ª. Reg. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007. Mimeo. Disponível em <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

HILLESHEIM, Jaime. Acidentes do trabalho no agronegócio mato – grossense: indicativos para intervenção do assistente social. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

HIRAI, Vanda Griep. A agricultura orgânica como um instrumento para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

_____. A produção de conhecimento em Serviço Social enfocando a agroecologia como um paradigma cooperativo na construção da segurança alimentar. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo**. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS, Ano II, n 3. Jan-Jun, 2001, p.9-32

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea. Direitos sociais e competências profissionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade n. 120**, São Paulo: Cortez, out./dez. 2001, p. 609-639,

_____. **Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre as condições operárias na grande indústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva*. In: **Revista Temporalis, V3, Suplemento**. Brasília: ABEPSS, novembro de 2002. (pg. 89-128).

_____. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, n.3, Brasília, ABEPSS, 2001.

_____. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: **Cadernos ABESS número 6. Produção científica e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, setembro de 1993. p. 101-116.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. . CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 17ª. Edição, 2005. p. 71-121.

_____. Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais. CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 17ª. Edição, 2005. p. 29-69.

IANNI, OCTÁVIO. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

JORGE, Amanda Lacerda. O acesso á previdência rural entre idosos quilombolas. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

KOKOUREK, Sheila; COSTA, M.P.S; MATTEI, Marivone Debona. Assentamentos Cooperativados: uma estratégia de cidadania. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS Porto Alegre, 2004.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KREUTZ, Ineiva Terezinha. Expressões do capitalismo no campo (1980-1990): camponato e exclusão social. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS Porto Alegre, 2004.

_____. Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, nova manifestações. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. MST e a construção do sujeito coletivo. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

LIMA FILHO, Paulo Alves de; MACEDO, Rogério Fernandes. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 304

LIMA, Daniele Gomes de. A questão agrária e o processo histórico de acumulação capitalista. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

LIMA, Jaqueline da Silva. Identificando as Marias no rural alagoano: uma reflexão do patriarcalismo e das relações de gênero. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

LIMA, Luciana Gonçalves de. Trabalho escravo no meio rural contemporâneo e a implementação do Projeto de qualificação para os egressos no estado do Mato Grosso. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba e LUSA, Mailiz Garibotti. Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

LOEBLIN, Elaine Lucio. A participação da mulher na agricultura familiar sustentável: um estudo de caso junto ao grupo Nova Aliança em Mirante da Serra/RO. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

LOPES, Cinthia Fonseca. Ocupando mentes, conquistando a terra: o significado político das ocupações promovidas pelo MST. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

_____. Questão agrária e repressão dos movimentos sociais do campo no governo FHC. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza e FRENANDES, Marcos Paulo Rocha Fernandes. Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: da escravidão aos dias atuais a permanência da exploração e da expropriação da vida e saúde dos trabalhadores. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza, BERTANI Iris Fenner. Interface trabalho e saúde na agroindústria canavieira. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Os fundamentos ontológicos do pensamento e da ação humana**. Material de discussão para o III Colóquio Internacional de Teoria Crítica. Publicado em *Herramienta*. 1968. Versão em português traduzida por Carlos Nelson Coutinho. Disponível em <http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%E1cs.pdf> Acesso em: 15 out. 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti. Crise do capital, espaço rural e serviço social: lacunas na garantia dos direitos sociais, desafios e perspectivas para o trabalho profissional. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

_____. Questão rural – demandas para o Serviço Social no contexto de crise do capital. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

_____. Ruralidades: economia agrária e campesinato no semiárido alagoano. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

LUSTOSA, M. G.O. P., XAVIER, D. B.G, FRADE, C. S., ERVILHA, E. F. F., FIGUEIREDO, N. S., MACHADO, T. O., TEIXEIRA, B. C., RANGEL, T. M. C., VENERALIBE, R. Assistencialização e pobreza no Brasil: a dimensão sócio-política dos programas de transferência de renda – breves reflexões. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010

LUSTOSA, M.G.O.P.; FRADE, C.S; FIGUEIREDO, N.S; MACHADO, T.O; TEIXEIRA, B.C.; RANGEL, T.M.C.; ERVILHA, E.F.F; VULNERABILE, R.C.; MAIA, G.L. e SINÉSIO, A. Políticas sociais de transferência de renda e estado neoliberal: desafios no combate à pobreza rural – urbana no Brasil contemporâneo. In:

Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

LUSTOSA, M.G.O. P.; XOVIR, D.B.G.; LACERDA, H.G e ASSIS, A.P. Produção e trabalho na economia de mercado: as novas tendências do desenvolvimento rural/urbano no Brasil: e suas interfaces às políticas sociais e ao Serviço Social. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório. Trabalho, produção e assistencialismo: novas sociabilidades e desafios ao Serviço Social. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

MACEDO, Ana Cristina Santos Macedo e GOIS, Magaly Nunes de. O projeto de combate à pobreza rural (PCPR) em Sergipe na concepção das famílias e associações: uma avaliação qualitativa. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

MACEDO, R. S., SANTOS, T. G. C., LUCENA, F. G., MOURA, L. C. V., NOBREGA, A. S., LEONARDO, T. R. A., RAMOS, B. S. Programa de aquisição de alimentos na promoção da manutenção da produção e reprodução dos agricultores familiares: limites e possibilidades. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

MACHADO, B.R.N.; VIEIRA, I.J.M.; BAIA, M.R.T.; MARQUES, M.J.C. e REIS, R.P.S. A revolução tecnocientífica: o protagonismo dos sujeitos ribeirinhos do Marajó. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

MARQUES, Maria Madalena Dos Santos, FROEHLICH, José Marcos, PISONI, Estela Maris. Os reassentados da usina hidrelétrica Dona Francisca (UHDF)/RS - a identidade água abaixo In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos**. Encontro de Pesquisadores do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos dos Goytacazes, n. 1, p. 8-15, out. 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, Simone Marques e OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de. Processos religiosos e articulação de forças no MST. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. A ação do Estado na implantação de assentamentos de Reforma Agrária: um estudo do Jacaré – Curitiba. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. As manifestações da “questão social” no assentamento Jacaré-Curitiba: uma contribuição ao debate do serviço social. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã - Feuerbach e história - rascunhos e anotações**. Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Capítulo XXIV – **A assim chamada Acumulação Primitiva**, do Livro 1 de O Capital, São Paulo: Martins Fontes. 2005.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENEZES, Aline Alves de. Atividade curricular em áreas de Reforma Agrária – questão agrária e educação do campo. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, Cynthia Rafaella Gomes . **A análise do perfil dos assistentes sociais inseridos no programa de ATES no Rio Grande do Norte** Disponível em < <http://www.ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt2-01.pdf>> Acesso em 19 març. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MIOTO, Regina Celia Tamasso e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. Assentamento Brejo de São Félix/MA: uma política assistencialista e clientelista? In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

_____. De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix/MA In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

_____. A questão regional e a política de assentamentos rurais no Brasil: campo de disputa. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

MOLJO, Carina Berta e SANTOS, Cláudia Mônica dos. (orgs.) **Serviço Social e questão social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro. Migrações e a relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão – Paraná. In: **Revista Espaço Plural**, Ano IX, Nº 18, 1º Semestre 2008, p. 41-50

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.5. São Paulo: Cortez, 2011

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª. Edição, 2009.

MOREIRA, Elaine Martins. A luta pela reforma agrária: Assentamento Ireno Alves dos Santos, 11 anos de história. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

MORO, M. Dal; GRACILIANO, M.A e MACHADO, Priscila. Questão agrária e questão social no Rio de Janeiro: um debate necessário ao Serviço Social. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

MORO, Maristela Dal e GRACILIANO, Maria Aparecida. A questão agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado do rio de janeiro In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

MORO, Maristela Dal e MACHADO, Priscilla. A questão agrária e a agricultura camponesa no estado do Rio de Janeiro. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

MORO, Maristela Dal, SÁ, Adriene dos Santos, CUNHA, Greyce Olímpia da, CORREA, Vanessa Matias. O MST no Rio de Janeiro: questões para o debate. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

MORO, Maristela Dal. A reforma agrária no governo Lula – o mesmo tratamento a uma velha questão. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

_____. As novas configurações da agricultura no Brasil. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

_____. A polêmica acerca da reforma agrária no Brasil. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

_____. Famílias residentes no entorno das áreas de preservação ambiental: condições de vida e de trabalho. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

_____. Reforma agraria no governo Lula: o mesmo tratamento a uma velha questão. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

MOTA, Amanda Rodrigues da, PEREIRA, Gleycilane Aparecida, LAGARES, Vasconcelo Ferreira. Uma análise da política de geração de renda voltada para agricultura familiar: o programa CDLAF em Ipatinga/MG. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o serviço social. O social em questão. In: **Revista do programa de mestrado em Serviço Social da PUC Rio**, Vol I, ano I, janeiro a junho, 1997. p.51-62.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Redução da pobreza e desigualdade: um desafio teórico político ao Serviço Social brasileiro. In: **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

NAKATANI, Paulo et. al. Histórico e limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade 110**. São Paulo: Cortez, abr/jun 2012. p.213-240.

NASCIMENTO, Cláudio. A auto gestão e o novo cooperativismo. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NASCIMENTO, Nadia Socorro Fialho, SOUZA, Marcos da Silva. Amazônia e questão ambiental: a centralidade da região para a acumulação de capital In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Um estudo das condições de vida nos assentamentos rurais no Maranhão. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

NETTO, Edméia Correa e SANT`ANA, Raquel Santos. O rural na trajetória das empregadas domésticas da comissão de sindicalização do município de Bebedouro – SP. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza-CE, 2004.

_____. Questão agrária e emprego doméstico: dois lados de uma mesma moeda. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Revista Temporalis**. Brasília, Grafiline, nº 3, jan-junho de 2001, p.41 a 49.

_____. Transformações societárias e Serviço Social; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, abril /1996, p.87-132.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo Cortez, 2ª ed. 1996.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. In: NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p.20- 28

NEVES, C.M.; PANTOJA, F.M.; GONÇALVES, M.P.D e ANJOS, M.C. A relação campo-cidade em Breves – Marajó: um contexto histórico social. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O sistema de integração do oeste catarinense: o trabalho na pequena produção avícola familiar In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

NOVAES, H. T.; CASTRO, M. P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NOVAES, Henrique T (org). **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Graziela Martins. A questão da terra no caso do centro de lançamento de Alcântara: a violência do estado brasileiro no processo de desapropriação. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

NUNES, Ivna de Oliveira. Educação e trabalho: análise sobre a identidade de trabalhadora das mulheres nas associações. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

_____. A questão agrária e a pequena produção rural e o feminino: caracterização do trabalho e vida das mulheres na produção rural. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Carolina Alves de. Os processos de revolução passiva brasileiros e os movimentos sociais do campo. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

OLIVEIRA, Dalva Felipe de. Terra e trabalho: um estudo junto aos projetos de assentamentos de Itapirema e Pirineus. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

_____. Terra para plantar, terra para viver: a história do processo de ocupação dos projetos Itapirema e Pirineus. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

OLIVEIRA, Meyrilande França Lopes Delweis Falcão de e SILVA, Maria Patrícia Cabral da. Perfil histórico das lutas sindicais: uma visão sobre Escada. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

OLIVEIRA, Priscila de Souza. Serviço Social e Movimentos Sociais: uma aproximação possível. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Tatiane Ropck Félix Mendes de, SANTANA, Tania Maria. Serviço Social e questão socioambiental: desafio para a formação profissional na contemporaneidade. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações. In: **Revista Libertas Online**. Vol II, nº I, Juiz de Fora, dezembro de 2007, p. 1- 30.

PASTORINI, A. e GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. In: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, nº 14-15, 2007, p. 72-103.

PAZ, Rosângela Dias O. da. O que é ONG. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, 54, ano XVIII. São Paulo: Cortez, julho /1997.

PEREIRA, Evelyne Medeiros, PIRES Kamila Silva, TEODÓSIO Sheila de Sousa. Questão agrária e juventude: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola”. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Questão social e questão agrária: as particularidades da política de reforma agrária brasileira em tempos de crise do capital. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, E.C., SILVA, A.V.B., SANTOS, N.T. A desigualdade de gênero e a previdência social no Brasil: as especificidades das trabalhadoras no âmbito rural e urbano. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva (organizadora). **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez 2002.

PORTO, Mauro João e OLIVEIRA, Dalva Felipe de. Para cada praga um veneno: a produção de alimentos do Projeto de Assentamento Chico Mendes III destinados ao PAA. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: **A questão Agrária no Brasil, vol1**, São Paulo: Expressão popular, 2011(p.79-87).

RAMALHO, Claudilene da Costa. A questão agrária no Brasil e a migração temporária no agronegócio canavieiro. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

_____. Migrações temporárias para o corte de cana: a naturalização da precarização do trabalho no Vale do Jequitinhonha-MG In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

_____. Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente à migração temporária dos cortadores de cana. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

RIBEIRO, Cristine Jaques. A reforma agrária e o MST. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

_____. Reforma Agrária: a economia solidária na produção de alimentos. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

RIBEIRO, Cristine Jaques; BINDA, Nilson e FONSECA, Aline Cunha da. Modos de viver caboclo, as manifestações coletivas nos assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

RIBEIRO, Jeovana Nunes. O café e o trabalhador sazonal. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

RIBEIRO, Patrício Azevedo e PONTES, Itaciara Prestes da Silva. Questão socioambiental e Serviço Social: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

RODRIGUES, Adriana et. al. Assessoria: inovações e avanços da prática do Serviço Social. In: PEREIRA, Silvia do Vale e JOOS, Marilyn (orgs.). **Práticas de Serviço Social: espaços tradicionais e emergentes**. Porto Alegre: DACASA/SESI-SC, 1998.

RODRIGUES, Alberth Alves. Questão agrária e atuação do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni – MG nos anos 2000. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

RODRIGUES, J. S., SOUSA, C. M., PINTO, M.G.S., ROSENDO, M.L., SILVA, M.V., ALVES, E.L.F., GONDIM, F.B., CASTRO, J.S.O. Trabalho e trabalhadores e seus desdobramentos na seca de 1877 no estado do Ceará. In: **XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

_____. **Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Questão ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

RODRIGUEZ, Maria Raimunda Chagas Vargas. Depois da terra: lutas e contradições no assentamento Palmares/PA. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

ROSA, Letícia Barros Palma da e CAPUCHINHO, Michelle Neves. A ação política da juventude brasileira: uma abordagem da organização da juventude do MST. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

SANT`ANA, Raquel Santos. A luta pela terra, os movimentos sociais e o serviço social: um debate sobre os trabalhadores rurais e as possibilidades de uma ação educativa do assistente social. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

_____. A questão agrária na universidade: a experiência do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

_____. Terra e Trabalho: a trajetória de trabalhadores idosos do acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto - SP. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

_____. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014, p. 723-745.

_____. A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

_____. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia. (orgs). São Paulo: Cortez, 2014. p. 263 – 277.

_____. **Trabalho Bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R.S, LOURENÇO, E.A.S, CARMO, O.A. Políticas públicas nos marcos do capital: o atendimento ao trabalhador rural no Programa de Saúde do Trabalhador e na Política Pública de Assistência Social na região de Franca – SP. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SANT'ANA, R.S.; CARLONI, L. e OLIVEIRA, P.S. O acesso das famílias de trabalhadores rurais à política de assistência social no município de Guariba- SP. In: **Anais doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

SANT'ANA, Raquel Santos e LIMA, Graziela Aparecida Garcia de. A cooperação informal nas associações de pequenos produtores da agrovila do MST, no assentamento de Restinga – SP. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Recife, 2006.

SANT'ANA, Raquel Santos e SILVA, José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? In: **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SANTANA, Gildo Ribeiro e SILVA, Ana Claudia Lima da. Extensão rural contribuindo estimulando a participação popular e o poder decisório através do fortalecimento das organizações sociais do meio rural. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

SANTANA, I. V. F. de, PEREIRA, F. S. M., MACEDO, M. K. S., FREITAS, L. F., NETO, P. V. A., AGUIAR, R.. Semeando e cultivando: as vivências de estudantes do serviço social em uma dimensão ambiental. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor do Mucuri/SE. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SANTOS, Ana Paula Silva. Avaliação das ações do projeto Vida Rural Sustentável. In: **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos. et. All. Relações Sociais de gênero e políticas públicas: novas configurações de trabalho no meio rural. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

SANTOS, Claudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico - operativa no Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Claudia Mônica dos. et. Al (orgs). **A dimensão técnico- operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 15-38

SANTOS, J. S. ARAUJO, N. M. S., RIBEIRO, T. G., OLIVEIRA, M. S., RAFAEL, P. R. B., SANTOS, R. C., SANTOS, T. P. , SANTOS, D. M. R., CRUZ, J. S., CRUZ, S. Z. Educação ambiental com comunidades costeiras: pesquisa e intervenção do projeto de pesquisa e desenvolvimento social do PEAC. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SANTOS, Josiane Soares e BATISTA, Itamiris de Santana. Questão agrária e questão social: fundamentos e relações recíprocas. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, Josiane Soares et al. . Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 101, p. 146-176, jan./mar. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/08.pdf>>, Acesso em: 18 abr. 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol. 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Simone Moreira dos e GOIS, Magaly Nunes de. Questão agrária, reforma agrária e serviço social: uma equação possível. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

SCHAPPO, Sirlândia. Ideias de modernização e questão agrária no pensamento social brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Josué de Castro e a agricultura de sustentação na formação sócio-histórica do Brasil. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

SENA, Hellenuce Bernardino. Papai me botou na roça, nunca mais estudei. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

SERRIA, Joana dos Santos Rosa. As relações de gênero nos assentamentos do MST em Goiás. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

_____. As três gerações de mulheres do assentamento Rancho Grande pós-conquista da terra In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

SILVA, A.P.P.; SILVA, M.C.; IAMAMOTO, M.V. e SILVA, K.M. Condições de vida e trabalho dos migrantes sazonais na agroindústria canavieira fluminense. In: **Anais**

doXIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Dalvanir Avelino. Agricultura familiar e políticas públicas: uma análise do PRONAF no desenvolvimento dos assentamentos rurais de Reforma Agrária/RN. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SILVA, Eliana Andrade da. A captura da terra: a reorganização do campo brasileiro sob os ordenamentos do capital financeiro. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

_____. A captura da terra: a reorganização do campo brasileiro sob os ordenamentos do capital financeiro. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

_____. Atuação do assistente social nas ações de assessoria técnica rural: elementos para reflexão. In: **Anais doXIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Aguas de Lindóia - SP, 2013.

_____. Serviço Social e questão agrária: elementos para reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do assistente social. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Josiane Cristina Cardoso da, e ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. Pobreza e Trabalho na comunidade quilombola Ariquepá – MA: considerações sobre o trabalho por precisão. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SILVA, Laurinet Rodrigues da. Serviço Social e questão agrária: a inserção dos assistentes sociais na FETAEMA e no MST MA. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SILVA, Lucília Firmino. **O trabalho rural em Guaíra/SP e a política municipal de assistência social**. UNESP, Franca – SP. Dissertação de mestrado, 2009. Mimeo.

SILVA, Maria de Jesus da. A previdência social dos trabalhadores rurais. In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

SILVA, Maria de Jesus da. A previdência social dos trabalhadores rurais In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

SILVA, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo. Saúde e trabalho no complexo agroindustrial sucroalcooleiro: a corrosão da força de trabalho. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SILVA, Monica Regina Gomes da. Sindicalismo cidadão: limites teóricos e políticos do novo programa surgido no interior do sindicalismo rural. **Anais doXII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Nelmires Ferreira da e SILVA, Carlos Magno da. Gênese do debate- território e políticas para o meio rural. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da, AMARAL, Maria Virgínia Borges. Investimentos financeiros: uma simulação de fortalecimento da agricultura familiar. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da, TERCENIO, Ticiano Correia Bezerra. Os limites dos movimentos sociais organizados em torno da “questão agrária” In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. A retração da Reforma Agrária como estratégia política do sindicalismo rural e o foco para a agricultura familiar. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, S.M.B., SANTIAGO, C.B., LIMA, C.R.O, SILVA, G.R.S. Os movimentos sociais rurais e a construção da ideia de convivência com o semiárido brasileiro. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SILVEIRA, Ubaldo. Os trabalhadores rurais na busca da sobrevivência na região de Ribeirão Preto – SP. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

SINGER, Paul. Economia Solidária: possibilidades e desafios. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SIQUEIRA, A. M., NUNES, A. B.L. M., SILVA, E. M. da, GONÇALVES, G.F., MAIA, J. E. A. P., SOUSA, M. F., MOREIRA, M. A. P., NASCIMENTO, M. F. do, SOUSA, M. M. F.de. A complementação da renda familiar por meio do programa de transferência de renda bolsa família aos beneficiados do projeto de assentamento rural Chico Mendes localizado no município de Icó – Ceará. In: **XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SOARES, Léa Lima e VIANA, Masilene Rocha. O rompimento da barragem Algodões: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socio ambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SOARES, Leila Chaban Duarte e ARRUDA, Terezinha Fátima Paes. Serviço Social na escola; debate contemporâneo acerca da educação ambiental. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SOARES, M.G.M; PITOMBO, B.S.; OLIVEIRA, C.A.O; BILATE, J. e MORO, M. Dal. Serviço Social e Movimentos Sociais agrários – uma prática inovadora. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SOUSA, A.C.G, BARBOSA, C.R.P., GOMES, J.R.M., HIRAI, W.G. Os desafios da política pública de segurança alimentar e nutricional brasileira na promoção do direito humano à alimentação adequada. In: **Anais doXIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SOUSA, Adinari Moreira de, ARAUJO, Liana Brito de Castro, ERICH, Carlos Henrique de Castro, VALE, Erlenias Sobral do. Experiência de regularização fundiária das comunidades Sonho e Amanhecer no município de Fortaleza-CE In: **Anais doXII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Foz do Iguaçu, 2007.

SOUSA, Adinari Moreira de. Os atingidos pela barragem de Acauã no estado da Paraíba e a inserção política no movimento de luta por direitos sociais. In: **Anais doXI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

SOUSA, Regina Sueli de. A construção social dos jardins das mulheres da primeira geração de assentamentos do MST. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SOUZA, A.N.G., PEIXOTO, A.C.B., GEHLEN, V.R.F. Assentamento Rural Nova Esperança em Olho D'Água do Casado (AL); a pesca artesanal e a sustentabilidade da atividade de piscicultura em tanques-rede. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SOUZA, Regina Maria de. Agricultura e classe trabalhadora no Brasil. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

SOUZA, Roseane Cleide de, RODRIGUES, Zoraide Soares. Meio ambiente e “questão social”: um debate necessário. In: **Anais doXIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

SOUZA, Simone Maria de. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): na luta pela garantia de direitos para a consolidação de uma nova sociabilidade. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, São Luís, 2008.

STÉDILE, João Pedro (org). A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.

_____. Evolução da População Brasileira 1500-1990. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**, São Paulo: Expressão popular, 2005. p.293-298.

_____. Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**, São Paulo: Expressão popular, 2005. p.283-292.

STÉDILE, João Pedro et al. **Questão Agrária contemporânea e os movimentos camponeses da América Latina**. Coletânea de Textos da ENFF, nº 10. Outubro de 2011.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar enquanto políticas estruturais do programa de segurança alimentar para o Brasil. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Fortaleza- CE, 2004.

TAVEIRA, Marizangela Ribeiro e NASCIMENTO, Nadia Socorro Fialho. A questão agrária na Amazônia maranhense: notas para o debate atual. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

TELES, Lia Raquel Sousa. Desenvolvimento regional e deslocamentos espaciais de trabalhadores no sul do maranhão: questões pertinentes à cultura da soja. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

TORREAO, Marlene Correa. A resistência do trabalhador rural e o cooperativismo popular: indicação sobre o modelo organizado pelo MST no Maranhão. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Juiz de Fora, 2012.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. In: **Revista Libertas**, edição especial, vol. 4 e 5. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004/2005, p. 193 -221

UNICAFES, **Documento orientador da pauta política governamental**, Brasília, março de 2012, documento interno.

VALADÃO, Vanda de Aguiar e BARCELLOS, Gilsa Helena. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 145-169, jul./dez. 2012.

VENTURI, Ariberto e BARROS, Maria Theodora Paiva de. A formação de agricultores familiares e a sustentabilidade na comunidade de Marupaúba em Tomé-Açu/PA. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

VERÓNICA, Turrado. O efeito dominó da regularização fundiária: uma aproximação dos casos peruano, brasileiro e argentino. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

WERNER, Deborah. **Desenvolvimento Regional e Grandes Projetos Hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira**. Revista Inclusão Social, Brasília, DF, v. 6 n. 1, p.157-174, jul./dez. 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. In: **Monthly Review**, vol. 50,n.3, julho/agosto de 1998.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS, Ano II, n 3. Jan-Jun, 2001, p.33-39

ANEXO I – FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS DOS CBAS E ENPESS

NOME, LOCAL E ANO DO EVENTO: _____

TEMA DO EVENTO: _____

NÚMERO	EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO ARTIGO	ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	AUTOR/INSTITUIÇÃO
Numeração para fins quantitativos e organização lógica do material	Eixo em que o artigo estava localizado	Título – o que possibilitou que o artigo fosse localizado a partir das palavras de busca	Descrição do resumo, conteúdo do artigo e identificação das palavras - chave	Identificação do autor (es) e quando possível também da instituição a qual pertence (em)

**ANEXO II - FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOS ARTIGOS DOS CBAS E
ENPESS**

Dados gerais de identificação do evento
Evento:
Tema do evento:
Local:
Ano:
Eixo temático:
Dados de identificação do trabalho
Nome do artigo:
Palavras – chave ou temas abordados:
Instituição:
Tipo de trabalho: () pesquisa () exercício profissional () dissertação () tese () outros - ensaio
Autor (es):
Formação acadêmica dos autores: () assistente social () outros
Localização (cidade ou região):
Tema central do artigo: () questão agrária () questão urbana () questão ambiental () outro –
Eixo teórico que orienta o trabalho: () teoria social crítica () outro
Percepções acerca da relação entre serviço social e questão agrária presentes na descrição dos trabalhos
Concepção e entendimento sobre a relação serviço social e questão agrária:
Observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção retratada no artigo:
Relação/vínculo observada entre profissional e sujeitos atendidos:
Concepção de profissão: significado e importância do serviço social inserido no contexto da questão agrária:
Concepção dos profissionais sobre questão agrária:
Concepção dos profissionais sobre questão social:
Desafios descritos no contexto do trabalho: ✓
Fonte de referência (bibliografia base):

ANEXO III – CONTEÚDO DO PRIMEIRO E-MAIL ENVIADO AOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA MOTIVAÇÃO QUANTO A CONTRIBUIÇÃO COM O QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

Prezado (a) Assistente Social,

Sou Luzia Amélia Ferreira, aluna do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Mestrado da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Meu tema de estudo é sobre Serviço Social, questão agrária e questão social, em que meu trabalho se destinará a estudar, e, posteriormente, apresentar a compreensão da relação estabelecida entre questão agrária, questão social e Serviço Social e as determinantes acerca do exercício profissional do assistente social nesta área.

Tomei conhecimento de seu trabalho por ocasião do XIV CBAS realizado em 2013 em Aguas de Lindóia e através dos artigos relacionados nos anais do referido Congresso.

Meu contato é para apresentar meu tema de estudo e solicitar contribuições, que acredito serem possíveis tendo em vista seu estudo.

A inquietação acerca do tema exigiu uma aproximação inicial, em que, a partir das leituras e da identificação com o referencial teórico, percebeu-se a necessidade de se realizar novas investigações sobre as particularidades da questão social e um olhar mais direcionado sobre a questão agrária e suas possibilidades de enfrentamento.

Neste exercício teórico, percebeu-se que apenas a pesquisa bibliográfica não seria suficiente para que pudéssemos identificar as particularidades desta área e conseguir dar visibilidade à riqueza do trabalho que é realizado pelos assistentes sociais que estão inseridos neste espaço sócio ocupacional, também na academia através das pesquisas e projetos de extensão.

Desta forma, este primeiro contato é para verificar a disponibilidade de você responder a um pequeno questionário para contribuir com a minha pesquisa de campo. Tendo possibilidade, logo após seu retorno enviarei o questionário e as orientações.

Agradeço antecipadamente e fico no aguardo,

Att. Luzia

Obs: Este e-mail também foi enviado aos assistentes sociais que foram identificados, não em razão do CBAS, mas sim por conhecimento de sua prática, sendo portanto, excluído da mensagem o parágrafo que se referiu ao CBAS.

ANEXO IV – CONTEÚDO DO SEGUNDO E-MAIL ENVIADO AOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA CONTRIBUIÇÃO COM O QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

Prezado (a) Assistente Social,

Conforme contato e esclarecimento anterior, envio o questionário de entrevista para contribuição na pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada inicialmente como “Serviço Social e Questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos para o exercício profissional do assistente social”.

Este é um questionário que visa reunir informações necessárias ao estudo e compreensão da relação estabelecida entre questão agrária, questão social e serviço social e as determinantes acerca do exercício profissional do assistente social na área estudada.

Sabemos que a relação entre Serviço Social e questão agrária é algo desafiador para a profissão no Brasil. Este se constitui em um tema complexo e que tem pouca relevância na produção acadêmica do Serviço Social e também poucos registros de profissionais que estão atuando neste campo.

A inquietação acerca do tema exigiu uma aproximação inicial, em que, a partir das leituras e da identificação com o referencial teórico, percebeu-se a necessidade de se realizar novas investigações sobre as particularidades da questão social e um olhar mais direcionado sobre a questão agrária e suas possibilidades de enfrentamento.

Neste exercício teórico, percebeu-se que apenas a pesquisa bibliográfica não seria suficiente para que pudéssemos identificar as particularidades do exercício profissional e conseguir dar visibilidade à riqueza do trabalho que é realizado pelos inúmeros assistentes sociais que estão inseridos neste espaço sócio ocupacional.

Sendo assim, definiu-se pela realização de entrevistas com os profissionais que estão atuando ou já atuaram nesta área e com aqueles que estão pesquisando sobre este tema. E sua atuação foi considerada de importância relevante para contribuir neste processo de análise e posteriormente possibilitar uma reflexão que contribua para o entendimento da relação entre Serviço Social e Questão agrária e de novos caminhos e possibilidades aos profissionais e alunos que atuam ou tem interesse pela temática em questão.

Agradeço a sua disponibilidade em contribuir neste importante debate para a categoria profissional e me comprometo em manter sigilo sobre as informações aqui relatadas e posteriormente divulgar os resultados e contribuições resultantes deste aprendizado.

Para isto solicito que o mesmo seja devolvido em um prazo máximo de **20 dias** a contar de seu recebimento.

Meu agradecimento e um abraço fraterno,

Luzia Amélia Ferreira
amelialuzia@hotmail.com

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL			
Nome completo:		Telefone:	
Endereço completo/CEP:		Data de nascimento:	
Endereço eletrônico:		Sexo:	
ESCOLARIDADE			
Curso	Instituição	Término (ano)	Nível (graduação, pós – graduação, outros)
AREAS DE ATUAÇÃO – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
ÁREA		ANOS DE EXPERIÊNCIA	
IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO – ATUAL			
Local de trabalho		Tempo na instituição (em anos)	
Cargo ou função		Média de remuneração (em salários mínimos)	
IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO – ANTERIOR			
Local de trabalho		Tempo na instituição (em anos)	
Cargo ou função		Média de remuneração (em salários mínimos)	
QUESTÕES PARA ANÁLISE			

<p>Ressalta-se que as respostas são livres, sem a preocupação com a forma de escrita. No entanto, pede-se o máximo de detalhamento possível em relação ao seu entendimento sobre a questão, a fim de possibilitar análises e contribuições futuras.</p>
1. Como ocorreu sua inserção nessa área? (serviço social e questão agrária)
2. Em seu contexto de formação profissional você teve disciplinas, projetos, pesquisas, grupos, estágios ou outros componentes curriculares que discutissem a questão agrária como espaço sócio-ocupacional do assistente social?
3. Qual a sua compreensão sobre a relação estabelecida entre questão agrária, questão social e serviço social?
4. Qual o significado do serviço social inserido no contexto da questão agrária?
5. Como surgiu seu interesse por esta área? (serviço social, questão agrária, questão social)
6. Quais as contribuições que o Serviço Social oferece nessa área?
7. Quais os principais desafios encontrados no seu contexto de trabalho?
8. Como são suas condições de trabalho, pesquisa e aprofundamento nesta temática? (Por exemplo: Dispõe de recursos humanos, infra-estrutura e materiais, podendo ser através de algum projeto, parceria ou financiamento externo?)
9. Quais as principais atividades realizadas em seu cotidiano profissional?
10. Em seu contexto de atuação profissional você se utiliza de textos, materiais teóricos e autores do Serviço Social e de outras áreas para seu embasamento? Se sim, quais os principais?
11. Quais os principais procedimentos técnico-operativos utilizados por você?
12. Você atua em conjunto com outros profissionais? Se sim, com quais áreas? E como se realiza esta interação?
13. Você tem contato/relação com outros assistentes sociais que também trabalham ou estudam sobre esta área? Se sim, compartilham da experiência e estratégias?
14. Como você percebe o entendimento/aceitação dos demais assistentes sociais sobre esta área de atuação?
15. Sugestões/contribuições/outras percepções que acha interessante ressaltar.

**APÊNDICE I – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO -
ENPESS**

IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
BEGALLE, D., VIEIRA, L.M., BERTI, L.A., GOMES, N.R.P., SOUZA, P.G.	A dimensão da educação ambiental na formação acadêmica: a proposta do curso de Serviço Social da UNIOESTE, Campus Toledo
CANESQUI, F.G, SANT`ANA, R.S.	As precárias condições de trabalho vividas pelo trabalhador rural, no município de Alterosa- MG
CHAVES, M.P.S.R, CARVALHO, C.C.O, SILVA, E.C.L., CAVALCANTE, A.S, MAIA, M.B.R.	Uma experiência de pesquisa – ação em comunidades ribeirinhas da Amazônia.
CRUZ, Suenya Santos.	A particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty – RJ
ELEUTERIO, Adriana Paula da Silva	Trabalhadores rurais em luta pela terra: construindo o seu processo organizativo
FAES, Ivana Arquejada	Sou cortador de cana – o estatuto de uma profissão
KOKOUREK, Sheila; COSTA, M.P.S; MATTEI, Marivone Debona	Assentamentos Cooperativados: uma estratégia de cidadania
KREUTZ, Ineiva Terezinha	Expressões do capitalismo no campo (1980-1990): campesinato e exclusão social
KREUTZ, Ineiva Terezinha	Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, nova manifestações
MARTINS, Simone Marques e OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de	Processos religiosos e articulação de forças no MST
MORO, Maristela Dal	Famílias residentes no entorno das áreas de preservação ambiental: condições de vida e de trabalho
NETTO, Edméia Corrêa e SANT`ANA, Raquel Santos	Questão agrária e emprego doméstico: dois lados de uma mesma moeda
SENA, Hellenuce Bernardino	Papai me botou na roça, nunca mais estudei
SILVA, Eliana Andrade	Serviço Social e questão agrária: elementos para reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do assistente social
SILVA, Tarcísio Augusto Alves da	A retração da Reforma Agrária como estratégia política do sindicalismo rural e o foco para a agricultura familiar

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
ALMEIDA, Priscila Santos de	Serviço Social e Questão agrária: um estudo acerca do trabalho do assistente social em assentamentos rurais do Estado de São Paulo
BARROS, Ilena Felipe	A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação ou submissão?
BEZERRA, Cristina Simões e RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi	A parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos
BRILHANTE, A.S e SILVA, S.S	Projeto Ético – Político do Serviço Social em relação ao projeto político do MST; um resgate histórico da atuação do Serviço Social no meio rural brasileiro.
CHAVES, M.P.S.R, OLIVEIRA, M.F.G., SILVA, E.C.L, BANDEIRA, D.C.R.	Organização da produção pesqueira da Amazônia: subsídios para implantação de empreendimentos comunitários em Tabatinga – AM
CHAVES, M.P.S.R, SIMONETTI, S.R., BARROSO, S.C., LIMA, M.S., LIRA, T.M.	Pesquisa- ação em Serviço Social: organização comunitária de populações ribeirinhas para desenvolvimento sustentável na Amazônia
OLIVEIRA, Priscila de Souza	Serviço Social e Movimentos Sociais: uma aproximação possível
RIBEIRO, Cristine Jaques; BINDA, Nilson e FONSECA, Aline Cunha da	Modos de viver caboclo, as manifestações coletivas nos assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Rio Grande do Sul
SANT'ANA, Raquel Santos	A questão agrária na universidade: a experiência do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA)
SANT'ANA, Raquel Santos	Terra e Trabalho: a trajetória de trabalhadores idosos do acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto - SP
SANT'ANA, Raquel Santos e LIMA, Graziela Aparecida Garcia de.	A cooperação informal nas associações de pequenos produtores da agrovila do MST, no assentamento de Restinga – SP

XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
BARROS, Ilena Felipe	As mulheres no espaço público do assentamento Novo Horizonte II
DAL MORO, Maristela	As novas configurações da agricultura no Brasil
DUTRA, Acácia Barros Fernandes e SILVA, Anuska Batista da	Os novos paradigmas: uma perspectiva de convivência para o semi-árido brasileiro
FREITAS, Tais Pereira de e SOUZA, Regina Maria de	O projeto ético – político do Serviço Social na Agroindústria canavieira
HILLESHEIM, Jaime	Acidentes do trabalho no agronegócio mato – grossense: indicativos para intervenção do assistente social
LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess	MST e a construção do sujeito coletivo
LUSTOSA, M.G.O; XOVIR, D.B.G.; LACERDA, H.G e ASSIS, A.P.	Produção e trabalho na economia de mercado: as novas tendências do desenvolvimento rural/urbano no Brasil: e suas interfaces às políticas sociais e ao Serviço Social
LUSTOSA, Maria das Graças Osório	Trabalho, produção e assistencialismo: novas sociabilidades e desafios ao Serviço Social
MIRANDA, Aurora Amélia Brito de	A questão regional e a política de assentamentos rurais no Brasil: campo de disputa
SANT'ANA, Raquel Santos	A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado
SERRIA, Joana dos Santos Rosa	As relações de gênero nos assentamentos do MST em Goiás
SILVA, Dalvanir Avelino	Agricultura familiar e políticas públicas: uma análise do PRONAF no desenvolvimento dos assentamentos rurais de Reforma Agrária/RN
SILVA, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo	Saúde e trabalho no complexo agroindustrial sucroalcooleiro: a corrosão da força de trabalho
SOARES, M.G.M; PITOMBO, B.S.; OLIVEIRA, C.A.O; BILATE, J. e MORO, M. Dal	Serviço Social e Movimentos Sociais agrários – uma prática inovadora
SOUSA, Regina Sueli de	A construção social dos jardins das mulheres da primeira geração de assentamentos do MST
SOUZA, Simone Maria de	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): na luta pela garantia de direitos para a consolidação de uma nova sociabilidade
SOUZA, Regina Maria de	Agricultura e classe trabalhadora no Brasil

SOUZA, A.N.G., PEIXOTO, A.C.B., GEHLEN, V.R.F	Assentamento Rural Nova Esperança em Olho D'Água do Casado (AL); a pesca artesanal e a sustentabilidade da atividade de piscicultura em tanques-rede.
---	---

XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
BARRETO, Alessandra Amâncio	Gênero e trabalho na Amazônia: a experiência do trabalho feminino no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, Castanhal – PA
CARVALHO, Fabiana Pereira de	Assentamentos de Reforma Agrária e as perspectivas de desenvolvimento rural: um estudo de caso
CHINALI, G.A.G.L e SANT'ANA, R.S.	Trabalhadores da colheita manual da cana de açúcar e o desenvolvimento do lazer cultural
ENGELBRECHT, Marize Rauber.	Agricultura familiar: o reconhecimento social da categoria no contexto brasileiro
GOMES, Cícera Maria dos Santos	Do império verde ao império cinza: as transformações ocorridas no município do Cabo de Santo Agostinho – PE
GONÇALVES, Lissany Braga	Lutas de resistência, gênero e associativismo no meio rural: um enfoque sobre a experiência da associação de Mulheres do Município de Igarapé – Miri/ASMIM no Pará
GRILO, Rayane Bartira Araújo	O enfrentamento da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha; um recorte da realidade rural norte – rio-grandense.
GUERRA, Eliana Costa, Franciclécia Sousa Barreto Silva, Nuara de Sousa Aguiar	As expressões da subordinação do campo ao sistema do capital: reflexões a partir do caso brasileiro.
LUSTOSA, M.G.O.P.; FRADE, C.S; FIGUEIREDO, N.S; MACHADO, T.O; TEIXEIRA, B.C.; RANGEL, T.M.C.; ERVILHA, E.F.F; VULNERABILE, R.C.; MAIA, G.L. e SINÉSIO, A.	Atividade curricular em áreas de Reforma Agrária – questão agrária e educação do campo.
MENEZES, Aline Alves de	Atividade curricular em áreas de Reforma Agrária – questão agrária e educação do campo.
MORO, M. Dal; GRACILIANO, M.A e	Questão agrária e questão social no Rio de Janeiro: um debate necessário ao Serviço Social.

MACHADO, Priscila.	
NUNES, Ivna de Oliveira	A questão agrária e a pequena produção rural e o feminino: caracterização do trabalho e vida das mulheres na produção rural
PEREIRA, Evelyne Medeiros	Questão social e questão agrária: as particularidades da política de reforma agrária brasileira em tempos de crise do capital
PINTO, E.C., SILVA, A.V.B., SANTOS, N.T.	A desigualdade de gênero e a previdência social no Brasil: as especificidades das trabalhadoras no âmbito rural e urbano
SANTOS, Ana Paula Silva	Avaliação das ações do projeto Vida Rural Sustentável
SANTANA, Gildo Ribeiro e SILVA, Ana Claudia Lima da	Extensão rural contribui estimulando a participação popular e o poder decisório através do fortalecimento das organizações sociais do meio rural.
SILVA, Monica Regina Gomes da	Sindicalismo cidadão: limites teóricos e políticos do novo programa surgido no interior do sindicalismo rural
SCHAPPO, Sirlândia	Ideias de modernização e questão agrária no pensamento social brasileiro
VERÓNICA, Turrado	O efeito dominó da regularização fundiária: uma aproximação dos casos peruano, brasileiro e argentino

XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
ALENCAR, Maria Magaly Colares de Moura	A produção do espaço na Mata Sul de Pernambuco
BARBOSA, W.C.; OLIVEIRA, L.S.; MAGALHÃES, N.G.; GARCIA, C.B.; MÁXIMO, C.M.	Questão agrária e universidades públicas: uma análise da parceria MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes e UFJF/ Faculdade de Serviço Social
BARROS, Ilena Felipe.	Os limites da Reforma agrária de mercado
BATISTA, Maiara	O vigor nosso de cada dia: a estética da mística do MST no processo de formação da consciência classista
BEZERRA, Cristina Simões	Questão agrária e universidades públicas: uma análise da parceria MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes e UFJF/ Faculdade de Serviço Social

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista	Trajétoria sócio-histórica no âmbito da política de assentamento: o caso do assentamento Centro do Designo
FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli e NUNES, Letícia Soares	Questão ambiental, desastres e interdisciplinaridade
GOIS, Magaly Nunes de	Comunidades quilombolas e Serviço Social: uma articulação possível e necessária
HIRAI, Vanda Griep	A agricultura orgânica como um instrumento para a efetivação do direito humano à alimentação adequada
JORGE, Amanda Lacerda	O acesso á previdência rural entre idosos quilombolas
LOPES, Cinthia Fonseca	Ocupando mentes, conquistando a terra: o significado político das ocupações promovidas pelo MST
MACHADO, B.R.N.; VIEIRA, I.J.M.; BAIA, M.R.T.; MARQUES, M.J.C. e REIS, R.P.S	A revolução tecnocientífica: o protagonismo dos sujeitos ribeirinhos do Marajó
MARTINS, Tereza Cristina Santos	A ação do Estado na implantação de assentamentos de Reforma Agrária: um estudo do Jacaré – Curitiba
NEVES, C.M.; PANTOJA, F.M.; GONÇALVES, M.P.D e ANJOS, M.C	A relação campo-cidade em Breves – Marajó: um contexto histórico social
NUNES, Ivna de Oliveira	Educação e trabalho: análise sobre a identidade de trabalhadora das mulheres nas associações
PEREIRA, Evelyne Medeiros, PIRES Kamila Silva, TEODÓSIO Sheila de Sousa	Questão agrária e juventude: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola”
RAMALHO, Claudilene	Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente à migração temporária dos cortadores de cana
RIBEIRO, Cristine Jaques	Reforma Agrária: a economia solidária na produção de alimentos
RODRIGUES, Alberth Alves	Questão agrária e atuação do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni – MG nos anos 2000
RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi	Questão ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST
ROSA, Letícia Barros Palma da e CAPUCHINHO, Michelle	A ação política da juventude brasileira: uma abordagem da organização da juventude do MST

Neves	
SANT'ANA, R.S.; CARLONI, L. e OLIVEIRA, P.S	O acesso das famílias de trabalhadores rurais à política de assistência social no município de Guariba- SP
SANTOS, Josiane Soares e BATISTA, Itamiris de Santana	Questão agrária e questão social: fundamentos e relações recíprocas
SCHAPPO. Sirlândia	Josué de Castro e a agricultura de sustentação na formação sócio-histórica do Brasil
SILVA, A.P.P.; SILVA, M.C.; IAMAMOTO, M.V. e SILVA, K.M	Condições de vida e trabalho dos migrantes sazonais na agroindústria canavieira fluminense
TAVEIRA, Marizangela Ribeiro e NASCIMENTO, Nadia Socorro Fialho	A questão agrária na Amazônia maranhense: notas para o debate atual
TORREAO, Marlene Correa	A resistência do trabalhador rural e o cooperativismo popular: indicação sobre o modelo organizado pelo MST no Maranhão

XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

AUTOR (ES)	ARTIGO
ARANTES, Raíssa Cristina e OLIVEIRA, Luca de	Um paralelo entre os projetos societários defendidos pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra e pelos novos movimentos sociais
BEZERRA, Cristina Simões e RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi	Questão agrária e lutas sociais contra o agronegócio: a agroecologia e a formação política no MST
CARMONA, Rafael Garcia e SCHIMANSKI, Edina	Mulheres remanejadas pela Usina Hidrelétrica de Mauá: reflexões sobre o impacto no modo de produção e reprodução da vida social
COSTA, Liduína Farias Almeida da, e PORTELA, Virgínia Conde de Mattos Pereira	Cotidiano de vida e trabalho de agricultores familiares de Sussuí (Quixadá – CE)
COSTA, Carmen Ferreira Corato e LOCAN, Elaine Cristina	Movimentos sociais do campo e serviço social: um ensaio sobre o curso do PRONERA
CRUZ, Sabrina Angela França Silva	A funcionalidade do arcaico no Brasil moderno: trabalhadores rurais no Baixo – Açu
GOIS, Magaly Nunes de, e MACEDO, Ana Cristina Santos	Acesso à água: o significado das mudanças ocorridas no cotidiano das famílias

GROSSI, P.K., GASPAROTTO, G.P., VIEIRA, M.S., COUTINHO, A.R.C	Violência contra mulher no rural no estado do Rio Grande do Sul: do silêncio ao enfrentamento
LIMA, Daniele Gomes de	A questão agrária e o processo histórico de acumulação capitalista
LIMA, Jaqueline da Silva	Identificando as Marias no rural alagoano: uma reflexão do patriarcalismo e das relações de gênero
LUSA, Mailiz Garibotti	Ruralidades: economia agrária e campesinato no semiárido alagoano
RAMALHO, Claudilene da Costa	A questão agrária no Brasil e a migração temporária no agronegócio canavieiro
RIBEIRO, Jeovana Nunes	O café e o trabalhador sazonal
RIBEIRO, Patrício Azevedo e PONTES, Itaciara Prestes da Silva	Questão socioambiental e Serviço Social: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental
RODRIGUES, Monica Aparecida Grossi	Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST
SANT'ANA, R.S, LOURENÇO, E.A.S, CARMO, O.A	Políticas públicas nos marcos do capital: o atendimento ao trabalhador rural no Programa de Saúde do Trabalhador e na Política Pública de Assistência Social na região de Franca – SP
SILVA, Josiane Cristina Cardoso da, e ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de	Pobreza e Trabalho na comunidade quilombola Ariquipá – MA: considerações sobre o trabalho por precisão
SILVA, Laurinet Rodrigues da	Serviço Social e questão agrária: a inserção dos assistentes sociais na FETAEMA e no MST MA
SILVEIRA, S.M.B., SANTIAGO, C.B., LIMA, C.R.O, SILVA, G.R.S	Os movimentos sociais rurais e a construção da ideia de convivência com o semiárido brasileiro
SOARES, Léa Lima e VIANA, Masilene Rocha	O rompimento da barragem Algodões: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socio ambiental
SOUSA, A.C.G, BARBOSA, C.R.P., GOMES, J.R.M., HIRAI, W.G	Os desafios da política pública de segurança alimentar e nutricional brasileira na promoção do direito humano à alimentação adequada

**APÊNDICE II – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO
- CBAS**

XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

AUTOR (ES)	ARTIGO
CRUZ, Suenya Santos da	A particularidade da agricultura familiar no Assentamento São Roque
MORO, Maristela Dal	A polêmica acerca da reforma agrária no Brasil
NUNES, Graziela Martins	A questão da terra no caso do centro de lançamento de Alcântara: a violência do estado brasileiro no processo de desapropriação
TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris	A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar enquanto políticas estruturais do programa de segurança alimentar para o Brasil
ACCIOLY, Maria Stela Pereira	A reforma agrária em debate
CANESQUI, Flávia Gonçalves	Área de concentração – Serviço Social: trabalho e sociedade – mestrado e doutorado
FRANÇA, J. N. de, BEZERRA C. C., SILVA, E. N.da, SANTOS, F. T. dos, SILVA, M. P. da e SOUZA, C. A. P de	Massangano: possibilidades e desafios do exercício da democracia num assentamento de reforma agrária do MST
ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira	O plano nacional de reforma agrária e o Serviço Social
NETTO, Edméia Correa e SANT'ANA, Raquel Santos	O rural na trajetória das empregadas domésticas da comissão de sindicalização do município de Bebedouro - SP
SOUSA, Adinari Moreira de	Os atingidos pela barragem de Acauã no estado da Paraíba e a inserção política no movimento de luta por direitos sociais
SILVEIRA, Ubaldo	Os trabalhadores rurais na busca da sobrevivência na região de Ribeirão Preto – SP
OLIVEIRA, Meyrilande França Lopes Delweis Falcão de e SILVA, Maria Patrícia Cabral da	Perfil histórico das lutas sindicais: uma visão sobre Escada
OLIVEIRA, Dalva Felipe de	Terra para plantar, terra para viver: a história do processo de ocupação dos projetos Itapirema e Pirineus
NASCIMENTO, Silvane Magali Vale	Um estudo das condições de vida nos assentamentos rurais no Maranhão

XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

AUTOR (ES)	ARTIGO
SILVA, Eliana Andrade da	A captura da terra: a reorganização do campo brasileiro sob os ordenamentos do capital financeiro
MOREIRA, Elaine Martins	A luta pela reforma agrária: assentamento Ireno Alves dos Santos 11 anos de história
LOEBLIN, Elaine Lucio	A participação da mulher na agricultura familiar sustentável: um estudo de caso junto ao grupo Nova Aliança em Mirante da Serra/RO
SILVA, Maria de Jesus da	A previdência social dos trabalhadores rurais
BRAGATO, Brice, SOUZA, Bruno Alves de, MORTEM, Ângela Maria Campos da Silva – Post.	A reforma agrária e o perfil jurídico da família do assentado do INCRA/ES
SERRIA, Joana dos Santos Rosa	As três gerações de mulheres do assentamento Rancho Grande pós-conquista da terra
MIRANDA, Aurora Amélia Brito de.	De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix/MA
SOUSA, Adinari Moreira de, ARAUJO, Liana Brito de Castro, ERICH, Carlos Henrique de Castro, VALE, Erlenias Sobral do.	Experiência de regularização fundiária das comunidades Sonho e Amanhecer no município de Fortaleza-CE
BARROS, Ilena Felipe	O significado da posse da terra para as mulheres do Vale da Esperança
MARQUES, Maria Madalena Dos Santos, FROELICH, José Marcos, PISONI, Estela Maris	Os reassentados da usina hidrelétrica Dona Francisca (UHDF)/RS - a identidade água abaixo
FILHO, Edmondson Reginaldo Moura, FREITAS, Eriberto Vagner de Souza, FILHO, Joaquim Amaro, OLIVEIRA, Lucia de Fatima.	Perfil socio-econômico dos produtores rurais e nível de satisfação com os serviços de assistência técnica na comunidade Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros-RN
CARVALHO, Lívia Hernandez e SANT'ANA, Raquel Santos	Questão agrária e movimentos sociais
MORO, Maristela Dal	Reforma agrária no governo Lula: o mesmo tratamento a uma velha questão
CANESQUI, Flávia Gonçalves	Serviço social e questão agrária: um debate necessário
ARAÚJO, Régia Cristina Barbosa de	Questão agrária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável dentro da lógica capitalista no Brasil
OLIVEIRA, Dalva Felipe de	Terra e trabalho: um estudo junto aos projetos de

	assentamentos de Itapirema e Pirineus
MOTA, Amanda Rodrigues da, PEREIRA, Gleycilane Aparecida, LAGARES, Vasconcelo Ferreira	Uma análise da política de geração de renda voltada para agricultura familiar: o programa CDLAF em Ipatinga/MG
CAVAIGNAC, Talita Siqueira	Estudos sobre meio ambiente e ecologia no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – uma lacuna?
ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo	A previdência social no cenário rural brasileiro: a universalização possível.
HIRAI, Wanda Griep	A produção de conhecimento em Serviço Social enfocando a agroecologia como um paradigma cooperativo na construção da segurança alimentar.
ACOSTA, Luis Eduardo Acosta e MORO, Maristela Dal	Serviço Social e Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma experiência de estágio

XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

AUTOR (ES)	ARTIGO
SIQUEIRA, A. M., NUNES, A. B.L. M., SILVA, E. M. da, GONÇALVES, G.F., MAIA, J. E. A. P., SOUSA, M. F., MOREIRA, M. A. P., NASCIMENTO, M. F. do, SOUSA, M. M. F.de	A complementação da renda familiar por meio do programa de transferência de renda bolsa família aos beneficiados do projeto de assentamento rural Chico Mendes localizado no município de Icó – Ceará
VENTURI, Ariberto e BARROS, Maria Theodora Paiva de	A formação de agricultores familiares e a sustentabilidade na comunidade de Marupaúba em Tomé-Açu/PA
SANT`ANA, Raquel Santos	A luta pela terra, os movimentos sociais e o serviço social: um debate sobre os trabalhadores rurais e as possibilidades de uma ação educativa do assistente social.
MORO, Maristela Dal e MACHADO, Priscilla	A questão agrária e a agricultura camponesa no estado do Rio de Janeiro.
MORO, Maristela Dal e GRACILIANO, Maria Aparecida.	A questão agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado do rio de janeiro
EINSFELD, Jordana e RIBEIRO, Edalea Maria	A questão agrária e os movimentos sociais do campo – Um tema para o serviço social
NASCIMENTO, Nadia Socorro Fialho, SOUZA, Marcos da	Amazônia e questão ambiental: a centralidade da região para a acumulação de capital

Silva	
MARTINS, Tereza Cristina Santos	As manifestações da “questão social” no assentamento Jacaré-Curituba: uma contribuição ao debate do serviço social
MIRANDA, Aurora Amélia Brito de	Assentamento Brejo de São Félix/MA: uma política assistencialista e clientelista?
LUSTOSA, M. G.O. P, XAVIER, D. B.G, FRADE, C. S., ERVILHA, E. F. F., FIGUEIREDO, N. S., MACHADO, T. O., TEIXEIRA, B. C., RANGEL, T. M. C., VENERALIBE, R.	Assistencialização e pobreza no Brasil: a dimensão sócio-política dos programas de transferência de renda – breves reflexões
LISBOA, Teresa Kleba e LUSA, Mailiz Garibotti	Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural
RODRIGUEZ, Maria Raimunda Chagas Vargas	Depois da terra: lutas e contradições no assentamento Palmares/PA
TELES, Lia Raquel Sousa	Desenvolvimento regional e deslocamentos espaciais de trabalhadores no sul do maranhão: questões pertinentes à cultura da soja
SANTOS, J. S. ARAUJO, N. M. S., RIBEIRO, T. G., OLIVEIRA, M. S., RAFAEL, P. R. B., SANTOS, R. C., SANTOS, T. P. , SANTOS, D. M. R., CRUZ, J. S., CRUZ, S. Z.	Educação ambiental com comunidades costeiras: pesquisa e intervenção do projeto de pesquisa e desenvolvimento social do PEAC
SILVA, Nelmiros Ferreira da e SILVA, Carlos Magno da	Gênese do debate- território e políticas para o meio rural
LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza, BERTANI Iris Fenner	Interface trabalho e saúde na agroindústria canavieira
SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da, AMARAL, Maria Virgínia Borges	Investimentos financeiros: uma simulação de fortalecimento da agricultura familiar
SANTOS, Ana Caroline Trindade dos	Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor

	do Mucuri/SE
SOUZA, Roseane Cleide de, RODRIGUES, Zoraide Soares	Meio ambiente e “questão social”: um debate necessário
RAMALHO, Claudilene da Costa	Migrações temporárias para o corte de cana: a naturalização da precarização do trabalho no Vale do Jequitinhonha-MG
BARROS, Ilena Felipe	Nas trilhas do crédito fundiário: Uma análise preliminar da reforma agrária de mercado
CUNHA, Patrícia Barros, PAULA, Elder Andrade de	O papel do ministério público na resolução dos problemas ambientais: uma análise das recomendações das queimadas no estado do Acre
NOGUEIRA, Claudia Mazzei	O sistema de integração do oeste catarinense: o trabalho na pequena produção avícola familiar
SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da, TERCENIO, Ticiano Correia Bezerra	Os limites dos movimentos sociais organizados em torno da “questão agrária”
LUSA, Mailiz Garibotti	Questão rural – demandas para o Serviço Social no contexto de crise do capital
CHAVES, M. P. S. R. , BARROSO, S. C. , LIRA, T. M., SILVA, I. P., SIQUEIRA, M. S.	Questão sócio-ambiental contemporânea: práxis do assistente social no contexto rural da Amazônia
CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo e SILVA, Tathiane Paraíso da	Segurança alimentar: acesso aos recursos naturais e cidadania das populações tradicionais
SANTANA, I. V. F. de, PEREIRA, F. S. M., MACEDO, M. K. S., FREITAS, L. F., NETO, P. V. A., AGUIAR, R. S.	Semeando e cultivando: as vivências de estudantes do serviço social em uma dimensão ambiental
EINSFELD, Jordana	Serviço social, questão agrária e movimentos sociais do campo - em foco os CBAS
BOURCKHARDT, Vandeneia e SARMENTO, Helder Boska de Moraes	A problematização teórica da temática ambiental e sua aproximação com o Serviço Social.

ARAÚJO, L.B.C, CARVALHO, N.C., REBOUÇAS, M.P., ALMEIDA, C.A.S	Assistentes sociais no meio rural: análise das condições de trabalho na contemporaneidade
AMORIM, Darci Ramos de., NUNES, Rosa Maria da Silva, SILVA, Mayara Pereira da.	Atuação do assistente social da área sócio – ambiental na cidade de Manaus – AM.
OLIVEIRA, Tatiane Ropck Félix Mendes de, SANTANA, Tania Maria	Serviço Social e questão socioambiental: desafio para a formação profissional na contemporaneidade
SOARES, Leila Chaban Duarte e ARRUDA, Terezinha Fátima Paes.	Serviço Social na escola; debate contemporâneo acerca da educação ambiental.

XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

AUTOR (ES)	ARTIGO
CARMO, Onilda Alves do e SANT'ANA, Raquel Santos	A presença de mulheres nas atividades do complexo agroindustrial canavieiro: alguns apontamentos
BARROS, Ilena Felipe	A relação da reforma agrária de mercado com o assalariamento rural em assentamentos da área canavieira de Pernambuco
SILVA, Eliana Andrade da.	Atuação do assistente social nas ações de assessoria técnica rural: elementos para reflexão
BEZERRA, C. S., CAPUCHINHO, M. N., HACKBARDT, G., JESUS, N. M., LOPES, L. L., ALAGOANO, V. M., BAPTISTA, L. BATISTA, M., OLMEDO, M.F.B, PEREIRA, J.A.P. C	Comunicação e juventude no campo; primeiras análises sobre as experiências de inclusão digital no cotidiano de jovens em áreas de reforma agrária da zona da mata mineira
COSTA, Érika Flávia Soares da e SILVA, Maria Ester Ferreira da	Cotidiano e trabalho no mundo rural quilombola
LUSA, Mailiz Garibotti.	Crise do capital, espaço rural e serviço social: lacunas na garantia dos direitos sociais, desafios e perspectivas para o trabalho profissional
DAL MORO, Maristela, SÁ, Adriene dos Santos, CUNHA,	O MST no Rio de Janeiro: questões para o debate

Greyce Olímpia da, CORREA, Vanessa Matias.	
CARVALHO, Fabiana Pereira de	O processo de monitoramento nos contratos de assistência técnica e extensão rural: breves considerações
MACEDO, Ana Cristina Santos Macedo e GOIS, Magaly Nunes de	O projeto de combate à pobreza rural (PCPR) em Sergipe na concepção das famílias e associações: uma avaliação qualitativa
BARROS, Ilena Felipe e GUIMARÃES, Clariça Ribeiro	Os governos Lula/Dilma e a reforma agrária brasileira: questões para o debate
PORTO, Mauro João e OLIVEIRA, Dalva Felipe de.	Para cada praga um veneno: a produção de alimentos do Projeto de Assentamento Chico Mendes III destinados ao PAA.
LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza e FRENANDES, Marcos Paulo Rocha Fernandes	Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: da escravidão aos dias atuais a permanência da exploração e da expropriação da vida e saúde dos trabalhadores
MACEDO, R. S., SANTOS, T. G. C., LUCENA, F. G., MOURA, L. C. V., NOBREGA, A. S., LEONARDO, T. R. A., RAMOS, B. S.	Programa de aquisição de alimentos na promoção da manutenção da produção e reprodução dos agricultores familiares: limites e possibilidades
LOPES, Cinthia Fonseca	Questão agrária e repressão dos movimentos sociais do campo no governo FHC
SANTOS, Simone Moreira dos e GOIS, Magaly Nunes de	Questão agrária, reforma agrária e serviço social: uma equação possível
DUARTE, Karina Lima	Relações da questão agrária e “questão social” no Brasil
RODRIGUES, J. S., SOUSA, C. M., PINTO, M.G.S., ROSENDO, M.L., SILVA, M.V., ALVES, E.L.F., GONDIM, F.B., CASTRO, J.S.O.	Trabalho e trabalhadores e seus desdobramentos na seca de 1877 no estado do Ceará.
CAMARGO, Andressa Vanusa	Trabalho em condições análogas a de escravo no

e ROSA, Cassia Regina	Brasil contemporâneo
DIOGO, Fabiana Guido e BUENO, Ermelinda Maria	Trajétoias de exclusão: da condição de trabalhador precarizado da atividade rural cafeeira à beneficiário do BPC
CASTRO, Alba Tereza de	Entre o moderno e o arcaico: o bolsa família no nordeste rural em tempos de novo-desenvolvimentismo
GRILO, Rayane Bartira de Araújo.	A Lei Maria da Penha: limites e contradições ao enfrentamento à violência contra a mulher no universo rural.
OLIVEIRA, Carolina Alves de	Os processos de revolução passiva brasileiros e os movimentos sociais do campo
SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos. et. All.	Relações Sociais de gênero e políticas públicas: novas configurações de trabalho no meio rural
LIMA, Luciana Gonçalves de	Trabalho escravo no meio rural contemporâneo e a implementação do Projeto de qualificação para os egressos no estado do Mato Grosso
GROSSI, Patrícia Krieger. Et all.	Violência contra a mulher rural: desafios para as políticas públicas.

APENDICE III - Quadro de Identificação das experiências de exercício profissional do assistente social na questão agrária

EVENTO	TITULO ARTIGO	LOCAL/ÁREA DE ATUAÇÃO	TIPO DE ATIVIDADE	RELATO/PESQUISA/ ESTUDO⁶⁸
XI CBAS	Trabalho e Sociedade	Prefeitura Municipal de Alterosa - MG	Programa social de Lavoura comunitária	Relato de experiência
XII CBAS	Serviço social e movimento de trabalhadores rurais sem terra: uma experiência de estágio	Assentamentos e acampamentos organizados pelo MST	Estágio em Comunidades Organizadas pelo MST	Relato de experiência
XIII CBAS	A formação de agricultores familiares e a sustentabilidade na comunidade de Marupaúba em Tomé – Açu/PA	Secretaria de Assistência Social de Tomé – Açu/PA	Cursos de qualificação – mitigação impactos ocasionados em razão da construção de mineroduto	Relato de experiência
XIII CBAS	A luta pela terra, os movimentos sociais e o serviço social: um debate sobre os trabalhadores rurais e as possibilidades de uma ação educativa do assistente social	Política de Assistência Social	Operacionalização da política de assistência social em municípios do interior de SP	Pesquisa
XIII CBAS	Questão sócio-ambiental contemporânea: práxis do assistente social no contexto rural da Amazônia	Áreas Ribeirinhas de Maués - AM	Produção de subsídios para a Política Pública de Assistência e Previdência Social para comunidades ribeirinhas da Amazônia	Relato de experiência
XIII CBAS	Semeando e cultivando: as vivências de estudantes de Serviço Social em uma dimensão ambiental	Universidade Estadual do Ceará- UECE	Projeto de extensão em áreas de assentamento	Pesquisa

⁶⁸ Considerou-se *relato de experiência* aos artigos em que se referiu aos profissionais que diretamente relataram seu exercício profissional, a *pesquisa* foi verificada por meio daqueles artigos que apresentavam dados e elaborações teóricas sobre o tema e os *estudos sobre o tema* foram considerados como aqueles artigos em que se apresentou um debate sobre o tema em questão, não fazendo referências à dados de pesquisas.

XIII CBAS	Assistentes sociais no meio rural: análise das contradições de trabalho na contemporaneidade	Universidade Estadual do Ceará - UECE	Inserção do assistente social no meio rural	Pesquisa
XIII CBAS	Atuação do assistente social na cidade de Manaus/AM	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Atuação de assistentes sociais na área sócio-ambiental	Estudo sobre o tema
XIV CBAS	Atuação do assistente social nas ações de assessoria técnica rural: elementos para reflexão	Assentamentos de Reforma Agrária	Assessoria Técnica Rural - ATES	Estudo sobre o tema
XIV CBAS	Crise do capital, espaço rural e serviço social: lacunas na garantia dos direitos sociais, desafios e perspectivas para o trabalho profissional	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Proteção social básica de assistência social prestada no espaço rural do estado de Alagoas.	Pesquisa
XIV CBAS	Questão agrária, reforma agrária e serviço social: uma equação possível	Acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária	Ampliação da capacidade participativa e organizativa, fortalecimentos da consciência coletiva e promoção da independência e a autonomia dos/as acampados/as e assentados/as da Reforma Agrária.	Estudo sobre o tema
IX ENPESS	Papai me botou na roça, nunca mais estudei	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Pesquisa
X ENPESS	Serviço Social e questão agrária: um estudo acerca do trabalho do assistente social em assentamentos rurais do Estado de São Paulo	Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP e Universidade Estadual Paulista - UNESP	Assentamentos rurais do Estado de São Paulo	Pesquisa
X ENPESS	Pesquisa – ação em Serviço Social: organização comunitária de	Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-	Comunidades ribeirinhas do município de Maués: Mucajá,	Pesquisa

	populações ribeirinhas para desenvolvimento sustentável na Amazônia	ambientais e de Desenvolvimento e Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Grupo Inter-Ação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Acaoera, Monte Sinai, Ebenezer e Vila Darcy.	
X ENPESS	Projeto Ético Político do Serviço Social em relação ao Projeto Político do MST: um resgate histórico de atuação do Serviço Social no meio rural brasileiro	Universidade Estadual do Ceará - UECE	Atuação das Assistentes Sociais inseridas nas políticas públicas do Estado brasileiro no meio rural.	Pesquisa
XI ENPESS	Acidentes de trabalho no agronegócio mato-grossense: indicativos para a intervenção do assistente social	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Trabalhadores rurais – acidentes de trabalho	Pesquisa
XI ENPESS	A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir do trabalhador rural assalariado	Universidade Estadual Paulista - UNESP	Política de Assistência Social	Pesquisa
XI ENPESS	O Projeto Ético Político do Serviço Social na agroindústria canavieira	Universidade Estadual Paulista - UNESP	Agroindústria canavieira no Estado de São Paulo	Estudo sobre o tema
XI ENPESS	Serviço Social e movimentos sociais agrários – uma prática inovadora	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Movimentos sociais do campo - MST	Pesquisa
XII ENPESS	Atividade curricular em áreas de Reforma Agrária – questão agrária e educação do campo	Grupo de Pesquisa LEPEL/FACED	Assentamentos Rurais do Recôncavo Baiano	Pesquisa
XII ENPESS	Extensão rural contribui estimulando a participação popular e o poder decisório através do fortalecimento das organizações sociais do meio rural	Associações Rurais e Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Jupi/PE	Fortalecimento organizacional das Associações Rurais e Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Jupi/PE	Relato de experiência

XIII ENPESS	Comunidades quilombolas e Serviço Social: uma articulação possível e necessária	Unidade Técnica do PCPR II – Sergipe em parceria com INCRA, Comitê Gestor e Associação Estadual de Quilombos de Sergipe	Comunidades Remanescentes de Quilombos em Sergipe	Relato de experiência
XIII ENPESS	Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente a migração temporária dos cortadores de cana	Centro de Referência em Assistência Social – CRAS	Migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha	Pesquisa
XIV ENPESS	Serviço Social e questão agrária: a inserção dos assistentes sociais na FETAEMA e no MST - MA	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - MA	Organizações e movimentos sociais do campo	Pesquisa

